



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXI SUP. "B" AO Nº 16 QUINTA-FEIRA, 1º DE SETEMBRO DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

3ª Secretária

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Vago

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

1º Vice-Presidente

Deputado Giacombo (PR-PR)

2º Vice-Presidente

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

1º Secretário

Deputado Felipe Bornier (PROS-RJ)

2º Secretário

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

3ª Secretária

Alex Canziani (PTB-PR)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Mandetta (DEM-MS)

2º - Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)

3º - Deputada Luiza Erundina (PSOL-SP)

4º - Deputado Ricardo Izar (PP-SP)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Hélio Lopes de Azevedo
Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL	
1.1 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO	
Ata da 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 e 23 de março de 2016	4
Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de março de 2016.....	37
Ata da Reunião de Instalação e Eleição da Mesa da referida Comissão, realizada nos dias 5, 10 e 17 de maio de 2016	67
Ata da 6ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 18 e 23 de maio de 2016.....	116
Ata da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2016.....	125
Ata da 2ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de junho de 2016.....	164
Ata da 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 16 de junho 2016.....	197
Ata da 3ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2016.....	259
Ata da 4ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de julho 2016.....	275
Ata da 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2016.....	296
Ata da 5ª Reunião Ordinária, realizada em 2 de agosto de 2016	338
1.2 – COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - CMCVM	
Ata da 4ª Reunião, realizada em 5 de julho de 2016.....	388





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA,
 DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
 REALIZADA NOS DIAS 22 E 23 DE MARÇO DE 2016.**

Aos vinte e dois e vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, Edmilson Rodrigues, Flávia Moraes, Giuseppe Vecchi, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, João Arruda, João Fernando Coutinho, Lázaro Botelho, Nilton Tatto, Paulo Pimenta, Pedro Fernandes, Ricardo Barros, Samuel Moreira e Wadson Ribeiro; - **Senadores titulares:** Acir Gurgacz, Gleisi Hoffmann, Paulo Bauer, Raimundo Lira, Roberto Rocha e Rose de Freitas; - **Deputados suplentes:** Domingos Sávio, Izalci, João Carlos Bacelar, Julio Lopes, Leo de Brito, Leonardo Monteiro, Orlando Silva, Valtenir Pereira e Washington Reis; - **Senadores suplentes:** Dário Berger, Elmano Férrer e Lídice da Mata. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** César Halum, Edmar Arruda, Elmar Nascimento, Genecias Noronha, Hugo Leal, José Nunes, José Rocha, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilton Capixaba, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zeca Dirceu; - **Senadores:** Benedito de Lira, Davi Alcolumbre, Eduardo Amorim e Valdir Raupp. Teve a ausência justificada o Deputado Titular Jaime Martins. **ABERTURA:** às quinze horas e quatorze minutos, do dia vinte e dois de março de 2016, e havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os trabalhos foram abertos pela Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). **EXPEDIENTE.** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura do expediente. A Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão do expediente nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com o expediente seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA:** no início dos trabalhos a Presidente informou que não havia *quórum* para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e enquanto aguardava atingir o *quórum*, foi realizada a leitura do item 01 da pauta. **PAUTA.** Item 1 - Nos termos do parágrafo único, do art. 110 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, a Presidente anunciou a apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 702/2015-CN**, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego e das Cidades e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 37.579.334.525,00 (trinta e sete bilhões, quinhentos e setenta e nove milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Hélio José. Foram apresentadas 10 emendas. Voto: pela aprovação da Medida Provisória nos termos do Projeto de Lei de Conversão. Quanto às 10 (dez) emendas apresentadas, o Relator indicou para inadmissibilidade as emendas de nºs 1, 2, 4 a 10 e pela rejeição da emenda nº 3. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA) como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. Em conformidade com o disposto no §2º, do Art.146, da Resolução nº1/2006, do Congresso Nacional, a Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. Às quinze horas e trinta e um minutos, a Presidente informou que o *quórum* regimental para deliberação havia sido atingido nas duas Casas do Congresso Nacional e foi dado início a discussão da matéria. Participaram do debate os Deputados Izalci (PSDB/DF), Domingos Sávio (PSDB/MG), Giuseppe Vecchi (PSDB/GO) e Samuel Moreira (PSDB/SP). O Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA) respondeu aos questionamentos sobre a matéria e contou com assessoramento técnico do Consultor-Geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, Sr. Luiz Fernando Perezino. O Deputado Samuel Moreira (PSDB/SP) divulgou o teor dos **Requerimentos de nºs 2 e 3/2016-CMO**, de sua autoria, constantes da Pauta, e solicitou a aprovação dos mesmos. A



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nº 20 - Requerimento nº 2/2016-CMO, que "Requer informações ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre as fontes de recursos utilizadas pelo governo federal para pagamento de dívidas deste junto ao BNDES, Caixa, FGTS e BB, no montante de R\$ 72,47 bilhões, apontadas pelo Tribunal de Contas da União como “pedaladas fiscais”. Autor: Deputado Samuel Moreira. O Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, a Presidente submeteu à votação o Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 702/2015-CN**, que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Logo após, a Presidente passou à apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 2ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 02 de março de 2016; e 3ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 09, 15 e 16 de março de 2016. A Presidente solicitou a dispensa da leitura das Atas, que foi autorizada por consenso. Em votação, as Atas foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 2 – Nos termos do *parágrafo único, do art. 110 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*, a Presidente anunciou a apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 715/2016-CN**, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor de R\$ 316.230.970,00 (trezentos e dezesseis milhões, duzentos e trinta mil, novecentos e setenta reais), para o fim que especifica". Relatora: Senadora Gleisi Hoffmann. Foram apresentadas 7 emendas. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, nos termos propostos pelo Poder Executivo. Quanto às 7 (sete) emendas apresentadas, a Relatora indicou para inadmissibilidade as emendas de nºs 1, 2, 6 e 7 e pela rejeição das demais. A Relatora apresentou o Relatório. Em conformidade com o disposto no § 2º, do Art. 146, da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, a Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pela relatora no seu voto. O Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) discutiu a matéria. Em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, a Presidente interrompeu a apreciação da matéria e suspendeu os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária para o mesmo dia, 22 de março, terça-feira, às 19 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às dezenove horas e trinta e três minutos, daquele mesmo dia, os trabalhos foram reiniciados pelo 2º Vice-Presidente, Deputado Giuseppe Vecchi (PSDB/GO), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*. Em seguida, o Presidente em exercício informou que suspenderia a reunião para o dia seguinte, 23 de março, quarta-feira, às 10 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Entretanto, o horário para continuação da reunião foi alterado de ofício pela Presidente para às 10h30min. No dia 23 de março, às onze horas e vinte e oito minutos, os trabalhos foram reabertos pela Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), que deu continuidade à apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 715/2016-CN**. O Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) informou que havia acordo, apenas, para votação daquela matéria. Em votação, o Relatório à Medida Provisória foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. ENCERRAMENTO: concluída a votação das matérias acordadas, a Presidente encerrou os trabalhos, às onze horas e trinta e três minutos do dia vinte e três de março de 2016. Antes, convocou a realização de reunião extraordinária para o dia 29 de março, terça-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados; e reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para o mesmo dia, às 13 horas, na sala de reunião da Presidência da CMO. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata.

Senadora Rose de Freitas, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 22.03.2016.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes na pauta.

Há quórum na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para o início da sessão.

Eu queria esclarecer, para não haver nenhum tipo de dúvida e nenhuma versão contraditória, para os órgãos de imprensa, que nós vamos votar, por acordo não de votos, mas de sequência de pauta, todos os itens anteriores às contas da Presidência da República. Então, todas aquelas medidas provisórias, todas aquelas que já estão surtindo efeito e precisam ser votadas, todos os avisos, o que der para votar em globo vamos votar e o que não der vamos votar separadamente, com direito a discussão e tudo o que o Regimento Interno permite.

Portanto, nós vamos começar pelo item 1.

Há alguma dúvida? *(Pausa.)*

Eu gostaria que todos assinassem o livro, por favor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente, vamos assinar.

Presidente, quero apenas reiterar que eu comungo com V.Exa. o mesmo sentimento, de que nós temos — até porque é preceito regimental, mas não só por isso — que fazer um esforço para, por acordo, votarmos as medidas provisórias que tratam de matéria financeira. Conforme V.Exa. acabou de relatar, pelo acordo que fizemos, iniciaremos pelas medidas provisórias e, como último item da pauta, teremos o item 14, ou melhor, o item 4...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. está repetindo exatamente o que eu falei. Há dúvida ou não?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, é só para reiterar que nós do PSDB...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Já está nas mãos de V.Exa. a pauta. O último item é o 4. Podemos começar?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente. Quero cumprimentar V.Exa. por ter conduzido o acordo, que atende ao interesse público.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sempre com o apoio de V.Exa.

Item 1 da pauta. Medida Provisória nº 702, de 2015.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, pela ordem. Nós não vamos criar nenhuma dificuldade. Quero só, para tranquilizar V.Exa., considerar que, se houver algum expediente do tipo ata, que isso possa ser comunicado, como é de praxe na Comissão. Nós não pretendemos criar maiores dificuldades, e sim discutir as matérias, o que é nossa prerrogativa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Na última reunião, nós fizemos uma pergunta. Foi perguntado se era possível, já mediante o acordo, abrirmos mão de ler estas duas atas finais que aqui estão. Há duas que ainda não foram lidas e mais duas novas atas chegaram agora. Deixe-me dar uma olhada, por favor. *(Pausa.)*

Havendo qualquer coisa que contrarie V.Exa., por favor me diga, estou aqui para atendê-lo. Estou a seu pleno dispor. V.Exa. quer ler, discutir e votar as atas?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Exatamente. Eu gostaria que houvesse a leitura. Acho que não devemos, a não ser que haja algum item relevante, nem aprofundar, colocar a ata em discussão, mas queremos votá-la simbolicamente. Isso para mim não é obstruir. Ou seja, nós não vamos criar dificuldades para votar, mesmo não havendo quórum, mas também queremos usar a prerrogativa de debater as matérias. A ata é uma matéria da pauta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Que nunca foi debatida até o dia de hoje.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Nós vivemos uma realidade especial, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas a realidade especial foi a que nós acordamos sobre os 20 itens, sobre o último item.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Vamos dispensar a ata!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero lembrar que nós temos 72 horas até o término do trabalho desta Comissão.

São duas atas. Vou mostrar a V.Exa.; esta é a original, em que está escrito “Congresso Nacional”.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - São atas curtas. Se fosse alguma coisa complicada, já estaríamos com isso pronto, e nós não vamos dificultar a votação, mesmo sem quórum. Eu estou antecipando: não há quórum, nós vamos concordar em votar de modo simbólico, sem nem discutir.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Domingos Sávio, eu queria tanto que V.Exa. entendesse! Nós temos esse tempo para aprovar as medidas provisórias, que são importantes para a saúde, a educação e tudo mais. Se por acaso, daqui a pouco, o Senado Federal chamar, eu terei que sair daqui.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, em homenagem a V.Exa., a quem eu prezo profundamente, e sei que está preocupada com a garantia da votação, nós vamos abrir mão da leitura das atas.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Abre mão da leitura das atas. O Deputado Domingos Sávio é um cavalheiro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exas. vão me dar licença... *(Pausa.)*

Deputados Caio Narcio e Izalci, V.Exas. não assinaram a lista de presença.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ah, sim. Vou assinar.

Sra. Presidente, quero me inscrever para discutir a MP 702.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos começar pelo item referente à Medida Provisória nº 702, de 2015.

Vamos chamar o Deputado Hildo Rocha para fazer a leitura do relatório, tendo em vista a ausência do Senador Hélio José.

Expediente.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura de todos os expedientes, que serão transcritos junto às notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com o expediente será enviada aos gabinetes dos membros da Comissão e às Lideranças partidárias nesta data. Todos têm a lista no correio eletrônico.

Posso distribuir as atas que estão aqui. São duas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Podemos começar pelo item referente à MP 702? (*Pausa.*) O Senador Hélio José não está presente. Ele é o Relator-Revisor. Será feita somente a leitura, porque não temos ainda número para votação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente. Gostaria de verificar com a Secretaria se há cópia desse relatório para acompanharmos a leitura.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Já pedi cópia à Secretaria.

Socorro, distribua cópia das duas atas aos Srs. Parlamentares.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha, que fará a leitura do parecer do Relator-Revisor.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Passo a ler o parecer:

“1. Relatório.

Com base no art. 62 da Constituição Federal, combinado com o § 3º do art. 167, a Presidente da República adotou e submeteu à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória (MP) nº 702, de 17 de dezembro de 2015, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, do Trabalho e Emprego e das Cidades e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$37.579.334.525,00 (trinta e sete bilhões, quinhentos e setenta e nove milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco reais).”

(*A Sr. Presidenta faz soarem as campanhas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Peço, inclusive aos assessores, que nos ajudem, para que o Deputado Hildo Rocha possa ler e não tenha que gritar.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - “Conforme o Anexo I da citada MP, o montante do crédito está distribuído da seguinte forma: R\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) em favor do Ministério da Saúde, especificamente para a unidade orçamentária ‘36901 - Fundo Nacional de Saúde’, na ação ‘8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade’, distribuído por diversas Unidades da Federação; R\$ 10.990.000.000 (dez bilhões e novecentos e noventa milhões de reais) para o Ministério do Trabalho e Emprego, na unidade orçamentária ‘38101 - Ministério do Trabalho e Emprego’, na ação ‘0643 - Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Garantia do Tempo de Serviço — FGTS (...); R\$ 8.989.334.525 (oito bilhões, novecentos e oitenta e nove milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e cinco reais) (*sic*) para o Ministério das Cidades, na Unidade Orçamentária ‘56101 - Ministério das Cidades’, na ação ‘Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (...)’; R\$ 15.100.000.000 (quinze bilhões e cem milhões de reais) para o Órgão Encargos Financeiros da União, na Unidade Orçamentária ‘71101- Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda’, na ação ‘000K - Subvenção Econômica em Operações de Financiamento no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento e do Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais (...)’.

No Anexo II, consta o cancelamento de programações do Fundo Nacional de Saúde, no valor global de R\$2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), sendo R\$2.354.000.000,00 (dois bilhões, trezentos e cinquenta e quatro milhões de reais) provenientes do programa ‘2015 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)’, R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) provenientes do programa ‘2055 Desenvolvimento Produtivo’, R\$51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de reais) provenientes do programa ‘2065 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos indígenas’ e R\$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) provenientes do programa ‘2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde’.

Na Exposição de Motivos (...) assinala-se que, no âmbito do Ministério da Saúde, o crédito permitirá atender ao crescimento da demanda por procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar, no âmbito do Sistema Único de Saúde — SUS, com o reforço e a intensificação dos serviços de atenção à saúde da população nos Estados e Municípios que apresentam alta incidência das epidemias de dengue, chikungunya e zika vírus.

No caso do Ministério do Trabalho e Emprego, possibilitará o pagamento, em 2015, de passivos e valores devidos relativos ao complemento da atualização monetária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, nos termos da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Já em relação ao órgão Ministério das Cidades, viabilizará o pagamento de passivos e valores devidos, em 2015, relacionados à implementação de projetos de interesse social em áreas urbanas, conforme dispõe o art. 82-A da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

Por fim, quanto aos Encargos Financeiros da União, o crédito visa garantir o pagamento de passivos e valores devidos, também no exercício de 2015, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, a título de equalização de taxa de juros de que trata a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, em operações (...).”

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Passe ao voto, Deputado Hildo Rocha! V.Exa. não pode ir direto ao voto?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, a leitura do relatório é fundamental. Nós estamos acompanhando.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Está bem, eu retiro o pedido. Não vamos nem discutir o assunto.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Vou continuar a leitura:

“Foram apresentadas 10 (dez) emendas à medida provisória em exame.

É o relatório.

2. Análise.

2.1. Constitucionalidade.

Da análise levada a efeito, constata-se que a Medida Provisória nº 702, de 2015, atende aos preceitos constitucionais insertos nos arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição, haja vista que as motivações e justificativas apresentadas na exposição de motivos que acompanha a medida provisória sob apreciação comprovam a urgência e a relevância de suplementar as ações orçamentárias constantes do crédito extraordinário em exame.

2.2. Adequação Financeira e Orçamentária.

Quanto ao exame da compatibilidade e da adequação orçamentária e financeira, previsto no art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002, CN, cabe registrar que a MP 702/2015 está de acordo com as normas orçamentárias e financeiras vigentes, quais sejam: Lei nº 4.320, de 1964; Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000); Plano Plurianual 2012-2015 (Lei nº 12.593, de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2012); Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (Lei nº 13.080, de 2015); e Lei Orçamentária para 2015 (Lei nº 13.115, de 2015).

A propósito, convém ressaltar que a Constituição Federal, conforme se deduz do disposto no inciso V do art. 167, não exige a indicação da origem dos recursos quando da abertura de crédito extraordinário.

2.3. Atendimento do § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, CN.

A exposição de motivos que acompanha a mensagem contém as informações necessárias para o entendimento das razões que motivaram a edição da medida provisória em apreciação.

2.4. Mérito.

Quanto a esse aspecto, não há o que se questionar, pois as despesas relacionadas no crédito visam assegurar a continuidade e o aperfeiçoamento de importantes programas governamentais já em curso.

2.5. Emendas.

Com relação às 10 (dez) emendas apresentadas, em que pese o indiscutível mérito das propostas oferecidas pelos nobres Parlamentares, tivemos que indicar para inadmissão nove delas, conforme consta no Anexo I: as de nºs 00001, 00002 e 00004 a 00010, por contrariarem o art. 111 da Resolução nº 1, de 2006, CN.

Além disso, optamos por rejeitar a emenda de número 00003, tendo em vista ser inócua a medida alvitrada, uma vez que, dado o período decorrido desde a adoção da MP 702/2015, as dotações do crédito em exame já foram executadas.

2.6. Técnica Legislativa.

Por fim, convém apontar que o texto da MP 702/2015 não menciona o ‘Anexo II — Programa de Trabalho (Cancelamento)’, que acompanha e integra o crédito extraordinário editado. Para corrigir essa falha, apresentamos um projeto de lei de conversão que incorpora uma menção ao referido Anexo II no texto da lei.

Voto.

Diante do exposto, o nosso voto é no sentido de que a Medida Provisória nº 702, de 17 de dezembro de 2015, atende aos preceitos constitucionais que devem orientar sua adoção, encontra-se adequada sob o ponto de vista financeiro e orçamentário, e, no mérito, somos pela sua aprovação, nos termos do projeto de lei





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de conversão apresentado, que corrige a omissão encontrada no art. 1º, referente à ausência de menção ao Anexo II no texto da norma original.

Sala da Comissão.

Senador Hélio José, Relator.”

Agora eu vou ler o projeto de lei de conversão. É preciso ler?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Claro.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, lógico.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Projeto de lei de conversão:

“Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego e das Cidades e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 37.579.339.525,00 (*sic*), para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego e das Cidades e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 37.579.334.525,00 (trinta e sete bilhões, quinhentos e setenta e nove milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Parágrafo único. Parcela dos recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorre de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sra. Presidente, encerrei a leitura.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quero comunicar que há quórum no plenário para votação nas duas Casas.

Com a palavra o Deputado Izalci, para discutir.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, a Medida Provisória nº 702 abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego e das Cidades e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 37.579.334.525,00.

Tenho aqui as finalidades: Fundo Nacional de Saúde, R\$2.500.000.000,00; Ministério do Trabalho e Emprego, R\$10.990.000.000,00; Ministério das Cidades, R\$8.989.334.525,00; Encargos Financeiros da União, R\$15.100.000.000,00.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os recursos para abertura do presente crédito decorrem, no caso do Ministério da Saúde, de anulação parcial das dotações — remanejamento —, no valor de 2 bilhões e meio de reais, e, nos demais casos, parece ser da incorporação de excesso de arrecadação, uma vez que o texto, tampouco a exposição de motivos que acompanha essa medida, não relata a origem dos recursos para as demais programações, embora o Anexo I — Aplicação — demonstre, nos quadros orçamentários, a utilização da fonte “100 - Recursos Ordinários do Tesouro”.

Ressalte-se que o total de R\$ 35.079.334.525,00 (trinta e cinco bilhões, setenta e nove milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco reais) está destinado ao pagamento de passivos e valores devidos, no presente exercício, em consonância com as determinações presentes no Acórdão nº 825, de 15 de abril de 2015, confirmado pelo Acórdão nº 992, de 29 de abril de 2015, ambos do Plenário do Tribunal de Contas da União, o que ficou conhecido como pedaladas fiscais.

Outro ponto relevante a destacar é o fato de que apenas a parcela destinada ao Ministério da Saúde, ou seja, 6,6% do crédito, atende ao mandamento constitucional inscrito no art. 167, § 3º, da Constituição Federal, o qual textualmente disciplina que, entre aspas, *“a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública”*, isso admitindo o que está exposto na EM nº 00218/2015-MP quanto à destinação dos recursos desse órgão. Nos demais casos, o instrumento que se adapta à exigência constitucional é o crédito suplementar ou especial, conforme o caso, encaminhado ao Congresso Nacional por meio de projeto de lei.

Muito embora a Constituição Federal de 1988, em seu art. 167, inciso V, não exija a indicação dos recursos correspondentes para abertura de créditos extraordinários, uma vez que estes se revestem não só da urgência, mas da imprevisibilidade da despesa inerente aos casos previstos no § 3º do mesmo artigo, como guerra, calamidade pública e comoção interna, nada impede que a administração faça tal indicação.

A banalização desse expediente, previsto em nossa Carta Magna para ser utilizado em momentos extremos, situações análogas a calamidades públicas,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

comoção interna ou guerra, e no atendimento de despesas de enfrentamento a essas situações extraordinárias, demonstra um completo desrespeito pelo Parlamento, pois, uma vez aberto crédito extraordinário, a autorização para realização da despesa é imediata, tornando inócua eventual rejeição da matéria pelo Congresso Nacional.

O SIAFI — Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal revela que as dotações do presente crédito extraordinário já foram completamente empenhadas e pagas, conforme consulta realizada no dia 22 de janeiro de 2016.

Ante o exposto, entendemos que a presente medida provisória não atende integralmente aos pressupostos constitucionais de imprevisibilidade da despesa, conforme preconiza o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, indicando, portanto, sua inadmissibilidade. No mérito, nós não encontramos nenhum óbice à sua aprovação.

Entretanto, ela é inadmissível. Inclusive, eu vejo uma banalização da utilização de medida provisória como instrumento. Neste caso, a proposição deveria ser projeto de lei. Que fique registrado isso!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, colegas Parlamentares, eu concordei com a discussão hoje e a aprovação desta medida provisória, porque, de fato, nós temos algumas destinações de recursos extremamente relevantes. Começo pelo Ministério da Saúde. Nós vivemos, neste momento, uma situação extremamente grave no Brasil, envolvendo a saúde pública. Aqui se destinam 2 bilhões e 500 milhões de reais em favor do Ministério da Saúde. Eu quero discorrer um pouco sobre isso.

Há pouco eu me manifestei, no Plenário desta Casa, sobre uma visita que fiz ao grande amigo Carlaile, ex-Deputado, Prefeito de Betim, colega nosso, uma liderança respeitada em Minas Gerais. Hoje ele é Prefeito de uma das maiores cidades mineiras. Obviamente, sempre temos temas políticos para debater, mas fui visitá-lo também com a preocupação de um amigo, porque o Carlaile passou, há alguns meses, por um grave problema de saúde. Mas, para minha alegria, eu o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

encontrei revigorado, com plena saúde, trabalhando. Eu o visitei em seu gabinete, na Prefeitura de Betim.

Apesar de constatar que a sua saúde pessoal está plenamente recuperada, encontrei um Prefeito preocupado, eu diria mais, angustiado, com a saúde na cidade de Betim. E isso não é novidade, infelizmente. Eu fui Prefeito e aqui os Parlamentares, ainda que não tenham sido, convivem diariamente com os Prefeitos deste País. O drama que se abateu sobre o povo brasileiro e que afeta as administrações municipais, na área da saúde, é tema que não pode mais ser adiado no nosso debate no Parlamento brasileiro.

O Prefeito Carlaile me mostrou que, hoje, Betim, que é uma cidade próspera, uma das mais fortes economias de Minas Gerais, aplica em saúde pública cerca de 30% de tudo que arrecada, e, ainda assim, está vivendo um verdadeiro caos. Lá ocorre uma coisa curiosa: à medida que Betim passou a investir mais em saúde pública — inclusive construiu um hospital regional, portanto um hospital público —, as cidades vizinhas, que já vinham se valendo de Betim, passaram cada vez mais a usar os serviços lá ofertados, não só do Hospital Regional, mas também das UPAs.

A cidade possui várias Unidades de Pronto Atendimento. Em algumas delas, mais de 50% do atendimento é de cidadãos e cidadãs de fora de Betim. O Hospital Regional — o próprio nome já indica, é um hospital regional — chega a ter mais de 60% da sua ocupação com cidadãos de fora. Na maternidade que funciona em Betim, mais de 50% dos partos são de cidadãs de Contagem, que é uma cidade próspera também. Só que o Município de Betim paga a conta sozinho. O Governo do Estado e o Governo Federal têm, até pela lei do SUS, a obrigação legal de oferecer assistência prioritariamente à alta e média complexidade, que são especialmente as internações, as situações de emergência, as cirurgias, as UTIs. Isso é prioridade nos investimentos do Estado e da União, e quem preconiza é a lei. A lei do SUS estabelece como atenção básica a prioridade dos Municípios — postos de saúde, Programa de Saúde da Família. Isso é feito pelo Município de Betim, como é feito pelos demais Municípios do País.

Quando não se consegue resolver o problema do cidadão no posto de saúde e ele tem que ir para uma internação hospitalar, é hora de o Estado, de a União





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

acudir. E lá o hospital regional não recebe praticamente nada do Estado e da União. É uma situação de desespero.

Então, nós vamos aprovar essa medida provisória, mas apenas ela não resolve, é um paliativo para uma situação emergencial. Nós precisamos votar a PEC que está aqui, que foi batizada de Saúde+10. Quando se votou o Orçamento Impositivo para as emendas parlamentares, votou-se um limite, que não ultrapassa 7,5% da receita bruta; da receita líquida, 13,5%. O que o Saúde+10 preconiza? Dez por cento da receita bruta ou, no mínimo, 18,3% da receita líquida. Aí, sim, nós vamos poder atualizar a tabela do SUS, vamos poder acudir os Municípios e os Estados. E isso equivale a dizer que vamos dar ao cidadão brasileiro uma saúde melhor.

Portanto, nós vamos votar favoravelmente, mas registrando que a saúde pública não tem sido tratada com a atenção que merece pelo Governo da Presidente Dilma.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Giuseppe Vecchi.

O SR. DEPUTADO GIUSEPPE VECCHI - Sra. Presidente, na próxima semana esta Comissão vai mudar, teremos uma nova Comissão Mista de Orçamento. Acho que é importante, neste momento em que estamos aqui discutindo créditos extraordinários, enxergar a improvisação que nós vemos na política econômica brasileira.

Agora o Ministro da Fazenda resolveu criar um novo ajuste fiscal. Depois de não ter feito nenhuma reforma estruturante, de ter falado diversas vezes de propostas para recolocar o Brasil no rumo do desenvolvimento, resolveu diminuir os gastos correntes — criaram uma condição de reduzir pessoal se não houver crescimento econômico; criaram uma condição de ter o indicador da poupança, mas não tiveram coragem de fazer uma reforma sequer. Como é que pode? Não foi feita a reforma da Previdência e nenhuma das reformas estruturantes por que o País clama há muito para ser colocado no eixo. Só há improviso; o tempo todo, na política econômica; é só improvisação, amadorismo, para não falar de uma questão maior.

Tudo isso foi ancorado em um equívoco: a chamada nova matriz econômica brasileira, que quebrou, faliu o País. Diversos governos anteriores a esse, inclusive o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

primeiro Governo do Presidente Lula, viram agora, com a nova matriz econômica, todo o esforço do ajuste fiscal, que colocaria o País no rumo, totalmente acabado, com um viés atrasado. O PT ficou 12 anos “descendo o pau” em Fernando Henrique Cardoso, dizendo que ele fez privatização e concessão para criar poupança para investimento. Depois de 12 anos disse: *“Não, o Fernando Henrique estava correto. É importante a política de concessão.”* Aí começou a fazer concessões de aeroportos, portos, rodovias. Mas não tem credibilidade. Criou-se uma condição muito ruim para que esses investimentos fossem agora feitos pela iniciativa privada.

Esse Estado grandioso é ineficaz. O Estado grande não teve coragem de cortar gastos. Nenhuma das promessas feitas nesta Comissão pelo Ministro da Fazenda, pelo Presidente do Banco Central, etc., para reduzir o tamanho do Estado foi cumprida, inclusive a de cortar 3 mil cargos. Nada disso ocorreu. Nada foi feito no lado dos gastos, sempre se fez algo no lado do aumento da receita, do aumento de impostos. E isso, certamente, ancorado nessa política equivocada da nova matriz econômica, no crédito, no aumento do consumo.

As políticas fáceis, certamente, foram adotadas como se fosse possível resolver os problemas do País com uma varinha de condão. Não se enxergou que é com planejamento, com superação e com luta que nós vamos resolver os problemas do País. Hoje temos o País falido, usando todos os fundos possíveis para tapar o buraco das contas públicas, para cobrir o déficit de quase 120 bilhões de reais que esta Comissão votou há poucos dias. Repito: o déficit do Governo é de quase 120 bilhões de reais.

Como se não bastasse esse déficit, disseram: *“Isso é pouco! Isso é pouco!”* E resolveram o seguinte: *“Agora nós vamos usar as reservas internacionais. Nós vamos usar a última poupança pequena, que nos ancora do ponto de vista internacional, para fazer investimento, para fazer despesa de custeio.”* Mas que atraso — que atraso!

Eu imaginava que no PT houvesse intelectuais, pessoas com condições efetivas de dar um rumo ao País. Mas não, só sabem meter a mão naquilo que já foi construído, inclusive pelo próprio Governo do PT. E agora, neste exato momento, com o buraco criado, querem meter a mão nas reservas internacionais, que dão um mínimo de credibilidade ao País diante de todas as nossas dívidas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, é uma tristeza verificar que esta Comissão se encerra sem termos uma proposta, sem termos uma agenda mínima propositiva para o futuro, uma agenda mínima que possa nos colocar no rumo e dentro de um acordo nacional que nos possa dar a perspectiva de construir um país melhor. Dói-me ver a má atuação do Governo, a política não exercida por esse Governo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Samuel Moreira, gostaria de dizer que havia muitos anos que a Comissão de Orçamento não andava nesta Casa, ficava a reboque do Governo e ainda incidem sobre ela alguns erros como, por exemplo, a questão de metas e prioridades, que o Governo deveria nos encaminhar e não o faz. A Comissão acaba votando-as, mas depois elas são inteiramente vetadas. V.Exa. tem muita razão. Mas eu ainda vou insistir em localizar, nesse cenário caótico, a atuação que teve a Comissão de Orçamento para dar um orçamento ao País.

Não aceitamos as pedaladas que foram enviadas, não aceitamos as inúmeras negociações atravessadas sob a ótica de crédito, déficit e tudo o mais. Cada um desempenhou o seu papel e sofreu pressões de toda natureza. Portanto, eu entendo V.Exa.

Quem esteve na reunião sabe que hoje eu, particularmente, estou muito angustiada com tudo o que está acontecendo. Mas quero ressaltar o desprendimento político — aliás, essa palavra não serve —, a determinação que tiveram os Parlamentares para cumprir o seu papel nesta Comissão.

Eu quero dizer que, na política de “terra arrasada” que estamos vivendo neste momento, ainda se salvam aqueles que acreditam que podem fazer alguma coisa importante para o Brasil. Se V.Exa. olhar para o lado, vai saber por que esses Parlamentares estão aqui e entender o que eles estão fazendo nesta Comissão.

Eu tenho muita admiração por V.Exa., mas não quero sair daqui, no dia 29, com esse sentimento de que não fomos capazes. Nós, fomos, sim, capazes.

O SR. DEPUTADO GIUSEPPE VECCHI - Com certeza, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada.

Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de um esclarecimento: eu não consegui ver na medida provisória qual é a origem do remanejamento dos 35 bilhões. Dois e meio parece que são do Ministério da Saúde. É isso? Alguém poderia me responder, o Relator?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Relator-Revisor está com a palavra.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Na verdade, quando a medida provisória trata de crédito extraordinário não precisa ter a fonte de origem de cancelamento, Presidente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Pelo menos para eu votar seria bom que tivesse. A medida provisória pode até ser desse jeito, mas se quiserem o nosso voto é bom esclarecer.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - É, mas, no relatório — eu não participei de sua elaboração, apenas fiz a leitura —, o que eu pude perceber, ilustre Deputado, é que tem recurso da saúde, acho que foi retirada uma parte da saúde indígena, de outras áreas em que poderia haver economia. Acredito que assim procedeu o Ministério da Saúde em uma conversa com o Ministério do Planejamento. Mas ali está o consultor que ajudou na elaboração. Acredito que ele pode dar maiores detalhes, porque, embora eu seja o Relator-Revisor, somente agora é que tive acesso ao relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não vamos deixar o Deputado Samuel sem resposta. Não é usual, mas, na ausência do Senador Hélio José, o assessor do Senado vai responder a V.Exa. Com a palavra Luiz Perezino, assessor do Plenário.

O SR. LUIZ FERNANDO PEREZINO - Conforme dispositivo constitucional, não é obrigatório o crédito extraordinário estar acompanhado da fonte de recursos que o vai sustentar. Isso é obrigatório para outros tipos de crédito — suplementar e especial. Crédito extraordinário não tem necessidade de ser acompanhado, na Exposição de Motivos, do cancelamento compensatório. Então, no caso, veio o do Ministério da Saúde, mas não vieram os outros. Não era obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não é obrigatório que venha na Exposição de Motivos, mas deve ter uma origem. Já está determinada ou será determinada depois?

O SR. LUIZ FERNANDO PEREZINO - Não é obrigatório declinar a origem, mas, claro, isso vai ter repercussão no cumprimento da meta do superávit, ao final do exercício.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, parte desse recurso é para pagar pedalada fiscal. Eu tenho um requerimento que está pautado há duas ou três sessões. Nele, solicito ao Ministro da Fazenda que especifique os recursos para o pagamento das pedaladas fiscais. Acho que também não é nada de mais a gente saber isso. Não sei como a gente poderia garantir a aprovação desse requerimento antes de terminarmos o...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria fazer uma sugestão de ordem prática, apenas em vista do tempo, que se esgota na terça-feira. Eu acho que nós podemos aprovar simbolicamente o requerimento, sem necessidade de inversão de pauta, por entendimento, e vamos encaminhar o pedido ao Ministério da Fazenda para que nos responda antes da próxima sessão. Pode ser assim?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Pode. O importante é que se aprove o requerimento para termos isso definido oficialmente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É, mas dessa parte o Luiz Perezino não pode falar, porque é posterior....

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, estou fazendo uma sugestão, até porque...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu estou acatando a sugestão..

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - ... nós até agora não sabemos. Então, eu ia sugerir a aprovação desse requerimento. Tem outro requerimento que eu fiz na Comissão, com relação aos gastos da saúde. Esta Comissão foi responsável pelo estabelecimento, em 2015, de um valor mínimo, que não havia sido estabelecido porque a regra valia para 2014. Depois ela passaria a valer para 2016.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É verdade.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Tinha ficado um período de 2015 sem o estabelecimento do mínimo e esta Comissão estabeleceu que valeria a regra de 2014. Então, no outro requerimento eu solicito que ele nos informe qual é o mínimo. Eu não quero misturar as coisas, mas queria deixar como sugestão...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Uma coisa de cada vez.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - ...para verificar se nós aprovaríamos esses requerimentos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu ia propor exatamente votarmos, não deixarmos de votar, por causa desse déficit da saúde, que é importante. Diante desse caos, faz muita diferença 2,5 bilhões, não é?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, eu queria propor essa alteração e, ainda hoje, fazer a reivindicação ao Ministério da Fazenda, para que ele responda por escrito e possa esclarecer o Plenário, se todos estiverem de acordo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu pediria até que se aprovasse isso depois, por acordo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Sim, se todos estiverem de acordo.

O Senador Acir Gurgacz e Senadora Gleisi Hoffmann — nós somos os Senadores do Plenário — estão presentes? *(Pausa.)* Tudo bem.

No Item 21, há um requerimento sabiamente colocado, que pode nos socorrer posteriormente, que solicita esclarecimentos ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde acerca do Atendimento dos Recursos Mínimos Aplicados pela União em Ações e Serviços Públicos de Saúde durante os exercícios de 2012 a 2015.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É isso que V.Exa. deseja?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Se todos estiverem de acordo, acionaremos o Ministro da Saúde aqui mesmo pela Presidência, para que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

possa responder a tempo para a próxima reunião de amanhã. V.Exas. concordam com isso? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Concordo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Acordado.

Então, eu vou tomar as providências sobre isso com o Secretário Walbinson.

O próximo orador é o Deputado Wadson Ribeiro.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sra. Presidente, só para concluir, então, de que maneira ficou encaminhado o Item 20, sobre o requerimento para o Ministro da Fazenda?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Foi o Item 21.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não. O Item 20, que é o da Fazenda, ficou de que forma? Nele eu solicito...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Então, primeiro é o requerimento sobre o Ministério da Fazenda. Eu li errado. Desculpem-me.

Nós vamos utilizar esse requerimento para esclarecer V.Exa. até amanhã.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Até pode ser amanhã. Mas não precisa ser necessariamente amanhã.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Digo isso porque nós não temos mais tempo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ótimo, então! Mas eu gostaria que os requerimentos fossem aprovados.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O que eu propus foi um acordo de aprovação, Deputado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Isso! Está ótimo!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - E todos estiveram de acordo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Está bem. O.k.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Wadson Ribeiro.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Sra. Presidenta, eu estou contemplado aqui com aprovação da medida provisória.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Podemos colocá-la em votação?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Pode.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em votação na Câmara Federal...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Só quero registrar um entendimento aqui. Eu acredito que não deva ser problema, mas registro que, do ponto de vista regimental, a ausência do Relator não prejudica em nada, porque V.Exa. designa Relator *ad hoc* o Deputado Hildo Rocha. Não é isso?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não prejudica em nada. Pode ser nomeado um revisor *ad hoc* ou um revisor...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - V.Exa. pode considerá-lo como Revisor *ad hoc*, para ficar regimentalmente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, mas ele é um Relator Revisor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Está certo. Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Em votação na Câmara Federal.

Os Srs. Deputados que aprovam a MP 702 permaneçam como se acham.

(Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam a MP 702 permaneçam como se acham

. (Pausa.)

Aprovada.

Nós fizemos uma inversão porque, na hora em que falamos das atas, não havia número para votação. Como agora há número, eu queria colocar em votação as atas que foram distribuídas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Todos receberam as duas atas? V.Exas. têm em mão as atas da 2ª Reunião Extraordinária, do dia 2 de março, e a da 3ª Reunião Extraordinária, dos dias 9, 15 e 16 de março.

Em votação na Câmara Federal.

Os Srs. Deputados que aprovam as atas distribuídas e disponíveis para leitura permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam as atas permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Vamos passar ao segundo item da pauta. De acordo com o parágrafo único do art. 110 da Resolução nº 1, de 2006, será apreciado o relatório do Congresso Nacional apresentado à Medida Provisória nº 715, de 2016, do Poder Executivo.

Item 2. Medida Provisória nº 715, de 2016, do Poder Executivo, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor R\$316.230.970,00, para o fim que especifica. Relatora: Senadora Gleisi Hoffmann.

Senadora Gleisi Hoffmann, V.Exa. poderia ler daqui, porque, se quiserem fazer perguntas, fica mais fácil.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Pois não, Sra. Presidenta.

Passo a ler o relatório:

“A Excelentíssima Senhora Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 715 (MP 715), publicada em 1º de março de 2016, que abre crédito extraordinário à Lei Orçamentária Anual de 2016 (LOA 2016) ...”

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Por gentileza, Sra. Relatora, eu gostaria de ter a cópia, para que pudesse acompanhar a leitura.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós podemos fornecer as cópias, mas elas já foram distribuídas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Muito obrigado.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Continuando:





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

“...no valor de R\$316.230.970,00 (trezentos e dezesseis milhões, duzentos e trinta mil, novecentos e setenta reais), em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

De acordo com a Exposição de Motivos que acompanha a matéria (EM nº 00032/2016 MP), o crédito adicional em exame visa ao pagamento de parcelas do Benefício Garantia-Safra (Safra 2014-2015), de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para 440 mil famílias de agricultores participantes do Programa Garantia-Safra, de modo a minimizar os efeitos da duração e da intensidade da estiagem verificada nas localidades acometidas.

Nos termos do art. 62, § 9º, combinado com o art. 166 (...) da Constituição Federal, e regulamentação dada pelas Resoluções nºs 1/2002-CN e 1/2006-CN, compete à CMO examinar e emitir parecer sobre medidas provisórias de crédito adicional, para instruir a apreciação pelos Plenários de cada uma das Casas Legislativas, em sessões apartadas.

Publicados e distribuídos os avulsos, pois, a MP 715 foi remetida para este colegiado misto, onde aguarda parecer.”

Encerrado o prazo regimental, à MP 715 foram apresentadas 7 emendas, sendo 4 emendas propostas pelo Deputado Jerônimo Goergen, 1 emenda pelos Deputados Jerônimo Goergen e Mauro Pereira, 1 emenda pela Senadora Rose de Freitas e 1 emenda pelo Deputado Domingos Sávio .

“Este é o relatório.

Análise.

O instrumento legislativo sob exame foi analisado em relação a aspectos formais e materiais. As ponderações foram distribuídas em tópicos que abordaram aspectos atinentes à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito, tendo sido avaliadas, por fim, as contribuições parlamentares apresentadas.

Constitucionalidade.

Preliminarmente, cumpre destacar que a medida provisória e sua tramitação obedecem aos ditames da constitucionalidade formal. O comando gravado no art. 62 da Lei Fundamental confere competência privativa ao Chefe do Poder Executivo para adotar medidas provisórias com força de lei e endereça a sua apreciação ao Parlamento. A Lei Magna também estatui ao art. 166 (...) que os créditos adicionais





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sejam examinados por uma Comissão Mista Permanente de Deputados e Senadores e apreciados na forma do Regimento Comum. Logo, compete à CMO manifestar-se a respeito, para tanto recorrendo em especial às normas prescritas na Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional.

Sob o ponto de vista material, os mandamentos constitucionais encerram duas categorias de justificativas para estribar a abertura de créditos extraordinários. A primeira delas é o instituto geral da ‘urgência e relevância’ para edição de medidas provisórias de qualquer natureza, disciplinado no art. 62 (...) da Constituição. Os requisitos de urgência e relevância, tomados isoladamente, submetem a decisão da Presidente da República a considerável margem de discricionariedade. Quanto a esse quesito, Sua Excelência apresenta a seguinte justificativa na EM nº 00032/2016 MP.

‘A relevância e a urgência do presente crédito justificam-se devido à intensidade do fenômeno da estiagem, considerada a pior dos últimos 50 anos, exigindo intervenção imediata para garantir a sobrevivência da população.’

A segunda categoria de justificativas, extraída à luz do comando insculpido no art. 167 (...), requer que se retrate a situação de ‘imprevisibilidade’ que respalde abertura de crédito extraordinário ao orçamento aprovado, neste caso, à LOA 2016. Quanto a esse aspecto, Sua Excelência esclarece na EM nº 00032/2016 MP que:

‘A imprevisibilidade explica-se porque, na Safra 2014/2015, apesar de chover em parte do Nordeste, a espacialidade e a temporalidade das chuvas, características do clima semiárido brasileiro, afetaram a colheita dos agricultores aderidos ao Garantia-Safra. Adicionalmente, o recurso do Fundo Garantia-Safra não é suficiente para pagar o benefício a todos os agricultores familiares, com perda de produção comprovada.’

Em face dos comandos constitucionais atinentes à matéria, constata-se que a Exposição de Motivos atendeu aos requisitos dispostos nos arts. 62 (...) e 167 (...) da Constituição.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Adequação Financeira e Orçamentária.

O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira deve analisar a repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e a implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária anual.

No que diz respeito ao crédito extraordinário em exame, observa-se que a ação orçamentária relacionada no Anexo da MP (Programa de Trabalho com a aplicação dos recursos) já constava da LOA 2016. Dessa maneira, considera-se que o referido crédito está de acordo com as disposições do Plano Plurianual 2016-2019, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 e Lei Orçamentária anual para 2016, bem como observa a Lei de Responsabilidade Fiscal (...).

Do ponto de vista orçamentário, é pertinente salientar que, no caso vertente, o requisito constitucional de ‘imprevisibilidade’ é de teor mitigado. Isso porque não se trata de situação não passível de previsão. Ao contrário, a programação orçamentária beneficiária do crédito extraordinário, conforme já assinalado, não é nova, eis que já constava da LOA 2016 (Ação 0359 — ‘Contribuição ao Fundo Garantia-Safra’). A situação fática, portanto, em termos gerais já fora antevista. O que não foi previsto, na realidade, foi a magnitude dos efeitos da estiagem. Nesta situação, o que há é reforço de dotação já existente, mas mediante crédito extraordinário no lugar de crédito suplementar, em função da urgência e relevância da matéria, cercada da imprevisibilidade mitigada ora retratada.

Vale observar que, nessas situações, o art. 167 (...) da Constituição admite a abertura de crédito extraordinário sem a indicação da origem dos recursos. No presente caso, nota-se que foi indicada fonte 100 (recursos livres) para o financiamento das despesas autorizadas pela MP 715. Esse aspecto é importante porque, do ponto de vista fiscal, a MP 715 não alteraria o resultado primário do exercício se, paralelamente ao aumento de despesas primárias, também houvesse o efetivo acréscimo de receitas primárias.

Na eventualidade de não se configurar efetivo excesso de arrecadação, deve-se observar que, na apuração dos recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, devem ser deduzidos, ao longo de 2016, os valores





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

constantes dos créditos extraordinários abertos no exercício, segundo dispõe o art. 43, § 4º, da Lei nº 4.320/1964.

De toda sorte, importa observar que os efeitos fiscais concretos do crédito extraordinário em questão também deverão ser considerados durante a execução orçamentária como base para a definição dos limites de empenho e as despesas discricionárias.

Mérito.

A MP 715 é dotada de justificativas de ‘relevância, urgência e imprevisibilidade’ condizentes com as programações orçamentárias que contempla. A intensidade do fenômeno da estiagem, que afeta a colheita dos agricultores aderidos ao Garantia-Safra, é argumento que legitima a intervenção pública imediata por intermédio de acréscimo de dotação orçamentária, cabendo destacar que o recurso do Fundo Garantia-Safra previsto originariamente na LOA não foi considerado suficiente para pagar o benefício a todos os agricultores familiares vitimados por perda de produção.

Emendas.

Com relação às 7 (sete) emendas apresentadas, em que pese o indiscutível mérito das propostas oferecidas pelos nobres Parlamentares, entendemos que não devem ser acolhidas pelas razões a seguir.”

As Emendas nºs 1, 2, 6 e 7 solicitam o aumento ou remanejamento de dotações orçamentárias. “Ocorre que, de acordo com o art. 111 da Resolução nº 1/2006-CN, às medidas provisórias de crédito extraordinário *‘somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente’*. Em face desse regramento regimental, somos pela inadmissão das referidas emendas.”

Além disso, optamos por rejeitar as Emendas de nºs 3, 4 e 5, “por entender que seu atendimento, ao impor excesso de detalhamento à alocação de recursos, implicaria prejuízo à margem discricionária com a qual o gestor público deve contar para execução das ações orçamentárias.

Voto.

Diante das razões expostas, o nosso voto é no sentido de que a Medida Provisória nº 715, de 1º de março de 2016, atende aos preceitos constitucionais que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

devem orientar sua adoção, e, no mérito, somos por sua aprovação nos termos propostos pelo Poder Executivo, inadmitidas as Emendas nºs 1, 2, 6 e 7, e rejeitadas as Emendas nºs 3, 4 e 5, apresentadas pelos eminentes Parlamentares.”

Esses foram o relatório e o voto, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agradeço à Sra. Relatora.

Inicialmente eu tenho que declarar a inadmissibilidade.

Os Parlamentares que quiserem falar podem levantar a mão, porque serão inscritos. O primeiro a falar será o Deputado Domingos Sávio, seguido pelo Deputados Samuel Moreira, Edmilson e Izalci.

O voto pronunciado pela Senadora Gleisi Hoffmann foi pela aprovação da medida provisória, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Quanto às emendas apresentadas, a Relatora indicou a inadmissibilidade das Emendas nºs 1, 2, 6 e 7 e rejeitou as demais.

Vamos colocar a matéria em discussão.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente e Sra. Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann, essa é mais uma medida que discute novo crédito orçamentário. E eu inicio falando sobre a origem do crédito orçamentário.

Vejo que começou a Ordem do Dia, mas, se a Presidente me permitir, eu concluo o meu raciocínio.

A origem do recurso é importante, é essencial. Não há como se dizer o seguinte: *“Aprovamos uma destinação de recurso sem definir a origem do recurso”*. Ora, não existe a possibilidade de que o dinheiro público brote de uma fonte mágica. Aliás, por mais que alguns tenham dificuldade de às vezes aceitar o racionalismo, registro a objetividade de uma figura que ficou notória no século passado.

Olhe como o tempo passa rápido, Senadora Rose: o século XX está longo ali, mas é século passado. Eu vou fazer o comentário de algo que acompanhei no século passado.

Margareth Thatcher alertava que não há dinheiro do Estado, que o Estado administra o dinheiro do povo, da população. O contribuinte paga e o Estado faz a gestão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não há dinheiro público. Se nós começarmos a aprovar o Orçamento sem nos preocupar em dizer de onde está vindo esse dinheiro, será como dizer que o poder público tem uma varinha de condão: *“Olha, eu estou precisando de tantos milhões, então, eu tenho tantos milhões”*. Não! O dinheiro é proveniente do cidadão. Quem é dono do dinheiro é o cidadão. E o dinheiro deve voltar para o cidadão — aí, sim —, com o Estado adotando políticas justas, procurando estabelecer uma sociedade mais equilibrada, atendendo aquele que precisa mais, atendendo as prioridades de natureza social, assegurando uma infraestrutura que promova o desenvolvimento do País.

Quando o Brasil viveu essa ilusão de que o Estado era o dono do dinheiro, ele imaginava que havia uma maquininha do Banco Central fabricando dinheiro. E isso nos levou à hiperinflação.

Esse projeto também peca por não indicar a fonte dos recursos. Mas, como nós estamos aqui com espírito de conciliação, a nossa intenção é de, no momento apropriado, votar.

Mas eu concluo, pedindo, Sra. Presidente, que encerre de plano esta reunião, uma vez que já se iniciou a Ordem do Dia. E regimentalmente, não temos como continuar deliberando com a Ordem do Dia instalada. Como nós estamos aqui num processo de votação, eu peço a V.Exa. que encerre a reunião, para que possamos amanhã reiniciar os nossos trabalhos.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Domingos Sávio, eu vou chamar V.Exa. de egoísta. V.Exa. se permite adentrar 4 minutos do tempo enquanto está falando, mas não permite que seu companheiro possa falar, haja vista que a Ordem do Dia está declarada, mas não está instalada ainda. Se V.Exa. permitir, eu gostaria...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu concluí antes de terminar o meu tempo, por ter sido iniciada a Ordem do Dia.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não contabilizei, não. Mas V.Exa. não usou todo o seu tempo, não?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu terminei antes. Realmente a Ordem do Dia se iniciou. E isso é regimental, Sra. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Atendo V.Exa. novamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, eu só gostaria de manter a minha inscrição para a próxima reunião.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É o que eu gostaria. Mas já que o Deputado falou, ele está satisfeito.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não faço questão de falar hoje, não. Pode ser na próxima reunião. Só quero que fique registrado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, compreenda o meu papel.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu compreendo. E V.Exa. entenda o meu.

Eu gostaria de saber se há concordância de todos, embora não esteja instalada a Ordem do dia, mas apenas anunciada, e haja sempre aqueles debates antes. O que exige o Regimento é que, quando em processo de votação, não haja nenhuma reunião de Comissões.

Nós vamos suspender a reunião.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Não começou a Ordem do Dia ainda, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não começou a Ordem do Dia ainda? Vamos, então, conferir.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Começou, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não posso colocar dois Deputados em conflito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O sistema está anunciando isso para V.Exa.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Mas não há votação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Surpreende-me a colocação do Deputado. Com qual propósito ele vem trazer essa informação?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, ele não quer nada. Não faça isso, Deputado Domingos Sávio.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Inclusive, outro dia disseram que havia Ordem do Dia no Senado, e eu fui para lá. No entanto, demoraram mais de 2 horas para abrir a Ordem do Dia.

Mas nós não queremos conflito, não é? Já temos conflitos demais no Brasil.

Portanto, vamos suspender a presente reunião e convocar a sua reabertura para as 19 horas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado, Sra. Presidente.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giuseppe Vecci) - Declaro reiniciada a 4ª Reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Fica suspensa a reunião até amanhã, às 10h30min.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, Sr. Presidente, será às 10 horas. Não é esse o horário para o qual estava convocada a outra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giuseppe Vecci) - O horário que estava estipulado pela Comissão era 10 horas, acredito, conforme o documento que nos foi repassado.

Encerro os presentes trabalhos.

Correspondência dada como lida, em 22.03.2016:

CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

Aviso Seses/TCU, de 10 de março de 2016:

1) Aviso nº 192/2016 (Acórdão 544/2016-TCU-Plenário): locação de recursos federais aos municípios por meio de transferências voluntárias.

Em 23.03.2016.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada a apreciar as matérias constantes da pauta.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero lembrar que houve a interrupção da reunião ontem por causa da Ordem do Dia.

Está em apreciação a Medida Provisória nº 715, de 2016, do Poder Executivo, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor de R\$ 316.230.970,00, para o fim que especifica.

Como o relatório tinha sido lido e a matéria já estava em fase de discussão, eu proponho que a votemos se não houver desavença.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

Antes de S.Exa. falar, eu queria comunicar que há um jornal circulando, o *Jornal da Câmara*, que ontem publicou que eu dei uma declaração que não é verdadeira. Eu gostaria de ter a retratação da jornalista ou do jornalista em questão. Segundo o jornal, eu teria dito que fiz um acordo para votar hoje as contas da Presidente Dilma. Essa matéria é mentirosa! Eu não dei entrevista de qualquer natureza nessa direção!

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, apenas quero registrar que, sob a Presidência de V.Exa., acabamos de concluir um acordo para que se vote, exclusiva e unicamente, esta medida provisória.

Levamos em conta o apelo feito por V.Exa. de que há matérias orçamentárias na medida provisória que podem ficar prejudicadas e de que pode haver transtornos para a administração pública, com repercussão em Estados e Municípios, caso não votemos essa medida provisória e ocorra um atraso na próxima Comissão a ser instalada.

Então, preocupados com o interesse público, com o interesse nacional, nós acatamos a proposta de V.Exa. de votar exclusivamente esta medida provisória e, na sequência, encerrarmos esta sessão. Assim, não haveria prejuízo para o interesse público.

Portanto, nós não vamos obstruir a votação desta medida provisória especificamente.

Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero, por uma questão de justiça, dizer que essa iniciativa foi de V.Exa. também, porque há uma preocupação, inclusive, de que esse recurso possa prover as necessidades das regiões afetadas até por calamidades públicas como o acidente lá de Mariana.

Então, eu agradeço a V.Exa. mais uma vez, pelo espírito público que manteve durante todo o tempo nesta Comissão. Agradeço a V.Exa., ao Deputado Izalci e ao Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - E aqui passaram hoje vários Deputados, que ficaram inclusive com a expectativa de que houvesse votação. Em função de várias outras questões que V.Exas. sabem que estão acontecendo na Casa, nós estamos com uma limitação enorme para darmos vazão a essas matérias que são extremamente importantes.

Mas, como tínhamos feito o acordo de votar todos os itens, menos a questão das contas, que seria o último item da pauta, é ele que estamos mantendo agora. Qualquer versão contrária a isso não corresponde à verdade.

Por favor, Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sra. Presidente, eu até queria agradecer a proposta da Oposição, que está colocando a necessidade de votarmos essa medida provisória, que é urgente, até pela ausência de vários Parlamentares neste momento, na Comissão.

Eu só queria fazer uma ressalva: nós poderíamos votar a medida provisória e suspender a reunião em seguida, não cancelá-la, até porque já existem outras reuniões programadas e convocadas.

Portanto, nós poderíamos avançar e votar esse item e, em seguida, suspender a reunião.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar em votação a Medida Provisória nº 715, de 2016, no valor já mencionado, com o voto da Relatora pela aprovação, nos termos do proposto do Poder Executivo. A ela foram apresentadas sete emendas, sendo que a Relatora votou pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 1, 2, 6 e 7 e rejeitou todas as demais.

Podemos passar à votação? *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação a Medida Provisória nº 715, de 2016.

Aqueles que a aprovam na Câmara dos Deputados permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Aqueles que a aprovam no Senado Federal permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Está encerrada a votação da Medida Provisória nº 715, de 2016.

O Deputado Nilto Tatto fez um pleito a que o Deputado Domingos Sávio vai responder, para podermos encerrar a sessão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, eu compreendo a preocupação do Deputado Nilto Tatto. Mas eu vou me comprometer com V.Exa.: nós — não só eu, mas também os membros da bancada da Oposição — estaremos aqui na terça-feira, às 13 horas, atendendo à convocação de V.Exa.

Mas peço a V.Exa. que encerremos a reunião.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É o que eu vou fazer agora, se V.Exa. me permitir.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente. Peço também, por gentileza, que também seja considerada cancelada a outra reunião que estava prevista para hoje.

Ficamos convocados, portanto, para a terça-feira, às 13 horas. É este o acordo?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Havia outra convocação para hoje?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Parece que havia.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É impossível realizar uma reunião às 14 horas, haja vista que o painel da Câmara foi aberto às 7 horas da manhã. Já deu quórum e estão entrando na Ordem do Dia.

Portanto, vamos convocar reunião da Comissão para a próxima terça-feira, às 13 horas, e reunião de Líderes para as 14 horas. A reunião será para votação no plenário.

Está encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**ATA DA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,
 DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA
 NO DIA 29 DE MARÇO DE 2016.**

No dia vinte e nove do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Flávia Moraes, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, João Arruda, Lázaro Botelho, Marcelo Aro, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Pedro Fernandes, Ricardo Barros, Samuel Moreira, Wadson Ribeiro e Zé Geraldo; - **Senadores titulares:** Acir Gurgacz, Eduardo Amorim e Rose de Freitas; - **Deputados suplentes:** Domingos Sávio, Evair de Melo, Gorete Pereira, Izalci, Leo de Brito, Leonardo Monteiro, Leopoldo Meyer, Luiz Carlos Busato, Raimundo Gomes de Matos e Valtênir Pereira. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Caio Narcio, Edmar Arruda, Genecias Noronha, Giuseppe Vecchi, Hugo Leal, João Fernando Coutinho, José Nunes, José Rocha, Lelo Coimbra, Paulo Pimenta, Wellington Roberto e Zeca Dirceu; e - **Senadores:** Benedito de Lira, Davi Alcolumbre, Gleisi Hoffmann, Paulo Bauer, Raimundo Lira, Roberto Rocha e Valdir Raupp. Teve a ausência justificada o Deputado Titular Jaime Martins. **ABERTURA:** às quatorze horas e quarenta minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os trabalhos foram abertos pela Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). A Presidente anunciou que cumpriria a formalidade e faria o encerramento de sua gestão na CMO. Em seguida, apresentou discurso de despedida, e afirmou ter presidido uma das comissões mais importantes do Congresso Nacional e divulgou levantamento estatístico elaborado pela Secretaria da Comissão que apontou um crescimento de 139%, em média, de proposições aprovadas durante a sua gestão em relação ao ano de 2014. Informou que 332 matérias foram aprovadas pela CMO, entre abril de 2015 a março de 2016, entre as quais Relatórios apresentados à 4 Prestações de Contas Presidenciais, à 15 Projetos de Lei, à 8 Medidas Provisórias, destacando-se os Relatórios aos Projeto de Lei que institui o Plano Plurianual da União para o período 2016/2019, ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 e ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016. Em prosseguimento, a Presidente agradeceu pelo apoio e compreensão dos Membros da Comissão, dos Líderes de Bancadas e dos Relatores Setoriais. Agradeceu a dedicação e o desempenho do Secretário da CMO, Sr. Walbinson Tavares e o trabalho prestado pelos servidores da Secretaria daquela Comissão. Agradeceu, também, o apoio técnico de toda equipe da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, dirigidas pelos Senhores Ricardo Volpe e Luiz Perezino, respectivamente. E, ainda, agradeceu pelo desempenho de seus trabalhos aos membros das Lideranças Partidárias, à Karla do Departamento de Polícia Legislativa, ao Relator-Geral do Orçamento, Deputado Ricardo Barros, ao Senador Acir Gurgacz, e ao ex-Ministro da Fazenda, Sr. Joaquim Levy, pelas informações prestadas, que contribuíram para os trabalhos na CMO. E, por fim, teceu agradecimentos diversos. Logo após, houve pronunciamentos do Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) e dos Deputados Ricardo Barros (PP/PR), Elmar Nascimento (DEM/BA), Nilto Tatto (PT/SP), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e Domingos Sávio (PSDB/MG) que teceram considerações elogiosas à Senadora Rose de Freitas e ao seu desempenho como Presidente da CMO. Às 15h18min, o Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA) assumiu a condução dos trabalhos e transmitiu a palavra ao Deputado Domingos Sávio, que deu continuidade ao seu discurso. Às 15h24min, à Presidente reassumiu a direção dos trabalhos e concedeu a palavra aos Deputados Izalci (PSDB/DF), Hildo Rocha (PMDB/MA), Leo de Brito (PT/AC), Zé Geraldo (PT/PA) e Valtênir Pereira (PMB/MT) que enalteceram o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

trabalho da Presidente e manifestaram admiração à Senadora Rose de Freitas. Ao final dos trabalhos, as matérias constantes da Pauta **deixaram de ser apreciadas**, em virtude da inexistência de *quórum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, a seguir relacionadas: Ata da 4ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 22 e 23 de março de 2016. PAUTA. 1 – Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 711/2016-CN**, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, da Defensoria Pública da União e do Ministério Público da União, no valor de R\$ 419.460.681,00 (quatrocentos e dezenove milhões, quatrocentos e sessenta mil, seiscentos e oitenta e um reais), para os fins que especifica". Relatora: Deputada Gorete Pereira. Foram apresentadas 03 emendas. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão. Quanto às 3 (três) emendas apresentadas, a Relatora indicou para inadmissibilidade a emenda de nº 1, e pela rejeição das demais emendas. 2 – Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 716/2016-CN**, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor de R\$ 420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Pedro Fernandes. Foram apresentadas 4 emendas. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, nos termos propostos pelo Poder Executivo. Quanto às 4 (quatro) emendas apresentadas, o Relator indicou para inadmissibilidade as emendas de nºs 1, 2, e 3; e pela rejeição da emenda de nº 4. 3 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 31/1991-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, as Contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 1990". Relator: Senador Dário Berger. Não foram apresentadas emendas. Voto: considerando a inobservância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, correlatos ao devido processo legal, bem como a impossibilidade de individualização de eventuais responsabilidades dos presidentes da República que exerceram o cargo no período em que se julgam as presentes contas, este Relator vota pelo arquivamento das Contas dos Presidentes da República relativas ao exercício de 1990, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. 4 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 4/2015-CN**, que "Encaminha a Prestação de Contas da Presidente da República pertinente ao exercício financeiro de 2014." Relator: Senador Acir Gurgacz. Foram apresentadas 9 emendas. Voto: pela aprovação, com ressalvas, das Contas da Presidente da República relativas ao exercício de 2014, pela rejeição das emendas de nºs 1, 2, 3, 5, 6, 7 e 9 e pela inadmissibilidade das emendas de nºs 4 e 8, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. De acordo com art. 132, § 6º, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, o Deputado Izalci apresentou voto em separado ao Relatório apresentado pelo Senador Acir Gurgacz. 5 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 8/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 56, caput, e § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e no art. 101 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO para 2011), a Prestação de Contas do Tribunal de Contas da União relativa ao exercício de 2011, composta pelo relatório de gestão e pelos relatórios descritivos e sintéticos dos programas e ações desenvolvidas ao longo do exercício." Relator: Deputado Hugo Leal. Não foram apresentadas emendas. Voto: pelo conhecimento da matéria, regularidade e adequação das contas encaminhadas pelo TCU, referentes ao exercício de 2011, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, e envio para o arquivo. 6 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 17/2014-CN**, que "Encaminha, cópia do Acórdão nº 2378/2014 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2014, em cumprimento aos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000 (TC 015.015/2014-9)."; à **Mensagem nº 9/2014-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000, Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao primeiro quadrimestre de 2014."; à **Mensagem nº 11/2014-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a abril do exercício de 2014"; ao **Ofício nº 18/2014-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao primeiro quadrimestre de 2014.”; ao **Ofício nº 19/2014-CN**, que “Encaminha, o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2014, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000, do Conselho Nacional de Justiça, em vista do que estabelece o art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.”; ao **Ofício nº 20/2014-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao 1º quadrimestre de 2014”; ao **Ofício nº 21/2014-CN**, que “Encaminha, em conformidade com o inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028/2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 1º quadrimestre de 2014.”; ao **Ofício nº 22/2014-CN**, que “Encaminha, cumprindo determinação expressa no art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 1º quadrimestre de 2014.”; ao **Ofício nº 25/2014-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao primeiro quadrimestre de 2014.”; ao **Ofício nº 26/2014-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101 de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal Militar, referente ao 1º quadrimestre de 2014.”; e ao **Ofício nº 27/2014-CN**, que “Encaminha, em conformidade com o inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao primeiro quadrimestre de 2014.” Relator: Deputado Átila Lins. Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. 7 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 6/2015-CN**, que “Encaminha, em cumprimento à Lei 12.919 de 2013, art. 115, Acórdão nº 138/2015, proferido pelo Plenário da Corte, sobre os Relatórios de Gestão Fiscal dos Poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, correspondentes ao 2º quadrimestre do exercício de 2014.”; à **Mensagem nº 16/2014-CN**, que “Encaminha, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tesouro Nacional referente ao período de janeiro a agosto (2º quadrimestre) do exercício de 2014.”; à **Mensagem nº 17/2014-CN**, que “Encaminha, conforme o disposto no artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao segundo quadrimestre de 2014.”; ao **Ofício nº 32/2014-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao segundo quadrimestre de 2014.”; ao **Ofício nº 33/2014-CN**, que “Encaminha, conforme o disposto no inciso I do art. 5º, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao segundo quadrimestre de 2014.”; ao **Ofício nº 34/2014-CN**, que “Encaminha cópia do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2014, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000, do Superior Tribunal Militar, publicada no Diário Oficial da União nº 186, Seção I, páginas 227 e 228, de 26 de setembro de 2014.”; ao **Ofício nº 35/2014-CN**, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19/10/2000, referente ao período de setembro de 2013 a agosto de 2014.”; ao **Ofício nº 36/2014-CN**, que “Encaminha, cumprindo determinação expressa no art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios referentes ao 2º quadrimestre de 2014.”; ao **Ofício nº 37/2014-CN**, que “Encaminha, nos termos do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça referente ao 2º quadrimestre de 2014.”; ao **Ofício nº 38/2014-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao 2º quadrimestre de 2014.”; e ao **Ofício nº 39/2014-CN**, que “Encaminha, em conformidade com o inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 2º quadrimestre de 2014”. Relator: Deputado Marcelo Aro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. 8 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 19/2015-CN**, que "Encaminha, em cumprimento à Lei 10.028/00, art. 5º, I, Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 1º quadrimestre de 2015". Relator: Deputado Vitor Valim. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo. 9 – Relatório apresentado à **Mensagem nº 5/2015-CN**, que "Encaminha, em cumprimento à Lei nº 13.080, art. 52, Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 2º bimestre de 2015". Relator: Deputado Carlos Henrique Gaguim. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo. 10 – Relatório apresentado à **Mensagem nº 11/2015-CN**, que "Encaminha, em cumprimento à Lei nº 13.080, de 2015, art. 52, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao 4º bimestre de 2015". Relator: Senador Elmano Férrer. Voto: que considera satisfatórios os dados apresentados no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 4º bimestre de 2015 e pelo arquivamento da matéria. 11 – Relatório apresentado à **Mensagem nº 14/2015 – CN**, que "Encaminha, em cumprimento à Lei 13.080/2015, art. 52, § 6º, Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao mês de dezembro de 2015". Relator: Senador Hélio José. Voto: que considera satisfatórios os dados apresentados no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referentes ao mês de dezembro de 2015 e pelo arquivamento da matéria. 12 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 10/2014-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 113 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento e Orçamento e Gestão"; à **Mensagem nº 15/2014-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 113 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao segundo quadrimestre de 2014"; e à **Mensagem nº 03/2015-CN**, que "Encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.919/13, art. 111, Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais, referente ao Exercício de 2014". Relator: Deputado Jaime Martins. Voto: pelo conhecimento das matérias, e dê por cumprida a meta de superávit primário do Governo Federal para o exercício de 2014. De acordo com art. 132, § 6º, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, o Deputado Izalci apresentou voto em separado ao Relatório apresentado pelo Deputado Jaime Martins. 13 – Relatório apresentado à **Mensagem nº 07/2015-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 128 da Lei nº 13.080, de 2015, o Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais referente ao 1º quadrimestre de 2015". Relator: Deputado César Halum. Voto: pelo conhecimento da matéria e solicite o comparecimento, o mais breve possível, do Secretário do Tesouro Nacional para explicar as medidas de ajuste para o cumprimento da meta fiscal, e envio para o arquivo. 14 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 10/2015-CN**, que "Encaminha, em cumprimento à Lei 13.080, art. 138, Demonstrações Financeiras do Banco Central referentes ao 1º semestre de 2015". Relatora: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Voto: pelo arquivamento da matéria. 15 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 25/2015-CN**, que "Encaminha, em cumprimento à Lei nº 7.827/89, art. 20, § 5º, Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, referente ao Exercício de 2014", e ao **Ofício nº 26/2015-CN**, que "Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 20, § 4º, o relatório de atividades e resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte referente ao exercício de 2014". Relator: Deputado Samuel Moreira. Voto: pelo conhecimento das matérias e envio ao arquivo. 16 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 27/2015-CN**, que "Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 20, § 5º, Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, referente ao Exercício de 2014". Relator: Deputado Jhonatan de Jesus. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo. 17 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 1/2016-CN**, que "Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 14, II, IV e parágrafo único, a Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, referente ao exercício de 2016". Relator: Deputado Leo de Brito. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo. 18 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 24/2015-CN**, que "Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 20, § 5º, o relatório de resultados e impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste referente ao Exercício de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2014."Relator: Deputado Genecias Noronha. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo. 19 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 15/2015-CN**, que “Encaminha, em cumprimento á Lei 11.887/08, art.10, Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil, referente ao 3º trimestre de 2015”. Relator: Deputado Leopoldo Meyer. Voto: pelo conhecimento e arquivamento da matéria. 20 – **Nota Técnica Conjunta nº 01/2016 /CONOF/CONORF**, de 12 de fevereiro, que propõe “Correção de erros materiais verificados no processamento de atributos e programações constantes do autógrafo do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2016-2019 (Lei nº 13.249/2016)”. (**Errata à Lei do Plano Plurianual – PPA 2016-2019**). Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal. 21 - **Requerimento nº 3/2016-CMO**, que "Solicita esclarecimentos ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde acerca do Atendimento dos Recursos Mínimos Aplicados pela União em Ações e Serviços Públicos de Saúde durante os Exercícios de 2012 a 2015". Autor: Deputado Samuel Moreira. **ENCERRAMENTO:** às quinze horas e quarenta e oito minutos, encerrado os discursos, a Presidente declarou encerrada a reunião. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora Rose de Freitas, Presidente.** xxx

Em 29.03.2016.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 5ª reunião desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apenas para cumprirmos uma formalidade. Tenho certeza de que não haverá ninguém contrário a que façamos o encerramento dos trabalhos referentes ao ano da Comissão de Orçamentos.

Os agradecimentos são, evidentemente, muitos. É lógico que sempre há alguém que gostaria que jogássemos os papéis para cima e fizéssemos uma festa. Eu tenho certeza de que, mais importante que isso, devemos lembrar o trabalho construído nesta Comissão com a participação de todos os membros.

Permitam-me proferir algumas palavras. Eu considero que nós alcançamos as metas possíveis e de forma *sui generis*, que consiste exatamente em se construir o entendimento, já que nem sempre contamos apenas com a inteligência e a boa-vontade, mas, muitas vezes, contamos também com o humor das pessoas. Eu acho que esta é uma boa maneira de encararmos o trabalho realizado.

Apenas uma questão me incomodou o tempo todo: o trabalho apresentado por um membro desta Comissão, para o melhor funcionamento desta própria Comissão, mas que não pôde ser aproveitado. Nós não tínhamos condições de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aproveitar o trabalho porque o hábito do cachimbo faz a boca torta. As pessoas queriam trabalhar da mesma maneira e inovar não era possível àquela altura dos acontecimentos, com a Casa inteiramente contaminada com a quebra do Regimento, com a quebra de procedimentos e com a ausência de reuniões.

Nesta Comissão, no entanto, eu quero estabelecer o conceito da diferença, Deputado Tatto, que se deu com a presença de todos os que aqui se encontram.

Há 365 dias, eu assumi a Presidência desta Comissão. Assumimos juntos esta que é, como todos sabem, uma das mais importantes Comissões do Congresso Nacional, entrando num tempo de luta política intensa. Portanto, foi possível fazer por vezes até o impossível, quando se tratava de costurar as ideias para que pudéssemos avançar.

Eu me dirijo a todos os Senadores. É evidente que simbolicamente alguns tiveram papel determinante, como o Líder da Oposição, que ajudou a construir caminhos onde só havia descaminhos.

Como esta é a última reunião que presido, logicamente prestarei alguns agradecimentos, porque este é um item da nossa história política e das nossas vidas.

Eu queria, portanto, agradecer a cada um dos membros aqui presente, aos que estiveram, aos titulares e depois saíram, aos suplentes em lugar dos titulares, aos Líderes das bancadas, aos Relatores setoriais. Sem o apoio e sem a compreensão, mas, sobretudo, sem a presença, haja vista o dia de hoje, de cada um dos senhores e das senhoras, nós não teríamos motivo para levarmos na nossa mente e na nossa memória uma comemoração do que foi construído o que foi construído proficuamente nesta Casa.

O levantamento feito pela Secretaria da Comissão Mista de Planos e Orçamentos, que cito neste momento, aponta para o crescimento de 139%, em média, de proposições aprovadas no ano de 2015 em relação ao ano de 2014. Ao todo, foram 332 matérias apreciadas e votadas entre abril do ano passado e março deste ano, contra apenas 139 matérias apreciadas em 2014.

No mesmo período, ressalto, nós aprovamos 45 mensagens da Presidenta da República ao Congresso Nacional. O Relatório de Avaliação do Plano Plurianual —





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PPA, a prestação de contas, a mudança da meta fiscal, entre outras matérias: 105% a mais que no ano anterior.

Registro que, quando assumi a Presidência, deparei com uma situação lamentável. A imprensa, muitas vezes, achava inacreditável que houvesse análises de prestação de contas presidenciais pendentes havia mais de 25 anos. Este é o absurdo dos absurdos.

Portanto, convivemos com a ranhetice da Oposição ou com o boicote da Situação, mas nada nos incomodou diante de um quadro tão deprimente da Comissão mais importante do Congresso Nacional. Das sete matérias que estavam pendentes, nós conseguimos votar quatro, porque as outras já tinham sido transferidas para o plenário da Comissão.

Nós poderíamos ter votado a última hoje, que dizia respeito apenas a um arquivamento. Mas, como exige o senso democrático levantado pelo Deputado Domingos Sávio, que logicamente pontuou os 2 minutos que se passavam da hora em que o plenário deveria abrir, e com o Senador Acir Gurgacz aqui no plenário esperando, teríamos quórum suficiente para encerrar este trabalho.

A despeito de tudo isso, a intransigência faz parte e nos ensina a ser mais disciplinados.

Além disso, eu quero dizer que a CMO, com todos esses desafios, analisou e aprovou 71 avisos ao Congresso Nacional; três do Tribunal de Contas da União — TCU sobre obras e serviços com graves indícios de irregulares, entre os quais alguns foram superados; quatro pareceres prévios do Governo Federal; e 64 outras matérias. Tudo isso representa um aumento de produtividade de cerca de 105%, se compararmos com a legislatura passada. Foram aprovados 15 projetos de lei e 8 medidas provisórias — todas elas de créditos extraordinários, segundo o mesmo levantamento. Todos estes dados estão disponíveis na página da Comissão.

Foram realizadas 40 reuniões dos comitês permanentes e colegiados. Tivemos 23 reuniões de colegiado de Líderes, foram produzidos 14 relatórios; 2 reuniões do Comitê de Avaliação de Obras com Indícios de Irregularidades; 4 reuniões do Comitê de Exame de Admissibilidade de Emendas; e 1 reunião do colegiado de coordenadores de bancada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esta Comissão realizou, durante o mesmo período, 34 reuniões: 2 de instalação, 1 de eleição, 1 não deliberativa, 4 ordinárias e 19 extraordinárias. Este número pode ser multiplicado por 3, uma vez que dezenas de reuniões foram suspensas e retomadas ao final do dia ou no dia seguinte, não entrando no cômputo geral do levantamento do nosso trabalho.

Os números estão aqui. Em 2015, a Comissão também registrou um recorde histórico: o aumento de 650%, Deputado Domingos Sávio — poderiam ser 651% —, no quesito aprovação de ofícios encaminhados ao Congresso Nacional. Nos últimos 12 meses, foram analisados e aprovados 173 ofícios, sendo 34 sobre prestação de contas e 139 de outras matérias, contra apenas 26 do mesmo período anterior da CMO.

Tivemos também uma rápida tramitação e análise de votação de requerimentos de informações — ao todo, 22 — e mais proposições ao Senado Federal. Foram apresentados nesta Comissão 12.392 emendas e destaques ao conjunto de peças orçamentárias.

Portanto, eu quero dizer às Sras. e Srs. Senadores e Deputados que os números aqui expostos por si sós revelam o ritmo de trabalho e o enorme volume executado durante todo o ano passado por esta Comissão.

Abro aqui um parêntese para agradecer ao nosso Secretário Walbinson Araújo toda a dedicação e o empenho, para quem eu peço uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Agradeço ao nosso Subministro Ricardo Alberto Volpe, que não se encontra aqui. Ele, com todo o entendimento técnico e capacidade profissional, falava nas reuniões da Fazenda e do Planejamento. Peço, igualmente, uma salva de palmas para ele *(palmas)*, para o Teresino *(palmas)*, para a Socorro, que ali está, e para os demais membros da Comissão.

Nós não trabalhamos sozinhos. Nós temos o Heleno. No caso do Teresino, nós vamos mudar o penteado este ano, ele vai ficar moderno — ele ainda usa o penteado como os Beatles. É uma pessoa querida. Ele é do Senado Federal, mas está sempre presente conosco.

O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO - O penteado dele é igual ao do nosso Deputado do Pará. É uma homenagem aos Beatles.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não. Ele é único. O Teresino não tem cópia. *(Risos.)*

Os números aqui expostos revelam o nosso trabalho.

Eu abro um parêntese para agradecer a Carla, aos assessores dos Ministérios e a todos os que estiveram conosco neste plenário, cuidando para que tudo acontecesse da melhor forma possível.

Faço uma homenagem a toda a equipe desta Consultoria, que é ímpar, extremamente competente, e aos assessores das bancadas.

Não poderia deixar de mencionar o nome de Marcos Mognatti, assessor técnico do PSDB, a quem agradeço a participação. É ele que mais fala aos ouvidos dos Deputados. O Deputado Domingos Sávio realmente fala bastante — vocês não têm noção do que é uma reunião com ele. Mas o assessor dele fala o triplo, sempre acertadamente, mesmo que seja contra o Regimento. *(Risos.)* Ele é um tipo “manteiga Aviação”: você abre a porta, ele entra e já saiu. É o Ricardo Barros: “*Estou presente*”. Daqui a pouco, cadê Ricardo Barros? Já saiu. Mas nunca deixou de cumprir com o seu trabalho, com a sua tarefa. Sempre nos assessorou e nos ajudou bastante.

Eu queria ressaltar a contribuição do Ministro Joaquim Levy a esta Comissão. Não posso me esquecer de que, às vezes, à meia-noite, estávamos no gabinete dele para esclarecer dúvidas. Quando manifestávamos nossas posições, debatíamos com ele, muitas vezes ele recuava um pouco, para que pudéssemos ter um terreno comum de ação.

Diante dos argumentos e embates travados com os Ministros, registro que o mais rico debate que travamos dentro e fora da sala dele, nesta sala, foi com o Ministro Joaquim Levy, que, infelizmente, não teve a aceitação do próprio Governo. Ele partiu em retirada, e agora temos outro Ministro que lá está com a mesma boa vontade. O Ministro Levy nos deu muita segurança na construção dos argumentos que apresentamos neste plenário.

Aproveito para agradecer aos técnicos do Ministro Joaquim Levy — eles não estão presentes, como o próprio Ministro.

Destaco que, diante deste cenário de crise política e dificuldades na economia, a aposta inicial seria que nós não conseguiríamos concluir os trabalhos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

desta Comissão. As chances para a aprovação do Orçamento eram bem remotas, haja vista que a prática nos últimos anos era exatamente não se aprovar o Orçamento e o Governo chegar a trabalhar com duodécimos. Consequentemente, o Governo acabava fragilizado. Muitos programas não foram executados porque nós não conseguiríamos exercer com competência esta atividade.

Eu acho que a aprovação do Orçamento foi um fato importantíssimo, política e economicamente falando. Havia anos, isso não acontecia. Lembro aos Deputados e aos Senadores que isso não acontecia havia anos. Parece absurdo, mas eu falo isso lembrando que estou há 30 anos nesta Casa. Para nós, o Orçamento era o norte, o caminho, a estruturação das políticas e das questões econômicas para adotar programas. Todas as alterações que fizemos aqui o foram com clareza. Nossas reuniões eram sempre realizadas com a porta aberta, a não ser quando alguém queria entrar em atrito com outro alguém. Nós fechávamos a porta para não ver ruir o nosso desafio e para colocar um pouco de ordem nos trabalhos.

Eu vou fazer uma confissão. Foi duro e, por vezes, bastante angustiante. Mas eu nunca pensei em desistir, a não ser no dia em que eu queria entregar a Presidência ao Deputado Domingos Sávio. Ah, eu queria! Naquele dia eu queria! É apenas uma brincadeira. Eu sei que o Brasil precisava tomar um rumo, a economia não podia ficar à deriva, e nós tínhamos o papel de fazê-lo.

Portanto, nós estamos à espera de uma solução da crise política, como estamos à espera da solução da crise econômica. Mas cumprimos o nosso papel.

Eu quero dizer que insistir no processo de negociação entre a Oposição e a base do Governo é fundamental. Depois que largamos o discurso de quem era a favor da figura emblemática da Presidente da República ou contra ela e passamos a questionar as questões de governo, nós apostamos todas as nossas energias em busca de acordos que viabilizassem as votações. Foram aprovações, ganhamos tempo, alteramos relatórios, mas o resultado está aí: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual.

O Ricardo foi incansável no debate com todos. Evidentemente, o encontro de opiniões e posições dependia de que todos estivéssemos caminhando na mesma direção. Mesmo quando propôs o corte no Bolsa Família, S.Exa. o fez com base no raciocínio, nos números que tinha e na acuidade que tinha naquele momento de que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o Programa Bolsa Família não estivesse incorrendo em falta de fiscalização e medidas adequadas, que não são de agora, são de muito tempo, vêm de outros Governos.

A estruturação funciona e socialmente atende às pessoas, mas temos que reconhecer que há falhas no programa, que deverão ser corrigidas em algum tempo.

Agradeço também ao Ministro Nelson Barbosa; ao Secretário do Tesouro Nacional, Marcelo Saintive, colaborador do nosso trabalho; ao Ministro Advogado-Geral da União, Luís Adams; ao Ministro do Tribunal de Contas da União — TCU, que, infelizmente, incorreu numa indelicadeza com esta Casa, mas já perdoada e aceita. S.Exa. não cumpriu o papel de estar na Casa, onde representava o órgão auxiliar do Poder Legislativo, o TCU, e se ausentou das explicações que deveria oferecer a esta Comissão. S.Exa. não poderia ter feito o que fez. Não retornou a esta Casa. Espero que fique para a próxima reunião, para fazer uma correção daquelas que S.Exa. sempre sugere no Regimento. Não poderá, de maneira nenhuma, ser substituído o protagonista fundamental, diante de uma prestação de contas deste porte e desta importância.

Nós promovemos várias audiências públicas, como exige o Regimento da Casa e como exige a resolução. O tempo todo, contamos com participações técnicas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Esta Comissão não se acovardou, em momento nenhum, nem nos entreveros entre os companheiros — nunca houve brigas ou desavenças; houve um confronto de ideias e pensamentos. Ao contrário, eu vi que todos assumiram suas responsabilidades.

O Deputado Zé Geraldo, que não está aqui para receber meus agradecimentos, mostrou à Comissão do Impeachment que, embora o tempo seja urgente no julgamento das tarefas que têm à frente, seus membros não poderiam virar para a Comissão e simplesmente dizer: *“V.Exas. vão para outra sala porque nós vamos fazer o nosso trabalho”*. Tudo foi tratado com respeito. O Deputado Zé Geraldo fez a defesa da Comissão e foi protagonista de esclarecimentos importantes.

Portanto, eu quero agradecer a todos o andamento de todo o processo. Agradeço a todos a convivência, que foi muito boa. Eu falo, falo e olho para o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Domingos Sávio: a convivência foi muito boa. Carinhosa e respeitosamente, agradeço a todos as grandes contribuições que foram dadas.

Quero agradecer ao Deputado Samuel Moreira, sempre muito preciso nas suas posições. Eu queria lembrar o nome de todos: o Deputado Luiz Carlos Busato, o Deputado Pedro Fernandes. V.Exa. ainda é suplente, Deputado Pedro Fernandes?

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado Pedro Fernandes nunca deixou de estar sentado àquela mesa, àquele lugar, em todas as sessões. Muitas vezes, desanimada, um pouco pela falta residual de alguns que passaram por aqui, eu olhava para S.Exa. e me sentia forte, animada. Esta obstinação de servir, da melhor maneira, ao seu mandato e a esta Comissão é realmente emocionante. Peço uma salva de palmas para o Deputado Pedro Fernandes. É merecido. (*Palmas.*)

O mais bravo desta Comissão era o Deputado Edmilson Rodrigues. S.Exa. se tornou tão pacífico e conciliador, que agora tenho medo de que continue assim para sempre. (*Risos.*) Nos momentos de crise, S.Exa. sempre colocava sua opinião e tentava ajeitar as dificuldades.

Eu quero dizer algo ao Senador Acir Gurgacz, que recebeu a tarefa mais difícil desta Comissão: fazer um relatório novo. S.Exa. o fez com sua convicção, procurando orientações, ouvindo o contraditório. Eu mesma participei de uma reunião que S.Exa. organizou com professores da área tributária.

O Senador Acir Gurgacz buscava a construção de um raciocínio em torno daquilo que achava o mais certo. S.Exa., que nem pôde ler seu relatório, sempre estava preparado para uma e outra coisa, estava preparado para ler e votar. Ao final, entendeu que, mesmo não havendo acordo para esta votação, não se inquietou, de maneira nenhuma.

Se este não é o Orçamento dos sonhos, eu quero dizer que é o Orçamento possível de ser construído. Depois de muitos anos, nós não ouvimos nenhuma pessoa dizer que este era um orçamento de ficção, que era uma peça de ficção. Ao contrário, todos ouviram que esta é uma peça orçamentária séria, um Orçamento enxuto, que poderia ser plenamente executado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A sensação de dever cumprido me dá prazer e me deixa leve para enfrentar outra tarefa, aqui do lado, mais dolorosa, sem sombra de dúvida. Vencemos uma etapa, mas infelizmente não há tempo para descansarmos.

Eu agradeço a todos os Deputados que a todo momento participaram, pensaram, nos ouviram, nos ajudaram, nos estimularam. Quero dizer a S.Exas. que não há nada de difícil nesta vida que não seja encontrar a melhor maneira de caminhar, e aqui nós caminhamos juntos e encontramos a melhor maneira de caminhar, construindo alguma coisa de que o Brasil precisa e mereça.

Portanto, as palavras que eu deixo aqui são: vamos adiante!

Muito obrigada por tudo. (*Palmas.*)

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Sra. Presidente Rose de Freitas, nossos amigos, colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, foi um grande prazer trabalhar com V.Exa. e com os demais membros desta Comissão. Os números estão aí e mostram o que foi o trabalho produzido por esta Comissão, especificamente no ano de 2015 e neste ano de 2016.

Devemos esta produção, é claro, pela atuação dos membros, mas também pela maneira democrática com que a nossa Presidente sempre conduziu os trabalhos e atendeu tanto à Situação como, igualmente, à Oposição. Isso nos deu as condições para produzir.

V.Exa. está de parabéns, Sra. Presidente! Foi um grande prazer trabalhar com V.Exa. Vamos continuar o nosso trabalho. Agradeço a confiança por ter me designado inicialmente Relator de receitas, o que foi para mim um grande prazer. Nós trabalhamos muito, fizemos vários pré-relatórios, mudamos várias vezes os números, tentando contemporizar e fazer aquilo que era melhor para o nosso País — não o melhor para o nosso Governo, o melhor para a Situação ou para a Oposição.

Fizemos, sim, um relatório de receitas pautado na realidade da economia do momento, do ano passado, atendendo à necessidade dos brasileiros. Assim, conseguimos aprovar aquele relatório. Tanto a Situação como a Oposição viram que era um relatório realista, que mostrava o que estava acontecendo na economia brasileira.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero fazer um agradecimento especial ao Ribamar e ao Ramiro, consultores que nos acompanharam. Em nome dos dois, quero cumprimentar todos os consultores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, que fazem um trabalho excepcional.

Nós nos revezamos todos os anos, mas os consultores permanecem e, a cada ano, ampliam os seus conhecimentos e se adaptando à realidade do momento, da economia brasileira e dos embates entre a Situação e a Oposição.

Agradeço também à Iméria. V.Exa., Sra. Presidente, não conhece a Iméria, conhece a Jô. Então, meus agradecimentos à Jô pelo trabalho, pela dedicação e pelo acompanhamento que tivemos.

Produzimos, Sra. Presidente, um relatório relativo às contas de 2014, pautado na legalidade. Não ouvimos nenhum político, a não ser a mim mesmo, com relação às contas de 2014. Os consultores fizeram um trabalho excepcional. Ouvimos consultores do Banco do Brasil, do BNDES, do Governo, de universidades federais de vários Estados. Recebemos contribuições de técnicos em economia, que têm conhecimento amplo, para produzirmos o nosso relatório.

Infelizmente, não foi possível debatermos. Eu gostaria muito de debater aqui com os nossos colegas, tanto da Situação como da Oposição, as contas de 2014, mas faremos isso no próximo ano, quando estaremos de volta a esta Comissão. No ano de 2016, não estaremos, é evidente, o Regimento não o permite, mas em 2017 estaremos de volta e continuaremos este debate, que é salutar.

O debate que fazemos aqui não é o debate da Situação e da Oposição. Tem que ser um debate pensando no futuro do nosso País. Vivemos um momento ímpar na história do Brasil, e esta Comissão fez a sua parte. Trabalhamos para contribuir para o sucesso, não para o insucesso, do País.

Portanto, meus cumprimentos à Sra. Presidente.

Deputado Ricardo Barros, meus cumprimentos pelo seu belo relatório. Sabemos todos das dificuldades em fazer o relatório geral, principalmente neste momento em que vive o nosso País. Você, se me permite chamá-lo assim, fez um relatório muito benfeito. Meus cumprimentos a você e a todos os nossos parceiros, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mais uma vez, Sra. Presidente, muito obrigado pela confiança em mim depositada.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidente, eu também queria agradecer a todos a colaboração com o Relator-Geral. Foi uma tarefa difícil, trabalhosa, mas, com determinação, conseguimos chegar a bom termo.

Eu falei desta Mesa que havia 100 bilhões de receitas superestimadas no Orçamento. Ele já chegou assim para nós. Aliás, nós últimos 4 anos, o Orçamento vem com receitas superestimadas, da ordem de 1% do PIB. O Governo já reconheceu esses 100 bilhões e já tomou as providências, e nós vamos ter, quem sabe no futuro, um orçamento mais realista, como nós desejamos.

Quero parabenizar a nossa Presidente pela condução dos trabalhos, todos vocês que colaboraram, em especial a Oposição, que foi muito cordata. Eu sempre digo que o Orçamento não é uma questão de Governo, mas uma questão de Estado. Portanto, a disposição da Oposição em conduzir esta Comissão, visando à maior possibilidade de acordo possível, produziu este bom resultado.

Como diz a Presidente, eu sou multitarefas. Tenho outro compromisso, mas quero agradecer muito a todos a colaboração.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pediram a palavra os Srs. Parlamentares Izalci, Caio Narcio, Edmilson, Evair e Domingos Sávio.

Eu só peço a compreensão, porque eu vou votar na minha convenção.

Desta vez, eu vou inverter. Com a palavra o Deputado Elmar Nascimento, em primeiro lugar.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Sra. Presidente, eu quero me associar à manifestação de todos os companheiros da Comissão, Senadores e Deputados, para fazer justiça à condução de V.Exa., parabenizando-a pelo trabalho brilhante realizado nesta Comissão, que tem tantos interesses e é uma das mais importantes do Congresso Nacional. V.Exa. soube bem conduzir, contemplando sempre o Governo e as oposições, pensando nos superiores interesses do nosso País.

Portanto, V.Exa. está de parabéns, Sra. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu queria estender os cumprimentos ao Relator-Geral do Orçamento, o Deputado Ricardo Barros, que foi sensível no atendimento, tornando o nosso Orçamento em algo o mais real possível.

Em meu nome e em nome do Democratas, quero estender a V.Exa., Sra. Presidente, os cumprimentos pelo belíssimo trabalho feito durante este ano.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada.

Com a palavra o Deputado Izalci. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sra. Presidente, eu chego ao Parlamento pela primeira vez no ano passado. Portanto, de cara, entro na Comissão de Orçamentos. Eu queria expressar a felicidade da convivência e agradecer a generosidade na forma como V.Exa. conduziu os trabalhos.

Os números demonstram como o trabalho foi produtivo. Este foi um ano em que se aprovou o Orçamento dentro do ano, um ano com PPA — não é todo ano que temos PPA. Isso demonstra como V.Exa. soube conduzir os trabalhos.

Quero aproveitar a ocasião para agradecer a convivência não só aos Deputados da Base, mas também aos da Oposição. Chegar pela primeira vez ao Parlamento é, para mim, uma mostra de aprendizado com cada um, principalmente quando se tem uma pessoa como V.Exa. na condução dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada, Deputado.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Isso, como eu disse, demonstra a forma como costura, como trabalha as contradições que existem na Comissão, para podermos avançar. Estão aí os resultados, para o bem de todos, não só do Parlamento, mas de toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado a V.Exa. pelas aulas que tivemos aqui nesse ano que passou.

Muito obrigado a todos pela boa convivência nesta Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu agradeço a V.Exa., sobretudo, pela bela convivência que tivemos aqui. Sim, foi uma bela convivência, que eu vou levar no coração.

Com a palavra o Deputado Caio Narcio. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sra. Presidente, vou ser muito breve.

Eu quero parabenizá-la pelo reconhecimento da importância daqueles que cumprem a sua obrigação nesta Comissão, mas que o fazem com carinho, responsabilidade e competência. Refiro-me aos servidores: não só os consultores, mas todos os servidores, os da Taquigrafia, inclusive os terceirizados. Eu, por exemplo, não sobreviveria sem café, ninguém sobreviveria sem água. Agradeço aos servidores da segurança. Todos realmente dão um suporte importante para o nosso trabalho.

Eu queria dizer, Sra. Presidente, que sou agrimensor e arquiteto. Eu aprendi que um agrimensor, mesmo com as tecnologias avançadas de hoje, não consegue entregar um trabalho, muito menos antes, quando um dedão de um peão que levava uma mira falante...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Uma baliza.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - ...uma baliza ou mira já dava 2 ou 3 centímetros de diferença na medição. Em um quilômetro, estava fora de qualquer parâmetro exigido tecnicamente. Eu cheguei a fazer tudo debaixo de sol e de chuva. Sabem por quê? Da mesma forma que muitas dondocas ricas, autoritárias, comem a sua comida, o seu quitute, a sua sobremesa, com o cuspe de empregada que não aceita ser humilhada.

V.Exa., Sra. Presidente, com todo o respeito — desculpe-me pelas expressões anteriormente usadas —, é aquela que na prática manda obedecendo. O Deputado Hildo Rocha, que é do partido de V.Exa., que é um homem, que o diga! Nós apanhamos aqui de toalha molhada, para não deixar marca. *(Risos.)* V.Exa. sabe exercer a autoridade, mas, acima de tudo, sabe exercer a autoridade ouvindo, no momento de crise política, em que a Oposição cumpre o seu papel de crítica, de representação da opinião pública e dos eleitores brasileiros.

Aqui se construiu um caminho. Eu cumpro meu primeiro mandato. Hoje nós devemos votar as contas do Governo de Fernando Collor. Votamos aqui contas que havia 20 anos estavam na gaveta. E tantas outras coisas importantes foi possível construir, senão uma unanimidade, mas um consenso de maioria, se é correto usar essa expressão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Assim, eu queria dizer que é um prazer ser dirigido por V.Exa. até hoje, às 24 horas, quando termina o nosso mandato. E lembro que é uma honra muito grande tê-la aqui, num país e num mundo onde a violência contra as mulheres é tão profunda.

Hoje, da tribuna, Sra. Presidente, eu dizia que pesquisa da FLACSO—Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais mostra que, nos últimos 10 anos, de 2003 a 2013, houve um aumento de 54% no total de homicídios contra mulheres negras. Até contra as mulheres brancas houve redução de quase 10%. Mas é muito grande o número de vítimas de violência física, para não dizer de preconceito e vilipêndio.

Então, ter uma Senadora e uma ex-Deputada que, mesmo na condição de Presidente, não exerceu autoritariamente o seu comando, mas, sim, na base do diálogo e do respeito, é uma experiência que realmente enobrece e enriquece a nossa atividade parlamentar.

Quero dizer, sem nenhum puxa-saquismo, que V.Exa. é uma mineirinha de nascença que não perdeu a essência mineira de construir o consenso.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada, Deputado, pelas carinhosas palavras.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, permita-me, prezada amiga Senadora Rose de Freitas, permito-me tratá-la com essa proximidade porque, além de admirá-la, posso dizer que a tenho hoje como exemplo, referência, pela sua postura firme, como já foi dito, mas ao mesmo tempo serena, amiga, buscando sempre construir soluções, sem ter medo de enfrentar os problemas e os desafios.

Portanto, os números, que são extremamente positivos, saltam aos olhos, revelam uma produtividade em benefício do País, quando esta Comissão, que representa o Congresso Nacional, trabalhou de maneira intensa. Mas, às vezes, os números revelam certa frieza: estão ali matematicamente postos, mas não expressam tudo. Eu diria que, mais do que a frieza dos números, o calor humano e a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

capacidade de V.Exa. de construir o entendimento e inspirar a busca de soluções em benefício do País, produziram este resultado.

Trabalhamos em equipe, sim, em conjunto, mas sob a sua liderança, de forma uníssona, com manifestações vindas de todos os partidos, da Base, da Oposição. Reconhecemos isso e é bom que fique registrado na história do Congresso Nacional.

Aqui vejo a manifestação do ex-Ministro Joaquim Levy, uma figura suprapartidária, respeitada pela dedicação que teve em benefício do País, num momento extremamente grave e difícil, alguém que acompanhou aqui a luta de V.Exa. e a luta de todos nós, para que pudéssemos aprovar o Orçamento, matérias importantes para o País, e tivemos êxito.

Se hoje vivemos um grave momento na economia, com repercussões no campo social, não foi pela omissão desta Comissão, muito pelo contrário. Aqui nos esforçamos até altas horas da noite, às vezes varando a madrugada, passando de um dia para o outro, como na análise do Orçamento, mas conseguimos cumprir o nosso dever.

Como lutamos para aprovar matérias, nós, num ambiente democrático, lutamos, por fim, para não aprovar determinadas matérias com as quais não concordávamos. Isso faz parte do jogo democrático, e V.Exa. soube compreendê-lo, sem deixar de exercer o seu papel de forma imparcial, o papel de quem preside algo extremamente importante.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, permita-me interrompê-lo. Minha convenção está acabando. V.Exa. dispõe de 1 minuto, para concluir.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente, Sra. Presidente. Eu concludo, parabenizando V.Exa. Vá cumprir a sua missão com o PMDB, que ele é importante para o País, especialmente nesta hora crucial.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Preciso correr. Senão, vão dizer que nós não votamos. Eu preciso votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - A palavra continua com o Deputado Domingos Sávio.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Deputado Hildo Rocha, se V.Exa. me permite, gostaria de concluir. Já cumprimentei a Presidente, mas eu não poderia deixar de estender os cumprimentos a todos os meus pares, da mesma forma que o Deputado Nilto Tatto acabou de mencionar, a tantos colegas que compartilham a mesma linha ideológica e se posicionam na Oposição, mas também o meu respeito à luta de todos os que representam a base do Governo, sem distinção de partidos.

Aqui realizamos o bom combate, defendemos ideias, é bem verdade, às vezes, de forma um pouco calorosa, mas sem perder o respeito uns pelos outros. A defesa das nossas ideias, às vezes, vai além da manifestação apenas da razão, às vezes são impulsionadas pelo nosso sentimento, pela nossa emoção, e é bom que seja assim. Assim é que vivemos de maneira plena aquilo em que acreditamos. Mas nunca podemos deixar de lembrar que podemos transigir no limite da razão, do respeito ao próximo. Eu creio que isso não faltou.

Eu reitero agora a cada um dos colegas meu respeito por todos e, de modo especial, pelos servidores desta Casa. Nós temos a compreensão de que, sem a colaboração de todos, seria impossível. Na pessoa do Walbinson, quero transmitir meus agradecimentos a toda a assessoria da Comissão, aos membros desta Casa. Permitam-me referir-me à assessoria dos Parlamentares, nas pessoas do Mognatti e do Bergallo, que nos assessoram no PSDB.

Sei que cada partido também conta com sábias orientações, mas, de modo muito especial, prezados amigos Mognatti e Bergallo, nosso reconhecimento pelo esforço que fizeram.

O Brasil vive um momento grave, Deputado Hildo. Nós temos consciência de que o fato de ser um momento grave não significa podermos perder o sentido de respeito à nossa Constituição, às nossas instituições. Muito pelo contrário, mais do que nunca, a solução para este momento grave passa pelo respeito à Constituição, pelo fortalecimento de cada uma das instituições e pelo respeito a cada uma delas.

Entre as instituições basilares da democracia, está o Congresso Nacional. Nós haveremos de manter a serenidade sem perder a nossa responsabilidade para tomar as decisões adequadas no momento certo.

Isso está em curso, embora às vezes de forma calorosa, como foram os debates aqui. É natural que cada um expresse as suas ideias, às vezes usando os





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

adjetivos que melhor lhe convêm. Isso também cabe dentro da democracia. Por mais que se possa apregoar com esses adjetivos qualquer instabilidade, ela não existe.

A liberdade de declarar, da maneira mais enfática possível, o inconformismo só reforça a clareza de que vivemos numa democracia plena, em que cada um expressa o seu sentimento, e prevalecerá aquilo que a Constituição prevê através da decisão soberana do Parlamento, pela sua ampla maioria. Aliás, de maneira sábia, os constituintes asseguraram que decisões graves requerem manifestações altamente qualificadas, não apenas de maioria simples, muito menos de maioria absoluta, mas de maioria altamente qualificada, que possa expressar, de maneira indubitável, o sentimento da Nação.

É nesta direção que caminhamos. Temos que manter a serenidade, porque o papel de quem governa não é diferente do papel de quem faz oposição, do ponto de vista da responsabilidade para com a Constituição e para com o País. Se hoje sou oposição, tenho consciência da responsabilidade que tenho. Se, em dado momento, for situação, como já o fui, terei o senso absoluto da responsabilidade que também me será cobrada.

Portanto, isso não nos assombra. Ao contrário, estimula-nos e nos dá confiança.

O papel que desempenhamos nesta Comissão nos dá esta absoluta tranquilidade e serenidade para enfrentarmos os dias que nos aguardam. Lutamos para aprovar matérias de interesse do País, e as aprovamos, e lutamos para impedir a aprovação, e impedimos, até a tarde deste dia 29, último dia de reunião desta Comissão, conseguimos impedir a aprovação das contas da atual Presidente relativas ao exercício de 2014 que foram rejeitadas no Tribunal de Contas da União.

Posso, assim, terminar a minha palavra, mais uma vez parabenizando.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente Rose de Freitas, V.Exa. mais uma vez registrou, nos Anais desta Casa e na história do Brasil, que é de fato uma mulher guerreira, uma estadista, uma mulher preparada para os desafios que a aguardam. O povo de Minas Gerais se orgulha de tê-la como conterrânea, mas o povo do Espírito Santo foi premiado com V.Exa. o representando nesta Casa. Sei





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

muito bem que missões o mais elevadas estão reservadas a V.Exa. naquele grande Estado.

Parabéns e muito obrigado pela compreensão com este Parlamentar, que às vezes, devo reconhecer, pode ter se excedido no calor de defender as suas ideias, mas que nunca foi intransigente no respeito e na admiração que tem por V.Exa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu tive tempo para votar. Do contrário, a ausência seria bastante notada. Muito obrigada.

Eu queria dizer a V.Exa., Deputado Domingos Sávio, eu preciso dizer, às vezes, na pressão das nossas atividades, eu gosto de brincar com as pessoas, com o devido respeito. V.Exa. não sabe ainda mensurar a importância que sempre teve na construção das nossas votações. Eu achei que hoje V.Exa. exagerou um pouquinho, mas acho que V.Exa. faz aquilo que lhe cabe fazer, e sempre com a consciência muito tranquila.

Portanto, fica a minha admiração. Nunca vou esquecer que nas ruas capixabas agora eu sou chamada de “meu bem”, porque V.Exa. me apelidou assim, na brincadeira interna.

Eu quero dizer que eu sou muito grata. As pessoas às vezes não têm noção do quanto é importante agradecer. Eu agradeço por tudo. Agradeço os momentos de conflito, agradeço o entendimento e agradeço a produtividade que nós alcançamos aqui.

Seria mais difícil se V.Exa. não estivesse aqui. Ouvi as palavras do Deputado Tatto. Eu acho que são palavras importantíssimas para se levar durante a vida. Um membro do PT lhe disse da importância da convivência profícua nos debates, que são sempre salutares. Então, eu agradeço todo o carinho que V.Exa. me deu nas horas difíceis desta Comissão. Muito obrigada mesmo.

Eu não quero, mas sou obrigada a dar a palavra ao Deputado Izalci. *(Risos)* O que eu vou fazer? O que eu vou fazer?!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, eu também quero aqui manifestar a minha alegria por ter participado desta Comissão, mesmo como suplente. Estive aqui em todas as sessões. Tive também a oportunidade de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

participar em 2014. Comparando, em termos de produtividade, com 2014, digo que evidentemente V.Exa. conduziu muito bem esse processo.

No entanto, particularmente, talvez eu seja um pouco mais exigente, ou complique um pouco mais, porque eu sou técnico também. Eu sou contador e sou auditor. Portanto, a minha formação exige realmente uma cobrança maior. Acho que fiz isso no sentido de defender o nosso País.

Eu acho que esta Comissão talvez seja a Comissão mais importante da Casa, pois tem a responsabilidade realmente de acompanhar e fiscalizar o Executivo. Acho que ainda deixamos a desejar com relação a isso. Se nós estamos passando por esse momento difícil, de recessão, de desemprego, de inflação e tudo que está acontecendo, isso se deve muito à irresponsabilidade fiscal. E esta Comissão trabalha com isso.

Evidentemente que nós deveríamos aqui ter cobrado mais. A Secretaria do Tesouro tinha que participar mais, dar mais satisfação. Nós não podemos e não devemos votar matérias apenas porque se é base ou se é oposição. Acima disso, há o aspecto técnico. Eu tenho certeza de que, se nós tivéssemos conduzido tecnicamente essas matérias, o Brasil não estivesse na situação em que está.

Lamentavelmente, não conseguimos votar o nosso voto em separado, mas eu sei que ele será votado agora indiretamente, porque a fundamentação do *impeachment* é exatamente a fundamentação do voto em separado que fizemos, pela rejeição das contas. Eu tenho certeza de que indiretamente nós teremos essa votação, para demonstrar que o Governo não correspondeu, que foi irresponsável, principalmente em 2014, ano eleitoral, quando fizeram o diabo para ganhar a eleição. Estão aí as consequências disso.

Contudo, em relação a V.Exa., por mais que eu tenha exigido, cobrado, falado, quero parabenizá-la pela condução dos trabalhos.

Agradeço ao Domingos, o nosso coordenador do PSDB. O PSDB e a Oposição de um modo geral contribuíram muito para esta Comissão. Acho que nós aqui fomos os primeiros sempre a dar o quórum e participar ativamente das sessões. Portanto, agradeço ao meu partido a indicação para esta Comissão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu sei que no ano que vem não poderei participar como membro oficial, mas participarei com certeza como Parlamentar, porque acho que essa matéria exige uma atenção especial.

Além de dar atenção à educação, minha prioridade nesta Casa, assim como ciência e tecnologia, eu tenho que desempenhar o papel de fiscalizador. Como contador e Deputado, farei isso, independentemente de ser da Oposição ou da base. O mais importante é acompanhar para que não aconteça o que está acontecendo no Brasil.

Obrigado, Presidente. Parabéns a V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria só acrescentar, para que V.Exa. fique tranquilo, que constará da ata — e já consta de atas anteriores — a intenção de V.Exa., no sentido de que, se votasse a matéria, o seu voto seria em separado e contrário ao relatório apresentado. Portanto, V.Exa. não terá prejuízo de nenhuma natureza.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, caros colegas, Deputados e Senadores, Deputadas e Senadoras, utilizo este tempo para, de forma bastante rápida, parabenizar essa Presidência pelo trabalho realizado.

Na vida nem tudo são flores, mas concluímos em paz. V.Exa. conseguiu uma grande proeza: entregar a tempo todas as matérias de planejamento e Orçamento do nosso País, com grande responsabilidade, determinação e afinco, graças à sua liderança.

Parabenizo também a Consultoria da Comissão Mista de Orçamento, os assessores, os servidores, todo o conjunto de servidores que trabalham nesta Comissão.

Alegra-me muito ter participado desta Comissão. Foi grande a produtividade desta Comissão na gestão de V.Exa. Além disso, eu tive a felicidade — Deus me concedeu essa graça — de poder participar desta Comissão no momento em que se inaugura um novo modelo, podemos assim dizer, de Orçamento, no qual o Poder Legislativo tem um protagonismo muito maior do que no pretérito.

Então, estou feliz. Peço àqueles a quem eu talvez tenha ofendido que me desculpem pelo excesso. Digo também àqueles que de alguma maneira não





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

puderam atender as nossas demandas que entendo, porque esse é o jogo da política, é o jogo da democracia.

Finalmente, queria agradecer também o convívio com os companheiros da Oposição e do Governo, que muito contribuíram para o êxito desta Comissão durante esse ano de mandato aqui como membros efetivos, titulares, e suplentes.

Parabéns, Sra. Presidente! Tenho certeza de que com as suas virtudes V.Exa. irá muito longe. Precisamos de mulheres como V.Exa. fazendo a nossa política, a política brasileira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Obrigada. Agradeço, Deputado Hildo. Nós tivemos o primeiro desencontro e depois nós nos encontramos definitivamente. Na verdade, o que nos une é a boa causa pela qual nós estamos militando e tentando com muita clareza adotar no nosso trabalho. O que foi inaugurada, principalmente entre nós, foi essa convivência respeitosa que eu vou sempre levar.

V.Exa. é um dínamo para trabalhar. Está sempre disposto, briga e ajusta na hora certa. Essa é a política que nós temos que fazer pelo Brasil. Eu tenho certeza de que onde V.Exa. estiver vai dar sempre o melhor da sua contribuição para que as coisas aconteçam. Muito obrigada. Eu me sinto lisonjeada por ter conquistado essa amizade.

Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo. Em seguida, falará o Deputado Valtenir Pereira.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Presidenta, eu me inscrevi.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Desculpe-me, V.Exa. é tão quieto.

Deputado Leo, com a palavra. Desculpe-me, por favor.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sra. Presidenta, Senadora Rose de Freitas, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores aqui presentes. Primeiramente, Presidenta, quero fazer uma saudação especial a V.Exa. Sou Parlamentar de primeiro mandato aqui na Câmara dos Deputados. Vejo ali na galeria das homenagens que estão sendo feitas às mulheres neste mês de março, o mês das mulheres, que V.Exa. figura lá de maneira — eu acredito — muito honrada,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

como a primeira Vice-Presidenta da Câmara dos Deputados e hoje Senadora, à frente desta Comissão de Orçamento. Portanto, esta é uma homenagem muito justa.

Quero agradecer a V.Exa. pelo aprendizado. Quero agradecer também pelos momentos em que tivemos embates com a Oposição. De fato, ao longo de 2015 e de 2016, pudemos fazer um trabalho coletivo. Então, temos de agradecer a todos os Deputados que participaram, aos Relatores, tanto o da Lei Orçamentária, a LDO, como também o do PPA. Agradecemos ao Deputado Zeca Dirceu, ao Deputado Ricardo Teobaldo, ao Deputado Ricardo Barros e também às assessorias. Quero agradecer aqui especialmente à assessoria do Partido dos Trabalhadores, na pessoa do Mário Capp, que contribuiu muito. Também agradeço a todas as assessorias dos partidos e à imprensa, que esteve presente nas discussões aqui do Orçamento também.

Eu gostaria muito de ter votado as contas da Presidenta Dilma de 2014. Considero o relatório do Senador Acir Gurgacz uma peça a ser estudada, porque ela consegue desmontar, de maneira muito concreta e cirúrgica, todos os argumentos que foram colocados pelo Tribunal de Contas, o que demonstra a capacidade que este Parlamento tem, que este Congresso Nacional tem de fazer as formulações e de dar outros olhares, observar outros ângulos.

Então, na pessoa de V.Exa., eu parablenizo esta Comissão Mista de Orçamento pelo excelente trabalho desempenhado ao longo dos anos de 2015 e 2016.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Leo de Brito, por favor, desculpe-me. É que eu estava ainda prestando atenção à movimentação que está na minha cabeça, sobre o que aconteceu ali. Agradeço a V.Exa., que é muito quieto. Eu sou muito inquieta, mas não passou despercebida, de maneira alguma, a atenção que V.Exa. deu a esta Comissão e a maneira com que sempre contribuiu.

Muito obrigada. Espero que na nova estruturação da Comissão V.Exa. possa estar aqui novamente. Esta Comissão, realmente, é uma escola. Se as pessoas quiserem entender o Parlamento, a relação do Parlamento com o Poder Executivo, têm que passar por esta Comissão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sra. Presidenta, só gostaria de parabenizar V.Exa. Nós sabemos claramente que — pelo menos eu tenho essa avaliação — a Câmara dos Deputados é o ambiente mais pesado, mais difícil, mais turbulento para se exercer um mandato. Eu faço essa avaliação. Isso começa pelo número de Parlamentares que nós temos a mais aqui.

Temos várias Comissões, e o Parlamentar tem que se desdobrar entre Plenário, Comissões, Ministérios, atendimentos nos gabinetes, agenda nos Estados e Municípios, viagem toda semana para lá e para cá. Ser Presidente de uma Comissão como esta é ter uma tarefa muito maior, e V.Exa. exerceu esse papel em um ano muito turbulento, em um período muito diferente de outros.

Eu estou aqui desde 2003 e presenciei várias crises, mas igual à deste ano que passou até agora, eu nunca vi. Talvez poucos tenham visto, nem em outros momentos.

Foram muito difíceis as divergências. No caso de V.Exa., houve até divergência interna no próprio partido: uma banda apoiou o Governo e outra divergiu, fez oposição ao Governo, a começar pelo Presidente da Câmara, o Deputado Eduardo Cunha.

Então, no início, ainda foi mais difícil. Eu acompanhei e vi que tivemos dificuldades. Até a coisa engrenar, até serem feitas aquelas mudanças todas, percebíamos o estresse. E V.Exa., com certeza, sofreu bastante com isso. Agora, temos um desfecho com grande êxito, com muita aprovação. Eu acredito que V.Exa. levará para o seu currículo essa Presidência, na condição de Senadora, já que coube ao Senado desta vez eleger o Presidente da CMO.

Eu quero dizer a V.Exa., analisando muito a dinâmica, os debates, como a política é importante. Digo isso porque muitos cidadãos brasileiros hoje estão sendo orientados a renegar a política, a pensar que quem define as coisas no Brasil não é a política, mas é a política que define, porque vários movimentos que acontecem nesta Casa se dão, em determinados momentos, por decisão política.

Vamos pegar o caso do *impeachment* da Presidenta. Chegou um momento em que, na Comissão de Ética, se o Partido dos Trabalhadores tivesse feito um acordo com o Presidente Eduardo Cunha e lhe dado dois votos para que o relatório





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

não fosse admitido, não haveria o processo de *impeachment* em curso no Brasil hoje. No entanto, na medida em que isso não foi negociado, instalou-se a Comissão do Impeachment a partir do Presidente da Câmara.

Por isso, quando V.Exa. chegou aqui hoje, às 14 horas, e este plenário já estava tomado pela Comissão Especial, naquele momento já bem esvaziado, e o Presidente da Comissão fez um apelo para que V.Exa. buscasse outro plenário para instalar a Comissão Mista de Orçamento, eu fui solidário a V.Exa. Eu disse: *“Olha, Sr. Presidente, não há cabimento. A Presidenta precisa iniciar a Comissão de Orçamento, e ela não tem como mobilizar outro plenário rapidamente. Podemos dar continuidade depois à Comissão Especial, já que aqui não se define nada. Em Comissão Especial não se define nada. Aqui se definem votos de quem praticamente está com a posição formada. Quem irá definir é o Plenário da Câmara dos Deputados. Isso é diferente do que ocorre na Comissão de Orçamento, em que se define, se discute e se vota, e cuja votação tem muita validade.”*

Então, penso que esta é realmente uma Comissão poderosíssima. V.Exa. dirigiu esta Comissão em um momento muito especial da política brasileira e termina o seu mandato com aprovações que, em determinados momentos, nós imaginávamos que não iríamos conseguir — e conseguimos!

Então, parabéns! E que V.Exa. possa ter muita sorte na sua vida política e também lá no Senado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agradeço a V.Exa. e já agradeço-lhe a intervenção na Comissão Especial do Impeachment, quando V.Exa. defendeu o comportamento e as regras que deveriam se manter para os trabalhos da Casa.

Quero dizer que V.Exa. sempre me chamou a atenção pelo trabalho que faz aqui. É muito visível o seu crescimento político. Nós vamos aprendendo todo dia. V.Exa. hoje é um Parlamentar maduro, extremamente importante para o andamento dos trabalhos da Casa, onde quer que esteja. V.Exa. demonstrou isso hoje na Comissão do Impeachment. E quero agradecer a V.Exa. o carinho, a compreensão e a dedicação que sempre deu a esta Comissão.

Muito obrigada pelas palavras e por tudo!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Concedo a palavra ao Deputado Valtenir Pereira, o último inscrito, para que possamos concluir a reunião.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sra. Presidenta, nobres Pares, vou ter a honra de fazer o fechamento, vamos dizer assim, a última participação parlamentar nesta Comissão, que começou no ano passado. Então, fico muito lisonjeado e muito feliz. Mas mais feliz ainda, Sra. Presidenta, por ter convivido com V.Exa., convivido com este Parlamento, convivido com a boa prática que V.Exa. colocou aqui neste colegiado, como, por exemplo, a prática do diálogo, a prática do acordo, de votar aquelas matérias depois de exaurir todos os argumentos prós e contras a matéria. Aprendi muito.

No Parlamento, há o momento da maturação. Quando chega uma matéria, um projeto a esta Casa, a qualquer Comissão, ele passa por um processo de maturação, de compreensão, de entendimento.

V.Exa., na condição de Presidente, presidiu muito bem, com maestria e com muita propriedade esta Comissão. Não é à toa que esta Comissão foi a Comissão que mais produziu. Eu tive a oportunidade de relatar uma das contas da Presidência da República em que havia divergência, e V.Exa. ajudou a costurar um acordo para que, ao final, nós alcançássemos a unanimidade na aprovação daquelas contas, com a ressalva que nós havíamos encaminhado, e conseguimos construir uma redação que pudesse contemplar todo o colegiado.

Então, quero parabenizar V.Exa. e dizer que V.Exa. é minha eterna Presidente. V.Exa. presidiu a Câmara dos Deputados, e nós tivemos a oportunidade de conviver com V.Exa. na 1ª Vice-Presidência. Em várias oportunidades, V.Exa. conduziu este Parlamento, aprovando matérias importantes, na condição de Deputada Federal, presidindo a Câmara dos Deputados.

O povo do Espírito Santo reconheceu o trabalho de V.Exa., tanto que a levou para o Senado, e o Senado está muito bem servido com V.Exa.. Nós tivemos a felicidade de tê-la aqui, como Presidente da Comissão Mista de Orçamento, que congrega Câmara dos Deputados e Senado da República.

Então, estou muito feliz. Onde V.Exa. estiver, eu quero estar junto, porque sei que haverá coisa boa.

Muito obrigado, Presidente!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. não vai aguentar.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Aguento. V.Exa. é maravilhosa!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Obrigada.

Quero agradecer a V.Exa., Deputado Valtenir Pereira, o carinho, a dedicação e, sobretudo, a disposição. Quando acumulava o trabalho, sempre tínhamos relatório para entregar em suas mãos, porque V.Exa. estava sempre com disposição de lutar e de trabalhar.

Muito obrigada, mesmo, pelo carinho!

Quando passo naquele corredor onde está a Galeria das Mulheres Pioneiras, eu me sinto um dinossauro, porque ali se retrata uma época muito antiga na Casa e tudo mais. Mas essas coisas todas se renovam dentro da gente à medida que conhecemos pessoas que têm o valor ético e moral que V.Exa. tem. Muito obrigada por estar aqui até o último segundo conosco.

Queria também, em nome de todos aqui, representando a Casa, fazer um agradecimento ao Marco Antônio, que representa a imprensa, ele que foi assessor desta Comissão; ao Bergallo também, assessor dos Parlamentares. Muito obrigada a todos. A Comissão estará às ordens para qualquer esclarecimento em relação ao trabalho executado até hoje.

Obrigada à imprensa, que deve ter se cansado de tanto ouvir falar em política aqui dentro.

Obrigada a todos e um abraço! (*Palmas.*)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Segunda Sessão Legislativa Ordinária
da Quinquagésima Quinta Legislatura

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DA MESA
DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 5, 10 E 17 DE MAIO DE 2016.

Aos cinco, dez e dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para instalação e eleição da Mesa para o ano de 2016. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Arthur Lira, Bebeto, Benjamin Maranhão, Beto Faro, Bruno Araújo, Claudio Cajado, Cleber Verde, Dagoberto, Davidson Magalhães, Duarte Nogueira, Geraldo Resende, Irajá Abreu, José Priante, Júlio Cesar, Junior Marreca, Leandre, Luciano Ducci, Milton Monti, Nelson Meurer, Paulo Azi, Reginaldo Lopes, Rodrigo de Castro, Ronaldo Fonseca, Saraiva Felipe, Sérgio Moraes, Sergio Souza, Simão Sessim, Vicentinho Júnior e Waldenor Pereira; - **Senadores titulares:** Donizeti Nogueira, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Gladson Cameli, Telmário Mota, Waldemir Moka e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Adelmo Carneiro Leão, Celso Maldaner, Covatti Filho, Daniel Vilela, Danrlei de Deus Hinterholz, Juscelino Filho, Lúcio Vale, Luiz Cláudio, Marx Beltrão, Paulão, Roberto Góes e Tereza Cristina; - **Senadores suplentes:** Cristovam Buarque e Regina Sousa. Registrou-se a ausência dos membros: - **Deputado titular:** Assis Carvalho; e **Senadores titulares:** Eunício Oliveira, Ricardo Franco e Romero Jucá. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Senador Benedito de Lira e dos Deputados Aguinaldo Ribeiro, Evair de Melo, Leonardo Picciani e Paulo Pimenta. **ABERTURA:** às dez horas e vinte e um minutos do dia cinco de maio e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente em exercício, Deputado Simão Sessim (PP/RJ), de acordo com o disposto no *caput do art. 14 da Resolução nº 1/2006-CN*, iniciou os trabalhos e declarou instalada a Comissão para o ano de 2016. O Presidente em exercício informou que não havia quórum regimental para deliberação na representação do Senado Federal e anunciou que iria suspender os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião para o dia 10 de maio, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, quando ocorreria a eleição da Mesa da CMO para o ano de 2016. No dia 10 de maio, às 14 horas e cinquenta e oito minutos, os trabalhos foram reabertos pelo Deputado Simão Sessim (PP/RJ), que informou haver *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Deputado Covatti Filho (PP/RS), com base no *art. 131 do Regimento Comum* e no *art. 6º da Resolução nº 1/2006-CN*, levantou **Questão de Ordem** questionando o critério adotado para a proporcionalidade partidária, e solicitou que fosse obedecido o critério previsto na *Resolução nº 1/2006-CN*, através do qual, a Presidência da CMO caberia ao Bloco PP, PTB, PSC e PHS, e portanto ao Partido Progressista. Logo após, o Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ), Líder do PMDB, apresentou contradita, quanto ao cálculo da proporcionalidade partidária, considerando o PMDB como o maior partido do bloco, justificando o direito de efetuar a indicação para a Presidência da CMO, amparando-se no Ofício de nº 161/2016, de 28 de abril de 2016, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, e no Ofício nº 581/2016/SGM/P, de 03 de maio de 2016, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, que citam o comando estabelecido no *art. 78, do Regimento Interno do Senado Federal*, e com fundamento no *art. 12, § 10 c/c art. 26, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, respectivamente*. Em prosseguimento, o Presidente em exercício concedeu a palavra aos candidatos à Presidência da CMO, Deputados Milton Monti (PR/SP) e Sérgio Souza (PMDB/PR), que defenderam suas indicações; e aos Deputados Claudio





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Cajado (DEM/BA), Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), Líder do PP e aos Senadores Donizeti Nogueira (PT/TO), Waldemir Moka (PMDB/MS) e Wellington Fagundes (PR/MT) que manifestaram-se sobre o impasse levantado pelo PP e PMDB, sendo favoráveis a formação de acordo em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO. Às 15h40min, o Presidente em exercício suspendeu a reunião por alguns minutos, para realização da reunião do Colegiado de Líderes, para tratar sobre a Presidência da CMO. Às 16h53min, os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente em exercício que comunicou que não houve acordo na reunião do CRLP e informou que estudaria a Questão de Ordem em conjunto com a Consultoria de Orçamento antes de dar a sua resposta. Em seguida, manifestaram-se sobre o impasse da proporcionalidade partidária os Deputados Vicentinho Júnior (PR/TO), Milton Monti (PR/SP), Covatti Filho (PP/RS), Claudio Cajado (DEM/BA), José Priante (PMDB/PA), Paulo Pimenta (PT/RS) e Aguinaldo Ribeiro (PP/PB). O Senador Wellington Fagundes (PR/MT), seguindo o tema, sugeriu convite as Lideranças Partidárias, para em conjunto com a Consultoria de Orçamento, buscarem o entendimento, em reunião no dia 16 de maio, segunda-feira, às 17 horas. O Presidente em exercício concordou com a sugestão do Senador e comunicou que faria o convite para a reunião. Às 17h18min, em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário do Senado Federal, o Presidente em exercício anunciou que suspenderia os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião de Instalação e Eleição da Mesa da CMO para o dia 17 de maio, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. No dia 17 de maio, às 14h52min, os trabalhos foram reabertos pelo Deputado Simão Sessim (PP/RJ), no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução nº 1/2006-CN*, e informou que procederia à eleição dos cargos da Mesa da CMO. Em seguida, leu o Ofício/LID.PP/ nº 145/2016, de 10 de maio de 2016, do Deputado Aguinaldo Ribeiro, Líder do Bloco PP, PTB e PSC, indicando o **Deputado Arthur Lira** (PP/AL) para o cargo de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO. Logo após, o Presidente em exercício esclareceu que não responderia à Questão de Ordem levantada pelo Deputado Covatti Filho (PP/RS), em virtude de haver acordo entre as Lideranças Partidárias sobre a Presidência da CMO e o autor da questão concordou com a decisão e sugeriu que a eleição fosse por aclamação. O Presidente em exercício elogiou o Deputado Claudio Cajado (DEM/BA) pela sua postura na construção do acordo político sobre a eleição da Mesa da CMO. De posse da palavra, o Deputado Claudio Cajado afirmou que o acordo foi fruto de entendimento dos membros da Casa valorizando o espírito público e o interesse maior do país, e destacou ainda, a participação dos Deputados Milton Monti (PR/SP), Vicentinho Júnior (PR/TO), Arthur Lira (PP/AL) e Sérgio Souza (PMDB/PR). Em prosseguimento, o Deputado Sergio Souza discursou sobre a importância do funcionamento da Comissão e comunicou ao Plenário que a Segunda Vice-Presidência da Mesa da CMO caberia a representação da Câmara dos Deputados e o PMDB indicou o seu nome para o cargo. Continuando os trabalhos, o Presidente em exercício afirmou que o primeiro ao iniciar o acordo foi o Deputado Milton Monti (PR/SP) e o elogiou. O Deputado Milton Monti asseverou que a sua tese é a da Casa, ou seja, do acordo, e explicou como se processou o entendimento. O Deputado Claudio Cajado (DEM/BA) solicitou que fosse registrado que o Bloco do Partido da República - PR concordou com a indicação do PMDB para a vaga da Segunda-Vice Presidência da Mesa da CMO. O Deputado Milton Monti declarou que o PR teria direito a escolha do Segundo Vice-Presidente, mas fruto do acordo, concordou com a indicação feita pelo PMDB. À vista do exposto, o Presidente em exercício reafirmou que o PR concedeu ao PMDB a vaga da Segunda-Vice-Presidência. **ORDEM DO DIA:** O Presidente em exercício, Deputado Simão Sessim (PP/RJ), após consultar o Plenário, procedeu à eleição por aclamação para o cargo de Presidente da Mesa da Comissão e de Segundo Vice-Presidente, por acordo das Lideranças Partidárias, com as seguintes indicações: para Presidente: Deputado Arthur Lira (PP/AL); para Segundo Vice-Presidente: Deputado Sergio Souza (PMDB/PR). Em votação, a eleição foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente em exercício declarou eleito e empossado o Presidente da Comissão para 2016, **Deputado Arthur Lira** (PP/AL) e o Segundo Vice-Presidente, **Deputado Sergio Souza** (PMDB/PR). Os





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senadores Wellington Fagundes (PR/MT) e Waldemir Moka (PMDB/MS) pronunciaram-se sobre o acordo para composição da CMO. Às 15h12min, o Presidente eleito, Deputado Arthur Lira (PP/AL) assumiu a condução da reunião e agradeceu ao Deputado Simão Sessim (PP/RJ) por ter dirigido os trabalhos com maestria e competência e em seguida, fez o pronunciamento de posse. Em prosseguimento, o Presidente informou as seguintes diretrizes gerais: 1. Conforme disposto no *art. 17 e no § 1º do art. 19 da Resolução nº 1/2006-CN*, o dia 22 de maio será o prazo regimental para a indicação dos Comitês e das seguintes relatorias: Relator-Geral, Relator da Receita, Relator do projeto da lei de diretrizes orçamentárias para 2017, os Relatores Setoriais do projeto de lei orçamentária para 2017 e o Relator das contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público. Tendo em vista que o dia 22 será domingo, o Presidente estabeleceu como prazo final o dia 24 de maio, terça-feira. Esclareceu, que para fazer as indicações, as Lideranças Partidárias deverão observar o disposto no *art. 16 da Resolução nº 1/2006-CN*. 2. Informou que o dia 24 de maio também será o prazo final para indicação dos membros e coordenadores dos seguintes comitês, conforme estabelece *art. 18 da Resolução nº 1/2006-CN*: Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária; Comitê de Avaliação da Receita; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indícios de irregularidades graves; e Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas. 3. Solicitou a indicação por parte dos Líderes Partidários dos parlamentares que integrarão o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. 4. E informou que inicialmente, as reuniões ordinárias serão realizadas às terças-feiras, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, até que haja acordo com o novo Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO. Em sequência, o Presidente passou a palavra aos Senadores Wellington Fagundes (PR/MT) e Benedito de Lira (PP/AL) e aos Deputados Milton Monti (PR/SP) e Sergio Souza (PMDB/PR) que manifestaram-se sobre os trabalhos e a eleição da Mesa da Comissão.

ENCERRAMENTO: o Presidente teceu agradecimentos e encerrou os trabalhos às quinze horas e trinta e três minutos. Antes, convocou reunião extraordinária a ser realizada no dia dezoito de maio, quarta-feira, às quinze horas e trinta e cinco minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, para apreciação do Relatório ao **Projeto de Lei nº 1/2016-CN**; e reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para o mesmo dia, às 14 horas na sala de reuniões da Presidência da CMO para discutir o teor técnico do Relatório supracitado. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Arthur Lira, Presidente.**
XX

Em 05.05.2016.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Com base no art. 14 da Resolução nº 1, de 2016, do Congresso Nacional, daremos início à reunião de eleição da Mesa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Declaro instalada a Comissão para o ano de 2016.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tendo em vista que não há quórum para deliberação no Senado, embora haja na Câmara, suspendo esta reunião e convoco a continuação da mesma para o dia 10 de maio, terça-feira próxima, às 14h30min, neste plenário, para eleição da Mesa.

Está suspensa a reunião.

Em 10.05.2016.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Solicito aos Srs. Deputados que tomem assento para que possamos reabrir a reunião suspensa na última quinta-feira.

Peço aos assessores e aos presentes que nos prestigiam que se mantenham em silêncio, porque ninguém consegue raciocinar com barulho.

Declaro reaberta a reunião de instalação e de eleição da Mesa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Assumo a condução dos trabalhos, conforme estabelecido no art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a resolução específica para o funcionamento da CMO.

Como se alcançou o quórum no Senado Federal, há quórum para deliberação nas representações das duas Casas. Este foi o motivo por que se suspendeu a reunião na quinta-feira.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Antes de procedermos à eleição da Mesa, concedo a palavra ao Deputado Covatti Filho para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Sr. Presidente, formulo questão de ordem com base no art. 131 do Regimento Comum e no art. 6º da Resolução nº 1, de 2006.

A Resolução nº 1, de 2006, que rege os trabalhos desta Comissão, determina que: *“Na segunda quinzena do mês de fevereiro de cada sessão legislativa, a Mesa do Congresso Nacional fixará as representações dos partidos e blocos parlamentares na CMO, observado o critério da proporcionalidade partidária”*.

É sabido que durante esse período ocorreram modificações em diversas bancadas, em virtude da Proposta de Emenda à Constituição nº 91, de 2016, que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

facultou ao detentor de mandato eletivo desligar-se do partido pelo qual foi eleito, nos 30 dias seguintes à promulgação da referida emenda, ocorrida em 18 de fevereiro do corrente, prazo, portanto, expirado em 19 de março do mesmo ano.

Diante disso, é necessário frisar que, no início da Legislatura, o bloco ao qual o PP fazia parte era o maior da Câmara dos Deputados.

Na segunda quinzena de fevereiro, data que deveria ser observada, o bloco do qual o PP fazia parte era o maior da Câmara dos Deputados, no dia 18 de fevereiro, no início da janela. O bloco do qual o PP fazia parte era o maior da Câmara dos Deputados, no dia 19 de março, fim da janela. O bloco do qual o PP fazia parte era o maior da Câmara dos Deputados. Por fim, hoje, o bloco do qual o PP faz parte é o maior da Câmara dos Deputados.

No entanto, em inobservância ao mandado da Resolução nº 1, de 2006, chegou ao nosso conhecimento que a Presidência da CMO caberá ao PR.

Vale ressaltar que, justamente no pequeno intervalo de tempo em que o Bloco do PR era maior do que o nosso, em face da saída do PHS, foi enviado ofício ao Presidente do Congresso Nacional, solicitando a indicação dos membros.

Entendo que, pelo fato de a norma constitucional ser hierarquicamente superior à Resolução nº 1, de 2006, o Presidente Renan Calheiros quis, sabiamente, aguardar as movimentações partidárias para que fosse observado fielmente o princípio da proporcionalidade partidária pós-janela.

Contudo, reforço novamente que, no dia 19 de março, nossa bancada era maior do que a do PR, e assim permaneceu até o dia 30.

Além disso, há a interpretação de que, conforme o art. 78 do Regimento do Senado Federal, deveriam ser observadas as bancadas do início da Legislatura. Entretanto, considero que esta não é a maior interpretação para o caso em tela, pois o Regimento Comum estabelece que, nos casos omissos, deve-se observar sucessivamente o Regimento do Senado e o da Câmara.

Ocorre que há uma norma específica na Resolução nº 1, de 2006, que rege os trabalhos da CMO, a qual estabelece que se deve observar o princípio da proporcionalidade partidária dentro de um período específico: a segunda quinzena de fevereiro. Não há, portanto, caso omissos para que se utilize subsidiariamente a norma interna do Senado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Diante do exposto, solicito que seja aplicado estritamente o critério previsto na resolução, para que a Presidência da CMO caiba ao Bloco PP/PTB/PSC/PHS, portanto, ao Partido Progressista, pois, durante o período estabelecido, nossa bancada, que oscilou entre 78 e 80 Deputados, era a maior da Câmara dos Deputados.

É esta a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, Deputado Covatti Filho. V.Exa. embasou a sua questão de ordem. Eu deveria examiná-la em seguida, mas o Deputado Leonardo Picciani fez um pedido, não sei se para contraditar.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Peço a palavra para uma contradita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Tem a palavra o Deputado Leonardo Picciani.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Sr. Presidente, eu aproveito o ensejo da contradita para trazer um elemento que me parece novo e que deixa claro que a questão levantada pelo Deputado Covatti Filho está superada. Faço isso com todo o apreço e respeito ao nobre Deputado, por quem nutro grande admiração.

No dia 28 de abril, o Presidente do Congresso Nacional, o Senador Renan Calheiros, remete à Presidência da Câmara dos Deputados o seguinte ofício, cuja leitura passo a fazer:

“Sr. Presidente,

Comunico a V.Exa. que a fixação das representações dos partidos e blocos parlamentares na Comissão Mista de Orçamentos obedeceu ao resultado das mudanças de filiações partidárias provenientes da promulgação da Emenda Constitucional nº 91, de 2016.

No entanto, quanto à regra para a escolha do Presidente e dos Vice-Presidentes da Comissão, submeto à apreciação de V.Exa. o entendimento de que se deva obedecer ao comando estabelecido no parágrafo único do art. 78 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, segundo o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

qual prevalece, na fixação das representações partidárias, a conformação dos blocos parlamentares estabelecida no início de cada legislatura.”

Em resposta, no dia 3 de maio, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Eduardo Cunha, diz o seguinte:

“Sr. Presidente,

Em atendimento à solicitação contida no expediente em epígrafe, informo a V.Exa. que a Câmara dos Deputados utiliza o mesmo critério adotado por esta Presidência, com fundamento no art. 12, § 10, combinado com o art. 26, caput, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e na Resolução da Câmara dos Deputados nº 14, de 2006.”

Portanto, Sr. Presidente, fica bastante cristalino que uma coisa é o cálculo da proporcionalidade das vagas na Comissão. Nós também fizemos o ajuste na Câmara dos Deputados, por meio de resolução, com base nas regras da Emenda Constitucional nº 91.

No entanto, com relação à indicação das Presidências, fica clara a regra expressa em ambos os regimentos, tanto no Regimento do Senado, primeiro subsidiário, como no Regimento da Câmara dos Deputados, de que ela caberia maior bloco do início da legislatura, conseqüentemente o bloco formado pelo PMDB, PP, PTB e outros partidos, que depois veio a se desfazer no funcionamento parlamentar. É esta mesma regra que nós adotamos nas Comissões Permanentes da Câmara e que o Senado adota.

Portanto, Sr. Presidente, o PMDB, diante desta regra, do informe do Presidente Renan Calheiros e da resposta do Presidente da Câmara, configurando o maior partido deste bloco, fez a indicação para a Presidência da Comissão.

Assim, eu creio que a questão colocada pelo Deputado Covatti está superada. O PP faz parte do maior bloco do início da legislatura. Entretanto, a discussão sobre qual seria o maior bloco naquele momento do mês de abril está superada, porque está expresso que, para efeito de escolha do Presidente e dos Vice-Presidentes, o que vale é o bloco do início da legislatura.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Eu tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, Deputado Leonardo Picciani. V.Exa. citou o ofício encaminhado pelo nobre Presidente do Congresso Nacional e também Presidente do Senado, de uma indicação de S.Exa. com relação ao art. 6º da Emenda Constitucional nº 1, de 2006. S.Exa. fez uma indicação, tendo em vista que o art. 6º diz claramente que a Mesa do Congresso fixará as representações. A Mesa do Congresso fez as indicações referentes a esta...

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Sr. Presidente, ele diz exatamente isso. Ele fixa as representações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Pois é.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Ele faz uma ressalva com relação aos efeitos da escolha do Presidente e dos Vice-Presidentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Mas o que nós estamos implantando é uma reunião para a eleição. Então, a decisão é nossa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu queria conceder a palavra ao Deputado Milton Monti, que a havia solicitado. Trata-se também de uma questão de ordem?

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - É uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu pedirei a palavra depois, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Sr. Presidente, mas um ofício não pode se sobrepor à nossa resolução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Covatti, eu não respondi a nenhuma questão de ordem. Eu estou ouvindo o Deputado Milton Monti, que representa um bloco também importante.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu peço à Mesa que me inscreva.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, nós tivemos a explanação de duas posições divergentes quanto à indicação da Mesa desta Comissão. Mas é preciso registrar que o bloco e o partido a que eu pertenço se colocaram legitimamente para também presidir esta Comissão, porque, no ato formal da Mesa do Congresso Nacional, de acordo com o art. 6º da Resolução nº 1, nós fomos colocados oficialmente como o primeiro bloco daquele momento, daquela radiografia.

Se a Resolução nº 1 estabelece que a Mesa do Congresso Nacional anualmente deve fazer esta fixação, ela não o faz sem motivo. Na Resolução nº 1, estabeleceu-se que anualmente teria que haver uma aferição do quadro político-eleitoral de blocos e de partidos, para se estabelecer a participação deles na Comissão Mista de Orçamentos, o que pode até diferir das questões adotadas pelo Senado e das questões adotadas pela Mesa da Câmara, porque se trata de uma decisão autônoma, repito, do Congresso Nacional.

Em conjunto com a assessoria do nosso partido, nós verificamos que um dia apenas o nosso bloco teve primazia. Se pegarmos os demais dias do mês de fevereiro, se tomarmos outros critérios, inclusive os critérios pós-janela, verificaremos que o PP realmente tinha a maior bancada.

Por questão de justiça e por entendimento pessoal, nós estamos aqui de passagem. A sociedade tem observado nossas posições nesta Casa, e eu tenho visto que a sociedade não está muito satisfeita com algumas posições adotadas aqui.

Quando me falaram a respeito de disputar, de plano eu rechacei. Eu não quero disputar! Nesta Comissão, nunca houve disputa! Ela sempre foi feita com base no entendimento que me favorece ou no entendimento que não me favorece, mas sempre dentro de entendimento. Eu entendo assim, por questão de justiça. Entendo que na maior parte do tempo, justamente o Bloco do PP, em meu prejuízo pessoal, em prejuízo do meu partido, do meu bloco, nesse período, o PP havia tido o maior número de Deputados.

Se fosse para termos uma decisão, se é uma quinzena, vamos pegar o primeiro dia, vamos pegar o dia do meio, vamos pegar o último dia. Se tomássemos a média, nós seríamos desfavorecidos nesta média.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É por isso que concordo com as posições pleiteadas aqui pelo Bloco do PP, porque acho que são as mais justas para o funcionamento da nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Vejo que nós vamos reduzir para duas questões de ordem, porque o Deputado Milton Monti, sempre elegante nesta Casa — eu o conheço há bastante tempo, todo tempo em que ele esteve na Casa, eu estive lado a lado com ele —, faz a sua questão de ordem sem disputar o privilégio da posição que tinha por ocasião da decisão do nosso Presidente Eduardo Cunha. E o PP teria maioria no dia do encerramento da janela e posteriormente e até hoje. É isso?

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - E anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Antes, durante e depois.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Nós somos defensores, Sr. Presidente, da aplicação da Resolução nº 1, que foi feita específica e especialmente para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. É um caso que o Congresso Nacional decidiu fazer, fez e votou, para que os casos pertinentes ao Congresso e à Comissão Mista de Orçamentos tivessem regulamento próprio.

Portanto, eu sou defensor da Resolução nº 1, que, no meu entendimento, estabelece o prazo da segunda quinzena de fevereiro. Nesse período, repito, nós não éramos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - A maioria. O bloco não era majoritário. Era o PP.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - ... na maior parte do período, em apenas um dos 15 dias desse bloco, nós somos majoritários e temos que reconhecer o sentimento de justiça. Não podemos ganhar nada no tapetão — não queremos, não é do nosso perfil. Tampouco queremos disputar uma eleição que eu acho que não deve ser disputada. Deve ser buscada através de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu não vou me permitir tomar uma decisão. Recolho as questões de ordem. Havia uma solicitação assim que cheguei aqui. Já estão inscritos três Deputados: Claudio Cajado, Sergio Souza e Aguinaldo Muniz.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO - O Deputado Aguinaldo Muniz foi nosso colega nesta Casa. Trata-se de um grande Deputado, porém não faz mais parte, Sr. Presidente Simão Sessim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu só queria indagar aos três, antes da minha decisão, se aguardariam...

O SR. SENADOR DONIZETI NOGUEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu vou na linha da questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - V.Exa. tem uma questão de ordem, Deputado?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu vou na linha da questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Vamos lá. Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Aproveito para cumprimentar V.Exa., Sr. Presidente, como Presidente para a escolha do futuro Presidente da CMO e para a indicação do Relator. Na verdade, nós, nesta Comissão, antes de abirmos as reuniões, usualmente nos reunimos no Colégio de Líderes para debatermos os assuntos da pauta da Comissão e tentarmos viabilizar um acordo e um encaminhamento de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - É exatamente o que nós estamos querendo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu vejo que foi levantada uma questão de ordem pelo PMDB...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Pelo PP.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - ... pelo PP, aliás, no intuito de estabelecer a quem pertenceria o candidato do bloco para a eleição de Presidente.

Neste caso, eu sugiro a V.Exa. irmos à Presidência para tentarmos fazer um acordo e mostrarmos muitas das razões que já foram expostas aqui. Caso não consigamos produzir um acordo, que possamos proceder à eleição aqui, com base na decisão que V.Exa. irá tomar.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Isso. Muito bem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu tenho minha posição, mas eu gostaria de expô-la primeiro, na tentativa de fazer o acordo na reunião de Líderes com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Muito bem encaminhado, Deputado Claudio Cajado. Eu vou pedir aos Srs. Deputados, para avançarmos, como disse o Deputado Claudio Cajado...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Sergio Souza, não sei se a questão de ordem de V.Exa. diz respeito à mesma que o Deputado Leonardo Picciani fez. S.Exa. já manifestou a posição do PMDB. Não estou tirando de V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Meu Presidente Simão Sessim, não é a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu queria propor que suspendêssemos a reunião por um tempo curto, para que tentássemos chegar a um acordo, como propôs o Deputado Claudio Cajado.

Esta Casa, que eu me lembre, diante dos meus dez mandados — estou há 40 anos nesta Casa —, nunca caminha para o embate, sem antes tentar um acordo. Se houver, melhor ainda.

O SR. SENADOR DONIZETI NOGUEIRA - Sr. Presidente, minha questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - O Deputado Sergio Souza cedeu a palavra ao Deputado Donizeti Nogueira.

Tem a palavra, portanto, o Deputado Donizeti Nogueira.

O SR. SENADOR DONIZETI NOGUEIRA - Sr. Presidente, na semana passada, nós fizemos uma reunião de Líderes para estudar esta questão do acordo. Como não havia acordo, uma das principais razões foi abrir este espaço até hoje para negociarmos. Eu só quero ponderar se isso vai adiantar — não sou contra. Mas quero lembrar que fizemos esta tentativa na semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Maravilha, Senador!

Concedo a palavra ao Deputado Aguinaldo Ribeiro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria de trazer o posicionamento da nossa bancada. Na reunião de instalação desta Comissão, nós suspendemos a reunião diante da tentativa de convergirmos para uma posição pacífica em relação ao entendimento da forma como se deveria compor o cargo de Presidente e os demais cargos desta Comissão.

Foi isso que tratamos e conseguimos, com os Parlamentares que estavam presentes, abrir a reunião e suspendê-la, para que até hoje fôssemos capazes de produzir um acordo que representasse o consenso da interpretação daquilo que nós, como partidos ou blocos, temos.

O PR já expôs o que pensa aqui. O PMDB já expôs o seu entendimento, e alguns Parlamentares já afirmaram seus entendimentos.

Não vejo nenhum problema em seguirmos na linha do que já foi dito aqui por alguns Parlamentares, o que V.Exa. e o Deputado Claudio Cajado propuseram, para que consigamos pacificar o entendimento.

Eu quero deixar bem claro que, desde o princípio, nossa posição foi cumprir o que está previsto na nossa Casa. Não quero ter exceção ou excepcionalidade de conveniências, porque isso às vezes tem acontecido na Casa e tem sido prejudicial à própria Casa.

Neste sentido, Deputado Milton Monti, quero ter a convicção e a certeza de que estamos na linha de construção de um consenso na interpretação do que está sendo posto à luz da resolução, que é também nosso entendimento.

Se consultarmos os prazos, veremos que é aquilo que já trouxemos aqui. Em qualquer prazo, há exceção de 1 dia, que é o dia 31, exatamente o dia em que nós, como bloco, temos a nossa bancada reduzida pela saída do PHS.

Temos a mesma visão e corroboramos a questão de ordem levantada pelo Deputado Covatti Filho, mas temos também a convicção de que esta Comissão deve se exaurir na busca do consenso.

Não é à toa que V.Exa., Sr. Presidente, preside os trabalhos. Tenho certeza de que V.Exa., com a sapiência e a experiência que tem, vai ter discernimento para acatar, com juízo de valor, o que deve preceituar esta Comissão.

É isso que temos a dizer.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, nobre Líder.

Acho que temos a concordância dos nossos...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, antes de suspender a reunião, eu gostaria de apresentar minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - V.Exa. já vai falar, Deputado Sergio Souza.

Antes de suspender a reunião, com a concordância dos demais membros da Comissão, aos quais peço paciência, eu queria que a suspensão fosse por um tempo curto. Podemos propor 30 minutos.

De um lado, eu queria que os Srs. Líderes e, naturalmente, os interessados, que vão se sentar para conversar, além do acordo político — além da Presidência, nós temos outros cargos, três Vice-Presidências e outros cargos para compor, como as sub-relatorias e uma série de modalidades para as quais pode haver a composição —, se baseassem nas questões de ordem colocadas aqui, para que eu possa decidir, porque eu tenho o privilégio, se posso falar assim, de decidir as questões de ordem.

Há uma questão de ordem do PP, com base na Resolução nº 1, de 2006, que é clara com relação à CMO. Há outra questão de ordem, do PMDB, em face do ofício. Neste caso, eu gostaria que o Deputado Leonardo Picciani prestasse...

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Não é uma questão de ordem, Sr. Presidente. É uma contradita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Na contradita, S.Exa. cita um ofício do Senador, conforme a exigência do art. 6º da Resolução nº 1, de 2006. O Senador se baseou também no parágrafo único do art. 78 do Regimento Interno do Senado, que não fala em Presidência, mas em representação proporcional.

Diante disso, como V.Exas. ainda têm o Regimento Comum, caso queiram discutir, podem fazê-lo. Há também o Regimento da Câmara dos Deputados, se for o caso de uma disputa. Ele é o único que fala em apresentação de chapa do mesmo partido. Enfim, diante dessas nuances, V.Exas. sejam felizes, que Deus ilumine a todos!

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, eu quero me inscrever.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Concedo a palavra ao Deputado Sergio Souza.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, primeiro, antes de abrir a questão de ordem, com base no art. 131 do Regimento Comum...

Eu aguardo V.Exa. atender ao telefonema. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Sergio Souza, peço a V.Exa. que me desculpe.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho por V.Exa., pelo Deputado Milton Monti e pelo Deputado Arthur Lira, que é o nome do Partido Progressista que também se coloca, com todo o respeito que eu tenho por todos os partidos desta Casa, com todo o respeito que tenho por todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, a questão é mantermos uma única linha no Parlamento brasileiro.

Não há precedente nesta Casa, Deputado Bruno Araújo, de modo que não se respeite o início da legislatura para nenhuma Comissão: nem as Comissões das medidas provisórias, nem as Comissões Mistas do Congresso Nacional, nem as Comissões Permanentes do Senado Federal, nem as Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados. Todas têm que respeitar o início da legislatura — todas, sem exceção!

Esta foi a vontade dos eleitores, quando elegeram, na base partidária e ideológica, aqueles que os representariam dentro das Comissões, para que o eleitor, o cidadão brasileiro, tivesse na sua proporcionalidade a sua representação. É isso que consta na Constituição da República Federativa do Brasil.

No entanto, como o Regimento Comum não trata do assunto e como a Resolução nº 1, de 2006, não trata do assunto da eleição, tratam da forma de composição dos membros, tão somente o art. 6º não fala de eleição, como é que será a eleição para os membros da CMO. Fala como são feitas as composições nas Comissões Permanentes do Senado Federal: sempre no início da sessão legislativa. Mas, no caso da eleição dos membros, respeita-se o início do mandato. Nas Comissões Mistas das medidas provisórias, também é o ano legislativo. Mas, para as eleições de Presidentes, é respeitada a legislatura. Nas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados, conforme resolução recentemente aprovada pelo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Plenário da Câmara dos Deputados, também se compõe respeitando-se o ano legislativo, mas, para a eleição de Presidentes, respeita-se a sessão legislativa.

Então, não está nesta resolução. Esta resolução tem 10 anos. Em 10 anos, sempre se cumpriu a sessão legislativa, nunca em ano legislativo.

Assim, fundamento minha questão de ordem a V.Exa. Se não se aplica, se não consta da Resolução nº 1, não está no Regimento Comum. Foi a resposta do Presidente do Senado, que foi muito claro quando disse: *“Submeto a V.Exa. o entendimento que se deva obedecer”*.

O Presidente do Congresso Nacional submeteu o entendimento de que se deve prevalecer. Isso está aqui no Ofício nº 61 do Congresso Nacional, datado de 28 de abril. Este é o entendimento do Presidente do Congresso Nacional.

É o entendimento de que vale — daí decorre minha questão de ordem — o art. 78 do Regimento do Senado Federal, aplicando-se subsidiariamente, primeiro, o Regimento do Senado quando não se menciona, não tem preceito no dispositivo do Regimento Comum.

“Art. 78. Os membros das Comissões serão designados pelo Presidente, por indicação escrita dos respectivos Líderes, assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação no Senado Federal (Constituição Federal, art. 58, § 1º).”

Este artigo é também copiado pela Resolução nº 1 do Congresso Nacional, art. 6º.

“Parágrafo único. Para fins de proporcionalidade, as representações partidárias são fixadas pelos seus quantitativos à data da diplomação, salvo nos casos de posterior criação, fusão ou incorporação de partidos.”

Esta foi a vontade do povo brasileiro e é esta a representação que deve valer para todas as Comissões do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Por que seria diferente na Comissão Mista de Orçamentos, se todos os demais usam no início da legislatura?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

“Art. 79. No início de cada legislatura, o Colégio de Líderes reunir-se-á para fixar a representação numérica dos partidos e dos blocos parlamentares nas Comissões Permanentes.”

Sr. Presidente, vem a questão de ordem que formulo a V.Exa. e a todos os membros presentes: se se aplica o art. 78 do Senado Federal, combinado com o art. 12, § 10, da Câmara dos Deputados, combinado com o art. 26, *caput*, da Câmara dos Deputados, qual o critério para a fixação da representação dos blocos parlamentares para a composição aqui na reunião? É o art. 6º da Resolução da CMO? Para a fixação da representação dos partidos.

A minha questão de ordem é para a eleição do Presidente, do Vice-Presidente, se nós observamos ou não a composição dos blocos ou partidos no início da legislatura.

Segue outra pergunta, quanto à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Qual é o critério de escolha? O art. 13 da Resolução nº 1 trata do assunto.

“Art. 13. As funções de Presidente e Vice-Presidente serão exercidas, a cada ano, alternadamente, por representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, observado o disposto no § 1º deste artigo.”

Como anteriormente as funções couberam ao Senado, agora caberão à Câmara dos Deputados.

“§ 1º A primeira eleição, no início de cada legislatura,” — e por consequência as próximas, para decidir o rito do mandato inteiro — “para Presidente e 2º Vice-Presidente, recairá em representantes do Senado Federal, e a de 1º e 3º Vice-Presidentes, em representantes da Câmara dos Deputados.”

Sr. Presidente, é muito claro o que diz o § 1º do art. 13 da própria resolução levantada na questão de ordem pelo PP: “(...) no início de cada legislatura (...)”

Esta é a questão de ordem que formulo a V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Sergio Souza, V.Exa. foi bastante didático.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - No entanto, Deputado Sergio Souza, a proposta do Deputado Claudio Cajado de fazer um encontro entre V.Exas. para tentar decidir isso é porque, em nenhum momento, V.Exa. respaldou a sugestão do Presidente do Senado quanto à escolha do Presidente, no que diz respeito à indicação majoritária daquele que tinha a maior representação. Ele não diz.

O SR. DEPUTADO DANIEL VILELA - Está expresse, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Ele não diz, porque não tem base.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, isso consta do ofício.

O SR. DEPUTADO DANIEL VILELA - Está expresse no ofício, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Não há base nem na Resolução nº 1, de 2006, nem no Regimento Comum.

O SR. DEPUTADO DANIEL VILELA - Está no art. 78, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - O art. 78 não fala de Presidente.

O SR. DEPUTADO DANIEL VILELA - O do Senado fala em Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu leio para V.Exas.

O SR. DEPUTADO DANIEL VILELA - Está no ofício do Presidente Renan Calheiros.

O SR. DEPUTADO ARTHUR LIRA - Sr. Presidente, V.Exa. está com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu leio aqui.

O SR. DEPUTADO ARTHUR LIRA - V.Exa. está com a palavra. Eu tinha me inscrito para falar logo na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - O art. 78 fala em composição, não fala em Presidente.

Se me permitem dizer, na majoritária, tem que haver, primeiro, uma conversa entre eles. Há composições a fazer.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, quando eu sugeri...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu acho que a discussão está restrita ao PMDB e ao PP, se quiserem fazê-la. Se não quiserem, eu vou tomar a decisão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu sugeri justamente fazermos... Se a reunião for acontecer aqui, eu vou pedir o retorno à palavra, para poder expor meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Não há em nenhum lugar. O que houve foi um fato novo na emenda constitucional, que aprovou a janela. Este fato novo proporcionou composições diferentes.

O Deputado Eduardo Cunha fez uma determinação que apontava, em primeiro lugar, o Bloco do PR como majoritário naquele dia, mas eles estão recuando. O segundo era o PP.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Em nenhum momento...

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Se V.Exas. quiserem, vou dar 30 minutos para fazerem essa reunião.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Pode ser ali ao lado.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PR.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA - Eu estou inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Ainda vão falar o meu querido amigo Senador Waldemir Moka...

O SR. DEPUTADO ARTHUR LIRA - Sr. Presidente, eu tinha pedido a palavra para contraditar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - ... o Senador Wellington Fagundes e o Deputado Arthur Lira.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do Partido da República.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Se deixarem fazer esta reunião, vamos ter um avanço. Isso talvez decida todas as questões de ordem que temos aqui.

A reunião fica suspensa por 30 minutos.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA - Sr. Presidente, antes de suspender a reunião, eu quero dar um testemunho. Eu já presidi esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Verdade.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA - Àqueles que estão disputando a eleição eu digo que é muito importante que o Presidente escolhido seja fruto de acordo. Esta é uma Comissão extremamente difícil. Se não houver acordo, nós teremos dificuldade nos encaminhamentos e nas votações. É preciso que o Presidente, o Relator, a Mesa Diretora tenham muito claro que precisam levar em conta a Minoria, a Oposição. Do contrário, esta Comissão não avança.

Eu sei disso porque já fiz parte desta Comissão várias vezes e, repito, já a presidi. Isso vai criar um problema não para a Comissão, mas para o País, principalmente na quadra que nós estamos vivendo, em que vamos precisar muito da agilidade da Comissão Mista de Planos e Orçamentos.

Eu sugiro, portanto, o que o Deputado Claudio Cajado e o Presidente estão sugerindo: suspender a reunião por 30 minutos, para ver se de lá vem um entendimento quanto à escolha do próximo Presidente.

(Não identificado) - Sr. Presidente, quero que fique registrado: aqui só tem a palavra quem fala mais alto, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, o que se está sugerindo aqui é um acordo. Acordo indica não só a definição do nome do Presidente, mas também o nome do Relator, das relatorias, enfim, de tudo aquilo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Exatamente.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Eu quero concluir, Sr. Presidente.

O PR, na Câmara, tem o posicionamento de abrir mão para um acordo. O Deputado Milton Monti colocou isso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Ele deve ir para o acordo lá...

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Eu só quero dizer que nós estamos indo e concordo com a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Sim, Senador.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Estaremos na reunião de acordo com a mesma linha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - V.Exa. pode ir para a reunião também.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Espero que sim, Sr. Presidente.

Concluo dizendo que, na mesma linha do que disse o Senador Moka, se o entendimento deve ser feito, ele deve ser feito na Câmara e também no Senado Federal.

Portanto, o Bloco do PR no Senado tem o seu posicionamento. É isso que quero que fique muito claro porque, se alguém abrir mão aqui, haverá consequências para que outros também abram mão de suas posições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Está bem.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Senão, nós vamos sair daqui e dizer que já está tudo acordado, e não está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Qualquer novidade, nós fazemos uma eleição.

Concedo a palavra ao Deputado Vicentinho Júnior, último orador, antes de suspendermos a reunião.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO JÚNIOR - Sr. Presidente, falo como Líder do partido. Que fique bem claro, respeitando a palavra do nosso colega Deputado Milton Monti, que não se trata de um acordo feito no colegiado da bancada do PR. Aqui há membros titulares e membros suplentes — os Deputados Lúcio Vale, Luiz Cláudio e Vicentinho — que não estão de acordo com a decisão proferida pelo Deputado Milton Monti. É algo que tem que ser decidido ainda entre os quatro membros, dois titulares e dois suplentes e um membro do...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, como eu fui citado, eu preciso falar.

Eu sou disciplinado e segui a orientação do meu Líder. Se há Deputados que não têm disciplina...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Vicentinho...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO JÚNIOR - A questão não é ter disciplina. É ter conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Quem compõe é o Líder.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO JÚNIOR - Nós não temos conhecimento deste acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - O Deputado Arthur Lira vai falar também?

O SR. DEPUTADO VICENTINHO JÚNIOR - Não fale pela bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Então, vamos à reunião.

A reunião está suspensa por 30 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Está reaberta a reunião, que foi suspensa por um período para que tentássemos o acordo.

Não houve, até agora, notícia dos Líderes de que tenha havido qualquer tipo de acordo. Eu tenho ainda que responder às questões de ordem. Poderia recolhê-las e estudá-las ou poderia, se pressionado, dar-lhes a resposta agora. Poderia também aceitar a outra proposta que estou ouvindo, mas que não foi feita oficialmente, que seria fazer a eleição entre dois candidatos que queiram disputar a Presidência. A relatoria caberá ao Senado, de acordo com o que se vai decidir: se a Presidência couber a um partido aqui, a relatoria caberá a outro partido no Senado.

Há uma diferença com relação à escolha do Relator no Senado. Será do Senado, mas de partido diferente daquele que ganhar a Presidência.

Quanto à proposta de se fazer a eleição e quanto a definir as questões de ordem, eu estou bem à vontade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Sr. Presidente...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu vou conceder a palavra ao Deputado Vicentinho, que a solicitou, tendo em vista ter sido ele o último orador a se pronunciar antes da suspensão.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO JÚNIOR - Sr. Presidente, eu tenho poucos cabelos, mas me faltam os cabelos brancos da experiência, da vivência.

Às vezes, pelo excesso de zelo, cometem-se falhas. Eu quis deixar claro, no clima quente em que estava a Comissão, que o PR luta pelos espaços que lhe cabem regimentalmente, com base nas resoluções da Comissão Mista de Orçamento — CMO.

Peço desculpas, publicamente, ao Deputado Milton Monti, pela forma como coloquei isso.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Está tudo certo, Deputado Vicentinho.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO JÚNIOR - O partido vai novamente se reunir para definir qual é a melhor escolha.

Pelo que entendi, a sessão será suspensa, o que dará tempo suficiente aos partidos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VICENTINHO JÚNIOR - Não será suspensão?

De qualquer maneira, o partido vai se reunir e definir os espaços do Partido da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Vicentinho, V.Exa. havia me dito que desejava corrigir a sua fala.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO JÚNIOR - Houve falha com o colega Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu vou conceder a palavra ao Deputado Covatti Filho, que já a havia solicitado.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Sr. Presidente, como autor da questão de ordem que deu início a todo este debate, eu gostaria de fazer um apelo aos colegas e principalmente a V.Exa. Peço que seja respondida a minha questão de ordem, porque ela vai traçar uma linha e, felizmente, vai ser a luz no fim do túnel para que haja uma definição nesta Comissão, para que acabe toda essa indefinição.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu gostaria de pedir encarecidamente a V.Exa. que respondesse à minha questão de ordem, feita antes da suspensão da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Covatti, a sua questão de ordem se ampara exatamente na questão de ordem do PR, mas há uma contradição, que se baseia na interpretação do Senado. Eu teria que estudar essa situação do Senado.

A questão de ordem de V.Exa. se baseia na janela aberta pela emenda constitucional que foi homologada. O partido de V.Exa., o PP, de acordo com a sua questão de ordem, tem amparo, mas, segundo o nosso entendimento e pesquisando as bancadas, o partido que teria o direito, naquele dia da decisão, seria o PR.

O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO - Não com base na resolução, Sr. Presidente, mas com base no ofício do Presidente do Senado.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Mas aí também cabe o entendimento do Presidente.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - V.Exa. está respondendo à minha questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Há ainda um entendimento a ser costurado aqui com relação à resolução do Senado. Nós não estamos vendo amparo na decisão do Senado com relação à maioria para eleição do Presidente, no que diz respeito à composição na época da eleição dos Deputados, no início da legislatura.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Então, eu faço a V.Exa. um pedido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Não havendo isso, eu prefiro estudar, juntamente com a assessoria, as questões de ordem e também a resolução do Senado, porque não há uma interpretação clara neste momento. Eu suspenderia a decisão das questões de ordem e aceitaria — como eu disse, se houver — uma proposta para a eleição. Eu acho que, quando não existe acordo, a eleição decide tudo.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Era justamente esse o pedido que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Seria a eleição. Só que se a marcarmos para hoje, como os Senadores têm um compromisso às 5 horas — a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

cassação de um Senador —, nós ficaríamos sem quórum no Senado. Se for o caso, marcamos para terça-feira.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Eu gostaria de fazer uma sugestão a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Quero apenas dar um encaminhamento, Sr. Presidente. V.Exa. poderia convocar para amanhã de manhã a eleição.

E quero também pedir a V.Exa. que responda à nossa questão de ordem antes da eleição, antes da escolha.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, amanhã haverá a votação do *impeachment* no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Covatti Filho, amanhã será votado o processo do *impeachment* no Senado, a partir das 9 horas, e os Senadores vão estar lá.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, permita-me sugerir uma coisa. Nós tentamos, através da decisão de V.Exa., formar um acordo lá na reunião de Líderes, mas não foi possível o acordo. Houve posicionamentos divergentes entre dois partidos, o PMDB e o PP — já que o PR abriu mão em prol do PP.

Eu sugiro a V.Exa. que recolha a questão de ordem e peça à Consultoria Jurídica e à Consultoria Legislativa da CMO que deem o parecer. Existem questões variantes a serem decididas, além da questão de ordem, e não simplesmente a eleição. Cabe o número...

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Deputado Cajado, eu só queria fazer uma correção...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Só para concluir...

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Abrir mão, se for uma decisão...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pois é, vamos aguardar. Deixe-me concluir.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, Presidente, há que se decidir sobre qual será a formação do bloco, se a prevista na Resolução 1 ou se a formação após abertura da janela partidária, em função do ofício do Presidente. Há que se decidir a quem cabe a disputa na eleição: se aos membros daquele mesmo bloco ou se pode haver uma disputa com outro partido que em tese não poderia disputar, porque não estaria na formação do bloco ou na maioria do partido.

Então, essas questões terão que ser também abordadas, não somente a questão de ordem sobre se caberia a esse ou àquele bloco.

Portanto, eu quero pedir à Mesa o aditamento a essas questões.

E há mais ainda: a eleição será paritária ou será como a da Comissão? Segundo o Regimento Comum — fui alertado —, em sendo exercida a Presidência, nesta Sessão Legislativa, neste ano, por um Deputado Federal, só caberia aos Deputados Federais eleger o Presidente da CMO; aos Senadores caberiam as eleições respectivas dos seus pares para Primeiro e Terceiro Vice-Presidentes. Essa questão também tem que ser abordada.

Portanto, a resposta que V.Exa. dará às questões de ordem formuladas terá que ser completa, para não ensejar dúvidas e novas disputas na próxima semana, já que, como V.Exa. falou, não haverá possibilidade de se fazer a sessão da CMO esta semana ainda, por conta da sessão do *impeachment*, que ocorrerá amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado, eu vou responder a V.Exa...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, eu tenho uma pergunta a fazer.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - É preciso aditar a questão de ordem do Deputado Cajado, porque nós tomamos uma posição aqui em relação à interpretação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deixe-me primeiro responder...

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Mas, veja: se a decisão da Mesa for aquela publicada, a dos blocos majoritários — e o PR é majoritário —, nós não temos como abrir mão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Uma pergunta, Sr. Presidente. Uma pergunta bem simples.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - É importante que V.Exa. responda à questão de ordem antes da eleição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Vou responder ao Deputado Claudio Cajado, cuja ponderação foi muito pertinente.

Aqui nunca houve uma disputa com relação à Presidência e às três Vice-Presidências. É preciso examinar. Aqui se fala na escolha dos eleitos por seus pares. Precisamos entender se cada Vice-Presidência seria da Câmara; se seria uma da Câmara e duas do Senado, ou vice-versa. Essa é uma questão que nós vamos examinar aqui.

A outra...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - V.Exa. me permite fazer uma pergunta? Quero fazer uma pergunta.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu ainda boto uma pimenta baiana nisso. Se não for assim, a Câmara sempre elegerá, na disputa, o Presidente da Comissão, porque o número de Senadores é infinitamente menor do que o de Deputados. Então, tem que ser assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Tem razão.

Vejam, nunca houve isso. S.Exa. tem razão. É um fato novo que nós estamos examinando.

O que eu gostaria de dizer aos senhores é o seguinte: não adianta empurrarmos uma decisão que não tenha respaldo, pelo menos, da maioria. Senão, não estaremos elegendo ninguém. Basta que os partidos obstruam, saiam do plenário, e não haverá quórum. Nós precisamos de maioria mais um para eleger.

O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO - Presidente Simão Sessim, deixe-me fazer uma ponderação aqui.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, V.Exa. me permite fazer uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu vou dar a palavra primeiro ao Deputado José Priante, que a havia solicitado; depois, ao Deputado Paulo Pimenta; e, depois, ao Líder Aguinaldo Ribeiro e ao Senador.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Não identificado) - Há uma inscrição feita junto à Mesa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero, antes de mais nada, fazer um elogio à postura de V.Exa., que está demonstrando por que deveria exatamente estar presidindo neste momento esta decisão aqui na Comissão de Orçamento. A longa caminhada e a experiência de V.Exa. trazem-no a esta posição, a presidir esta decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - V.Exa. é meu eterno Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Muito obrigado.

É claro que, nesta Casa, a tradição na Comissão de Orçamento é o consenso. E V.Exa., evidentemente, embora sem o ter expressado com muita clareza — há aqueles que podem perceber isto nitidamente —, está se declarando a favor do tempo necessário para que possamos chegar a um acordo, para que possamos amadurecer todas os posicionamentos que foram levantados, para que se possa evitar um impasse, o que será o pior caminho que esta Comissão poderá ter como decisão.

Então, eu quero parabenizá-lo, em nome do PMDB...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Impasse, sim, até porque, para eleger mesmo um candidato único, nós precisamos de maioria, e não teremos maioria se qualquer partido que não se conformar...

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - É claro.

Esta semana, Sr. Presidente, já tem sido bastante animada. A semana começou extremamente agitada. Temos no Congresso Nacional — já que estamos reunindo aqui a representatividade do Congresso — uma pauta extremamente apimentada. Amanhã, no Senado, haverá a votação do *impeachment*. Além disso, há uma série de outras matérias relevantes.

Então, em nome do PMDB, queremos nos filiar a V.Exa. nessa posição de suspender a reunião e marcá-la para a próxima terça-feira, dando tempo para que todas as lideranças, os guerreiros que se manifestaram, que têm por traz os seus truques escondidos, possam elucidar as posições, afinar os ponteiros e chegar a um consenso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - V.Exa. tem razão, até porque já começou a Ordem do Dia no Senado, e não poderíamos decidir mais nada hoje. Amanhã, os Senadores estarão ocupados com o problema do *impeachment*. Quinta-feira não há condição de conseguir quórum. Então, só na terça-feira.

E eu diria mais, Deputado Covatti Filho, a quem estiver ansioso por uma decisão da Ordem do Dia: qualquer que seja a decisão sobre a questão de ordem, surgirá um candidato único.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Esse candidato único, para ser eleito — repito —, tem que ter os votos da maioria, e não haverá maioria se qualquer partido, não se conformando com a decisão sobre a questão de ordem, se retirar. Então, não vai adiantar de nada. O melhor é avançarmos mais um pouco, para que tenhamos, se não o consenso, pelo menos a maioria desta Comissão, para que cheguemos a uma decisão para terça-feira.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Por isso é importante que V.Exa. a responda antes da eleição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Então, eu vou dar a palavra aos que pediram.

Com a palavra ao Senador...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sou eu, Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Não, tem a palavra, primeiramente, o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO - Presidente Simão, eu estou inscrito para falar como Líder.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, eu quero só levantar duas questões, e V.Exa. há de considerá-las, na busca das informações sobre o encaminhamento da decisão.

Em primeiro lugar — isto não foi dito aqui, mas eu acho que precisa ser dito: que todos saibam que, numa eventual eleição, ela será secreta. A eleição será secreta.

Em segundo lugar...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Atenção! Atenção, Senador Benedito de Lira!

O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO - Deputado Simão Sessim...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se nós guardarmos analogia com a orientação que ocorreu na eleição dos membros das Comissões da nossa Casa, a Câmara dos Deputados, será fundamental que saibamos, com base na proporcionalidade, quem efetivamente poderemos indicar. A rigor, dentro de um mesmo bloco ou de um mesmo partido haveria possibilidade de outro Deputado se inscrever, no caso de uma eleição.

Hipoteticamente, do ponto de vista regimental, se o Deputado Milton Monti abrisse mão da candidatura, dependendo, outro Deputado do mesmo partido poderia se inscrever, de acordo com o princípio da proporcionalidade, seguindo a mesma orientação que serviu para as nossas Comissões.

Então, eu quero que V.Exa. considere isto também: arguida a proporcionalidade, como será feita a indicação? E que fique claro para todos que, se nós formos ter uma eleição aqui no voto, ela será secreta.

Portanto, ainda terá que haver muito diálogo, porque uma votação secreta se torna sempre muito emocionante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Muito bem, Deputado Paulo Pimenta.

Tem a palavra o Senador Wellington Fagundes. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO - Presidente Simão Sessim, eu estou inscrito.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, primeiramente, nós temos que considerar que a sociedade nos cobra, porque o País já está praticamente parado em termos de orçamento. Muitos Ministérios não têm condições orçamentárias de tocar. Portanto, isso é uma responsabilidade de todos nós. E é claro que a tentativa do acordo, sem dúvida nenhuma, é o melhor caminho.

V.Exa. está marcando reunião para terça-feira. Eu pergunto se V.Exa. não poderia convidar — mesmo não sendo uma reunião oficial — as lideranças partidárias, para, na segunda-feira, sob a sua Presidência, tentarmos buscar uma harmonia, a fim de na terça-feira já termos algo encaminhado. V.Exa. terá





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

oportunidade de, daqui até lá, junto com a consultoria, analisar todos os aspectos. Nós poderíamos fazer isso na segunda-feira à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Vamos marcar para as 5 horas ou 6 horas.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Às 5 horas ou às 6 horas. V.Exa. define.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Às 5 horas.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Eu acredito que seria um caminho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Vou expedir o convite.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Não é oficial, mas vou expedir o convite.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Acho que vamos conseguir dar uma resposta. Senão, na terça-feira, nós não teremos chegado a um acordo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Boa sua sugestão.

O último orador inscrito é o nobre Deputado Aguinaldo Ribeiro, meu Líder. Eu sei que ele está zangado comigo.

O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO - Presidente Simão Sessim, muito obrigado pelo gesto, como sempre carinhoso, de V.Exa. para comigo.

Eu quero deixar aqui consignado, porque é importante para nós do Partido Progressista — o Deputado Covatti Filho fez uma questão de ordem —, que nós mantemos o nosso entendimento sobre a questão de ordem que foi abordada. E quero aqui também consignar, Presidente Simão, que, na próxima terça-feira, não havendo acordo...

O que se passou nos bastidores? Nós discutimos teses, e eu defendi — é bom que se diga — aquilo que é a prática da Comissão. Se nesta Comissão até hoje não houve disputa foi porque seguiu-se um rito. Que fato novo houve para que esse rito fosse quebrado e houvesse essa discussão? Foi a questão constitucional da chamada janela partidária, que permitiu a movimentação dos Parlamentares. É disso





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que está tratando o ofício do Presidente do Senado, que foi encaminhado a esta Casa.

Então, já existem aqui as percepções de cada bloco, de cada partido. Se, a rigor, formos cumprir a Resolução nº 1 — é nosso entendimento que, com base nela, deve se conduzir esta Comissão, a resolução existe para isso —, nós devemos observar exatamente a Resolução nº 1. É ela que vai pautar o nosso entendimento.

Dito isso, eu faço um apelo a V.Exa. Na convocação — nós concordamos, até por ausência de quórum, neste momento —, no meu entendimento, será muito difícil...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - E que começou a Ordem do Dia no Senado. Nós temos que suspender os trabalhos.

O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO - Nós compreendemos isso, mas o nosso entendimento é que V.Exa. produza, com a assessoria desta Comissão, a elucidação das questões de ordem que foram levantadas, a fim de que nós possamos, na próxima terça-feira — não sei qual para que horas V.Exa. vai convocar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Para as 14h30min.

O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO - Para a mesma hora, 14h30min. Se às 14h30min V.Exa. abrir a reunião e, no primeiro instante, já houver acordo, nós vamos reproduzir na Comissão o acordo que foi construído. Se, contudo, não houver acordo, que V.Exa. imediatamente, aberta a reunião, responda às questões de ordem e, na sequência, proceda à eleição.

V.Exa. disse uma coisa aqui: que isso nunca aconteceu nesta Casa. Neste País também tem acontecido muita coisa que nunca aconteceu. Então, não será também um absurdo nós disputarmos no voto aqui, se for o entendimento, se não produzimos o acordo, de que sou defensor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Líder Aguinaldo Ribeiro, foi levantada uma questão, que é muito difícil de resolver, sem um acordo, fora da Presidência. São as três Vice-Presidências. Quem as ocuparia? Senadores? Deputados? Como? Nunca houve isso, sempre houve o acordo. Então, damos a 1ª Vice-Presidência para um bloco, a 2ª Vice-Presidência para outro e a 3ª Vice-





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidência... Esse é outro problema que vai surgir. Eu só estou ouvindo falar em candidatura de Presidente. Ninguém falou...

O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO - Elege-se o Presidente e depois elegem-se os demais membros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Seria paritária? Se for paritária, o Senado leva desvantagem.

O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO - Nós vamos cumprir o revezamento que está previsto na resolução e eleger, em primeiro lugar, o Presidente e, depois, os demais membros. Mas eu não quero aqui antecipar a sessão de terça-feira. Quero apenas solicitar que as questões de ordem estejam, na próxima terça-feira, elucidadas por V.Exa., com o apoio da assessoria desta Comissão, para que possamos avançar. Como disse, nós estamos em um ano atípico. Estamos quase no meio de maio. Na próxima semana, estaremos na metade do mês de maio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - É verdade.

O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO - ... quase próximo ao recesso, sem que... Hoje, parece-me, as Comissões estão começando a se reunir.

Por fim, eu espero que nós tenhamos a capacidade de construir um acordo. Nós vamos defender isso, e tenho defendido isso desde a última reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu lamento. Não acompanhei os entendimentos havidos lá porque tinha de ficar aqui, para a Comissão não ficar esvaziada.

O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO - Presidente, eu tenho uma convicção...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu quero dizer o seguinte: não houve acordo, mas era preciso tentar. Só se falou em Presidência. Não sei se lá foi discutido o problema das Vice-Presidências, não sei se lá foi discutido o problema da relatoria. Se couber ao PP...

O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO - Presidente, a única convicção que tenho — e posso dizer isso sem falsa modéstia — é que eu tive razão ao indicar V.Exa. para presidir esta Comissão. Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Nada mais havendo a tratar na reunião de hoje e tendo se iniciado a sessão do Senado antes de fazermos qualquer deliberação, nós vamos suspender a presente reunião, para continuarmos no dia 17 de maio, terça-feira, às 14h30min.

Está suspensa a reunião.

Em 17.05.2016.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Declaro reaberta a reunião de instalação e eleição da Mesa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Assumo a condução dos trabalhos conforme estabelecido no art. 14 da Resolução nº 1, de 2016, do Congresso Nacional.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas. Procederemos, então, à eleição dos cargos da Mesa.

Expediente sobre a mesa.

Correspondência interna recebida: Ofício nº 145, de 10 de maio 2016, do Líder do Bloco Parlamentar PP/PTB/PSC, Deputado Aguinaldo Ribeiro, indicando o nobre Deputado Arthur Lira para o cargo de Presidente.

Passamos à eleição.

Eu gostaria apenas de esclarecer que esta Presidência deixou de responder às questões de ordem em virtude de que, durante uma grande reunião realizada na noite de ontem, nós tivemos oportunidade de, em consultando todas as Lideranças, chegar a um acordo. Esse acordo baseia-se não só na opinião das Lideranças, mas também em todas as normas que buscamos: a Emenda nº 1, o Regimento Comum, o Regimento Interno do Senado Federal e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Ele se baseia em todos os instrumentos que pudermos utilizar para esta eleição.

Diante desse acordo, eu acho desnecessário — a não ser que haja a exigência dos autores — que eu responda às questões de ordem, mas estão prontas as respostas.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Pois não, Deputado Covatti Filho.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Para celebrarmos esse acordo, que foi feito como V.Exa. bem explicou, e achando desnecessário que V.Exa. responda às questões de ordem, eu retiro a minha questão de ordem.

Aproveito também para sugerir que façamos a eleição por aclamação, a fim de homologarmos esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Essa é a consulta que farei de imediato.

Antes, quero render uma homenagem. Esse acordo teve um início, e quero citar o nome daquele que a ele deu início: o Deputado Claudio Cajado.

Deputado, V.Exa. foi, sem dúvida, um dos grandes nomes desse acordo. Portanto, quero não só agradecer a V.Exa., mas conceder-lhe a palavra, para que possa expressar não só o seu contentamento, mas também a sua liderança nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, V.Exa. vai me deixar vermelho desse jeito. Eu confesso que não cabe a mim a autoria desse acordo, mas agradeço a V.Exa. e aos membros da Comissão. O acordo foi fruto do entendimento entre os membros da Casa. Houve o amadurecimento das consequências que poderíamos ter com essa votação, que, inclusive, abriria precedente para outras Comissões.

Valeu o espírito público. Valeu o interesse maior do País e o entendimento de que esta Comissão só funciona sob a égide do acordo. Não adianta forçar a corda.

Se eu pude contribuir foi graças, primeiro, a V.Exa., que a mim determinou, naquele momento, proceder ao acordo. Portanto, eu transiro essas homenagens — elas me são imerecidas —, primeiro, a V.Exa., que está presidindo os trabalhos muito bem, e, segundo, àqueles que se dispuseram a fazer o entendimento, notadamente ao PR, nas pessoas dos Deputados Milton Monti, Vicentinho, do Líder Arthur Lira, que será eleito Presidente, e do nosso querido Deputado Sergio Souza, do PMDB. O Deputado Sergio também abriu mão do direito à vaga, em um entendimento muito positivo.

Eu espero que o Senado agora possa indicar o nome do 1º Vice-Presidente e do 3º Vice-Presidente, para que a Câmara, sequencialmente, após a eleição do Deputado Arthur Lira, possa indicar o 2º Vice-Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, parabéns para todos nós.

Eu confesso que V.Exa. me deixou quase sem graça, porque eu não sou merecedor desse elogio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu ia também destacar, em relação a esse acordo, a forma como se conduziu o Deputado Sergio Souza.

Deputado Sergio Souza, V.Exa., que abriu mão de tudo — de tudo, não, mas da Presidência — gostaria de falar alguma coisa?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Na verdade, o Brasil começa com uma nova roupagem, e nós entendemos que esta Comissão é muito importante para que o Brasil dê certo.

Eu conversei com alguns Senadores, na semana passada e esta semana, e me sentei para debater com o Deputado Arthur Lira. E nós temos a mesma opinião: há que se produzir nesta Comissão soluções para o povo brasileiro e soluções para o Governo, que precisa dar uma resposta à sociedade.

Então, pelo bem dos membros da CMO e pelo bem do Parlamento Brasileiro, o acordo, neste momento, é o que de melhor nós temos para esta Comissão e para o Parlamento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, Deputado Sergio Souza.

Antes de passar à votação, eu gostaria de fazer mais uma consulta ao plenário. A Mesa desta Comissão é constituída de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente e 3º Vice-Presidente e, naturalmente, da relatoria-geral e das relatorias setoriais. Então, pergunto ao Plenário se podemos proceder à eleição apenas do Presidente, deixando que S.Exa., que tem uma habilidade fantástica e já foi Líder, faça as costuras necessárias para complementar o grande acordo, que seria a eleição dos demais.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, uma informação. Nós temos uma Presidência e três Vice-Presidências?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Sim, duas do Senado e uma da Câmara.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Eu gostaria de sugerir que já fizéssemos a votação para a 2ª Vice-Presidência, que pertence à Câmara dos Deputados, para cujo cargo meu nome é indicado pelo PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Elegeríamos, então, o Presidente e o 2º Vice-Presidente, que pertence à Câmara dos Deputados. E o Senado, então...

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Nós estamos de acordo.

Primeiro, eu quero cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu me esqueci de fazer referência também a um dos baluartes desse acordo — aliás, o primeiro —, o Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, embora eu tenha sido o primeiro a me manifestar, vou reafirmar aqui a tese, que não é minha, mas da Casa, do acordo, da convivência.

Eu convivi durante muito anos aqui nesta Comissão, e ela não funciona se não for através do acordo. Sem ele, nós iríamos começar mal, iríamos ter problemas, no futuro, na apreciação das diversas e relevantes matérias que esta Comissão precisa decidir.

Desde o início, estabelecemos um entendimento, dentro da lógica, porque, mais do que estabelecer acordo, era preciso considerar as questões fáticas. E o fato era que o Bloco do PR, por apenas alguns dias — 3 ou 4 dias —, no período de janeiro até final do mês de março, era o bloco que tinha o maior número de Deputados.

Segundo a análise feita pela Mesa do Congresso Nacional, nós éramos o bloco que tinha a condição de ocupar a Presidência, mas entendemos os argumentos levantados pelo Bloco do PP, que solicitou uma média ponderada dos dias em que o partido permaneceu nessa condição ou dos dias em que o Bloco do PP permaneceu nessa condição — é evidente que a maior parte do tempo, quase a totalidade do tempo, o Bloco esteve nessa condição.

Na busca do entendimento, desde a semana passada, eu conversei com o Deputado Arthur Lira e o Deputado Sergio Souza. E disse aqui, na primeira reunião, quando nós instalamos a Comissão, que entendia que eu não deveria entrar na





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

disputa, embora houvesse argumento em contrário. A decisão da Mesa do Congresso nos era favorável, mas era preciso ponderar sobre todas as questões de uma forma global. Não adiantaria insistir nisso e ter que ir para uma disputa no voto. Eu acho que essa disputa não poderia acontecer, e fico muito feliz que ela não esteja acontecendo.

Então, eu quero saudar o Deputado Arthur Lira, que vai ser nosso Presidente, e o Deputado Sergio Souza, que agiu com muita grandeza.

Sendo esta Comissão importantíssima para o País e uma das mais importantes do Congresso Nacional, ela não poderia funcionar de outra forma que não fosse essa. Espero que, com as matérias que teremos por aqui, embora se avizinhem tempos de acirramento político um pouco maior — ou menor —, esta Comissão tenha a moderação necessária, para que o País possa encontrar o rumo do seu crescimento e do seu desenvolvimento. Esta Comissão é importantíssima para isso.

Eu quero dizer, portanto, que fico feliz em ter podido participar e colaborar para que esse acordo acontecesse. É assim que nós temos que trabalhar.

De minha parte, concordo plenamente em que façamos a eleição já dos representantes da Câmara, tanto do Presidente, Deputado Arthur Lira, como do 2º Vice-Presidente, Deputado Sergio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, Deputado Milton Monti. V.Exa. foi, sem dúvida alguma, um dos artífices dessa construção.

Eu quero fazer a segunda e última consulta ao Plenário, para que possamos começar a votação. Poderíamos fazer a eleição dos cargos de Presidente e 2º Vice-Presidente por aclamação? *(Pausa.)* Sim.

Então, eu vou colocar em votação essa proposta de eleição por aclamação na Representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Em votação na Representação do Senado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada por unanimidade. (Palmas.)

Vamos à votação por aclamação.

Nós já temos o ofício com a indicação do Presidente. Não temos ofício indicando o 2º Vice-Presidente, mas vamos entender, sem dúvida alguma, que o Deputado Sergio Souza, que foi até indicado para Presidente, seja oficialmente o candidato do PMDB à vaga de 2º Vice-Presidente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - E registre-se, Sr. Presidente, que o PR, com o Bloco, aquiesce em que a vaga seja do PMDB. É bom que isso conste em ata também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Como é?

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - É bom constar que nós estamos de acordo com a indicação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É bom constar em ata que o Bloco do PR está de acordo com a indicação do PMDB para a vaga de 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Acho que todos estão de acordo.

Portanto, mesmo sem o ofício, eu quero submeter a indicação do Deputado...

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, essa colocação está sendo feita porque, apesar dos entendimentos feitos pela Mesa Diretora desta Comissão a respeito do início da Legislatura, na segunda quinzena do mês de fevereiro... Todos os entendimentos são polêmicos. O único entendimento pacífico é quanto à composição e ao número de Parlamentares, Deputados e Senadores, da Comissão. E, nessa composição, nós somos o maior bloco. Então, nós teríamos o direito, nessa escolha, à vaga de 2º Vice-Presidente, mas, por fruto do acordo, nós concordamos com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Ah, sim!

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Perfeito.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - É bom que se coloque...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Isso, em ata.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - ...na distribuição das relatorias, nas demais distribuições que houver na Casa, há que prevalecer — é preciso que prevaleça — o ato baixado pela Mesa do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - E o acordo do Plenário. E sendo a votação soberana, Sr. Presidente, fica dirimida qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Mais uma vez, agradeço ao Deputado Milton Monti.

Vamos fazer constar em ata que o PR abriu mão da 2ª Vice-Presidência em benefício do PMDB.

Vamos passar à votação para eleição do candidato único, o nobre Deputado Arthur Lira.

Os Srs. Deputados que aprovam o nome do Deputado Arthur Lira para Presidente da Comissão Mista de Orçamento para o ano de 2016 levantem o braço.
(Pausa.)

Por unanimidade?

Temos o Senador Fernando Bezerra Coelho, que honra o Ministro, aqui ao nosso lado.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - V.Exa. fez a votação na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Vamos agora ao Senado.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Exatamente. Eu não tenho objeção nenhuma, mas, como estamos no acordo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Vamos ao Senado, apesar de que há um entendimento sobre o Regimento, que fala em pares, e a Câmara escolheria o seu representante. Mas vamos aceitar a ponderação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Pois não.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Acabou de chegar ao Senador Wellington Fagundes, do PR, e ele me relata — inclusive, por atraso do meu voo de São Paulo, não cheguei a tempo ontem para a discussão dos Líderes —, que,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

embora o PR tenha aberto mão dessa Vice-Presidência da Câmara, coube ao Senador Wellington Fagundes a...

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - A relatoria da LDO e a 1ª Vice-Presidência. E nós poderíamos abrir mão da segunda escolha de Comissão, para beneficiar também o PMDB.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Isso. Era para ficar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Seria então o Senador Wellington Fagundes...

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Que poderia também ser eleito, se já há concordância de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Certo. Mas eu deixarei que o Presidente Arthur Lira conduza, depois, a eleição para os cargos...

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Esse também foi o acordo que V.Exa. colocou ontem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - É verdade. Inclusive falou-se sobre a LDO, ontem, aqui. O Senador Wellington Fagundes foi especial na condução do acordo.

Vamos passar à votação, no Senado, da indicação do Deputado Arthur Lira para Presidente.

Os Srs. Senadores que concordam levantem a mão. *(Pausa.)*

Por unanimidade, aprovado o nome do Deputado Arthur Lira.

Passamos à escolha para a 2ª Vice-Presidência. O candidato é o Deputado Sergio Souza.

Os Srs. Deputados que aprovam, apoiam ou votam com o Deputado Sergio Souza levantem a mão. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam o nome do Deputado Sergio Souza levantem o braço. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eleito para o cargo de 2º Vice-Presidente o Deputado Sergio Souza.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Sr. Presidente, vamos fazer como combinamos lá dentro. O Presidente Arthur Lira acerta a formação do resto da chapa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Isso.

Com muita honra, convido o nobre Deputado Arthur Lira a assumir a Presidência desta Comissão e dirigir os trabalhos desta sessão. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Srs. Deputados, Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu quero agradecer a confiança de todos, neste ano curto, difícil, de mudanças radicais tanto na economia como na política. E como o Deputado Simão Sessim presidiu, com muita maestria, com experiência e competência os destinos desta Comissão até agora, eu não poderia deixar de agradecer a todas as bancadas que participaram das reuniões para que esse acordo fosse possível, independentemente de cor partidária, de ideologia, de pensamentos, da Câmara e do Senado. Eu não vou aqui nominá-las individualmente, mas eu as agradeço, na pessoa do Deputado Milton Monti, do Deputado Sergio Souza e de todos os representantes dos partidos que contribuíram, ali dentro, Deputado Claudio Cajado, para que esse acordo fosse possível, do PT ao Democratas, incluindo PR, PSDB, PDT, PCdoB, PV. Enfim, agradeço a todos os Deputados e Senadores que compõem esta Comissão.

Esperamos que a serenidade, que sempre me guiou ao conduzir a CCJ no ano passado, Senador Waldemir Moka, predomine e prevaleça, para que sempre, na base do diálogo, como esta Comissão sempre se comporta, na base dos acordos partidários, nós possamos cumprir a nossa obrigação. E já temos um desafio de pronto: analisar o PLN 1, relativo à revisão da meta fiscal. Que nós possamos discuti-lo nesta Comissão, sem abrimos mão das nossas prerrogativas em benefício do Plenário do Congresso Nacional.

Todos nós, juntos, temos a obrigação de, neste momento de implementação de mudanças, de dificuldades, fazer o máximo esforço possível, sem abrir mão das questões programáticas de cada partido, mas pensando no Brasil, pensando no desenvolvimento, pensando no crescimento, pensando que nós temos que ultrapassar essa fase de muita dificuldade.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E esta Comissão, a última a ser instalada no Congresso, tem um papel preponderante, um papel importante: o do fortalecimento, para que a economia responda, para que as metas sejam cumpridas, para que a Lei Orçamentária tenha realmente a sua finalidade maior atendida por esta Comissão.

Enfim, não me alongando, quero agradecer a paciência, a determinação, a ajuda, o companheirismo de cada Parlamentar, Senador e Deputado. E juntos iremos fazer com que o Colégio de Coordenadores e o Colégio de Líderes se reúnam com frequência, com assiduidade, a fim de que possamos discutir lá dentro, para que aqui, na medida do possível, os temas já cheguem com consenso.

Dito isso, quero parabenizar o nosso amigo Deputado Sergio Souza pela eleição e agradecer ao Deputado Milton Monti e ao próprio Deputado Sergio Souza pela árdua missão de dialogar, representando cada um o seu partido, para que nós pudéssemos chegar a essa finalidade, o acordo, nesta Comissão, mais uma vez.

Quero dizer ainda que, conforme combinamos ali dentro, liguei pessoalmente para o Senador Eunício Oliveira, Líder da maior bancada do Senado, para que ele faça a indicação do Relator do Orçamento.

Nós conversamos, e alguns acordos foram possíveis por parte do PR: a relatoria da LDO, que cabe ao Senado este ano; a abertura de espaço, no caso da segunda vaga da sub-relatoria, pelo PR, para atender ao PMDB. Enfim, todos os outros critérios serão obedecidos, tanto com base na proporcionalidade como nos acordos que foram firmados. Essa é a nossa intenção e a nossa obrigação.

Dito isso, vou ler alguns procedimentos e diretrizes gerais e, em seguida, franquearei a palavra a todos que a quiserem.

1) Conforme o disposto no art. 17, § 1º, e art. 19 da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, o dia 22 de maio é o prazo regimental para a indicação das relatorias e comitês. Tendo em vista que o dia 22 será domingo, estabeleço como prazo final o dia 24 de maio, próxima terça-feira — nada impedindo que possamos, através de acordo, numa reunião que chamarei para amanhã, defini-las, se tivermos condição de fazê-lo. São elas: Relator-Geral da Receita, Relator-Geral do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, Relatores Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária para 2017, Relator das contas prestadas pelo Chefe do Poder





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Executivo, além de suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público.

Para fazer as indicações, as Lideranças partidárias deverão observar o disposto no art. 16 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

2) O dia 24 de maio também será o prazo final para a indicação dos membros e coordenadores dos seguintes comitês, conforme estabelece o art. 18 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional: Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária; Comitê de Avaliação da Receita; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves; e Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Solicito a indicação, por parte dos Líderes partidários, dos Parlamentares que integrarão o colegiado e representantes das Lideranças partidárias com assento nesta Comissão.

Inicialmente, as reuniões ordinárias serão realizadas às terças-feiras, às 14h30min, neste plenário, até que haja acordo com o novo colegiado de representantes das Lideranças partidárias com assento na CMO.

Como primeiro inscrito está o Senador Wellington Fagundes e, na sequência, o Deputado Milton Monti e o Deputado Sergio Souza.

Com a palavra V.Exa., Senador Wellington Fagundes.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, inicialmente, é claro, gostaria de parabenizá-lo pela competência, por ter buscado o diálogo para que chegássemos a esse consenso, inicialmente, com a união do PR e do PP, para que V.Exa. pudesse ser eleito o nosso Presidente.

Além disso, gostaria de cumprimentar o nosso Presidente Simão Sessim pela sua experiência de vida. Ele soube com paciência ouvir todos nós e, inclusive, a meu pedido, marcou a reunião de ontem para que pudéssemos construir esses entendimentos. E quero também cumprimentar, em nome dos nossos companheiros de partido, os Deputados Milton Monti, Vicentinho Júnior e Aelton Freitas, que designaram a todos nós esse trabalho.

Da reunião de ontem, o Deputado Leonardo Quintão participou efetivamente, e, por isso, em nome do Líder do seu partido, quero parabenizar S.Exa., porque também estava na busca desse entendimento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E não posso deixar de parabenizar também, é claro, o maior cabo eleitoral. V.Exa. pode ser muito bom de voto, mas tem um cabo eleitoral melhor ainda: o nosso companheiro, Senador Benedito de Lira. S.Exa. me disse: *“Olha, você vai ter que cuidar lá do meu filho e pronto.”* Então, agora, eu pedi a ele que passe a ser meu pai lá.

Portanto, eu quero parabenizar o Senador Benedito de Lira.

Conversei muito com o Senador Waldemir Moka sobre a possibilidade, inclusive, de se fazer algum entendimento no Senado. Mas, de qualquer forma, já temos Presidente eleito. Agora caberá a ele dar prosseguimento nos trabalhos, para que possamos concluir aquilo que é preocupação de todos nós — não é, Deputado Simão Sessim? Não se poderia ficar até este momento sem que a Comissão fosse instalada. Eu já disse isso no Senado.

Nós não podemos ser os causadores da crise brasileira nem ampliá-la. Nós, da Comissão Mista de Orçamento, temos que ser a solução, temos que dar celeridade aos nossos trabalhos, até porque, hoje, pelo que vemos no nosso Regimento, o Governo está muito mais engessado. Esta Comissão terá que ter uma atividade muito mais intensa, principalmente porque, na crise, o Governo vai ter que mandar a esta Casa matérias orçamentárias quase que o tempo todo.

Mas eu tenho certeza, Deputado Arthur Lira, de que V.Exa., pela sua juventude e pela experiência demonstrada também na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, vai conduzir esta Comissão com maestria e haveremos de dar resposta ao Brasil. O Brasil espera isso de todos nós.

Não pode um Ministro dizer amanhã que tem recursos, mas não tem como consertar um buraco ou melhorar uma estrada, porque não tem dotação orçamentária, não tem limite.

Então, quero parabenizar V.Exa. e o nosso Deputado Milton Monti, que vai pegar uma Relatoria muito importante principalmente para o Ministério dos Transportes, que tem o Deputado Maurício Quintella Lessa como Ministro, agora com muito mais complexidade, porque é um ano com pouco recurso e as estradas continuam as mesmas e continuam precisando ser recuperadas.

Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Agradeço ao Senador Wellington Fagundes as palavras. Tenho certeza de que, juntos, conseguiremos desempenhar um papel que realmente seja do tamanho que o Brasil merece.

Tem a palavra o Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Eu quero cumprimentá-lo, Presidente Arthur Lira. Já fiz aqui todo o relato dos acordos que foram feitos. Quero cumprimentá-lo pela proposta e pelo cuidado que está tendo, aqui em nossa Comissão, em tentar votar o parecer oferecido ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1. É muito importante que esta Comissão cumpra com suas atribuições.

Eu quero aproveitar para fazer publicamente um apelo aos coordenadores e aos partidos com assento nesta Comissão. Que, neste caso específico — depois, provavelmente, teremos outros embates políticos, mas este vai propiciar que a Comissão cumpra com a sua função precípua —, para que não venhamos a ser atropelados e a ver essa matéria ser tratada apenas no Plenário do Congresso Nacional, nós façamos um entendimento, um esforço, para que, sem obstrução, mas fazendo os posicionamentos políticos que cada partido queira fazer, votemos o PLN 1 nesta Comissão.

A Comissão não pode abrir mão de participar de todos os assuntos que dizem respeito às suas funções, às suas atribuições, e este, evidentemente muito importante, é um deles. Por isso, quero cumprimentar V.Exa., Presidente Arthur Lira.

Quero aqui circundar essa proposta, apelando a todos os partidos. Que as pessoas, é claro, manifestem as suas posições políticas, mas que não tenhamos obstrução e possamos votar brevemente esse projeto de lei, para que, então, ele possa ser deliberado pelo Plenário Congresso Nacional.

Fazer isto é muito importante. Eu acho que assim vamos delimitando as questões que são de nossa atribuição, com base no entendimento de que nós não podemos ser atropelados. Aliás, nenhuma Comissão desta Casa pode, e não podemos concordar com isso.

Aqui fica, então, este meu apelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Milton Monti.

Com a palavra o Deputado Sergio Souza.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, Deputado Milton Monti, Senador Wellington Fagundes, Deputado Vicentinho, Senador Benedito de Lira, Deputado Simão Sessim, nós sabemos que esta Comissão terá durante o ano, por mais que seus trabalhos comecem com 1 mês e tanto de atraso — porque ela se encerrou na última terça-feira do mês de fevereiro, e temos em torno de 4 ou 5 semanas sem os trabalhos desta Comissão —, ela não traz nenhum prejuízo maior. Afinal, nós todos sabemos que estamos com uma pauta bastante lenta na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional como um todo, porque tivemos uma pauta bastante discutida nos últimos tempos, a pauta do *impeachment*. E esta é uma semana destinada à composição do novo Governo, e muitos projetos chegarão a esta Comissão e ao Parlamento brasileiro.

Então, nós temos aqui uma grande responsabilidade. E não temos como construir uma solução para o Brasil sem analisarmos detidamente as propostas que virão do Governo e sem termos uma percepção da importância do Parlamento nessas horas de decisão.

É em nome do Brasil e do povo brasileiro, Senador Flexa Ribeiro, Deputado Duarte, que nós temos que agir aqui nesta Comissão, e não porque este ou aquele partido presidia ou preside o País.

Nós temos a sensação de que uma coalização de partidos que querem o bem do País, querem que o Brasil saia da crise e volte a crescer, transformou-se neste novo Governo, em que a maioria dos partidos de V.Exas. têm assento. E nós aqui teremos a responsabilidade de fazer as transformações, através das alterações legislativas que nos são cabíveis.

Agradeço a cada um de V.Exas. o apoio nessa composição da Mesa, ao lado do companheiro Arthur Lira, que é um grande amigo.

Não tenho dúvida, Deputado Arthur Lira, de que V.Exa. vai fazer aqui na CMO, como fez na CCJ, no ano passado, um grande mandato em favor do Parlamento, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Com a palavra o Senador Benedito de Lira.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, eu não sou membro da Comissão, mas eu quero cumprimentá-lo, nesta oportunidade, pela sua capacidade de articulação e por fazer com que as coisas aconteçam dentro de um clima de tranquilidade.

Eu quero agradecer, sem dúvida nenhuma, ao companheiro Deputado Wellington Fagundes, com quem tive algumas conversas a respeito da participação do Senado na Comissão de Orçamento.

Eu já tive oportunidade de fazer parte desta Comissão, como Deputado e como Senador, e bem sei da sua importância, bem sei da sua responsabilidade.

A Comissão de Orçamento tem que deixar de lado, muitas vezes até, determinados interesses de ordem partidária para pensar no todo, para pensar no conjunto. E V.Exas. deram demonstração de capacidade e, ao mesmo tempo, de amadurecimento político.

O momento que estamos vivendo é muito delicado e exige de cada um de nós, independentemente até dos desencontros partidários, uma ação muito maior, que é pensar neste País.

Nós estamos saindo de uma dificuldade. Tivemos o compromisso de fazer a esperança reviver.

Então, eu quero agradecer aos companheiros do Senado, os Senadores Flexa, Fernando, Moka e, particularmente, a esse companheiro, amigo e irmão, que é o Senador Wellington Fagundes, e ao Deputado Milton Monti, com quem tive convivência aqui na Câmara dos Deputados.

Quero fazer aqui um registro, Deputado Wellington. O PR foi o companheiro da primeira hora, foi um aliado. Nós somos aliados em Alagoas. Fiquei muito feliz com a ida do Deputado Maurício Quintella Lessa para o Ministério dos Transportes. E tenho dito a Maurício — ele sabe disso — que eu tenho o Deputado Arthur como filho. Maurício é meu segundo filho. Eu tenho uma preocupação muito grande com o Maurício, que é um grande Parlamentar, um companheiro da melhor qualidade.

Então, Deputado Milton, em seu nome, quero cumprimentar os Parlamentares do PR. Eu tive a felicidade de conviver com muitos deles, quando Deputado.

A convivência com a Câmara é muito salutar. Eu tive também o prazer de me reencontrar com alguns colegas que, à época, eram Deputados comigo. Eu cheguei





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ao Senado, depois o Senador Wellington e outros companheiros chegaram, já neste segundo período da minha gestão de Senador.

Então, eu quero, Deputado Arthur Lira, dizer a V.Exa. que a expectativa do Brasil e dos brasileiros está voltada para o Congresso Nacional, assim como a esperança de todos nós. Precisamos realmente dar as mãos e unidos definir as coisas, sem abrir mão das prerrogativas, tampouco dos interesses de cada Estado isoladamente, mas pensando no conjunto. E tenho certeza absoluta de que V.Exa., como fez um bom trabalho, pelas informações que nós temos, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, o fará agora também na Comissão de Orçamento.

Quero cumprimentar o Deputado Simão Sessim pela maestria na condução, até este momento, dos trabalhos desta Comissão e dizer a S.Exa. e a todos que continuemos firmes no mesmo propósito e com o mesmo sentimento de brasilidade.

Parabéns a V.Exa. e a todos que haverão de compor a Mesa Diretora desta Comissão e aos Parlamentares que compõem a Comissão de Orçamento, quer no Senado, quer na Câmara.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Senador Benedito de Lira, meu pai e, segundo o Senador Wellington Fagundes, principal cabo eleitoral do Senado.

Srs. Deputados e Senadores, antes de encerrar, convoco reunião extraordinária para amanhã, dia 18 de maio de 2016, quarta-feira, neste plenário, exatamente às 15 horas e 35 minutos, com pauta única: apreciação e discussão do PLN 1/2016. Convoco ainda reunião dos Srs. Líderes ou coordenadores de bancada para as 14 horas, na sala da Comissão Mista de Orçamento, para que possamos, previamente, discutir o teor técnico do parecer do PLN. Farei indicação, ainda hoje, do Relator do PLN 1, para que todos tenham conhecimento, e, ainda, a publicação do mesmo no Diário da Câmara dos Deputados eletrônico.

Feita esta convocação, encerro a presente reunião, convocando outra, como já disse, para manhã, às 15 horas e 35 minutos.

Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**ATA DA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,
 DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
 REALIZADA NOS DIAS 18 E 23 DE MAIO DE 2016.**

Nos dias dezoito e vinte e três do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a matéria constante da Pauta. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Arthur Lira, Assis Carvalho, Bebeto, Benjamin Maranhão, Beto Faro, Claudio Cajado, Cleber Verde, Dagoberto, Davidson Magalhães, Duarte Nogueira, Geraldo Resende, Irajá Abreu, Junior Marreca, Leandre, Luciano Ducci, Milton Monti, Nelson Meurer, Paulo Azi, Rodrigo de Castro, Ronaldo Fonseca, Sergio Souza, Vicentinho Júnior e Waldenor Pereira; - **Senadores titulares:** Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Otto Alencar e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Caetano, Celso Maldaner, Covatti Filho, Hiran Gonçalves, Lúcio Vale, Paulão e Tereza Cristina; - **Senador suplente:** Dalirio Beber. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** José Priante, Júlio Cesar, Reginaldo Lopes, Saraiva Felipe, Sérgio Moraes e Simão Sessim; e - **Senadores:** Eunício Oliveira, Telmário Mota e Waldemir Moka. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Ademir Camilo Evair de Melo. **ABERTURA:** às quinze horas e trinta e seis minutos, do dia dezoito de maio de 2016, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Deputado Arthur Lira (PP/AL), que informou não haver *quórum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal. **EXPEDIENTE.** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA:** no início dos trabalhos, o Presidente informou que seguiria um acordo de procedimentos e apenas abriria a discussão do único item constante da pauta, Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 1/2016-CN**, mas não haveria nenhuma deliberação. **PAUTA 01/2016.** 1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 1/2016-CN**, que “Altera a Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2016.” Relator: Deputado Dagoberto. Foram apresentadas 15 emendas. O Presidente anunciou a abertura da discussão da matéria e teceram alguns comentários os Deputados Duarte Nogueira (PSDB/SP), Milton Monti (PR/SP), Davidson Magalhães (PCdoB/BA), Dagoberto (PDT/MS), Relator da matéria, e o Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA). Às 15h45min, o Presidente informou que suspenderia os trabalhos e a discussão da matéria continuaria na próxima semana, ficando **adiada** a sua apreciação. Em seguida, convocou a continuação da reunião extraordinária para o dia 23 de maio, segunda-feira, às 16 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. No dia 23 de maio, o horário de reinício da reunião foi transferido para às 17 horas, mas somente às 18h28min os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Deputado Arthur Lira (PP/AL), que informou que durante aquela semana a Comissão apreciaria o Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 1/2016-CN**. Logo após, informou que não havia sido atingido o *quórum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal e anunciou que encerraria a reunião. O Deputado Ademir Camilo (PROS/MG) afirmou que não havendo *quórum* deveria ser suspensa a reunião e o Presidente complementou que sem *quórum* não havia como dar prosseguimento aos trabalhos. **ENCERRAMENTO:** o Presidente encerrou a reunião às dezoito horas e trinta minutos do dia vinte e três de maio de 2016. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Arthur Lira, Presidente.** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Em 18.05.2016.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Declaro iniciada a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Não há quórum ainda para deliberação no Senado Federal.

Expediente.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada, através do correio eletrônico, aos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Ordem do dia.

Pauta nº 1, de 2016.

Item 1. Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 1, de 2016, do Congresso Nacional, que altera a Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016. Relator: Deputado Dagoberto, do PDT do Mato Grosso do Sul. Foram apresentadas 15 emendas.

Seguindo acordo de procedimentos, eu quero abrir a discussão. Se algum Deputado quiser fazer uso da palavra...

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Indago a V.Exa. se está disponível o relatório para conhecimento do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O que está disponível, conforme acordo feito, é justamente o que o Governo mandou e o parecer técnico da Consultoria. Nós acordamos proceder hoje à abertura de discussão, deixar a discussão em aberto e não encerrar a reunião, para manter o quórum para a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

próxima semana, quando se dará uma alteração pelo Governo, uma alteração da meta, para que o Relator possa fazer, aí sim, as alterações definitivas.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Eu indago a V.Exa. se isso é regimental...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - ...e se não poderá ser questionado *a posteriori*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós só estamos franqueando a palavra. Não há absolutamente nenhum prejuízo com relação à votação. Nós não vamos deliberar hoje nem encerrar a discussão.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - O.k.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós vamos manter a discussão aberta para que não haja nenhum tipo de questionamento.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Pela ordem, tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro. Na sequência, darei a palavra a V.Exa.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Presidente, acho que o encaminhamento está correto, porque o Relator vai aguardar os pedidos de alteração que virão para que possa fazer as adaptações no seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Justamente.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - A preocupação do Deputado Duarte Nogueira é se nós aprovássemos da forma como foi encaminhada à CMO...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não, absolutamente.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - ...e fizéssemos alteração...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não é o caso.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - ...no Plenário do Congresso. Aí poderia haver a judicialização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Vou deixar bem claro como vamos proceder, Senador Flexa Ribeiro: abrimos hoje a discussão, para adiantarmos o processo, sem nenhum tipo de deliberação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - A discussão continua na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - A discussão não será encerrada, continuará na próxima segunda-feira.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - A reunião será suspensão, não será encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - A reunião será suspensão ao final. Deverá ser convocada sua continuação para segunda-feira. O Congresso funcionará na segunda e terça-feira na semana que vem. Correto, Senador?

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Com a palavra o Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Presidente, eu quero dizer que concordo com o procedimento de V.Exa. Eu acho que foi prudente colocar em pauta, nesta reunião extraordinária da Comissão Mista de Orçamento, o PL 1/16. Há notícias de que haverá aditivos por parte do Poder Executivo. Então, temos que aguardar esse encaminhamento.

Quero também cumprimentá-lo pela escolha do Relator, Deputado Dagoberto, Parlamentar que tem muita atuação no Congresso Nacional, de vários mandatos. Tenho certeza de que S.Exa. saberá reunir o pensamento médio de todos nós.

Nós estamos começando, embora um pouco atrasados, por conta dos acontecimentos políticos que o País todo vivencia, mas acho importante que a Comissão delibere, e estamos com pouco tempo. Então, quero fazer novamente o apelo da reunião passada a todos os partidos: vamos tentar fazer um acordo para votar este PL, para que não vá ao Plenário sem a nossa deliberação. Acho que temos que prestigiar as votações aqui. É muito ruim que qualquer tipo de projeto — este e qualquer outro — vá ao Plenário do Congresso Nacional sem que esta Comissão se manifeste. Eu sei que tudo envolve discussão política, e é assim mesmo que tem que ser e assim será, mas peço boa vontade a todos para aprovarmos este PL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Tem razão V.Exa. Participando da sua tese, acho que todo projeto que vem para esta Comissão a faz crescer e se





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

enaltecer, se apreciado. É importante que vá ao Plenário, e isso estávamos tentando costurar lá dentro, com a aprovação desta Comissão. Vamos discutir à exaustão e tentar chegar a um encaminhamento.

Antes do Relator, tem a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Eu participei da reunião, e até não teria objeção se nós déssemos prosseguimento. Mas devemos pelo menos ter quórum na abertura. Só há um Senador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós não temos quórum para deliberação, mas temos para discussão.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Para abrir a reunião? Nós temos quórum no Senado para abrir a reunião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Temos.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Quantos? *(Pausa.)* Dois Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Tem a palavra o Deputado Dagoberto.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Sr. Presidente, eu queria agradecer a V.Exa. a confiança que em mim depositou e aos Deputados a concordância com a escolha do nosso nome.

Como é um parecer que não envolve muito questão política, é muito mais numérica, eu quero garantir a V.Exa. que vamos trabalhar com a maior isenção possível e fazer aquilo que é melhor para o Brasil.

Eu queria registrar nossos agradecimentos a V.Exa. pela confiança que em nós depositou.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Agradeço a V.Exa., Deputado Dagoberto. Sei o quão zeloso é V.Exa. com as tarefas que lhe são incumbidas.

Senador Flexa Ribeiro, tão logo cheguem a esta Comissão as alterações propostas à revisão da meta pelo Governo, elas serão entregues imediatamente ao Relator. Nós faremos a exposição para que todos os membros possam fazer o acompanhamento, a fim de que na próxima semana nós possamos voltar e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

continuar a discussão, trabalhar muito para conseguir aprovar. É importante que chegue ao Plenário do Congresso Nacional com aprovação desta Comissão.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Qual é a reunião em que vamos debater o assunto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Com relação ao relatório, a discussão continuará aberta. Estou sendo bem claro. Nós não iremos encerrar a discussão. A discussão está suspensa. Nós reabriremos a reunião na próxima segunda-feira. A convocação é para as 16 horas de segunda-feira.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Pois não, Deputado Davidson.
(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Sempre, claro. Com antecedência.

A reunião está suspensa. Os trabalhos retornarão às 16 horas de segunda-feira.

Correspondência dada como lida em 18.05.2016:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

Expedientes com indicações para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:

- 1) Of. nº 70/2016, da Liderança do PTB, indicando o Deputado Nilton Capixaba.
- 2) Of. nº 158/2016, da Liderança do PR, indicando o Deputado Vicentinho Júnior.
- 3) Of. nº 65/2016, da Liderança do PCdoB, indicando o Deputado Davidson Magalhães.
- 4) Of. nº 106/2016, da Liderança do SD, indicando o Deputado Benjamin Maranhão.
- 5) Of. nº 492/2016, da Liderança do PSDB, indicando o Deputado Duarte Nogueira.

Expedientes encaminhando indicações para as Relatorias Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2017:

- 1) Of. nº 115/2016, da Liderança do SD, indicando o Deputado Benjamim Maranhão para Área Temática Justiça e Defesa.
- 2) Of. nº 118/2016, da Liderança do SD, indicando o Deputado Benjamim Maranhão para Área Temática VXI – Presidência, Poder Legislativo, MPU, DPU e Relações Exteriores.

- Expedientes encaminhando justificativas de faltas às reuniões da Comissão DEFERIDA pela Presidente:

- 1) Ofício nº 56/2016 de 1º de março de 2016, do Deputado João Arruda no período de 1º e 2 de março.
- 2) Ofício nº 65/2016, de 8 de março de 2016, do Senador Paulo Bauer, no período de 8 a 10 de março.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

3) Ofício n. 325/16/GP/MA, de 18 de março de 2016, informando que o Deputado Jaime Martins estará afastado no período de 21 a 31/03/2016.

4) Ofício n. 034/2016 - GSHJOSE, de 17 de março de 2016, informando que o Senador estará ausente nos dias 18 e 29 de março de 2016.

II) CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA EXTERNA:

1) Ofício n. 305/2015/GM/MDS, da Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Teresa Campello, encaminhando Nota Técnica nº 362 SENARC/MDS, com esclarecimentos sobre o Programa Bolsa Família.

2) Ofícios ANPT nºs 321 e 897/2016, do Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, que encaminha cópia da Carta de São Paulo que registra a posição contrária aos recentes cortes orçamentários impostos à instituição.

3) Carta Sinait nº 129/2016, do Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Carlos Fernando da Silva Filho, solicitando aprovação do PLN 01/2016 que na prática é a autorização para que o Congresso receba e vote o projeto de lei que reajusta os vencimentos dos servidores.

4) Ofício Expedido nº 519/2016 da Câmara Municipal de Barretos, Estado de São Paulo, informa moção de repúdio à redução do orçamento da Justiça do Trabalho, na Lei Orçamentária Anual para 2016.

Aviso GP/TCU, de 21 de março de 2016:

1) Aviso nº 187/2016 (Acórdão 214/2016-TCU-Plenário): levantamento que teve como objetivo conhecer a Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para o exercício de 2014 – LDO 2014 (Lei 12.919/2013) e identificar pontos de atenção para o controle externo.

Aviso GP/TCU, de 22 de março de 2016:

1) Aviso nº 193/2016 (Acórdão 287/2016-TCU-Plenário): descrever e analisar as alterações orçamentárias e financeiras decorrentes da obrigatoriedade de execução das emendas parlamentares individuais para verificar seus possíveis reflexos nas atividades de controle externo a cargo deste Tribunal e identificar oportunidades de atuação para melhoria de quesitos de conformidade e qualidade do gasto público, bem como riscos à gestão fiscal responsável.

Aviso GP/TCU, de 31 de março de 2016:

1) Aviso nº 210/2016 (Acórdão 587/2016-TCU-Plenário): obras e serviços necessários ao fornecimento de energia elétrica para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos a serem realizados neste ano no Rio de Janeiro/RJ.

Aviso GP/TCU, de 15 de abril de 2016:

1) Aviso nº 249/2016: obras da Usina Termonuclear de Angra III, no Rio de Janeiro.

Aviso GP/TCU, de 5 de maio de 2016:

1) Aviso nº 335/2016: Levantamento com o objetivo de comparar boas práticas orçamentárias estabelecidas por instituições internacionais com aquelas adotadas pela Administração Pública Federal do Brasil.

Aviso GP/TCU, de 13 de maio de 2016:

1) Aviso nº 358/2016: obras com indícios de irregularidades graves.

Aviso Seses/TCU, de 28 de março de 2016:





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

1) Aviso nº 238/2016 (Acórdão 651/2016-TCU-Plenário): auditoria operacional, realizada na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), destinada a avaliar os mecanismos adotados pela agência reguladora e agências conveniadas para fiscalizar a qualidade da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

Aviso Seses/TCU, de 31 de março de 2016:

1) Aviso nº 248/2016 (Acórdão 699/2016-TCU-Plenário): auditoria cujo objetivo foi avaliar o nível de transparência das entidades do “Sistema S” sob os seguintes aspectos: divulgação de dados sobre receitas e despesas; demonstrações contábeis; licitações; contratos; transferências de recursos a federações e confederações; e atendimento ao público em geral.

Avisos Seses/TCU, de 14 de abril de 2016:

1) Aviso nº 316/2016 (Acórdão 782/2016-TCU-Plenário): levantamento realizado no Ministério do Planejamento, Orçamento e gestão – MP, com o objetivo de descrever e analisar como está estruturado o modelo adotado para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, verificando em que medida os novos conceitos propostos introduziram melhorias e foram capazes de corrigir as deficiências apontadas no plano anterior.

2) Aviso nº 323/2016 (Acórdão 793/2016-TCU-Plenário): conhecer e avaliar a estrutura de governança das renúncias tributárias e com vistas a embasar a realização de futuros trabalhos pelas unidades técnicas do tribunal.

3) Aviso nº 327/2016 (Acórdão 852/2016-TCU-Plenário): obras da Usina Hidroelétrica São Domingos, localizada no Estado de Mato do Grosso do Sul.

4) Aviso nº 334/2016 (Acórdão 866/2016-TCU-Plenário): examinar os procedimentos de previsão de receitas orçamentárias da União contida no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016 (PLOA 2016).

Aviso Seses/TCU, de 22 de abril de 2016:

1) Aviso nº 336/2016 (Acórdão 935/2016-TCU-Plenário): obras do Canal Adutor Vertente Litorânea, localizada no Estado da Paraíba.

Em 23.05.2016.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós vamos fazer aqui a seguinte consideração: o que nós estamos por tratar na Comissão de Orçamento esta semana é o rebaixamento da meta fiscal. É necessário que se faça este esclarecimento, para que as bandeiras partidárias não venham a tremular nesta Comissão com muita veemência que, por fim, não acabem prejudicando o trabalho dela.

A sessão está suspensa e ela será agora reaberta. Fizemos contato com todos os Senadores possíveis da Comissão de Orçamento e nós não alcançaremos o quórum no Senado. Os Senadores estão ou chegando, ou fora, ou em outras situações que já afirmaram não vir, Senadora Gleisi Hoffmann.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu não tenho a obrigação regimental de fixar prazo. A reunião estava suspensa e, para o bom andamento desta Comissão, Senador Lindbergh Farias, é bom que nós não confundamos as situações políticas com as situações técnicas de comando. Nós não temos, no nosso perfil, tratoramento.

Agora, nós estávamos esperando, em respeito a todos os Deputados que estão presentes no plenário desta Comissão, a presença de um Senador para que nós pudéssemos iniciar a discussão, que era o que estávamos propondo para o dia de hoje. Se a Comissão não tiver a condição de hoje e de amanhã, nas convocações que estão previstas, de apreciar, o projeto irá a Plenário, o que é uma pena para o trâmite das matérias desta Comissão. Então a sessão está iniciada e automaticamente encerrada.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Isso vai ser a tônica de todas as nossas reuniões? Se não tiver quórum, nós vamos suspender todas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Se não tivermos quórum, não teremos como discutir.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Vamos seguir isso na plenitude?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Vamos seguir.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - O.k.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**ATA DA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,
 DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
 REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2016.**

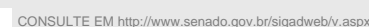
No dia vinte e quatro do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a matéria constante da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Ademir Camilo, Arthur Lira, Assis Carvalho, Bebeto, Benjamin Maranhão, Beto Faro, Cleber Verde, Davidson Magalhães, Duarte Nogueira, Geraldo Resende, Júlio Cesar, Junior Marreca, Leandre, Luciano Ducci, Nelson Meurer, Paulo Azi, Reginaldo Lopes, Rodrigo de Castro, Ronaldo Fonseca, Sergio Souza, Vicentinho Júnior e Waldenor Pereira; - **Senadores titulares:** Eunício Oliveira, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Telmário Mota, Waldemir Moka e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Alex Manente, Celso Maldaner, Covatti Filho, Dulce Miranda, Hiran Gonçalves, Lúcio Vale, Paulão, Rodrigo Martins, Rubens Pereira Júnior e Tereza Cristina. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Claudio Cajado, Dagoberto, Irajá Abreu, José Priante, Milton Monti, Saraiva Felipe, Sérgio Moraes e Simão Sessim; e - **Senadores:** Otto Alencar e Paulo Paim. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Senadora Gleisi Hoffmann e os Deputados Paulo Pimenta e Weliton Prado. **ABERTURA:** às dez horas e quarenta e quatro minutos, do dia vinte e quatro de maio de 2016, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Deputado Arthur Lira (PP/AL). Às 10h45min, a Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR) solicitou Pela Ordem o encerramento da reunião, conforme estabelece o *art. 29, § 1º, do Regimento Comum*. O Presidente esclareceu que a senadora não era membro da Comissão e não poderia fazer o pedido. O Deputado Paulão (PT/AL), como membro da CMO, fez a mesma solicitação. O Presidente negou o pedido e decidiu dar continuidade aos trabalhos. Afirmou que havia presença mínima de um sexto para abertura dos trabalhos, e esclareceu que o Regimento Comum fala em sessão referindo-se ao plenário das duas Casas do Congresso Nacional e o que acontece na CMO é reunião de comissão e deve obedecer o disposto no *art. 134, Parágrafo único, da Resolução nº 1/2006-CN*, a seguir transcrito: “*Art. 134. Os trabalhos da CMO somente serão iniciados com a presença mínima de 1/6 (um sexto) de sua composição em cada Casa. Parágrafo único. No curso da reunião, verificada a presença de Senadores ou Deputados em número inferior ao estabelecido no caput, o Presidente suspenderá ou encerrará a reunião, ex-officio, ou por provocação de qualquer parlamentar.* Os Senadores Waldemir Moka (PMDB/MS) e Flexa Ribeiro (PSDB/PA) manifestaram-se favoráveis a manutenção da reunião. Em continuidade aos trabalhos, o Presidente anunciou que passaria a apreciação das atas. Às 10h53min, o Deputado Assis Carvalho (PT/PI) levantou **Questão de Ordem** solicitando o encerramento da reunião, por não ter obedecido o horário, conforme estabelece o *art. 29, § 1º, do Regimento Comum*. O Presidente **indeferiu** a Questão de Ordem, esclarecendo que o Regimento Comum trata da hora do início da sessão que deve ser observado nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Nas reuniões da CMO, para abertura, deverá ser observado a presença mínima de um sexto de sua composição, conforme disposto no *art. 134, da Resolução nº 1/2006-CN*. E, tendo em vista que havia **quórum** para abertura, decidiu dar continuidade aos trabalhos. **ORDEM DO DIA:** – Requerimento para inversão de pauta, nos termos do *art. 175, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal*, no sentido de apreciar inicialmente o item único da Pauta, Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 1/2016-CN**. Autor: Deputado Sérgio Souza. O autor apresentou o Requerimento. O Presidente abriu a discussão. O Senador Telmário Mota (PDT/RR) pronunciou-se contrário a continuação dos trabalhos e o Presidente informou que havia **quórum** regimental para deliberação nas representações da Câmara





Em 24.05.2016

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Cumprimento V.Exa. e todos os membros desta Comissão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sr. Presidente, com base no art. 29 do Regimento Comum, gostaria que esta reunião não se realizasse, fosse suspensa. Ela foi convocada para as 10 horas e são 10h45min. Pelo §1º do art. 29 do Regimento Comum, nós teríamos 30 minutos para a complementação do quórum.

Portanto, solicito a V.Exa. a não realização, o encerramento da reunião, com base no art. 29.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Senadora Gleisi Hoffmann, V.Exa., como não membro, não pode apresentar questão de ordem.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Eu não apresentei questão de ordem, pedi a palavra pela ordem. E estou aqui como Líder do meu bloco no Senado, designada pelo Líder do meu partido.

(Não identificado) - S.Exa. não é membro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - V.Exa. não é membro.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não, eu posso fazer isso. Fui membro da Comissão, e todos os Vice-Líderes apresentavam aqui proposições e falavam.

Eu não vou admitir isso, Sr. Presidente, porque sou Senadora da República e estou designada aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - V.Exa. está falando. V.Exa. não está proibida de falar.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Estou falando e estou pedindo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O seu pedido foi negado.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não, não pode ser negado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Está sendo negado.

Declaro iniciada a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos...

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Deputado Arthur Lira, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Aguarde 1 minuto só, Deputado Paulão.

Eu não vou permitir aqui que a Comissão não funcione. A Comissão vai funcionar, porque o Regimento fala em sessão. Sessão há no plenário da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional, reunião há nas Comissões. Em reuniões, nós





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

precisamos de um sexto. Com o quórum de um sexto, o Regimento está coberto, e nós vamos funcionar.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, pela ordem, como integrante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Espere 2 minutos, Deputado Paulão.

Declaro iniciada a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação da matéria constante na pauta.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sr. Presidente, por favor, libere o microfone. Ontem V.Exa. já não permitiu que nós falássemos com o microfone aberto. Por favor, libere o microfone. O Deputado quer falar. Tem uma questão pela ordem. V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O pedido de V.Exa. já foi negado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Será feito da mesma forma.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Esta sessão não pode continuar, não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Paulão, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sou integrante da Comissão, Deputado Arthur Lira, e eu queria referendar o pedido da Senadora Gleisi. V.Exa. está levando em consideração o fato de ela não ser integrante.

Então, como integrante, eu solicito a V.Exa. que suspenda a sessão desta Comissão, na perspectiva de chegarmos a um acordo, até porque V.Exa., na discussão que ocorreu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Paulão, eu vou responder a V.Exa. e não vou polemizar com V.Exa. nem com a Senadora Gleisi.

A decisão desta Presidência eu vou tornar clara — Senadora, por favor, eu não vou permitir-lhe falar agora, eu estou respondendo, por educação, ao questionamento feito pela ordem: com base no art. 28, as sessões somente serão abertas com a presença mínima de um sexto da composição de cada Casa do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Congresso Nacional. E diz o art. 29, que V.Exas. citam: “À hora do início da sessão, o Presidente e os demais membros da Mesa...” — da sessão.

Nós não estamos realizando sessão aqui; nós estamos realizando reunião de Comissão. E, sobre reunião de Comissão, diz o art. 134:

Seção II - Da Verificação de Presença e de Votação

Art. 134. Os trabalhos da CMO somente serão iniciados com a presença de 1/6 (um sexto) de sua composição em cada Casa.

Parágrafo único. No curso da reunião (...)

Portanto, respondida a...

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Não, não respondeu. Deputado, por favor, eu gostaria de incluir aqui o art. 134, que V.Exa. citou. O seu parágrafo único diz o seguinte:

Art. 134.

.....
No curso da reunião, verificada a presença de Senadores ou Deputados em número inferior estabelecido no caput, o Presidente suspenderá ou encerrará a reunião ex officio, ou por provocação de qualquer parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Mas nós temos quórum.

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Presidente, tem o número. Isso é apenas e tão somente para procrastinar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Havendo...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não, Sr. Presidente! Não havendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Senadora Gleisi, por favor. Eu peço a V.Exa.,...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Quem não está respeitando é V.Exa. Quem não está respeitando é a senhora.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não, eu estou respeitando.

Eu quero ser respeitada, eu sou Senadora da República. Por favor, me dê voz! Estou pedindo a palavra pela ordem e tenho o direito de me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Passamos para a leitura da ata.

Deputado Sergio Souza, V. Exa. tem a palavra.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Nós não vamos aceitar, Sr. Presidente. Eu quero discutir a decisão de V.Exa. Tenho o direito de discutir!

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Não tem o direito de discutir nada aqui!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - A senhora recorra da decisão.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não! Eu quero discutir agora a decisão de V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Sergio Souza, V.Exa. está com a palavra.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não se vai realizar esta sessão se nós não discutirmos. Nós vamos discutir agora, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Por favor, use a palavra, use a palavra.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, todos nós aqui temos direito à palavra.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não, não há como ter a palavra o Deputado Sergio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - A palavra está com V.Exa.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não, Sr. Presidente! Eu quero discutir a decisão de V.Exa.!

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, me permita...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Senadora, a senhora discuta a decisão...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Eu tenho o direito regimental de discutir a decisão!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não tem, não tem. A decisão...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Tenho o direito regimental de discutir a decisão de V.Exa., sim! Por favor, eu quero a palavra e quero discutir a decisão de V.Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - V.Exa.... V.Exa... V.Exa...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - V.Exa. não tem base para realizar esta reunião!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Senadora Gleisi... Senadora Gleisi... Senadora Gleisi...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - *(Ininteligível)* esta Comissão funcionar com total desrespeito e, agora, não quer deixar sequer a gente fazer a discussão de uma questão que V.Exa. negou? Eu tenho o direito regimental de fazer essa discussão! Dê o som aqui no meu microfone, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - A senhora não tem o direito nem de estar falando. A senhora está usando de truculência.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Como não tenho o direito de falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não, não tem. Não é regimental.

Deputado Sergio Souza, se V.Exa. não usar a palavra...

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - O Deputado Sergio Souza não irá falar porque nós vamos fazer a discussão, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, eu trago à Mesa um requerimento de inversão de pauta para que nós possamos...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sr. Presidente, nós vamos fazer a discussão, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, por favor, antes de iniciar...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Nós não vamos deixar falar, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Presidente, não vamos romper o Regimento!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não se pode votar essa matéria aqui! A reunião não foi aberta no horário devido, Sr. Presidente. A reunião não foi aberta no horário devido.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, Sr. Presidente.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sr. Presidente, não está correto!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não está correto isso, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - V.Exas. acham que, com essa prática...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não está correto! Não está correto!

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Só um pouquinho! Não, Sr. Presidente...

A senhora tenha calma. Tenha calma...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - A prática equivocada aqui é de V.Exa.!

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Eu só quero que se cumpra o Regimento. Vamos dialogar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Assis, V.Exa. acha...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - A prática equivocada aqui é deste Governo interino que manda um projeto aqui e quer que a Comissão o aprove sem prazo!

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - É que, se não se cumprir o Regimento, vamos ter dificuldade em conviver nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Essa situação... A Senadora...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Essa que é a prática equivocada aqui, Presidente.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - É um apelo.

(Não identificado) - Senadora, a senhora não está respeitando os demais colegas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Abra o microfone, Presidente!
 Presidente, abra esse microfone!

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Conceda-me a oportunidade, Sr. Presidente.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Isso é um desrespeito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - A Senadora Gleisi está com outros problemas, acredito eu.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Não, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Ela fez um pedido, pela ordem....

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Nós temos o direito de debater, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - ... eu respondi, Deputado Assis, à Senadora.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Respondeu, e eu quero discutir, Sr. Presidente. Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - A resposta dela não teve... não atendeu aos intentos...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Por favor, Sr. Presidente!

Nós não vamos deixar fazer essa discussão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não tem... não tem...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN -... se não nos derem a palavra para fazer a o debate, Sr. Presidente!

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - V.Exa. não tem o direito de não querer fazer nada aqui.

(Não identificado) - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Não pode fazer nada aqui!

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Nós queremos fazer o debate aqui, Presidente, por favor. Esta reunião não começou no horário, não tem base regimental...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, me conceda antes do início, me conceda!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Vamos passar para a leitura da ata.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sr. Presidente, nós não vamos ler a ata!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Com a palavra...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sr. Presidente, não há condição de ler a ata nesta sessão! Não há condição de fazer o debate! Esta sessão começou fora do horário regimental.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Sr. Presidente, vamos dar por lida a ata!

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não vai conseguir ler ata, me desculpe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Eu estou propondo aqui...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Eu não vou parar de falar! Ou nos dão a palavra, para que a gente faça a discussão...

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Nós temos que trabalhar pelo Brasil!

(Não identificado) - Sr. Presidente, ela não está respeitando os demais membros, e nem membro ela é, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - As carpideiras não podem ficar aqui querendo tumultuar a sessão.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não é tumultuar. Nós queremos ter o direito de discutir...

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Está tumultuando!

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - ...como esta Comissão sempre teve o direito de discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Está claro o interesse...

(Não identificado) - Sr. Presidente, para discutir, tem que abrir a apreciação do projeto.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - A CMO não tem condição de fazer essa discussão, Presidente!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós estamos falando... Eu peço que V.Exa. proponha...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não teve horário de reunião. A reunião não iniciou no horário.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, eu proponho a inversão da pauta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Eu receberei o pedido de V.Exa. e o colocarei em votação.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não iniciou no horário, Presidente. Nós não vamos deixar fazer a discussão, desculpe-me.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - ... para nós, inicialmente, apreciarmos o item único da pauta, que é o PLN 1.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Nós não vamos deixar fazer a discussão. Desculpe.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA -... o item único da pauta, que é o PLN 1.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não tem condição de fazer!

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É o que eu requeiro a V.Exa., ouvido o Plenário.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não vamos discutir o PLN 1, Deputado! Não vamos! Veio fora de prazo, esta reunião começou fora do horário.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, Sr. Presidente, questão de ordem. Artigo 29. Me conceda, porque procede.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não tem condição de fazer o debate aqui, Sr. Presidente! Por favor, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Questão de ordem, com respeito ao Deputado Assis Carvalho.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Encaminho à Mesa o requerimento de inversão de pauta.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O requerimento de V.Exa. será submetido à votação no momento adequado.

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente, um pedido de esclarecimento depois.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, só para registro aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Tem a palavra V.Exa. para uma questão de ordem, com o respeito que V.Exa. merece.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Muito obrigado. Eu agradeço, mas todos nós. Queria estender o respeito a todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Quando não se respeita, não se merece ser respeitado, Deputado Assis, mas V.Exa. tem o meu respeito.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, quero só registrar que o art. 29 é bem claro:

Art. 29. À hora do início da sessão — estabelecida por V.Exa. —, o Presidente e os demais membros da Mesa ocuparão os respectivos lugares; havendo número regimental, será anunciada a abertura dos trabalhos.

§1º Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a complementação do quórum; decorrido o prazo e persistindo a falta de número, a sessão não se realizará.

Era para começar às 10h. Eu estive e saí às 10h35min. Não havia número regimental.

Então, quero fazer um apelo, porque a nossa boa convivência aqui depende do respeito a este Regimento. Se a gente o fere — num momento, parte é maioria e parte é minoria —, a convivência fica bastante complicada.

Eu faço um apelo a V.Exa. Conforme o que determina o Regimento, a Comissão não tinha quórum às 10h35min, quando eu me ausentei daqui, Sr. Presidente. Então, quero fazer-lhe um apelo. Era para as 10h a convocação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Assis, permita-me responder à questão de ordem de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Eu vou responder a questão de ordem de V.Exa., e espero que esta Comissão tenha tranquilidade para discutir, sempre baseada no que reza o Regimento.

Então, eu vou ler o Regimento, como V.Exa. leu, com muito respeito.

O art. 29 diz exatamente o seguinte — eu vou ler ao pé da letra: “*À hora do início da sessão (...)*”.

Por praxe, por entendimentos, a Comissão sempre usou, mas o Regimento não trata de exceção. No Regimento, em Comissão, trata-se de reunião. Eu quero deixar isso claro, negando a questão de ordem de V.Exa., negando o apelo feito por V.Exa. e negando o pela ordem da Senadora Gleisi, que espero tenha respeito e deixe esta Comissão trabalhar sem muito atabalhoamento.

O art. 134 diz que os trabalhos da CMO, Deputado Assis, somente serão iniciados com a presença mínima de 1/6 (um sexto) de sua composição em cada Casa. A questão dos 30 minutos é com relação à sessão do Plenário, não das Comissões.

Eu recolho a questão de ordem de V.Exa., mas já a nego de pronto, e V.Exa. pode recorrer ao Presidente do Congresso Nacional. Não é o caso.

Nós vamos fazer a leitura da ata. Há um pedido de inversão da Ordem do Dia, e nós vamos apreciar o pedido de inversão com votação. Se for, por acaso, aprovado, nós seguiremos; se não, a sessão cai e o Plenário do Congresso Nacional resolverá. Nós estamos tentando aqui dar o mínimo de moralidade à discussão de uma matéria séria como essa.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Só um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Respeito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Com o respeito que tenho por V.Exa., essa é a posição da Presidência. Qualquer outro tipo de atividade e de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

atabalhoamento é desrespeitoso para com os Senadores, para com os Deputados, para com a sociedade.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Me permita? Me permita?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Podemos pactuar aqui, Sr. Presidente, mas permita...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Neste momento, é a posição da Presidência, Deputado Assis.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Tudo bem. Eu só quero lembrar que eu já participei desta Comissão e esse tempo regimental sempre foi respeitado aqui, como nas outras Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado, essa é uma questão...

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Eu só estou lhe dizendo isso porque não é o primeiro caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Essa é uma questão de tradição. Nós estamos...

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - V.Exa. pode até estar abrindo um precedente, mas esse tempo regimental aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós estamos trabalhando com o Regimento, Deputado Assis.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Esse tempo regimental sempre foi respeitado nesta Comissão e nas outras.

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente, um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Então, V.Exa. pode estar abrindo um precedente, e eu acho que isso não é bom na relação coletiva, porque a prática tem sido esse artigo, *in totum*, ser considerado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós vamos trabalhar seguindo o Regimento, na medida do possível, Deputado Assis.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Eu digo isso porque eu acho que, se nós conseguimos cumprir a determinação regimental, as relações melhoram.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Com todo o respeito que eu tenho por V.Exa., nós temos...

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - É por isso que eu estou dizendo: sempre aconteceu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Assis, nós vamos para o entendimento quando ele é possível.

Eu gosto do entendimento, eu gosto do consenso, eu gosto de trabalhar com tranquilidade, mas está claro que não há entendimento. E, quando não há entendimento, nós temos o Regimento.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Mas pelo Regimento (*inaudível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não. Pelo Regimento, não. Pelo Regimento, cabe a V.Exa. recorrer.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - O Regimento Comum!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Eu respeito — cabe a V.Exa. recorrer —, mas a decisão da Presidência à questão de ordem de V.Exa. é essa.

Eu submeto à discussão o requerimento...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Presidente, eu gostaria de ler...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Senadora Gleisi, por favor.

O Deputado Sergio Souza tem a palavra — por precedência, Senador Telmário.

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Há um pedido de esclarecimento a V.Exa.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Presidente, agora peço a atenção de todos para o requerimento que eu ofereço ao Plenário da CMO: nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, eu requeiro a inversão da apreciação da pauta...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sr. Presidente... Por favor, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Eu estou com a palavra, Sr. Presidente. Eu estou com a palavra.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Nós não vamos aceitar a continuidade da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não é possível desse jeito. Não é possível desse jeito.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Senadora, tem que respeitar os demais colegas da reunião, Senadora.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - É possível.

Nós não vamos permitir a continuidade da reunião.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A Senadora Gleisi e todos os demais têm o direito de contraditar o requerimento, Sr. Presidente, mas a palavra está comigo, Sr. Presidente.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - A reunião começou num horário que não está no Regimento.

Sr. Presidente, nós temos o Regimento Comum da Casa...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - ... o Regimento Comum, art. 29, parágrafo único.

Não tem discussão!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Em discussão o requerimento do Deputado Sergio Souza.

Com a palavra o Senador Telmário.

O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA - Sr. Presidente, V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Eu estou discutindo o requerimento do Deputado Sergio Souza, Senador Telmário, por favor.

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente, eu tenho um pedido de esclarecimento a V.Exa., e é anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Está em discussão o requerimento do Deputado Sergio Souza.

Senador Telmário, para discutir. Por favor, Senador.

(Não identificado) - Sr. Presidente, nesse caso é um contra e um a favor?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA - Não, Sr. Presidente. Eu estou discutindo a sessão em que V.Exa. está ferindo o Regimento Comum.

V.Exa. está ferindo o Regimento Comum. V.Exa. tem que ter bom senso. V.Exa. sabe que ultrapassou o horário permitido.

Eu peço a V.Exa. que não tente atropelar, porque isso não é bom. Acho que não é esse o consenso, não é esse o bom entendimento. Acho que não é hora de nós discutirmos.

Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Pois não, Senador.

O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA - Eu posso ler o Regimento Comum para V.Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Pois não, Excelência.

O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA - É o seguinte:

Art. 29 - À hora do início da sessão, o Presidente e os demais membros da Mesa ocuparão os respectivos lugares; havendo número regimental, será anunciada a abertura dos trabalhos.

§1º Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos — 30 minutos! 30 minutos! 30 minutos! —, a complementação do quórum; decorrido o prazo e persistindo a falta de número, a sessão não se realizará — a sessão não se realizará.

A sessão não se realizará, Sr. Presidente. V.Exa. não me ouviu, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Pois não, Senador. Eu o ouvi.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, essa é uma questão vencida. Nós estamos votando o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Eu estou querendo alertar o Senador Telmário Mota justamente para isso.

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente, tenho um pedido de esclarecimento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós temos quórum tanto no Senado quanto na Câmara.

O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA - Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós estamos discutindo o requerimento do Deputado Sergio Souza.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Esta sessão não pode se realizar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente, só um pouquinho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não havendo mais quem queira discutir, vou colocar em votação.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não, Sr. Presidente! Não pode realizar esta sessão. Não coloque em votação, Sr. Presidente, está errado!

O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA - Não, Sr. Presidente! Não! Eu estou com a palavra ainda!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Para discutir, tem a palavra o Deputado Rubens Pereira Júnior.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sr. Presidente, está errado! Sr. Presidente, está errado!

O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA - Ainda estou com a palavra! Ainda estou com a palavra!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Tem a palavra o Deputado Rubens, para discutir.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Começou fora do horário esta reunião. O Regimento se aplica aqui!

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente, são dois pontos rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Se a Senadora Gleisi lhe permitir...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não, eu não vou permitir, Sr. Presidente, porque o Regimento Comum se aplica a esta Comissão, sempre se aplicou e o horário tem que ser observado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Senadora Gleisi, tenha compostura.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não, eu não tenho. Não vou ter! Não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Tenha compostura. Está faltando compostura a V.Exa.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Eu tenho compostura aqui e não vou deixar V.Exa. votar. Compostura é o senhor que tem que ter, Presidente. Tem que ter respeito à Comissão, tem que ter respeito aos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Eu darei a palavra para discussão para quatro Deputados e quatro Senadores.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não pode discutir agora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Já usou a palavra o Senador Telmário, concederei a palavra ao Deputado Rubens.

Deputado Rubens.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não tem como discutir, esta sessão não é legítima.

(Não identificado) - Compostura, Senadora!

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - São dois pontos. Em primeiro lugar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - V.Exa. recorra da decisão sobre a legitimidade da sessão.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não é legítima!

Sr. Presidente, não tem como discutir. Nós não vamos permitir a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O Deputado Rubens está com a palavra.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Ele fez um requerimento

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Está errado! Não podia!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Espere aí, Sr. Presidente! Aí também já é demais!

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não podia começar a reunião, Sr. Presidente. Esta sessão não podia se realizar, Sr. Presidente.

(Não identificado) - É melhor convocar outra sessão.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Está faltando V.Exa. escutar um pouco. Nós iríamos para leitura da ata — eu não subtraí a leitura da ata —, o Deputado Sergio Souza pediu a inversão da Ordem do Dia. É regimental.

Nós estamos tratando de Regimento. De grito, a Senadora Gleisi Hoffmann ganha, porque ela grita mais fino, mas, de Regimento...

Nós estamos tratando de um requerimento de inversão de pauta, que será submetido à votação.

O Senador Telmário Mota falou pelo Senado, o Deputado Rubens Pereira Júnior está querendo falar pela Câmara, o Deputado Waldenor Pereira falará pela Câmara, o Deputado Reginaldo Lopes, e nós encerramos na Câmara. E temos vagas ainda para o Senado. Depois, nós colocaremos em votação. Se for aprovado, será invertido. Se não for aprovado, não será.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Por favor! Por favor! Eu peço respeito. Nós estamos tratando com respeito. Regimentalmente, vocês podem recorrer, discutir.

Está faltando respeito na condução dos trabalhos.

Eu concedo a palavra ao Deputado Rubens Pereira Júnior.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sr. Presidente, está faltando respeito da sua parte, Sr. Presidente.

Por favor, estamos, com base no Regimento Interno, que é o Regimento Comum do Congresso Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Será possível um negócio desses? É inadmissível uma situação dessas.

Deputado Rubens Pereira Júnior, com a palavra.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Inadmissível é a abrir esta Comissão, é abrir a reunião fora do horário, querendo votar uma proposta que chegou ontem, sem dar condições de fazermos a discussão. Isso é inadmissível. Isso é postura de Governo golpista, com base golpista aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Rubens, fale V.Exa., senão vou colocar em votação.

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Não, Sr. Presidente, eu tenho direito à fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Por favor.

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Em primeiro lugar, Sr. Presidente, há uma discussão que precede se há quórum ou não para a sessão. Afinal de contas, qual é o quórum real em todo e qualquer momento? O painel não está funcionando, não consigo marcar presença e eu não sei quantos Deputados e quantos Senadores há na Comissão neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Rubens, a presença aqui na CMO é registrada no livro e não no painel.

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Perfeito.

De toda forma, Sr. Presidente, fica a se verificar a cada instante. Afinal de contas, a cada instante, a reunião pode ser suspensa. Este é o primeiro ponto.

O segundo, para não se deixar de discutir o requerimento: havendo item único na pauta, é regimental pedir-se a inversão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - É claro que é.

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sim! Mas qual é a necessidade, se há um item único? Vai-se inverter algo que é único!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - A ordem dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Eu sei, Sr. Presidente, eu reitero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - V.Exa. trabalha na CCJ e sabe disso.

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente, eu estou discutindo o requerimento e pediria a V.Exa. que me deixasse prosseguir nos meus argumentos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Pois não, Deputado. V.Exa. tem o meu respeito.

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Portanto, não há qualquer tipo de prejuízo em se aguardar a leitura da ata, em se guardar a ordem natural dos trabalhos e se apreciar o único requerimento que há pauta. Se ele tiver voto, vai ser aprovado.

Como não há quórum, ao nosso modo de ver — e difícil verificar isto, justamente porque é a primeira reunião objetiva, com o quórum funcionando —, funcionando —, o requerimento tem que ser rejeitado. Afinal de contas, não é razoável que se encurte ainda mais.

Qual é o desejo, no final das contas? Votar, de qualquer modo, o PLN hoje, com a mudança da meta. Chegou ontem, e já se quer votá-lo no Congresso agora, às 11 horas! Já vão segurar a sessão do Congresso, para que esta não comece até que a reunião da CMO seja concluída. Então, Sr. Presidente, não há necessidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Peço a V.Exa. que conclua, Deputado Rubens Pereira Júnior.

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - É que V.Exa. não determinou o tempo e eu não posso ser prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Está quebrado o relógio, mas eu estou controlando o tempo para V.Exa.

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Portanto, eu apelo a V.Exa., primeiro, que encontre uma forma de comunicar aos Deputados o quórum de forma regular, a todo e qualquer instante; segundo, que seja rejeitado o requerimento. Afinal de contas, mesmo sendo regimental, não é de bom-tom, nem é o que se passa para a sociedade. Qual é a necessidade desse arremedo? Inverter um ponto único da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Com a palavra o Deputado Waldenor Pereira.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Sr. Presidente, pela terceira vez participo desta Comissão Mista de Orçamento. Quero pedir ponderação a V.Exa., a quem apoiei e em quem confiei que conduziria esta Comissão com a imparcialidade,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

a competência, naturalmente, e a mediação que esta Comissão merece, tendo em vista a composição mista desta Comissão.

De fato, Sr. Presidente, digo, com base nas duas vezes anteriores em que participei desta Comissão e com base no Regimento Comum: passados 30 minutos de tolerância para o início da reunião, não é cabível, não é possível que a Comissão inicie suas atividades, após extrapolado este tempo regulamentar.

Portanto, eu queria pedir ponderação a V.Exa. — e V.Exa. é um conciliador — exatamente na perspectiva de não dar continuidade à reunião. Seria um grave precedente. E V.Exa. começaria ferindo não só um procedimento já regular e corriqueiro da Comissão, e, ainda mais, baseado no Regimento Comum: não iniciar a reunião após os 30 minutos regulamentares estabelecidos. Portanto, peço a V.Exa. ponderação, acreditando de fato que V.Exa. assim poderá conduzir os trabalhos desta Comissão, que é uma Comissão complexa, uma Comissão muito difícil de ser conduzida e de ser coordenada. Parece-me que não seria bom para V.Exa. realmente dar continuidade a esta reunião, ferindo um procedimento já corriqueiro e regular da Comissão.

É a terceira vez que eu participo da composição desta Comissão e sinceramente não lembro — e quero afirmar isto categoricamente para V.Exa. — que já tenha havido este procedimento. O procedimento que está sendo adotado fere o Regimento e fere também o procedimento já regularmente adotado por esta Comissão, pelo menos o adotado ao longo dos dois mandatos que exerci nesta Câmara dos Deputados.

Portanto, eu queria pedir a V.Exa. ponderação e compreensão. De forma muito respeitosa, quero me dirigir a V.Exa., até porque a nossa bancada apoiou a eleição de V.Exa. acreditando que V.Exa. conduziria esta Comissão — e continuamos acreditando que V.Exa. assim a conduzirá — com muita ponderação e com muito zelo, respeitando o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Waldenor Pereira, pelas palavras.

Quero dizer a V.Exa. justamente isto: esta é uma matéria sensível, uma matéria importante, não é qualquer matéria. Nós estamos com a convocação do Congresso no plenário. Seria importante que o Relator pelo menos tivesse a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

oportunidade de discutir a matéria. Não tenho nem a esperança de que aprovemos isso aqui. Ser aprovarmos, ótimo! Nós temos presença maciça de Senadores e Deputados hoje aqui.

O que eu quero dizer, com todo o respeito a V.Exa., é que a questão de ordem já foi respondida. Nós estamos discutindo aqui o requerimento de inversão dos trabalhos da sessão. Com todo o respeito, digo que V.Exa. pode recorrer.

E V.Exa. usou, com muita sabedoria, a expressão “procedimento corriqueiro”. Procedimento corriqueiro — eu fiz questão de frisar isto aqui — é quando nós temos entendimento. Quando nós não temos entendimento, esta Presidência fará como em outras oportunidades — e V.Exa. terá oportunidade de elogiar: saberá usar o Regimento, como eu o estou usando, para dirimir esse tipo de questão.

Estou baseando a resposta da questão de ordem justamente no Regimento. Nós não estamos tratando de sessão do Plenário, nós estamos tratando de reunião de Comissão.

O último a encaminhar será o Deputado Reginaldo Lopes. O Senador Telmário Mota já falou. Se mais algum Senador quiser encaminhar, que se pronuncie. Caso contrário, passaremos à votação do requerimento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Paulão, só quatro, e já falaram quatro Deputados. Por favor.

O Deputado Reginaldo Lopes tem a palavra.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente, eu já tive oportunidade, inclusive, de coordenar nossa bancada nesta Comissão, em anos anteriores. Estou de volta à Comissão de Orçamento.

O Regimento não permite...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O Regimento permite.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Não, não permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Se não permitisse, eu não eu não o faria, Deputado.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Art. 29, §§ 1º e 2º.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - A interpretação do Regimento é que está motivando a discussão, se é sessão ou reunião. Esta Mesa entende que estamos em reunião de Comissão.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Por questão de ordem e por pedido de qualquer Congressista, tem-se de encerrar esta reunião de hoje. Nós temos aí um prazo de 30 minutos. Eu inclusive nem estava presente.

Eu acho que se está rompendo o Regimento, não é a tradição, coisa corriqueira; é o Regimento.

Eu acho que V.Exa., com quem já convivia na CCJ, por quem tenho o maior carinho e apreço — e V.Exa. preza o Regimento —, deveria encerrar esta sessão. Eu acho que é melhor para o andamento dos nossos trabalhos e para os futuros acordos nesta Comissão.

Então, eu quero aqui fazer um apelo: para que tenhamos uma preliminar, encerre a reunião e convoque uma nova. E aqueles do Governo sem voto que queiram atropelar esse procedimento busquem cumprir o Regimento e dar quórum dentro dos 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Obrigado, Deputado Sergio Souza.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Regimentalmente, Deputado Duarte Nogueira, nós ouviríamos quatro Deputados encaminhando — já falaram os quatro — e ouviríamos quatro Senadores. Eu tenho de encerrar os encaminhamentos e passar para a votação do requerimento. V.Exa., logo após, terá a palavra.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Algum Senador deseja encaminhar? (*Pausa.*)

Em votação o requerimento de inversão da ordem dos trabalhos, de autoria do Deputado Sergio Souza.

As Sras. e Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado na Câmara.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Solicito verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - As Sras. e Srs. Senadores...

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Verificação na Câmara.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Verificação na Câmara, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Verificação na Câmara.

Quem pediu verificação?

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - O PT a está pedindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - É preciso que haja quatro apoiadores.

O SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - O PCdoB apoia, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - O PT tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Tem quatro? Não, só tem dois.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Eu sou Líder da bancada aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Verificação concedida.

Está encerrada a votação na Câmara.

Senador Fernando Bezerra Coelho, convido V.Exa. para proceder à chamada dos Deputados.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Bloco Parlamentar PR/PSD/PROS:

Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Orientação de bancada, Sr. Presidente. É preciso abrir a orientação antes. Solicito orientação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Orientação, não. Nós estamos em votação, Deputado Assis Carvalho.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Mas para entrar em votação tem que haver orientação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não, não.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Mas Sr. Presidente!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós já votamos, estamos só verificando.

(Não identificado) - Houve pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós não estamos mais votando. O requerimento já foi votado e foi aprovado. Nós só estamos verificando.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Deputado Milton Monti.
(Pausa.)

Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO JÚNIOR - “Sim”.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - “Sim”.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - O PT está em obstrução.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - “Sim”, Presidente.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Deputado Irajá Abreu.
(Pausa.)

Bloco Parlamentar PP/PTB/PSC:

Deputado Simão Sessim. *(Pausa.)*

Deputado Arthur Lira.

O SR. DEPUTADO ARTHUR LIRA - “Sim”.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - “Sim”.

Deputado Sérgio Moraes. *(Pausa.)*

Bloco Parlamentar PMDB/PEN:

Deputado José Priante. *(Pausa.)*

Deputado Junior Marreca.

O SR. DEPUTADO JUNIOR MARRECA - “Sim”.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Deputado Saraiva Felipe. *(Pausa.)*

Deputado Sergio Souza.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - “Sim”.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - O PT está em obstrução.

Sr. Presidente, eu estou sendo orientado pela assessoria. Eles pediram verificação de quórum, portanto têm que votar. Devo chama-los?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Deputado Assis Carvalho.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - O PT está em obstrução.

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Se não votarem, a obstrução cai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Todos os que pediram verificação.

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Sr. Presidente, se eles não votarem, a obstrução cai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Todos: o Deputado Assis Carvalho e todos os que lhe deram apoio.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Assis Carvalho, “não”.

Deputado Beto Faro. *(Pausa.)*

Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Obstrução.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Não, tem que votar.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - É só o Líder.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Mas eu sou o Líder e respondo pelos quatro.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Houve o apoio de quatro...

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - É preciso apoio.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aqui é diferente: precisa-se de quatro Deputados.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Senão, a obstrução cai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) -É necessário o voto dos Deputados que deram apoio ao pedido de verificação.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Qual é o artigo do Regimento que dispõe sobre isso, dizendo que cai?

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Qual é o artigo do Regimento? Ajude-me, por favor.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - O Deputado Reginaldo Lopes apoiou a verificação de quórum. Portanto, terá que votar.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - “Não”.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - “Não”.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Queremos o artigo do Regimento que determina isso.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Qual é o artigo do Regimento, por favor?

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Deputado Reginaldo Lopes, “não”.

Deputado Waldenor Pereira.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Sr. Presidente, eu vou aguardar a leitura do Regimento. Por gentileza.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Pois não.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Qual é o artigo do Regimento?

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Qual é o artigo que obriga os quatro a votarem?

(Não identificado) - Então, caiu a obstrução, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - PSDB:

Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - “Sim”.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - “Sim”.

Deputado Geraldo Resende.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Deputado Rodrigo de Castro.

O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO - “Sim”.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Bloco PRB/PTN/PTdoB/PSL:

Deputado Cleber Verde.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - “Sim”, Presidente.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Deputado Ademir Camilo. (*Pausa.*)

PSB:

Deputado Bebeto. (*Pausa.*)

Deputado Luciano Ducci.

O SR. DEPUTADO LUCIANO DUCCI - “Sim”.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - DEM:

Deputado Claudio Cajado. (*Pausa.*)

Deputado Paulo Azi.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - PDT:

Deputado Dagoberto.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - “Sim”.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Solidariedade:

Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - “Sim”.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - “Sim”.

PCdoB:

Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - “Não”.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - “Não”.

PPS:

Deputada Leandre.

A SRA. DEPUTADA LEANDRE - “Sim”, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Deputada Leandre, “sim”.

Sr. Presidente, eu vou chamar os ausentes, mais uma vez.

Deputado Milton Monti. *(Pausa.)*

Deputado Irajá Abreu. *(Pausa.)*

Deputado Simão Sessim. *(Pausa.)*

Deputado Sérgio Moraes. *(Pausa.)*

Deputado José Priante. *(Pausa.)*

Deputado Saraiva Felipe. *(Pausa.)*

Deputado Beto Faro. *(Pausa.)*

Deputado Waldenor Pereira, a assessoria está orientando que V.Exa. foi um dos quatro a apoiar o requerimento de verificação de quórum.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Eu estou aguardando.

Gostaria só que fosse lido o termo regimental. Estou aguardando a orientação do Presidente, por gentileza.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Deputado Ademir Camilo. *(Pausa.)*

Deputado Bebeto, como vota? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO BEBETO “Sim”.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - “Sim”.

Deputado Claudio Cajado. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, todos votaram, com exceção do Deputado Waldenor Pereira.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Sr. Presidente. Por gentileza, Sr. Presidente, peço a leitura do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Waldenor Pereira, para não ter que prejudicar o requerimento, estabelece o art. 293, inciso X, do Regimento do Senado Federal:

“Art.

293.....

X - se, ao processar-se a verificação, os requerentes não estiverem presentes ou deixarem de votar, considerar-se-á como tendo dela desistido.”





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não, isso é do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Então, eu peço, subsidiariamente...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Então, subsidiariamente, o Regimento Comum tem que ser colocado.

O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA - Então, o Regimento Comum vale também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Por favor... Quando há omissão...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Estava em votação na Câmara. A votação era na Câmara. O Regimento da Câmara pode ser usado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - O que é isso?! Qual é o artigo do Regimento Comum ou da Resolução nº 1?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Por favor, Deputado Waldenor!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Está-se rasgando o Regimento. O que é isso?!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

(Não identificado) - Está prejudicado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Waldenor, tem a palavra V.Exa.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Tem que usar o Regimento da Câmara, então. O Regimento da Câmara não prevê isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Eu darei por prejudicado.

V.Exa. pode votar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Quero fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, o apoio é de 10%. E 10% de 31 é 3,1. Portanto, não precisa de 5 votos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - É um mais quatro, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não, Presidente: 10%. Sempre foi 10%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Waldenor Pereira, por favor, tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Eu vou proceder ao meu voto.

(Não identificado) - Sr. Presidente, já há quórum, mesmo sem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Ele pode ser considerado prejudicado, para não termos que esperar essa situação toda.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Deputado Waldenor Pereira, como vota?

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Quero usar da palavra.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Pois não.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Eu vou proceder ao meu voto, Sr. Presidente, mas veja que V.Exa., para a questão anterior, evocou o Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Eu uso a Resolução nº 01 e, subsidiariamente, eu posso usar o Regimento da Câmara ou do Senado. O que estou dizendo a V.Exa. é isso.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Agora V.Exa. evocou o Regimento do Senado.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Em uma votação da Câmara.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Nós apresentamos o Regimento Comum, art. 29, justificando a impossibilidade de continuidade de reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não é hora de discussão, Deputado Waldenor Pereira. V.Exa. pediu que citássemos, e só citamos. Eu quero colher o voto de V.Exa. para não dar como prejudicado o requerimento. Por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Eu vou proceder ao meu voto, mas quero ponderar que, sinceramente, a primeira decisão que V.Exa. toma me desagrada, sinceramente.

(Não identificado) - Sr. Presidente, não há tempo para encaminhar voto.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Eu voto “não”, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - O Deputado Waldenor Pereira vota “não”.

Vou chamar os suplentes.

Bloco Parlamentar PR/PSD/PROS:

Deputado Lúcio Vale.

O SR. DEPUTADO LÚCIO VALE - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - “Sim”.

Deputado Luiz Cláudio. *(Pausa.)*

Deputado George Hilton. *(Pausa.)*

Deputado Danrlei de Deus Hinterholz. *(Pausa.)*

Bloco Parlamentar PP/PTB/PSC:

Deputado Hiran Gonçalves.

O SR. DEPUTADO HIRAN GONÇALVES - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - “Sim”.

Deputado Covatti Filho.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - “Sim”.

Bloco Parlamentar PMDB/PEN:

Deputado Celso Maldaner. *(Pausa.)*

Deputado Daniel Vilela. *(Pausa.)*

Deputada Dulce Miranda.

A SRA. DEPUTADA DULCE MIRANDA - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - “Sim”.

O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER - Deputado Celso Maldaner, “sim”.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Deputado Celso Maldaner, “sim”.

PT:

Deputado Adelmo Carneiro Leão. *(Pausa.)*

Deputado Caetano. *(Pausa.)*

Deputado Paulão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, antes de pronunciar o meu voto, eu queria destacar o art. 128: a apreciação de relatórios...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Só para concluir, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Por favor, nós estamos em momento de votação.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Não, claro. Tudo bem. Mas me permita 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Quando da discussão da matéria, V.Exa. terá a palavra. Por favor, eu peço a V.Exa. consideração.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Então, V.Exa. me dá 1 minuto depois?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - É claro, depois da votação, na discussão da matéria.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Voto “não”, Sr. Presidente, mas gostaria de garantir meu 1 minuto.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Deputado Paulão vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Paulão.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Bloco Parlamentar PRB/PTN/PTdoB/PSL:

Deputado Ronaldo Martins. *(Pausa.)*

Deputada Jozi Araújo. *(Pausa.)*

DEM:

Deputado Juscelino Filho. *(Pausa.)*

Deputado Marcos Rogério. *(Pausa.)*

Votaram 25 Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Estamos agora computando os votos “sim”. *(Pausa.)*

Há 20 votos “sim” e 5 votos “não”.

Não foram computados os votos do Presidente nem do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Aprovado o requerimento do Deputado Sergio Souza.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passamos à Ordem do Dia.

Com a palavra o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, eu queria, a exemplo do...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Às 11h26min, foi feita uma verificação, e nova verificação só pelo prazo regimental.

Passamos à Ordem do Dia, com pauta única: apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 1, de 2016, do Congresso Nacional, que altera a Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sr. Presidente, tem que votar o requerimento no Senado. Por favor, Sr. Presidente!

(Não identificado) - Sr. Presidente, os Senadores não se manifestaram sobre o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Em votação o requerimento de inversão da Ordem do Dia.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Verificação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - É outra Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Quem pediu verificação?

O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA - Verificação, Sr. Presidente. Falo como Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Quem apoia?

O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA - Pela Liderança, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Quem apoia?

O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA - Pela Liderança!

(Não identificado) - Não tem apoio. Dê continuidade à sessão, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Estou verificando se há apoioamento para a verificação. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Verificação do Senador Telmário concedida.

O Senador Fernando Bezerra Coelho procederá à chamada dos Srs. Senadores.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - PMDB:

Senador Waldemir Moka. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Senador Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Bloco Parlamentar PT/PDT:

Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

Senador Telmário Mota.

O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - “Não”.

Bloco Parlamentar de Oposição:

Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - “Sim”.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - “Sim”.

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia:

Senador Fernando Bezerra Coelho. *(Pausa.)* “Sim”.

Bloco Parlamentar Moderador PTB/PR/PSC/PRB/PTC:

Senador Wellington Fagundes. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - “Sim”.

Bloco Parlamentar Democracia Progressista PP/PSD:

Senador Otto Alencar. *(Pausa.)*

Vou chamar os ausentes, mais uma vez.

Senador Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

Senador Otto Alencar. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA - Não deu quórum, Sr. Presidente. Não deu quórum, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Vou chamar os suplentes.

O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA - Não deu quórum!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Calma!

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Vou chamar os suplentes. Tenho que cumprir...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

(Manifestação do plenário: não!)

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Senadora Marta Suplicy. *(Pausa.)*

Senadora Regina Sousa. *(Pausa.)*

Senadora Fátima Bezerra. *(Pausa.)*

Senador Dalírio Beber. *(Pausa.)*

Senador Sérgio Petecão *(Pausa.)*

O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA - Acabou, Sr. Presidente! Não deu quórum, caiu a sessão, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Cadê a nossa base no Senado, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO - Sr. Presidente, declare o resultado!

O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA - Declare o resultado, Sr. Presidente, não deu quórum!

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Declare o resultado, Sr. Presidente, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O Regimento será cumprido, Senadora, não tenha agonia, não, aqui.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Eu tenho dúvida, porque não está sendo cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não tenha dúvida, não.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Votaram 5 Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não alcançado o quórum mínimo no Senado, encerro a sessão.

(Manifestação no plenário: Muito bem, Sr. Presidente! Palmas.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Não identificado) - Sr. Presidente, valeu o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não, não, não. Vai valer sempre o Regimento, Senador. Só não vale o regimento do grito.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA,
 DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
 REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016.**

No dia quatorze do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 04 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Ademir Camilo, Arthur Lira, Assis Carvalho, Beto Faro, Claudio Cajado, Dagoberto, Davidson Magalhães, Geraldo Resende, Irajá Abreu, Júlio Cesar, Pr. Marco Feliciano, Rodrigo de Castro, Ronaldo Fonseca, Sergio Souza, Simão Sessim e Waldenor Pereira; - **Senadores titulares:** Eduardo Braga, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Waldemir Moka e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Alex Manente, Covatti Filho, Daniel Vilela, Lúcio Vale e Tereza Cristina; e - **Senadores Suplentes:** Dalirio Beber e Regina Sousa. Teve a ausência justificada a Deputada Titular Leandre. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Bebeto, Benjamin Maranhão, Cleber Verde, Duarte Nogueira, José Priante, Junior Marreca, Luciano Ducci, Milton Monti, Nelson Meurer, Paulo Azi, Reginaldo Lopes, Saraiva Felipe, Sérgio Moraes e Vicentinho Júnior; e - **Senadores:** Fernando Bezerra Coelho, Paulo Paim, Romero Jucá e Telmário Mota. **ABERTURA:** às quinze horas e sete minutos, do dia quatorze de junho de 2016, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Deputado Arthur Lira (PP/AL), que passou a apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 4ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 22 e 23 de março de 2016; 5ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 29 de março de 2016; Reunião de Instalação e Eleição da Mesa da CMO, realizada nos dias 05, 10 e 17 de maio de 2016; 6ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 18 e 23 de maio de 2016; e 7ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 24 de maio de 2016. O Presidente consultou ao Plenário sobre a dispensa da leitura das atas e houve concordância. Em votação, as Atas foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXPEDIENTE.** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **AVISO.** O Presidente informou que o **Requerimento nº 4/2016-CMO**, apresentado pelo Deputado Assis Carvalho (PT/PI) solicitando que fossem convidados os Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão para prestarem esclarecimentos a respeito das modificações promovidas no **Projeto de Lei 1/2016-CN**, foi **prejudicado**, de acordo com o *art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal*, por haver perdido a oportunidade, tendo em vista que a matéria já foi apreciada pelo Congresso Nacional. **ORDEM DO DIA:** PAUTA. Item 01 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 3/2016-CN**, que “Altera a Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016”. Relator: Deputado Covatti Filho. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do Substitutivo apresentado. O Relator apresentou o Relatório e solicitou que fosse suprimido o § 6º do Substitutivo, por já constar na lei em vigor. Em seguida, foi iniciada a discussão e participaram do debate os Senadores Wellington Fagundes (PR/MT), Eduardo Braga (PMDB/AM), Waldemir Moka (PMDB/MS) e Flexa Ribeiro (PSDB/PA), e os Deputados Dagoberto (PDT/MS), Claudio Cajado (DEM/BA), Rodrigo de Castro (PSDB/MG) e Simão Sessim (PP/RJ). Às quinze horas e trinta e quatro minutos, o Segundo Vice-Presidente, Deputado Sergio Souza (PMDB/PR), assumiu a condução dos trabalhos. Às quinze hora e quarenta e oito minutos foi encerrada a discussão e foram apresentados dois destaques. O Deputado Covatti Filho (PP/RS), Relator da matéria, manifestou-se favorável aos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

destaques apresentados. Manifestaram-se, ainda, sobre os destaques os Senadores Waldemir Moka (PMDB/MS), Eduardo Braga (PMDB/AM), Flexa Ribeiro (PSDB/PA), e os Deputados Ademar Camilo (PTN/MG) e Rodrigo de Castro (PSDB/MG). Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Apreciação dos 2 destaques apresentados: - **Destaque nº 1**, de autoria do Senador Wellington Fagundes (PR/MT), pela supressão do inciso XXV, do art. 4º, do Substitutivo; e **Destaque nº 2**, de autoria do Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), pela supressão do inciso XXXII, do art. 4º, do Substitutivo. Voto do Relator: pela aprovação. Em votação em globo, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 02 – **Errata à Lei do Plano Plurianual – PPA 2016-2019**. O Presidente em exercício informou aos Parlamentares, que o *art. 152 da Resolução nº1/2006, do Congresso Nacional*, estabelece: “O projeto de lei aprovado e enviado em autógrafo para sanção do Presidente da República não poderá ser motivo de alteração, ressalvado o caso de correção de erro material, verificado exclusivamente no processamento das proposições apresentadas, formalmente autorizado pela CMO, por proposta de seu Presidente, justificando-se cada caso”. Em seguida, o Presidente em exercício passou à apreciação da **Nota Técnica Conjunta nº 01/2016 /CONOF/CONORF**, de 12 de fevereiro, que propõe “Correção de erros materiais verificados no processamento de atributos e programações constantes do autógrafo do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2016-2019 (Lei nº 13.249/2016)”. Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Em votação, a Errata foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em prosseguimento, o Deputado Daniel Vilela (PMDB/GO) solicitou ao Presidente em exercício que comunicasse ao Plenário a sua indicação para Relatoria da Receita e o Presidente em exercício informou que o Líder do PMDB, Deputado Baleia Rossi, indicou o nome do Deputado Daniel Vilela (PMDB/GO) para o cargo de Coordenador do Comitê de Avaliação da Receita – CAR e Relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2017. Logo após, o Presidente em exercício avisou que no dia 16 de junho, quinta-feira, às 10 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, seria realizada reunião de audiência pública, convocada com a finalidade de ouvir o Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Dyogo Oliveira, que iria prestar esclarecimentos acerca do **Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017** - Projeto de Lei nº 2/2016-CN, conforme dispõe o *art. 84 da Resolução nº1/2006, do Congresso Nacional*. ENCERRAMENTO: concluída a votação das matérias constantes da pauta, o Presidente em exercício encerrou os trabalhos, às dezesseis horas e doze minutos do dia quatorze de junho de 2016. Para constar, eu, Robson Luiz Fialho Coutinho, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Arthur Lira, Presidente.**

Em 14.06.2016.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Declaro iniciada a 2ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta e das atas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente. Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, em votação as atas. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas: da 4ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 22 e 23 de março; da 5ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 29 de março; das reuniões realizadas em 5 e 10 de maio; da 6ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 18 e 23; e da 7ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 24 de maio.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião e enviados por *e-mail* aos membros e às Lideranças partidárias.

Há concordância do Plenário? *(Pausa.)*

Informo que o Requerimento de Convocação nº 4, de 2016, apresentado pelo Deputado Assis Carvalho, do PT do Piauí, solicitando que fossem convidados os Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão para prestar esclarecimento a respeito das modificações promovidas no PLN 01/16, foi prejudicado, de acordo com o art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, por haver perdido a oportunidade, tendo em vista que a matéria já foi apreciada pelo Congresso Nacional.

Ordem do dia.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 3, de 2016, do Congresso Nacional, que altera a Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016.

O Relator é o Deputado Covatti Filho, a quem eu passo a palavra para proferir a leitura do parecer.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Sr. Presidente, colegas Deputados e Senadores, passo à leitura do relatório.

“I - Relatório.

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, a Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 158, de 2016, submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3, de 2016, do Congresso Nacional, que “altera a Lei nº





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

13.255, de 14 de janeiro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016”.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 31, de 2016, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a proposição em exame aumenta os limites de autorização legislativa para abertura de crédito suplementar pelo Poder Executivo.

Além disso, o projeto modifica o Anexo V, em atendimento à solicitação formalizada pelo Tribunal Superior Eleitoral — TSE, por meio do Ofício nº 261 GAB-DG, de 29 de janeiro de 2016. Este expediente esclarece “que a recomposição de limites físicos e financeiros autorizados para a Justiça Eleitoral, no Anexo V da LOA de 2016 é de interesse estratégico da Justiça Eleitoral, uma vez que o papel desenvolvido pelos chefes de cartório é essencial para o êxito da realização das eleições municipais de 2016”.

A exposição de motivos faz constar que a Lei nº 13.150, de 2015, criou 6.412 cargos efetivos e funções comissionadas nos quadros de pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais e que a presente proposta possibilitará o provimento da metade do quantitativo. Acrescenta, ainda, que a medida adotada não implica aumento de despesa, visto que se trata de autorização apenas e os recursos serão provenientes de dotação orçamentária alocada na ação 4269, de Pleitos Eleitorais, GND 1, sob responsabilidade da unidade orçamentária 14.101, do Tribunal Superior Eleitoral.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II - Voto do Relator.

De acordo com o art. 166 da Constituição Federal, cabe a esta Comissão examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei referentes ao orçamento anual, bem como acerca das emendas apresentadas. A proposição trata de alterações na Lei nº 13.255, de 2016, com vistas a aumentar os limites de autorização para a abertura de crédito suplementar, bem como modificar o Anexo V para possibilitar o provimento de cargos e funções na Justiça Eleitoral, em face da Lei nº 13.150, de 2015.

Quanto às autorizações legislativas para edição de crédito suplementar, o projeto modifica a redação do art. 4º da Lei nº 13.255, de 2016. Relativamente ao





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

caput do mencionado dispositivo, propõe-se limitar a proibição de cancelamento às dotações oriundas de emendas individuais e de coletivas referentes às programações relacionadas na Seção I do Anexo III da LDO 2016. (...)

A citada seção corresponde às despesas obrigatórias decorrentes de mandamentos legais e constitucionais, que são protegidas de contingenciamento. Vale dizer que essas despesas possuem identificador de resultado primário igual a 1. No entanto, o identificador de resultado primário das dotações decorrentes de emendas coletivas, normalmente, é igual a 2 ou 3. Ou seja, são despesas discricionárias ou discricionárias abrangidas pelo PAC, respectivamente. Assim sendo, a redação proposta equivaleria a permitir o cancelamento de dotações oriundas das emendas coletivas para atendimento da suplementação indicada no crédito, sem que o Congresso Nacional se manifeste sobre o assunto.

Entretanto, de acordo com as leis orçamentárias anteriores e a redação constante no projeto de lei orçamentária para 2016, a proibição em tela incidia apenas sobre as emendas individuais, em razão de sua natureza impositiva, inserida no texto constitucional por meio da EC 86, de 2015. A fim de manter o mesmo tratamento dado às emendas individuais, a redação do projeto deve ser ajustada para alcançar também as emendas de bancada que correspondam às programações relacionadas na Seção I do Anexo VII da LDO 2016, uma vez que estas passaram a ter a natureza impositiva nos termos dos arts. 68 a 70 da LDO 2016. (...)

Com referência à redação dada aos incisos I, alínea “a”, e XXV, a proposta visa restabelecer o comando constante do projeto de lei orçamentária para 2016. Apesar de a matéria ter sido tratada recentemente por ocasião da tramitação do PLOA 2016, o cenário político nacional mudou. O Governo interino tem prioridades diversas do Governo afastado. Sendo assim, e considerando que a proposição apenas restabelece práticas observadas no passado, as alterações podem conferir a liberdade e a agilidade de que Poder Executivo precisa nesse momento para promover os ajustes necessários à implementação de suas decisões.

No que tange à modificação da redação do inciso XVII, que se refere à programação do PAC, a proposição permitirá o remanejamento de 20% do montante das dotações do programa. Isso equivale dizer que o Poder Executivo poderá





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

modificar a programação do PAC em cerca de R\$ 6,15 bilhões, sem que o Congresso Nacional participe dessas decisões. Ou seja, o Poder Legislativo poderá ficar fora das discussões sobre os principais investimentos realizados no País. Há de se levar em conta que o PAC é uma das prioridades do Governo. Nesse sentido, deve ser suprimida a redação que propõe a alteração.

Com relação ao inciso XXXII, a redação do projeto acrescenta o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2015 como fonte de recurso para abertura de crédito suplementar. A intenção do legislador, à época, foi de que a recomposição de dotações até o limite do respectivo projeto devia ser feita com recursos derivados do excesso de arrecadação de receitas próprias ou vinculadas, uma vez que os cancelamentos realizados durante a tramitação do projeto de lei no Congresso Nacional decorreram da insuficiência de recursos estimados para o exercício em curso.

Contudo, a Lei nº 4.320, de 1964, prevê a possibilidade de utilização do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior como fonte de recursos para abertura de crédito adicional. Além disso, diversos incisos do art. 4º da Lei nº 13.255, de 2016, preveem o uso do superávit financeiro para abertura de crédito suplementar. Inclusive o inciso I, que permite a suplementação até o limite de 10% de cada subtítulo. Ora, se permite a suplementação em até 10% por programação, por que não até o limite do projeto por programação?

Ademais, a proposição acresce inciso para a abertura de crédito suplementar para atendimento de despesa com auxílio-moradia mediante cancelamento de dotações. Sobre esse assunto cabe dizer que a LDO 2016 inovou ao determinar que tais despesas devam constar de programação orçamentária específica. Para atender a esse comando, introduzido pelo Parlamento, o Poder Executivo encaminhou o Ofício nº 222, de 2016, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a fim de ajustar a programação. No entanto, tal ajuste foi precário, como se depreende da Nota Técnica SECAD/SOF nº 05, de 2015, que acompanhou referido ofício.

A fim de corrigir a situação, foi editada a Medida Provisória nº 711, 2016, para abertura de crédito extraordinário em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, da Defensoria Pública da União e do Ministério Público da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

União, para atendimento de despesas com auxílio-moradia. Essa medida provisória, no entanto, perdeu sua vigência sem ter sido convertida em lei.

Desse modo, e considerando que o projeto visa possibilitar a realização dos ajustes oferecidos pelos Poderes da República, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União, pertinente à autorização legislativa para a abertura de crédito suplementar, cabe ressaltar que medida não eleva o montante de despesas, uma vez que a origem dos recursos decorre unicamente de cancelamentos de dotações.

Quanto à possibilidade de alteração do Anexo V para possibilitar o provimento de cargos na Justiça Eleitoral, trata-se de pleito formalizado pelo TSE, por meio do Ofício GAB-DG nº 261, de 29 de janeiro de 2016, a fim de dar eficácia à Lei nº 13.150, de 2015. Sobre o assunto, cabe esclarecer que a proposta orçamentária para 2016 previa o provimento de 6.412 cargos e funções, que corresponde à totalidade de cargos e funções criadas pela citada lei. A despesa autorizada no Anexo V do PLOA 2016 equivalia a R\$ 84 milhões, em 2016, e a R\$ 159,9 milhões, nos anos subsequentes. Contudo, em virtude de restrições fiscais, o quantitativo e os limites orçamentários foram significativamente reduzidos durante a tramitação da proposta orçamentária no Congresso Nacional.

Todavia, deve-se levar em conta que a Lei nº 13.150, de 2015, está em vigor, porém sua eficácia está suspensa por falta de cumprimento das exigências indicadas nos incisos I e II do § 1º do art. 169 da Constituição. A qualquer tempo a autorização orçamentária pode ser concedida para conferir eficácia ao referido diploma legal. Tal indefinição é grave, como já observou o Ministro Cezar Peluso, do STF. De acordo com o Ministro, que se manifestou nos autos da ADIN nº 3.599-1, (...).

Além disso, a situação fiscal tornou-se mais favorável com a aprovação da meta de resultado primário equivalente ao déficit de R\$ 170,5 bilhões. *“De acordo com o Relatório Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, a mediana das expectativas de mercado indica déficit primário do Governo central de R\$ 104 bilhões em 2016, sendo que a estimativa mais desfavorável aponta déficit de R\$ 134,4 bilhões.”*

Além disso, a LDO 2016 deu um tratamento diferenciado para as despesas referentes à Justiça Eleitoral. Não é demais dizer que, conforme o art. 93 § 1º, aos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

limites estabelecidos para os Poderes, MPU e DPU, serão acrescidos, na Justiça Eleitoral, as despesas necessárias à realização das eleições. No mesmo sentido, o § 12 do art. 99 autoriza as admissões para os cargos e funções previstas na Lei nº 13.150, de 2015. Assim sendo, não se pode ignorar que esse é um ano de realizações de eleições e o provimento dos cargos e funções, segundo o pleito do TSE, será importante para o sucesso das eleições municipais.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3, de 2016-CN, na forma do Substitutivo.”

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Há o substitutivo ainda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira.) - O Deputado Covatti ainda vai ler o Substitutivo.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Desculpe-me, Deputado Covatti.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO (Bloco/PP-RS) - Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3, de 2016.

“O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º Fica autorizada a abertura de créditos suplementares, restritos aos valores constantes desta Lei, excluídas as alterações decorrentes de créditos adicionais abertos ou reabertos, desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário estabelecida para o exercício de 2016 e sejam observados o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF e os limites e as condições estabelecidos neste artigo, vedado o cancelamento de valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais e das emendas coletivas constantes da Seção I do Anexo III e da Seção I do Anexo VII à Lei nº 13.242,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de 30 de dezembro de 2015, para o atendimento de despesas:

I - em cada subtítulo, até o limite de 20% (vinte por cento) do respectivo valor, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) anulação parcial de dotações, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação;

.....
XXV - relativas à remuneração de agentes financeiros, no âmbito da Unidade Orçamentária “71.104 – Remuneração de Agentes Financeiros — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda”, limitada a 30% (trinta por cento) do subtítulo, mediante a utilização de recursos provenientes de:

.....
XXXII - para recomposição das dotações integrantes desta Lei até o limite dos valores que constaram do respectivo projeto, mediante a anulação de dotações orçamentárias, exclusive oriundas das emendas de que trata o caput, e a utilização do excesso de arrecadação de receitas próprias e de receitas vinculadas e do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015; e

XXXIII - com ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações orçamentárias.”

Há o parágrafo 6º, que já está na lei, Sr. Presidente. Então, vou lê-lo e depois suprimi-lo, porque ele está repetido. Foi uma falha da parte técnica.

“§ 6º Não se aplica a vedação de cancelamento, por ato próprio no âmbito de cada Poder,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, de valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação das emendas mencionadas no caput, nem os limites percentuais fixados neste artigo, quando cumulativamente:

.....”(NR)

Art. 2º O item I.2.4.1 do Anexo V. à Lei de 13.205, de 2016, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo a esta Lei.

Parágrafo único. Com relação às alterações de que trata o caput, os recursos para atender ao exercício de 2016 serão provenientes de dotação orçamentária alocada na ação orçamentária “4269 — Pleitos Eleitorais”, Grupo de Natureza de Despesa GND “1 — Pessoal e Encargos Sociais” da Unidade Orçamentária “14101 — Tribunal Superior Eleitoral”, constante da Lei nº 13.255, de 2016.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O parecer está em discussão.

O primeiro inscrito é o Senador Wellington Fagundes. Na sequência, falarão o Senador Eduardo Braga, o Deputado Dagoberto, o Senador Waldemir Moka, o Deputado Claudio Cajado e o Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, apesar de que nem todos nós estávamos aqui o ano passado — não há recondução dos Parlamentares —, de qualquer forma, cada um de nós acompanhou os trabalhos. A decisão da Comissão o ano passado foi exatamente a de preservar a atuação da Comissão, ou seja, de não deixar o Governo tão à vontade.

Foi permitido aqui um limite de 10%. Não sei se foi equívoco, porque isso também já tinha sido conversado antes — talvez o Relator possa até esclarecer isso —, mas, de qualquer forma, o nosso posicionamento é para fortalecer a Comissão, mantendo aquilo que está estabelecido, no nível de 10% do remanejamento.

Então, essa é a nossa sugestão. Alguém pode questionar, dizer que a Comissão não vai funcionar, não vai ter celeridade. Não acreditamos nisso. Nós acreditamos no Presidente, acreditamos na Mesa e acreditamos no Relator.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tenho certeza de que, assim como estamos aqui agora, em todas as reuniões que V.Exa. chamou, esteve presente a maioria, quase todos os Parlamentares para votar. Eu acredito na presença e na vontade de trabalhar para vencer a crise.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - Sr. Presidente, primeiro, cumprimento o trabalho do Relator. Creio que efetivamente estamos tratando de um projeto de lei extremamente importante, tendo em vista, inclusive, as manifestações do Tribunal Superior Eleitoral com relação à necessidade desses recursos para a realização das eleições municipais.

Mas, como bem disse o nosso Senador Wellington ainda há pouco, nós não estávamos aqui no ano passado. No meu caso, especificamente, estou estreando na Comissão Mista de Orçamento.

Neste momento, em que o Brasil discute ajuste fiscal, em que estamos discutindo situações importantes para que possamos dar transparência, previsibilidade e garantias fiscais ao País, seria de bom alvitre — e falei ainda há pouco com nosso Relator e com V.Exa. — que nós pudéssemos sugerir ao Relator que apresente uma emenda de Relator retirando os 30% com relação ao inciso 25, que autorizaria as despesas relativas à remuneração de agentes financeiros até 30%. Voltando para os 10%, garantiríamos isso. Caso o Governo precise de mais recursos, que submeta proposta a esta Comissão, que tem, em última análise, o caráter técnico de discutir no âmbito do Legislativo o ajuste fiscal de forma permanente.

Este ano é importantíssimo o papel desta Comissão, para que mais uma vez não tenhamos surpresas com relação à questão fiscal brasileira no ano de 2017.

Portanto, apoiando o relatório apresentado pelo eminente Relator e encaminhando a posição favorável, gostaria de fazer essa sugestão, que me parece ser consensuada por uma ampla maioria dos Senadores e Deputados da Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Parabéns pela colocação, Senador Eduardo Braga.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Só para encaminhamento deste assunto, haja vista as colocações do Senador Wellington Fagundes e do Senador Eduardo Braga, seria o caso de algum dos dois propor o destaque, e o Relator de pronto atenderia, suprimindo...

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - Mas aqui foi aceito quase por unanimidade, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O Relator poderia fazer a alteração, porque aí nós não precisaríamos votar o destaque.

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - O próprio Relator pode aceitar a sugestão.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Então, eu aceito essa sugestão, Sr. Presidente, de suprimir o inciso 25.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Suprime-se a alteração, mantendo o modo executado nos dias de hoje.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Dez por cento.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Dez por cento.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, essa é uma demonstração de que está fácil para nós trabalharmos. Querendo trabalhar, nós vamos fazer muito este ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Por favor, Deputado Dagoberto, V.Exa. está com a palavra. Peço que me desculpe pela interrupção.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Eu recebi um pedido do Tribunal Regional Federal, e consulto o Relator se ele poderia também acrescentar a criação de uma vara no Estado de Mato Grosso e duas varas no Estado de Tocantins — ele recebeu esse mesmo documento. Porque já se perdeu o prazo de emenda, só pode agora ser incluído se houver a boa vontade por parte do Relator.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Vou esclarecer essa questão do TRF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - O Presidente Arthur vai sair momentaneamente, e nós assumimos os trabalhos aqui.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - É uma alegria ser presidido por V.Exa.

Só para esclarecer a questão do TRF, a lei que está em vigor, a LDO 2016, está contemplando o TRF com 33 cargos para Rondonópolis. Então, o que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

acontece? Como a lei não está ainda em vigor, se nós acolhermos essa sugestão proposta pelo Deputado, a única coisa que poderia ser contemplada seria essa questão de Rondonópolis. Mas isso teria que ser incluído também pelo Relator nesta lei que nós estamos propondo, para aí, sim, serem criadas as varas e os cargos a partir de 2017. Então, é melhor fazer isso na LDO, porque nós podemos construir algo nesse sentido. Mas, se nós fizermos um acordo de Líderes, também podemos aceitar a proposição no PLN.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Só para esclarecer, não sou nem de Mato Grosso nem de Tocantins, mas, como o Tribunal tem interesse e pediu a urgência da criação dessas varas, eu estou defendendo isso. Então, eu não estou aqui defendendo o Mato Grosso do Sul, que é meu Estado.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Tem a palavra o Senador Wellington.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Como Relator da LDO, isso pode ser contemplado na LDO tranquilamente, ainda mais por se tratar da minha cidade, Rondonópolis, e de outras cidades também, porque o TRF tem essa urgência.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - O pessoal do Tribunal também já concordou com isso. Se V.Exa. fizer esse compromisso na LDO, já se dá por satisfeito. Muito obrigado.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Eu quero fazer o compromisso aqui e saber o compromisso deles lá depois. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Senador Wellington, é bom que fique para que depois nós todos tenhamos a oportunidade de sugerir emendas a V.Exa. lá na Lei Orçamentária.

Senador Waldemir Moka, V.Exa. está com a palavra.

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Sr. Presidente, eu havia tomado um compromisso e me parecia, até então, muito tranquilo o relatório do Deputado Covatti. Mas, pela evolução aqui, e levando em consideração argumentos do próprio Senador Wellington Fagundes, que é de Rondonópolis, eu fico também tranquilo para nós votarmos isso sem criar nenhum tipo de problema.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu vou, evidentemente, também acolher a sugestão já dada aqui: o Relator faria, então, essa emenda de redação. O Senador Wellington Fagundes, quando da elaboração da LDO, certamente vai contemplar a sua cidade de Rondonópolis, entre outras do País.

Então, eu vou ficar com essa situação de consenso estabelecida a partir das palavras do Líder Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Obrigado, Senador Waldemir Moka. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, corroboro totalmente as palavras do Senador Waldemir Moka, vamos fazer isso depois.

Quero também aproveitar para dizer que já está marcada, para quinta-feira, às 9h30min, a reunião da Comissão Mista de Orçamento, com a presença do Ministro do Planejamento, para tratar exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Fica o convite a todos.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - O que nós temos da LDO foi apresentado pelo Governo passado, o Governo da Presidente Dilma. Agora, com o Governo interino do Presidente Michel Temer, com as novas metas, provavelmente será uma audiência muito importante.

O meu relatório está praticamente pronto, mas não vou entregá-lo antes de ouvir o Ministro do Planejamento. Talvez possamos entregá-lo na terça-feira e dar celeridade aos trabalhos. É isso o que País quer. Não podemos fazer, a exemplo de outros anos, deixar a LDO se arrastar. Precisamos aprová-la ainda antes do recesso, porque é ela que o permite. E eu acho que o Governo pode falar.

Seria importante nós aprovarmos a LDO, no máximo, até 15 de julho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Inclusive na questão das emendas, Sr. Presidente. No ano passado, tivemos um problema sério. A LDO não havia sido aprovada, foram feitas as emendas. Como havia emenda impositiva, as bancadas tiveram uma dificuldade muito grande.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Senador Wellington Fagundes, tendo V.Exa. como Relator nós sabemos que estaremos muito bem representados e teremos um parecer que vai olhar muito bem as emendas dos nossos colegas.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - Sr. Presidente, eu queria reforçar o que disse o Relator Senador Wellington Fagundes, até porque o Congresso Nacional alterou a meta fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Perfeito.

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - Com a alteração da meta fiscal, é importante que o Governo venha a esta Comissão debater a alteração que houve, as mudanças que eles precisam implementar na nova LDO. A LDO que foi apresentada não tem essa alteração da meta fiscal. Portanto, não está previsto um déficit de 170 bilhões, como foi aprovado pelo Congresso Nacional. Até por isso é necessário esse debate. Será importante e relevante esta discussão com o Ministro Dyogo Oliveira, na próxima quinta-feira, às 9h30min da manhã, nesta Comissão, Sr. Presidente.

Parabenizo o Relator e a Comissão pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Obrigado, Senador.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - A área técnica entendeu que deveria fazer o destaque por questão de formalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Está sendo encaminhado à Mesa, nós chegaremos lá.

Deputado Claudio Cajado, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estou impressionado, neste ano, com a presença dos Senadores. Eu acho que os Senadores preferem que as reuniões sejam em sala menor, porque a sala nº 1 ...*(Riso.)*

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Eu quero protestar contra essa fala do Deputado Claudio Cajado porque eu sou um dos mais presentes e assíduos nesta Comissão.

(Não identificado) - Aceito!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Foi provocação, Senador Waldemir Moka!

(Não identificado) - Na verdade, Senador, esta Comissão sem os Senadores não funciona.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Deputado Claudio Cajado, como a batata lá está muito quente, nós estamos vindo aqui para esfriar. *(Risos.)*

O Deputado Claudio Cajado está tirando onda, tirando *(ininteligível)* a esta hora!

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu queria expor duas coisas. Primeiro, eu penso que, neste momento de restrição orçamentária e financeira, é importante que nós possamos ter instrumentos, normatizações que beneficiem justamente a política de controle de gastos públicos. Eu entendo que este projeto de lei vai de encontro ao que se planeja na Lei Orçamentária Anual, porque, quando se preveem determinados gastos e se permite que, por atos administrativos, sem o crivo do Congresso Nacional, se ultrapasse o planejado no Orçamento, está sendo permitido, indiretamente, que o seu controle seja muito menor do que seria permitido se a rigidez da peça orçamentária impusesse um Orçamento planejadamente eficiente, organizado e dentro de metas a serem cumpridas.

Eu não adoto essa postura porque acho que facilita o descumprimento do controle fiscal. Daí por que penso que as intervenções feitas vão aprimorar o projeto, Relator Deputado Covatti Filho, porque vão diminuir um pouco essas possibilidades. Porém eu ainda faço uma crítica ao inciso XXXII, que permite — eu chamo a atenção das Sras. e dos Srs. Congressistas — a abertura de suplementação, através de decreto, por superávit da receita.

Isso é uma prerrogativa do Congresso Nacional! Nós não podemos abrir mão das nossas prerrogativas, independentemente desse ou daquele governo. Eu estou falando de política de Estado, e a política de Estado tem que ter um controle muito severo para que não haja o descontrole. Imaginem: se com todas as regras rígidas que nós aprovamos no passado, houve um descontrole extraordinário do Governo anterior, o que dizer se permitirmos que novas flexibilizações fossem feitas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu gostaria de saber do Relator se S.Exa. avaliaria também a possibilidade de o superávit financeiro ser excluído dessa possibilidade. Eu penso que nós do Congresso Nacional não deveríamos, se não nos momentos adequados, durante o exercício fiscal, mas quando nada a cada final de ano, deixar nenhum crédito sem ser votado, seja na Comissão de Orçamento, seja no plenário do Congresso Nacional.

Portanto, eu não me sinto muito à vontade, neste momento, no que se refere ao inciso XXXII, para avaliar essa questão de abertura de crédito dos superávits por excesso de arrecadação através de decreto. Acho que vai de encontro ao controle fiscal, vai de encontro ao planejamento das metas estabelecidas na LOA e, principalmente, faculta, permite que se vá dando um jeitinho dentro da peça orçamentária sem que o Congresso dê o seu crivo e a sua palavra final.

Eu acho que o Congresso serve como anteparo contra determinados problemas macroeconômicos. Porém este Congresso nunca deixou de dar sua contribuição no Governo passado, e acredito que no presente Governo também. Logo, eu faço uma crítica a esta questão do superávit financeiro.

Quanto aos demais projetos, é importante, como já foi dito, que nós possamos votá-los. Essa possibilidade dos cargos para a Justiça Eleitoral é importante. Nós estamos em um ano eleitoral, já devíamos tê-lo feito anteriormente.

Quanto à possibilidade da diminuição da remuneração dos agentes financeiros para 10% eu concordo com o que aqui foi exposto.

O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Obrigado, Deputado Claudio Cajado.

Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

V.Exa. pode falar primeiro, por favor, Deputado Rodrigo de Castro.

O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO - Sr. Presidente, eu gostaria de manifestar minha concordância com o Deputado Claudio Cajado. Chamo a atenção para a importância da aprovação desses pleitos da Justiça Eleitoral. Nós precisamos, realmente, reforçar todo o aparato eleitoral. Este ano é muito importante para todo o Brasil, e seguramente nós queremos uma Justiça Eleitoral mais forte.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mas, com certeza, nós também não podemos abrir mão das prerrogativas desta Câmara dos Deputados e desta Comissão de Orçamento.

Concordo inteiramente com o Deputado Claudio Cajado no ponto levantado por S.Exa..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Obrigado, Deputado Rodrigo de Castro.

Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro, meu colega.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Sr. Presidente, Deputado Sergio Souza, Srs. Deputados, Srs. Senadores, estamos discutindo o Projeto de Lei nº 3, de 2016, do Congresso Nacional. Quero parabenizar o Deputado Covatti Filho, Relator.

Como disseram os meus Pares que me antecederam, nós temos que atender à necessidade do Tribunal Superior Eleitoral para que ele tenha condições de levar adiante o processo eleitoral que se avizinha. Mas nós não podemos tirar da Comissão Mista de Orçamento suas obrigações.

Quanto ao que disse o Deputado Claudio Cajado, não é que os Senadores não venham à Comissão, pelo contrário, nós estamos aqui sempre prontos para trabalhar pelo Brasil.

Sou a favor de se manter o remanejamento da mesma forma como estava no Orçamento do ano passado. O Senador Wellington Fagundes, como Relator, tem certeza absoluta de que nós vamos atendê-lo na necessidade da criação do TRF1, de...

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Da Capital Rondonópolis.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - E ele também, como Relator, vai poder atender, como disse o Senador Moka, os Estados e as outras cidades, inclusive o Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Muito bem, Senador Flexa.

Não havendo mais oradores inscritos para discutir, declaro encerrada a discussão.

Deputado Simão Sessim, V.Exa. sempre tem a benevolência da Presidência.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, quero robustecer esse acordo maravilhoso fruto da Relatoria do Deputado Covatti Filho. Eu também queria me inserir nesse contexto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Declaro encerrada a discussão.

Eu vou passar a palavra ao Relator, para que S.Exa. faça suas considerações,.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Sr. Presidente, colegas Deputados e Senadores, eu destaco três assuntos importantes sobre os quais quero deixar todos a par. O primeiro deles é justamente a questão da Justiça Eleitoral. Nós todos estamos felizes pelo consenso, principalmente porque dá essa possibilidade de fortalecimento nas eleições municipais. Ressalto que estamos incluindo o auxílio-moradia, mas não estamos criando nenhuma despesa adicional. Nós só estamos dando oportunidade para que os órgãos usem o que sobrar de alguma rubrica orçamentária, que eles se organizem e destinem essa sobre para o auxílio-moradia.

Nós estamos avaliando a questão do PAC, que é muito interessante. Estamos mantendo a prerrogativa de o Executivo poder fazer por programação, de ter oportunidade de fazer um remanejamento de 30%.

Para finalizar a minha Relatoria, eu quero acatar duas sugestões: suprimir o inciso XXV e o § 6º do substitutivo. Por que o § 6º? Porque ele já está na redação da lei. É só uma repetição que vamos ajeitar. Quero também acolher a sugestão do Deputado Cajado — S.Exa. já apresentou destaque — para retirar o termo “superávit financeiro” do inciso XXXII.

Eu acho que assim entramos num acordo, não haveria nenhuma rusga. Poderíamos aprovar a redução de 30 para 10, como está hoje. É só suprimir esse artigo.

Era isso, Presidente.

Acho que, de acordo com a Comissão, temos que votar os destaques. Eu gostaria de pedir a todos os colegas que aprovássemos por acordo. Temos que organizar.

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Sr. Presidente, eu acho que, se o Relator assume o compromisso de fazer isso no relatório, não há necessidade de fazer destaque.

Deputado Covatti, se V.Exa. assume o compromisso de alterar...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Só 1 minutinho, nobre Senador Moka. Estamos verificando alguns detalhes aqui.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Sr. Presidente, V.Exa. poderia colocar em votação, já que houve acordo, e nós votaríamos por acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Com a palavra o Senador Moka. *(Pausa.)*

Na verdade, quem estava ligando aqui era o Ministro Dyogo, fazendo algumas ponderações. Logicamente, a decisão é do Plenário, a decisão é do Parlamento, a decisão não é do Governo, mas o Governo tem sempre um bom tratamento, uma boa interlocução com esta Comissão, que é uma Comissão que mexe nas leis orçamentárias. S.Exa. pondera que essa última sugestão feita pelo Deputado Cajado de alterarmos os limites do PAC precisaria de mais tempo para...

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - Ele não está alterando o limite do PAC. Ele...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, o XXXII, Presidente...

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - É outro.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - ...é abertura de crédito.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - O quê? Nós não estamos tratando de PAC. Ao contrário, nós estamos mantendo o limite do PAC.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Quero esclarecer os colegas que eu não acolhi a sugestão do Governo justamente para discutirmos aqui. Então, eu gostaria de abrir para discussão.

O Governo está querendo fazer uma alteração. Nós conseguimos fazer constar na legislação que o Governo pode remanejar 30% nas programações do PAC. A sugestão do Governo é diminuir o montante de 30% para 20%, mas das dotações orçamentárias do PAC. Eu acho que a sugestão é nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - A Presidência, é lógico, vai se submeter à vontade do Plenário.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - O Ministro faz essa sugestão, e poderíamos discuti-la. Se entrarmos num acordo, podemos ter condições de aceitá-la.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - Sr. Presidente, reforço a posição prudente do Relator, que, num ano em que o equilíbrio e o ajuste fiscais são fundamentais, estabeleceu que a programação do PAC deve ser mantida como era, ou seja, possibilitando ao Governo alterar 30% da subprogramação do PAC.

A proposta do Governo de reunir isso numa realocação global de 20% do orçamento é, como disse o Deputado Claudio Cajado, afrouxar a fiscalização e o acompanhamento do ajuste fiscal no País. Dessa forma, amanhã esta Comissão poderia ser cobrada publicamente, por diversos agentes públicos, em relação a essa proposta de mudança em todo o movimento global do orçamento. Portanto, eu acho prudente a colocação.

Se o Governo entende que esta é uma questão específica, deve encaminhar a matéria para cá, vir aqui debater e esclarecer. Esta Comissão estará aberta e sensível para compreender os argumentos que o Governo possa apresentar com relação ao tema.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, isso já foi acordado. O Relator já concordou com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Perfeito. A Presidência vai se submeter à vontade do Plenário. Não há alternativa à Presidência.

Então, Senador Flexa Ribeiro, está sobre a mesa o PL, e eu vou informar os Parlamentares sobre os procedimentos que nós vamos adotar. Nós vamos votar o Projeto de Lei nº 3, de 2016, ressaltando dois destaques: o destaque do inciso XXV do art. 4º, proposto pelo Senador Wellington Fagundes, e o destaque do Deputado Claudio Cajado ao substitutivo, que é o inciso XXXII, também do art. 4º.

Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Quero apenas lembrar que essa possibilidade de remanejamento de 30% foi retirada do orçamento do ano passado pelo então Relator, o Deputado Ricardo Barros, hoje Ministro. Ele fez a supressão. Ou seja, nós estamos mantendo aquilo que já existia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Informo ao Relator sobre uma correção de erro material no § 6º do art. 4º, que chegou à Mesa. Então, como é uma correção de erro material, não há necessidade de aprová-la em destaque. Será aprovada no PL.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O relatório está em votação.

O SR. DEPUTADO DANIEL VILELA - Presidente, ainda é possível pedir vista desse relatório?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Não, não há pedido de vista nesta Comissão, Deputado.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, esta Comissão tem que ser tratada da mesma forma que as outras. A Comissão de Orçamento não foge às regras. Se o Relator incorporou no seu relatório as sugestões, não existe destaque. Há destaque quando nós não concordamos com...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Há uma recomendação da Mesa para que façamos assim.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Mas essa recomendação vai abrir um precedente para que toda vez isso tenha que acontecer. Se ele não tivesse incorporado no seu relatório, aí eu ia destacar.

O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO - Não, Sr. Presidente, tem que ser por destaque.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Ou, mesmo se ele incorporar, alguém ainda pode destacar. Agora, *a priori*, destacar um texto em que houve concordância não existe. Então, eu queria deixar aqui...

O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO - A Resolução nº 1, de 1970, diz que pode haver destaque, que tem que ser através de destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Deputado Daniel Vilela, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DANIEL VILELA - Presidente, eu estou recebendo a orientação de que ainda é possível pedir vista. Eu acho que seria interessante fazer isso, para que pudéssemos ouvir outras partes.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Aqui está escrito que poderá ser apresentado, mas que não precisa.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, o Ministro do Planejamento está ao telefone comigo agora e faz um apelo a todos nós. Como ele vai vir aqui na quinta-feira, ele gostaria de discutir isso conosco. Então, ele está pedindo a suspensão da discussão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Se houver concordância do Plenário para nós suspendermos a...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, pela ordem!

O SR. DEPUTADO DANIEL VILELA - Não, Presidente. Não há concordância.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Eu gostaria de discutir na quinta-feira.

O SR. SENADOR OTTO ALENCAR - Presidente, já havíamos encerrado a discussão e colocado em votação. Não há mais o que discutir, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO - A discussão já foi encerrada.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado, pela ordem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, eu penso que nós não devamos fazer algo que não seja através de uma discussão, se está havendo dúvida. O próprio Ministro do Planejamento está ligando insistentemente, ligou para V.Exa., ligou para o Senador Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Mas nós só podemos retirar de pauta se for por acordo. Outra forma não há.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Perfeito. Deixe-me concluir.

Nós estamos aqui acéfalos, porque a Liderança do Governo ainda não foi indicada. Portanto, nós estamos tomando atitudes que consideramos as melhores para o País e para o momento que estamos enfrentando. Porém, é óbvio que, com a mudança do Governo, eu não me sinto na condição de fazer algo que venha comprometer o que o Governo está formatando.

Portanto, Sr. Presidente, nesse momento em que já foi encerrada a discussão e que estamos em processo de votação, eu peço ao Relator que considere o apelo de todos nós e de V.Exa. e que retire o projeto, para que ele seja apreciado na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - A Assessoria da Mesa está dizendo que não cabe mais ao Relator a retirada de ofício. Deveria ter ocorrido a retirada antes do início da discussão e da votação. Mas, por acordo do Plenário nós podemos...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - Pede-se votação nominal, porque cai a sessão. Aí, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, vamos fazer então o seguinte — a situação está até meio esdrúxula: vamos iniciar a votação e eu pedirei, de antemão, que seja verificado o quórum, com apoio de outro partido. Vamos fazer a verificação do quórum para a votação, porque é uma forma de fazer cair a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Essa é uma prática na Câmara. No Senado, eu não me lembro de precedentes, Senador Flexa Ribeiro, mas na Câmara nós temos a verificação de ofício, dada pelos Presidentes das Comissões. A Assessoria também está dizendo que nós podemos fazer isso.

Então, como não há acordo nem pela votação, nem pela retirada, nós vamos aguardar. Se alguém mais quiser falar sobre esse assunto...

Mas a Presidência pode, também, pedir a verificação de ofício, para que se crie a seguinte situação: se não houver votos suficientes, pode ficar para a próxima reunião.

Tem a palavra o Deputado Daniel Vilela.

O SR. DEPUTADO DANIEL VILELA - Presidente, não há acordo para a retirada — a Secretaria sugeriu que poderia ocorrer —, mas há acordo para que se faça uma votação que vai derrubar a sessão? Isso é meio incoerente. Eu acho que poderíamos fazer o acordo.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO DANIEL VILELA - Sim. Está sendo orientado que, por acordo, é possível. A Assessoria da Comissão está dizendo isso. Nós vamos ter que abrir...

O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO - Nós já estamos em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Então, nós vamos colocar em votação, e a Presidência vai fazer a verificação de ofício.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, eu quero colaborar. O Ministro Eduardo está dizendo que é a mesma coisa, mas não é a mesma coisa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Derrubar a sessão em processo de votação não é a mesma coisa. Por quê? Porque, quando se voltar a apreciar o assunto, a discussão já terá sido encerrada. Então, como é que se vai alterar e voltar a discutir?

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - Mas nós já encerramos a discussão!

O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO - Isso já aconteceu!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Há os destaques. Os destaques podem...

O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO - Sr. Presidente, só há uma solução: colocar em votação e fazer a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Há dois destaques. Esses destaques poderão ser aprovados, rejeitados ou poderão ser retirados, inclusive.

O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO - Exatamente, através da verificação. É o único jeito, regimentalmente.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Retirar de ofício é melhor, eu acho.

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - Sr. Presidente, para que não se abra um precedente perigoso na Casa, eu tenho uma sugestão. Como nós estamos em processo de votação, podemos votar o principal, ressaltando os destaques.

O Governo está, neste momento, falando sobre um dos pedidos de destaque. Não é sobre o inciso XXV, mas sobre o inciso XXVII, sobre algo que o Relator não acatou no parecer, uma proposta do Governo que não foi acatada no parecer. Não há como, neste momento, considerar aquilo que não foi acatado pelo parecer do Relator. A não ser que se apresente um pedido de destaque à emenda que tratava da proposta do Governo, e os destaques fiquem para a próxima semana, e se vote apenas o principal da matéria. Os pedidos de destaque ficariam para semana que vem. Caso contrário, como nós estamos em processo de votação, não há mais o que fazer.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Isso é perfeito, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO - Chamo a atenção também, Sr. Presidente, para o art. 40 da Resolução nº 1, de 1970, que diz:





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

“Art. 40. Não será admitido requerimento de adiamento de discussão, podendo, entretanto, ser adiada a votação, no máximo por 48 (quarenta e oito) horas, a requerimento de Líder, desde que não seja prejudicada a apreciação da matéria no prazo constitucional.”

Essa também é uma solução.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, essa talvez seja a solução.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Vamos votar o relatório, então, ressalvados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Não há acordo.

Assiste razão ao Senador Eduardo Braga, já foi encerrada a discussão, e estamos em processo de votação.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar, pela ordem.

O SR. SENADOR OTTO ALENCAR - Estava encerrada a discussão, já estávamos em votação.

Eu acho inadmissível que a interferência do Ministro do Planejamento possa causar essa celeuma toda aqui. Se ele discorda do que está sendo votado aqui, que apresente outra proposta. Eu acho inadmissível estarmos votando, encerrarmos a discussão, o Ministro telefonar, V.Exa. atender e outro Parlamentar atender para mudar o que está sendo votado aqui. Com essa interferência, esta Comissão deixa de integrar o Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Senador, a V.Exa. assiste razão.

Nós temos que nos restringir ao que cabe à Comissão de Orçamento neste momento, que é tão-somente votar o parecer do Deputado Covatti Filho, ressalvados os destaques, e votar em separado os destaques. Não há mais possibilidade de inserirmos nada no texto, nem de retirar aquilo que ainda não foi destacado.

Senador Eduardo Braga, pelo que eu entendi, o pleito do Governo é para que se considere outro texto, que não foi admitido pelo Relator nem está no destaque.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Porém, não haveria mais espaço para isso, neste momento, ou seja, o Governo pediu aos seus Líderes a intervenção tardiamente.

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - Em outro PLN ele apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Perfeito.

Então, nós vamos à votação.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Sr. Presidente, é mais tranquilo nós fazermos um destaque de preferência no plenário e fazermos a correção, se for o caso, depois de ouvirmos o Ministro do Planejamento. Então, já passamos o projeto de lei aqui na CMO e o corrigimos no plenário, se for o caso. Assim, não é preciso obstruir agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Perfeito, até mesmo porque já não há mais espaço para a discussão desse texto do projeto.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Exatamente. Aprovamos por acordo, sem verificação, Sr. Presidente. Se houver verificação, a sessão vai cair. Então, aprovamos por acordo aqui e corrigimos no plenário, com um destaque de preferência, depois de ouvirmos o Ministro do Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Acato a sugestão de V.Exa., Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Então, retornamos ao processo de votação.

O Relatório do Deputado Covatti Filho está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os dois destaques, o do Senador Wellington Fagundes e o do Deputado Claudio Cajado.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, é o substitutivo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - É o substitutivo.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade, ressalvados os destaques.

Passamos à votação do Destaque nº 1.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Vamos votar em globo os dois destaques, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Havendo concordância, passamos à votação em globo dos destaques, sendo os dois destaques supressivos. O primeiro deles é referente ao inciso XXV do art. 4º do substitutivo apresentado pelo Deputado Covatti Filho; o segundo, ao inciso XXXII do art. 4º.

Está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados em ambas as Casas, vai ao Plenário.

A Mesa me diz aqui que há uma errata com relação ao PPA 2016-2019. Está na Ordem do Dia a apreciação da errata. Solicito a atenção de V.Exas.

(O Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Pessoal, temos mais um item na pauta.

Senador Moka, Senador Braga, Deputado Daniel, temos mais um item na pauta. É apenas uma errata ao PPA. Vamos lá.

Srs. Parlamentares, o art. 152 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, estabelece que:

“Art. 152 O projeto de lei aprovado e enviado em autógrafo para a sanção do Presidente da República não poderá ser motivo de alteração, ressalvado o caso de correção de erro material, verificado exclusivamente no processamento das proposições apresentadas,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

formalmente autorizado pela CMO, por proposta do seu Presidente, justificando-se cada caso.”

Sendo assim, passaremos à apreciação da Nota Técnica Conjunta nº 1, de 2016-CONOF-CD/CONORF-SF, de 12 de fevereiro, que propõe correção de erros materiais verificados no processamento de atributos e programações constantes do autógrafo do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2016-2019 — Lei 13.249, de 2016. Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

A errata está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada em ambas as Casas, por unanimidade.

Antes de encerrarmos a reunião, tem a palavra o Deputado Daniel Vilela.

O SR. DEPUTADO DANIEL VILELA - Sr. Presidente, eu ia solicitar a V.Exa., como Líder dos Deputados do PMDB nesta Comissão, que fizesse aqui verbalmente a nossa indicação para a relatoria da receita. E gostaria aqui, neste momento em que V.Exa. preside, de assumir a função de Líder do PMDB. Solicito que V.Exa. faça constar a informação da ata desta reunião e encaminhe à Secretaria da Comissão essa designação de V.Exa., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - O Deputado Daniel Vilela é a escolha do Líder Baleia Rossi. S.Exa. foi indicado pelo PMDB.

Já despachamos isso com o Deputado Arthur Lira hoje, logo no início da sessão, para V.Exa. ocupar a relatoria e a Presidência do Comitê da Receita, Deputado Daniel.

O SR. DEPUTADO DANIEL VILELA - Agradeço, Presidente, inclusive a indicação de V.Exa. para ocupar essa função.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sergio Souza) - Obrigado, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vou encerrar os trabalhos. Antes, convoco reunião para a próxima quinta-feira, às 9h30min, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados, quando teremos uma audiência pública com a presença do Ministro da Fazenda.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

Correspondência dada como lida em 14.06.2016:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

- 1) Of. nº 725/2016/SGM/P, do 1º Vice-Presidente, Deputado Waldir Maranhão que encaminha o Relatório Final da “Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais”.
- 2) Of. nº 69/2016, do Deputado Junior Marreca, que solicita indicação do próprio Deputado para relatar o PLN nº 03/2016.
- 3) Of. nº 62/2016, do Deputado Cabo Daciolo, solicitando ajuste da emenda 30580021, uma vez que a beneficiária não atendeu os requisitos necessários para participar do pleito.
- 4) Of. nº 25/2016, do Deputado Pedro Fernandes, solicitando ajuste da emenda 35110012.
- 5) Of. s/nº, do Senador Wellington Fagundes, Relator da LDO 2017, solicitando realização de Audiência Pública com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão com o objetivo de discutir as prioridades e metas da LDO 2017.
- 6) Of. 94/2016, do Senador Wellington Fagundes, Relator da LDO 2017, solicitando ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão textos explicativos a respeito das metas para receita, despesa, resultado primário e nominal, e montante da dívida pública, nos termos do *art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, LRF*.

Expedientes com indicações para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:

- 1) Of. nº 69/2016, da Liderança do PPS, indicando o Deputado Alex Manente.
- 2) Of. nº 69/2016, da Liderança do PV, indicando a Deputada Leandre.
- 3) Of. nº 167/2016, da Liderança do Bloco PP/PTB/PSC, indicando o Deputado Nelson Meurer.
- 4) Of. nº 249/2016, da Liderança do PT, indicando o Deputado Assis Carvalho.
- 5) Of. nº 99/2016, da Liderança do PSB, indicando o Deputado Luciano Ducci.
- 6) Of. nº 11/2016, da Liderança do PT, indicando a Senadora Gleici Hoffmann.
- 7) Of. nº 158/2016, da Liderança do DEM, indicando o Dep. Cláudio Cajado.
- 8) Of. nº 77/2016, da Liderança do PROS, indicando o Dep. Ronaldo Fonseca.
- 9) Of. s/n /2016, da Liderança do PTN, indicando o Dep. Carlos Henrique Gaguim.
- 10) Of. nº 421/2016, da Liderança do Bloco PMDB/PEN, indicando o Dep. Sérgio Souza.
- 11) Of. nº 222/2016, da Liderança do PSD, indicando o Dep. Júlio César.
- 12) Of. nº 135/2016, da Liderança do PDT, indicando o Dep. Dagoberto.
- 13) Of. nº 222/2016, da Liderança do PSD, indicando o Dep. Júlio César.
- 14) Of. nº 35/2016, da Liderança do PDT, indicando o Senador Telmário Mota.
- 15) Of. nº 25/2016, da Liderança da REDE, indicando o Senador Randolfe Rodrigues.
- 16) Of. nº 18/2016, da Liderança do PR, indicando o Senador Wellington Fagundes.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- 17) Of. nº 60/2016, da Liderança do PTdoB, indicando o Dep. Luis Tibé.
- 18) Of. nº 68/2016, da Liderança do PEN, indicando o Dep. Walney Rocha.
- 19) Of. nº 27/2016, da Liderança do PPS, indicando o Senador Cristovam Buarque.
- 20) Of. nº 30/2016, da Liderança do PSDB, indicando o Senador Flexa Ribeiro.
- 21) Of. nº 5/2016, da Liderança do PSB, indicando a Senadora Lúcia Vânia.
- 22) Of. nº 1/2016, da Liderança do PSC, indicando o Senador Pedro Chaves.
- 23) Of. nº 3/2016, da Liderança do PTB, indicando o Senador Elmano Ferrer.
- 24) Of. nº 2/2016, da Liderança do PRB, indicando o Senador Eduardo Lopes.
- 25) Of. nº 1/2016, da Liderança do PSD, indicando o Senador Otto Alencar.
- 26) Of. nº 114/2016, da Liderança do PRB, indicando o Deputado Cleber Verde.

- Expediente encaminhando indicação para a Relatoria Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2017:

- 1) Ofício GLPMDB nº 101/2016, de 03 de junho de 2016, do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Eunício Oliveira, indicando o Senador Eduardo Braga (PMDB/AM).

Expedientes encaminhando indicações para as Relatorias Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2017:

- 1) Of. nº 114/2016, da Liderança do PDT, indicando o Deputado Dagoberto para Área Temática de Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas.
- 2) Of. nº 104 e 120/2016, da Liderança do PRB, indicando o Deputado Cleber Verde para Área Temática de Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas ou para Área de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário.
- 3) Of. sem nº, da Liderança do Bloco PTN, PTdoB e PSL, indicando o Deputado Ademir Camilo.
- 4) Of. nº 33/2016, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia, indicando o Senador Fernando Bezerra Coelho, para Área Temática Integração Nacional.
- 5) Of. nº 196/2016, da Liderança do Partido da República, indicando os Deputados Milton Monti e Ronaldo Fonseca.
- 6) Of. nº 175/2016, da Liderança do Democratas, indicando o Deputado Paulo Azi.
- 7) Of. nº 235/2016, da Liderança do PSD, indicando o Deputado Júlio Cesar para Área Temática Saúde.
- 8) Of. s/nº, da Liderança do Partido da República, indicando os Deputados Milton Monti para Área Temática Transporte e Lúcio Vale para Área Temática Integração Nacional, em vaga cedida por acordo pelo Partido Progressista.
- 9) Of. nº 033/2016, da Liderança do PSDB, indicando o Senador Flexa Ribeiro.
- 10) Of. nº 56/2016, da Liderança do PV, indicando a Deputada Leandre para uma das relatorias setoriais.
- 11) Of. nº 33/2016, da Liderança do Bloco Moderador, indicando o Senador Wellington Fagundes para uma das relatorias setoriais.
- 12) Of. nº 1/2016, da Liderança do PSD, indicando o Senador Otto Alencar.
- 13) Of. nº 512/2016, da Liderança do PMDB, indicando o Deputado Sérgio Souza para Área Temática Educação e Cultura.
- 14) Of. nº 101/2016, da Liderança do PMDB e da Maioria no Senado Federal, indicando o Senador Waldemir Moka para Área Temática Integração Nacional.

Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI):

- 1) Of. nº 104/2016, da Liderança do PRB, indicando o Deputado Cleber Verde.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Expedientes com indicações para integrar o Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE):

- 1) Of. nº 104/2016, da Liderança do PRB, indicando o Deputado Cleber Verde.
- 2) Of. nº 469/2016, da Liderança do Bloco PMDB/PEN, indicando o Deputado Marx Beltrão para integrar o Comitê.

Expedientes com indicações para integrar o Comitê de Avaliação da Receita (CAR):

- 1) Of. nº 470/2016, da Liderança do Bloco PMDB/PEN, indicando o Deputado Daniel Vilela para integrar o Comitê.
- 2) Of. nº 468/2016, da Liderança do Bloco PMDB/PEN, indicando o Deputado Daniel Vilela para exercer a função de Coordenador do Comitê.

Expedientes encaminhando justificativas de faltas às reuniões da Comissão DEFERIDA pelo Presidente:

- 1) Ofício nº 56/2016 de 1º de março de 2016, do Deputado João Arruda no período de 1º e 2 de março.
- 2) Ofício nº 27/2016 de 9 de junho de 2016, do gabinete da Deputada Tereza Cristina no período de 6 a 10/06/2016.

II) CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA EXTERNA:

- 1) Ofício n. 301/Presi/Funasa, do Presidente da Fundação Nacional de Saúde, Márcio Endles Lima Vale, que encaminha relação de municípios pré-selecionados para auxiliar no processo de elaboração orçamentária.
- 2) Ofício n. 56/2016, do Presidente da Câmara Municipal de Campinas, Rafa Zimbaldi, que encaminha cópia de Moção em razão do corte orçamentário perpetrado em face da Justiça do Trabalho no ano de 2016.
- 3) Ofício n. 88/2016, do Secretário-Geral Adjunto do CNMP, Wilson Rocha de Almeida Neto, encaminhando cópia da decisão plenária que apresentou decisão favorável à concessão de créditos adicionais solicitados pela Escola Superior do Ministério Público da União, pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e pelo Ministério Público Militar.
- 4) Ofício n. 34496/2016, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informando que comparecerá à Reunião de Audiência Pública para debater a LDO.

Expedientes Relatórios de Gestão Fiscal relativos ao 3º quadrimestre de 2015:

- Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 11ª.
- Conselho da Justiça Federal

Expedientes Relatórios de Gestão Fiscal relativos ao 1º quadrimestre de 2016:

- Tribunais Regionais Eleitorais: Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe.
- Tribunal Regional Federal: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Regiões.
- Tribunal Regional do Trabalho: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 7ª, 8ª, 10ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª, 16ª, 18ª, 19ª, 21ª, 23ª e 24ª Regiões.
- Superior Tribunal de Justiça, Presidência da República, Supremo Tribunal Federal, Câmara dos Deputados, Conselho Nacional de Justiça, Ministério Público da União, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral.

Avisos GP/TCU, de 21 de março de 2016:





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

1) Aviso nº 420/2016 (Acórdão 785/2016-TCU-Plenário): Encaminha determinações e recomendações através de Relatório de Auditoria de conformidade de dados de alguns dos módulos informatizados do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex).

2) Aviso nº 422/2016 (Acórdão 716/2016-TCU-Plenário): Levantamento no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e na Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), com o objetivo de efetuar diagnóstico sistêmico na cadeia de produção e de gestão de serviços eletrônicos, sistemas e tecnologia da informação da previdência social.

Avisos Seses/TCU, de 28 de março de 2016:

1) Aviso nº 238/2016 (Acórdão 651/2016-TCU-Plenário): auditoria operacional, realizada na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), destinada a avaliar os mecanismos adotados pela agência reguladora e agências conveniadas para fiscalizar a qualidade da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2016.

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Arthur Lira (PP/AL). Esta reunião foi convocada para ouvir o Senhor Ministro Interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Dyogo Oliveira, acerca do **Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017** - Projeto de Lei nº 2/2016-CN - que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências”, em atendimento ao *art. 84 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Arthur Lira, Assis Carvalho, Claudio Cajado, Duarte Nogueira, Leandre, Milton Monti, Rodrigo de Castro, Sergio Souza e Simão Sessim; - **Senadores titulares:** Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Otto Alencar, Romero Jucá e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Adelmo Carneiro Leão, Celso Maldaner, Covatti Filho, Daniel Vilela, Juscelino Filho, Nelson Marchezan Junior e Tereza Cristina; e - **Senadores suplentes:** Dalirio Beber e Regina Sousa. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Izalci. **ABERTURA:** às dez horas e quarenta e dois minutos o Presidente, Deputado Arthur Lira (PP/AL) declarou iniciada a reunião. Tomaram assento à Mesa de trabalhos o Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Dyogo Oliveira; o Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, Senador Wellington Fagundes (PR/MT); e o Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. George Alberto de Aguiar Soares. Logo após, para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente esclareceu que de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal*, o palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permitisse. E conforme o estipulado no *art. 398, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal*, os parlamentares inscritos para interpellar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Em prosseguimento, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate e transferiu a palavra ao Ministro Interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Dyogo Oliveira, que discorreu sobre o tema em apreço fazendo uso de projetor de multimídia. O Ministro informou que encaminharia à Comissão, antes da votação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária para 2017, Proposta de Revisão dos Parâmetros Macroeconômicos e das Metas Fiscais. Às onze horas e nove minutos, encerrada a apresentação, o Presidente passou a palavra ao Senador Wellington Fagundes (PR/MT), Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, que teceu comentários sobre o tema e fez questionamentos ao Ministro. Em seguida, o Presidente anunciou o início da discussão e propôs a divisão da lista de inscritos em grupos de parlamentares, sendo concedido 5 minutos para cada interpellador, e após a exposição de cada grupo, a palavra retornaria ao Ministro que responderia ao grupo de interpelladores. Em sequência, o Presidente deu início ao debate e concedeu a palavra ao primeiro grupo de participantes composto pelos Deputados Celso Maldaner (PMDB/SC), Leandre (PV/PR) e pelos Senadores Romero Jucá (PMDB/RR) e Wellington Fagundes (PR/MT). Logo após, o Presidente encerrou o primeiro grupo e passou a palavra ao Ministro que respondeu ao grupo de interpelladores. Foi assegurada réplica à Deputada Leandre (PV/PR). Às onze horas e cinquenta e nove minutos, o Presidente concedeu a palavra ao segundo grupo de debatedores do qual participaram os Deputados Duarte Nogueira (PSDB/SP), Assis Carvalho (PT/PI), Adelmo Carneiro Leão (PT/MG) e o Senador Eduardo Braga (PMDB/AM). O Presidente encerrou o segundo grupo e passou a palavra ao





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministro que respondeu aos questionamentos. Foi assegurada réplica ao Deputado Assis Carvalho (PT/PI). Continuando os trabalhos, o Presidente, Deputado Arthur Lira (PP/AL) alertou sobre o atraso no calendário do PLDO/2017 e anunciou a seguinte alteração do cronograma de tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017: - Realização de Audiências Públicas.....16/06/2016; - Apresentação do Relatório Preliminar perante a Comissão.....16/06/2016; - Apresentação de Emendas ao Relatório Preliminar.....17 e 20/06/2016 até às 18 horas; - Entrega do Relatório Preliminar com emendas.....20/06/2016, após às 18 horas; - Votação do Relatório Preliminar com Emendas pela Comissão.....21/06/2016; - Apresentação de Emendas ao Projeto de Lei (8 dias) 22 a 29/06/2016; - Publicação das Emendas.....04/07/2016; - Relatório do Relator 05/07/2016; - Discussão e Votação do Relatório e das Emendas.....06 a 12/07/2016; e - Encaminhamento do Parecer da Comissão à Mesa do CN 13/07/2016. Dando seguimento ao debate, o Presidente iniciou o terceiro grupo e concedeu a palavra à Senadora Regina Sousa (PT/PI) e aos Deputados Juscelino Filho (DEM/MA), Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) e Izalci (PSDB/DF). Encerrado o terceiro grupo, o Presidente passou a palavra ao Palestrante que prestou os devidos esclarecimentos. Foi assegurada réplica à Senadora Regina Sousa (PT/PI). Às treze horas e doze minutos, o Senador Wellington Fagundes (PR/MT) teceu agradecimentos pela vinda do Ministro à Comissão, agradeceu aos trabalhos prestados pelos consultores de orçamento e membros de sua assessoria, fez as ultimas indagações ao Ministro e informou que ao final daquela reunião, entregaria o **Relatório Preliminar ao Projeto de Lei nº 2/2016-CN**, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências”. Finalizando, o Presidente passou a palavra ao Palestrante para proceder às respostas e as considerações finais. O Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, respondeu aos últimos questionamentos e, concluiu a exposição agradecendo aos presentes e ao Presidente. **ENCERRAMENTO:** às treze horas e trinta e três minutos, o Presidente encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu a presença do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Dyogo Oliveira, do Secretário de Orçamento, da sua equipe técnica, e dos demais parlamentares presentes. E convocou realização de reunião ordinária, para o dia 21 de junho, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Robson Luiz Fialho Coutinho, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Arthur Lira, Presidente.**
XX

Em 16.06.2016.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Declaro iniciada a 2ª Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Sr. Dyogo Oliveira, o qual já se encontra à Mesa e prestará esclarecimentos acerca da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 — Projeto de Lei nº 2, de 2016, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de 2017 e dá outras providências, conforme dispõe o art. 84 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Além do Ministro, encontram-se à Mesa o Sr. George Alberto de Aguiar Soares, Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e o Senador Wellington Fagundes, Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá, a princípio, de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser apartado desde que o permita.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultada a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos.

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta.

Neste momento, concedo a palavra ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Sr. Dyogo Oliveira.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Bom dia, Srs. Senadores e Srs. Deputados membros da Comissão e senhoras e senhores aqui presentes. Em primeiro lugar, agradeço o convite da Comissão para participar desta audiência, com a finalidade de esclarecer questões relativas ao processo orçamentário e também ao tema principal desta Comissão, que é a gestão das contas públicas, das despesas e do orçamento. É sempre uma satisfação, um prazer, participar das reuniões no Congresso Nacional, em particular na Comissão Mista de Orçamento.

Acho que é sempre importante, em uma audiência desta relevância, nós nos lembrarmos do que estamos falando.

(Segue-se exibição de imagens.)

Todos conhecem esses números, mas é importante lembrar que nós estamos falando de uma despesa pública da União, que nós estamos estimando, em 2016, em um total 1 trilhão e 248 bilhões de reais.

Como é a composição dessa despesa?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Temos 21%, ou seja, 258 bilhões, que são referentes a despesas com pessoal, incluindo ativos e inativos da União, sentenças judiciais e precatórios e os repasses para o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Também temos 612 bilhões, que se referem aos benefícios previdenciários da assistência social, abono e seguro desemprego, conforme o quadro demonstra.

Então, apenas os benefícios da previdência correspondem a 503 bilhões de reais. Ou seja, esse conjunto corresponde a quase 50% da despesa total da União.

Considerando, além desses benefícios, os inativos da União, nós temos quase 60% da despesa da União com benefícios previdenciários, pagamentos de inativos do setor público, benefícios assistenciais e abono e seguro-desemprego. Essa é uma característica importante. Acho que todos nós temos que ter sempre em mente como é composta a despesa pública.

As outras despesas da União respondem, então, por 30% do total, da seguinte forma: complementação do FUNDEB — Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação: 12,5 bilhões; desonerações da folha de pagamentos: 18 bilhões; pagamento da Lei Kandir: 5,8 bilhões; subsídios e subvenções: 30 bilhões. E temos 309 bilhões, ou seja, 25%, para todas as demais despesas.

Não foi possível incluir precisamente algumas informações que vou destacar em linhas gerais: a despesa com saúde, que, exceto a com pessoal, monta a quase 100 bilhões; a despesa com educação, que, se não me engano, seria alguma coisa em torno de 35 bilhões; e a despesa com investimentos da União, que será próxima a 40 bilhões. Ou seja, de toda a despesa da União, apenas 5%, até um pouquinho menos de 5%, estão reservados para investimento.

Então, essas são características importantes, que nós devemos sempre ter em mente quando estamos discutindo a composição do gasto público.

Outra característica muito importante da despesa pública no Brasil é a elevada rigidez orçamentária. Das despesas presentes no Orçamento, 91,7% estão enrijecidas. São despesas em que não há espaço para gerenciamento, elas já estão pré-determinadas por mandamento constitucional ou por mandamento legal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Wellington Fagundes) - Sr. Ministro, quero avisar que já está sendo impressa a apresentação de V.Exa. Em poucos minutos, será entregue a todos.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Bom, então essa é outra característica importante que temos que ter em mente. A bem da verdade, a meu ver, deveríamos também nos esforçar para reduzir essa rigidez.

Olhando em perspectiva histórica, nós vemos outra característica muito relevante a respeito da despesa pública. Nós tivemos, entre 1997 e 2016, independentemente do ciclo político, independentemente do ciclo econômico, independentemente de quaisquer eventos econômicos, sociais ou políticos, uma tendência contínua e irreversível de crescimento da despesa em relação ao total do Produto Interno Bruto — PIB da União. Nós tivemos, de 1997 a 2016, um aumento equivalente a 6 pontos percentuais do PIB. A despesa, portanto, saiu de 14% do PIB para mais de 20%. Essa é a estimativa deste ano.

Trazendo isso a valores presentes, 6% do PIB, em 2016, correspondem a 380 bilhões de reais. Ou seja, esse crescimento incontido, continuado, permanente da despesa se mostra de difícil financiamento. A sociedade não tem capacidade de gerar os recursos necessários para que o Estado financie um crescimento continuado da despesa.

É preciso que nós adotemos ações e medidas não só para reverter esse processo de crescimento, mas principalmente para dar maior qualidade da composição e do uso dos recursos públicos no Brasil.

Nesse sentido, portanto, é que no dia de ontem foi apresentada uma proposta de emenda constitucional que visa estabelecer uma regra, um limite para o crescimento da despesa, mantendo ele atrelado à inflação realizada no período.

A proposta apresentada propõe que, durante os próximos 20 anos, a partir de 2017, se aplique a todos os Poderes: Legislativo, Judiciário, União, Ministério Público, uma limitação desse crescimento pela inflação, em particular pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA.

Também está previsto ali que a partir do décimo ano isso poderia ser objeto de revisão pelo Congresso Nacional. A saúde e a educação também seguiriam essa regra durante esse , e, havendo descumprimento dessa regra, haveria então uma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

série de restrições para aumento de despesa, contratação de pessoal, reajustes, nomeação de cargos de livre provimento, etc. Então, haveria uma série de restrições.

Essa proposta foi apresentada ontem ao Congresso Nacional, virá ao debate, e nós não poderíamos perder a oportunidade hoje aqui de explicar um pouco para os senhores como é essa proposta, principalmente as raízes, as motivações que levaram a ela, que é essa tendência contínua e irreversível de crescimento das despesas.

Voltando aqui ao tema básico da discussão, que é o PLDO de 2017— Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, quero destacar, apenas para lembrança, pois todos aqui conhecem isto muito bem, que a LDO está prevista na Constituição Federal como instrumento de estabelecimento das metas fiscais, estabelecimento das prioridades e metas da administração pública, a definição das diretrizes para elaboração do Orçamento e também as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos e benefícios aos servidores.

Portanto, o PLDO que nós enviamos ao Congresso Nacional, para 2017, previu parâmetros macroeconômicos que à época, digamos, estavam ajustados ao mercado e ainda hoje estão próximos aos padrões de mercados, mas já ensejam algum nível de revisão.

Eu até havia pedido ao Presidente que nós fizéssemos esta audiência um pouco mais para o final do mês, para que nós tivéssemos tempo de trazer aqui hoje essa revisão. Entretanto, como pela agenda não foi possível, eu queria dizer que nós traremos, em tempo ainda de que seja cumprido o prazo de votação da LDO, uma proposta de revisão não só dos parâmetros macroeconômicos, conforme apresentados nesta tela, mas também das metas fiscais apresentadas a seguir.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias veio com a indicação de um resultado primário do setor público de 6,7 bilhões de reais, sendo zero para o Governo Central, e esses 6,7 bilhões seriam, então, relativos ao resultado de Estados e Municípios. Todos nós temos conhecimento de que os Estados estão em discussão com a União, com um processo de renegociação de dívidas, que terá impactos sobre esse número. E assim também a atualização das projeções que nós





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

já fizemos para este ano de 2016, em relação ao Governo Central, também terão impacto sobre as projeções para 2017.

Portanto, nós teremos que fazer essa revisão e inclusive já estamos trabalhando nisso. Tivemos que nos dedicar, nos últimos 10, 15 dias, mais detidamente a essa proposta de emenda constitucional, o que não nos permitiu já trazer hoje aqui uma proposta de revisão dos parâmetros. Eu peço sinceras desculpas aos senhores, mas me comprometo a enviar em tempo hábil a proposta de revisão, para que nós possamos dar seguimento à discussão e à votação da LDO.

Pois bem, o projeto de LDO trata também de diversas outras matérias.

Eu passarei a apresentar essas outras matérias que estão presentes na proposta enviada, que será objeto do debate com os Srs. Parlamentares.

Em primeiro lugar, em relação às prioridades e metas para 2017, a proposta estabelece o programa de investimentos, o PAC, como sendo uma das prioridades. Dentro disso, está o Programa Minha Casa, Minha Vida; a construção de Unidades Básicas de Saúde; a construção de creches e as obras de manutenção rodoviária. O Programa Brasil sem Miséria, em particular o Bolsa Família, e as ações de assistência social também fazem parte das prioridades definidas no PLDO para o ano de 2017.

Em relação à proposta orçamentária dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, recomenda-se que sejam adotados, como parâmetros para elaboração da proposta orçamentária de 2017, os mesmos montantes que foram enviados em 2015 como proposta da Lei Orçamentária de 2016. Então, para os demais Poderes a proposta do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2016, o PLOA de 2016, seria repetida no PLOA de 2017. Isso se faz em virtude, é claro, dos cortes que houve nos orçamentos dos demais Poderes e na LOA de 2016. Nesse caso, repetindo os valores de 2016, nós atenderíamos às demandas mínimas de funcionamento dos Poderes.

Em relação ao que nós técnicos chamamos de “antevigência” — mas eu diria à população comum que é a regra de funcionamento caso a LOA não seja aprovada, que também é um dispositivo obrigatório na LDO —, estamos propondo que seja mantida a regra geral: a execução de um doze avos da despesa corrente. Além





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

disso, estamos solicitando na verdade uma proposta que o Executivo sempre faz: que também seja permitida a execução de um doze avos das despesas de capital. Isso é importante porque muitas obras estão em andamento. E isso não quer dizer que tenhamos a expectativa de que a LOA não seja aprovada, mas isso pode ocorrer. E, caso ocorra, é importante que haja a continuidade não só das despesas de capital, mas também das despesas correntes, para que as obras em andamento possam ter sequência.

No caso dos pagamentos e anuidades de organismos internacionais, no caso de financiamento imobiliário aos servidores civis e militares das Forças Armadas, no caso de financiamento ao setor cafeeiro com recursos do FUNCAFÉ — esse fundo é constituído com recursos do próprio setor —, o PLDO enviado também prevê que não haja restrição e que a execução das despesas possa ter continuidade. E assim também o subtítulo de projetos em andamento.

Então, esse é, em resumo, o que se propõe em termos de regra de funcionamento para o caso de não ser aprovada a Lei Orçamentária Anual até o final deste ano. Não é o que esperamos que aconteça, mas, evidentemente, temos que estar preparados para isso.

Em relação às alterações orçamentárias e à delegação para abertura de créditos para 2017, o que nós estamos propondo é que seja permitida também a alteração de grupo de despesa. Depois do advento das emendas individuais, um ponto relevante a se comentar, Sr. Presidente, é o seguinte: as emendas individuais têm aquele mecanismo da verificação de impedimento de ordem técnica. E nós temos verificado muitas emendas que são colocadas como custeio, e, na verdade, deveriam ser como capital; outras são colocadas como capital, e, na verdade, deveriam ser como custeio.

Então, seria importante que, nesta próxima LDO, nós permitíssemos, ao longo da execução, a possibilidade de fazer a troca, porque, na falta dessa possibilidade, nós acabamos tendo que decretar impedimento técnico, e aí a emenda atrasa a execução, tem que voltar para o Congresso para fazer uma realocação, etc. Isso tem prejudicado muito a execução das emendas. E assim também ocorre com outras despesas do Governo. Às vezes nós também precisamos alterar a indicação





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de um programa. O que era previsto como despesa de custeio, muitas vezes se quer transformar em investimento, e isso se torna uma dificuldade.

Em relação ao PAC, nós estamos também solicitando autorização para que seja possível a inclusão ou exclusão de programações no PAC. Isso já esteve presente em outras versões, mas no ano passado foi excluído. Esse é um instrumento muito importante de gestão, porque muitas obras acabam não andando. Ocorrem atrasos no cronograma, ocorrem atrasos na execução, existe dificuldade de implementação, e o recurso fica parado, fica travado, e nós não conseguimos avançar na execução.

Isso também foi objeto do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2016, que foi discutido na semana passada. Eu sei que já houve essa discussão, mas acho que é importante trazer novos elementos, insistir com os senhores sobre a importância disso na gestão da melhor aplicação do recurso. Não adianta o recurso ficar parado, ficar preso em uma obra que não anda. Isso não resolve. Fica-se sem capacidade de implementar uma obra emergencial, importante, e que tem possibilidade de avançar. Não se pode fazer isso, porque o recurso está travado em outra obra.

Outra alteração é a delegação de competência ao Ministro do Planejamento para abrir créditos autorizados na LOA e para reabrir créditos especiais e extraordinários autorizados pelo Congresso nos últimos 4 meses e que, quando virou o ano, não tenha sido executado. Tradicionalmente, já há esse dispositivo de que ele pode ser reaberto. Então, isso poderia ser mantido — não é novidade —, e assim também os créditos autorizados. Evidentemente que nós não estamos falando sobre ampliar créditos, nós estamos falando daqueles créditos que são previstos na própria LOA. No art. 4º, há as previsões do que pode ser feito a título de abertura de crédito. É sobre isso que nós estamos falando, e não é nenhuma grande novidade.

Em relação às regras para pessoal, o que nós estamos propondo é que, em 2017, seja vedada a admissão de novos servidores. Ou seja, permanece a regra deste ano, e não haverá a realização de novos concursos em 2017, exceto em relação aos seguintes casos: para FCDF — Fundo Constitucional do Distrito Federal, que é o Distrito Federal que administra; para substituição de servidores terceirizados, em que não há aumento do número de servidores, é apenas uma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

substituição; para ingresso nas Forças Armadas, evidentemente; para os concursos em andamento, que seriam continuados, pois não seriam novos concursos; e também para o caso da Defensoria Pública, uma vez que é um órgão com autonomia.

Ainda com respeito às despesas com pessoal, nós estamos propondo que seja vedada a correção dos benefícios aos servidores — como auxílio-alimentação, auxílio-creche, auxílio plano de saúde, etc. — daqueles Poderes em que o valor já seja acima da média. Então, quem já está recebendo benefícios acima da média não poderia ter reajuste de benefício.

Estamos estabelecendo que o encaminhamento de eventuais projetos que tratem de reajustes para 2017 deverá ser feito até o dia 21 de agosto, o que também é uma regra tradicional. Também estamos estabelecendo que os limites para aumento de pessoal sejam proporcionais entre os Poderes, ou seja, se a folha total vai aumentar 10%, cada Poder só pode aumentar 10%, de modo que haja uma proporcionalidade e que não haja ampliação de um Poder em relação a outro. Ainda mais, as despesas de pessoal devem estar previstas, evidentemente, num anexo específico da LOA. Isso já é uma regra tradicional, não há nenhuma novidade. Trata-se do famoso Anexo V, onde são previstas todas as alterações que implicam aumento de despesa.

Dentre as vedações, estamos mantendo a vedação de concessão de diárias acima de 700 reais. Acho que essa regra já está também em 2016. Os valores praticados em alguns poderes são bem inferiores a isso. No Poder Executivo, se não me engano, é bem abaixo disso. Seria também mantida a vedação para aquisição de passagens em primeira classe em todos os Poderes e a vedação para concessão de auxílio-moradia no âmbito da União.

Eu diria, de maneira resumida, que essas são as principais disciplinas que nós estamos propondo no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017. Mais uma vez, reafirmo o nosso compromisso de trazer, em tempo hábil, as alterações que precisamos propor em relação aos parâmetros macroeconômicos e em relação à meta fiscal para 2017.

Muito obrigado, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Agradeço ao Ministro Dyogo Oliveira pela explanação.

Passo a palavra ao Relator-Geral do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, o Senador Wellington Fagundes.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira; Sr. Ministro Interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira; Sras. e Srs. Parlamentares, demais presentes, foi com grande satisfação que recebi do Presidente desta Comissão a função de relatar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017. Agradeço a confiança.

Antes de adentrar especificamente o que estamos propondo, é preciso ressaltar, com toda clareza, a enorme preocupação do Legislativo e da sociedade com a atual crise econômica do País. Essa crise que atinge a todos, sem distinção. Independentemente da camada social, todos estão sofrendo os efeitos deste momento, que seguramente é ímpar, já que pela primeira vez estamos enfrentando duas crises conjugadas: a crise política, que agrava a crise econômica.

Diante disso, a Nação espera de nós Parlamentares que lancemos mão de todos os instrumentos, de todas as ferramentas que estiverem ao nosso alcance, para a superação dessas crises e para a recuperação do emprego, da renda e do crescimento econômico.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é um desses instrumentos!

Não há dúvida de que as dificuldades fiscais têm tido um papel significativo na atual crise do País. Nos últimos exercícios, como lembrei recentemente em pronunciamento da tribuna do plenário do Senado, mal sendo aprovada a LDO, este Congresso Nacional já recebe projetos para sua alteração, em especial no que se refere à meta fiscal.

Tais cenários só contribuem, cada vez mais, para a visão do Orçamento público como “peça de ficção”, calcado em projeções irrealistas de receitas e despesas. Essa situação gera contínua e profunda tensão na sociedade, que fica sem saber quais serviços públicos a União será efetivamente capaz de prover e como será a política fiscal do Governo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A execução das políticas públicas, que já enfrenta toda a sorte de dificuldades, torna-se ainda mais difícil nessa conjuntura. O gestor público não sabe com quais recursos poderá contar; a população não sabe que direitos e serviços poderá usufruir; empresas não sabem se obras e contratos serão pagos. Aliás, essa é a grande preocupação nas cidades menores, que têm obras pequenas, onde os contratos são feitos muitas vezes na honra, envolvendo até a pessoa física do Prefeito. Assina-se o convênio, começa-se a obra. E fica lá o prejuízo, com obras inacabadas. São milhares de casos no País.

Também os agentes econômicos não sabem qual será o resultado fiscal nem a trajetória do cenário econômico.

Nada pode ser mais representativo dessa situação do que o que acabou de ocorrer em relação ao exercício de 2016. O PLDO para 2016, recebido em abril do ano passado, previa uma meta de superávit primário de R\$ 104 bilhões e 600 milhões para a União.

Depois de vários ajustes ao longo da tramitação no Congresso Nacional, a lei foi aprovada em dezembro passado com uma meta de R\$ 24 bilhões. Em março deste ano, menos de 3 meses após a aprovação da lei — bastante atrasado esse tempo, inclusive —, recebemos aqui o PLN nº 1, de 2016, reduzindo a meta primária para até um déficit de R\$ 96,6 bilhões. Por final, a alteração aprovada foi de um déficit de R\$ 170 bilhões. Isso significa uma incrível diferença de R\$ 275 bilhões entre a proposta inicial e a atualmente em vigor.

Não é possível creditar uma diferença de tamanha magnitude unicamente à variação dos parâmetros econômicos. É preciso reconhecer que a forma de elaboração do Orçamento público tem, sim, apresentado muitas deficiências.

Tal situação não pode perdurar. Tenho dito e defendido que é preciso resgatar a respeitabilidade do Orçamento público, aprimorando os princípios e técnicas para sua elaboração. Sempre foi necessária, mas agora considero que seja imperiosa a elaboração de um Orçamento que apresente números confiáveis e representativos da realidade financeira do País, especialmente em termos de arrecadação.

É preciso, também, garantir que o Orçamento esteja efetivamente alinhado às exigências constitucionais, dentre elas está a sua função de reduzir desigualdades





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

inter-regionais. Considero, aliás, esse ponto como sendo um dos mais essenciais neste momento da vida nacional, em que o cidadão, lá nos Municípios, anseia por mais e melhores serviços em retribuição aos impostos que recolhe.

A Lei Orçamentária, que virá depois de aprovada a LDO — assim esperamos, e a nossa pretensão é já estar apresentando o nosso relatório, o que já combinamos aqui com o Presidente —, é reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal como a mais importante depois da Constituição. Mas, como sabemos, na prática não tem funcionado dessa forma.

A prerrogativa de aprovar todas as despesas públicas é uma conquista histórica que está na origem dos modernos Parlamentos. Quero, assim, incorporar a esta fala uma observação do Juiz José Maurício Conti, professor de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo, que remete ao Poder Legislativo o papel de dar a palavra final nessa construção da peça orçamentária.

De antemão, adianto que isso é o que pretendemos fazer!

A Comissão Mista de Orçamento é, a rigor, o foro de discussão apropriado para as decisões sobre a adequada alocação dos recursos públicos, com a definição das políticas públicas, programas e ações governamentais que serão efetivamente realizados. Queremos aperfeiçoar essa dinâmica, até porque está cada vez mais claro para a sociedade que a participação do Congresso no Orçamento aumenta a transparência dos gastos públicos, impedindo eventuais excessos por parte dos governantes.

Assim, conclamo os colegas Parlamentares para atuarmos na construção, a partir deste projeto ora em discussão, de uma Lei de Diretrizes Orçamentárias inovadora, moralizadora, capaz de corrigir erros do passado e apontar novos caminhos para as finanças públicas e para o retorno do progresso econômico. É o que a sociedade toda espera de nós!

Nesse sentido, gostaria de levantar as seguintes questões ao nosso convidado, o ilustre Ministro.

Ministro, V.Exa. até já antecipou algumas respostas, mas vou repetir a questão, porque alguns Parlamentares chegaram agora. V.Exa. pode até repetir.

Primeiro, gostaria de respostas sobre as metas fiscais do Governo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O PLDO de 2017, enviado ainda pela administração anterior, prevê meta de resultado primário de zero para a União, o que inclusive é mantido, podendo ser reduzido para um déficit primário de até R\$ 65 bilhões, para atendimento a despesas do PAC e em decorrência de frustração de receitas primárias.

As projeções de mercado coletadas pelo sistema Prisma Fiscal, mantido pelo Ministério da Fazenda, estimam um déficit primário de R\$ 92 bilhões para 2017.

Perguntas:

A meta de resultado primário já foi revisada? Será alterada? Em caso positivo, quando será encaminhada ao Congresso? Caso seja diferente das projeções de mercado, quais as justificativas para tal?

Emendas de bancada impositivas.

Eu queria chamar bastante a atenção de todos para isto. No ano passado, a relatoria da LDO incluiu a obrigatoriedade de execução das programações incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual identificadas no anexo de prioridades e metas, sendo uma emenda por bancada. O montante destinado para tais programações foi previsto em 0,6% da receita corrente líquida realizada no exercício de 2015. Lembro que a obrigatoriedade foi definida para obras e empreendimentos de caráter estruturante, em andamento ou com projeto executivo aprovado.

No entanto, nossos levantamentos apontam que, até 30 de maio de 2016, apenas 9 das 27 programações impositivas tinham algum valor empenhado — algum valor empenhado! —, e apenas 2 tinham algum valor pago.

Perguntas:

Por que a execução dessas emendas tem sido tão morosa? Como a execução dessas emendas pode ser agilizada? Que regras a LDO poderá conter para eliminar os empecilhos enfrentados, tanto pelo Governo Federal, quanto pelos Governos Estaduais e Municipais?

Ontem, na reunião de Líderes, com o Presidente, eu chamei a atenção exatamente para o fato de que nós temos hoje um volume muito grande de obras inacabadas, mas também temos muitos recursos repassados ao Governo do Estado e aos Governos dos Municípios. Temos convênios aos quais foram repassados recursos, e as obras não puderam ser nem iniciadas. Só no meu Estado, em três





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

obras, nós temos aproximadamente 300 milhões de reais — são duas obras do Ministério dos Transportes e uma do Ministério da Educação, que é de um hospital universitário. Estão lá os recursos disponíveis há mais 3 anos, e não se consegue utilizá-los.

Emendas individuais impositivas.

O orçamento impositivo das emendas individuais encontra-se vigente desde 2014, primeiramente por intermédio da LDO para aquele ano, e depois pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015. Ele estabelece a obrigatoriedade de empenho e de pagamento das programações incluídas por emendas individuais no montante de 1,2% da Receita Corrente Líquida.

No entanto, a realidade do orçamento impositivo tem sido decepcionante para o Parlamento. Nem mesmo a força da Constituição tem sido suficiente para garantir que a decisão dos Congressistas seja materializada no Orçamento público.

Em 2014, do montante de R\$ 7 bilhões, já descontado o contingenciamento, apenas R\$ 6,2 bilhões foram empenhados e somente R\$ 146 milhões foram pagos, ou seja, 2,3% do valor empenhado.

Em 2015, tivemos um cenário ainda mais dramático. Uma autorização inicial de R\$ 9,7 bilhões foi reduzida a apenas R\$ 4,6 bilhões pelos recálculos e contingenciamentos. Desse valor, apenas R\$ 3,4 bilhões foram empenhados, e ínfimos R\$ 45 milhões foram pagos. Vou repetir: desse valor, apenas R\$ 3,4 bilhões foram empenhados, e ínfimos R\$ 45 milhões foram pagos. Quase todos os desembolsos foram relativos a restos a pagar.

Perguntas:

Diante desses números, deseja-se saber quais as justificativas do ponto de vista técnico e legal para as diferenças apontadas no montante de empenho e, principalmente, no montante de pagamento das emendas individuais. Como aumentar a eficiência na execução dessas emendas?

Com vistas a dirimir uma série de dúvidas da execução do orçamento impositivo, o Congresso Nacional inseriu, na LDO 2016, uma seção própria de disposições que garantem uma interpretação harmonizadora e que não frustre a finalidade da Emenda nº 86, de 2015.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Diante disso, e lembrando que o tema não pode ser regulamentado diretamente por decreto, por que, no PLDO 2017, foram totalmente excluídas tais disposições?

Transferências a entidades privadas.

Recentemente, houve a entrada em vigor do chamado Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, a Lei nº 13.019, de 2014. Essa lei permanente, válida para todas as esferas da Federação, instituiu normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

O PLDO 2017 inova ao prever, em seu art. 63, a não aplicação de suas próprias disposições sobre transferências ao setor privado às transferências realizadas por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, previstos no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

Perguntas:

Quais os motivos da inclusão desse dispositivo no projeto? Não seria pertinente manter a aplicação das disposições da LDO sobre as transferências financeiras ao setor privado também às transferências realizadas por intermédio de termo de colaboração ou de fomento?

Em sua opinião, Sr. Ministro, é possível a coexistência das disposições da LDO, instrumento normativo anual que regulamenta questões financeiro-orçamentárias, e do Marco Regulatório, legislação permanente que modela a formalização da parceria entre a administração pública e as organizações sociais?

Finalmente, é claro que também queremos observar essa emenda constitucional que foi enviada agora, que define os limites das despesas em 20 anos, como V.Exa. colocou, com previsão de revisão em 10 anos. Entendo que ela vem atender àquilo que nós estamos dizendo no sentido de não só modelar, mas também de dar um rumo à questão orçamentária. Portanto, nós olhamos isso de forma bastante positiva.

Queremos salientar, como V.Exa. também colocou aqui — e até justificando e dizendo que nós concordamos —, que talvez não fosse nem possível já trazer aqui





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

as novas metas. Nós já conversamos com Presidente. O que pretendemos é apresentar o relatório para que o Presidente defina a abertura dos prazos.

Será um relatório preliminar. Aquilo que foi definido no ano passado, nós praticamente queremos manter agora no relatório preliminar, para que depois possamos, ao longo do tempo, ainda antes da aprovação final, fazer as alterações necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Agradecemos a explanação ao Relator, o Senador Wellington Fagundes.

O debate está iniciado. Vamos dar início à discussão.

Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, a proposta é a de que nós a façamos em grupos de três Parlamentares. Os três Parlamentares são chamados, fazem os questionamentos, as explicações, o Ministro as responde em seguida, e, assim, passamos para outro grupo de mais três. Está certo?

Vamos dar início à discussão com o primeiro Deputado inscrito, o Deputado Celso Maldaner. Por favor, V.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER - Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, quero cumprimentar o nosso Ministro do Planejamento Dyogo Oliveira, o Sr. George Alberto Soares, Secretário de Orçamento Federal, o Senador Wellington Fagundes, os colegas Parlamentares, Senadores, principalmente, e Deputados que fazem parte desta Comissão Mista.

Em primeiro lugar, quero agradecer a sua presença aqui, Ministro, que acho importante para iniciarmos os debates neste momento que estamos atravessando agora, com muitas dificuldades. Tem-se demonstrado a governabilidade ao menos aqui na Câmara, onde o Governo hoje conta com praticamente dois terços dos Parlamentares. Isso está bem encaminhado, pois dois terços dos Parlamentares estão votando projetos importantes, frente aos problemas que estamos enfrentando no dia a dia. Também acredito que agora, pela meta fiscal que foi aprovada de 170,5 bilhões de déficit, o Governo possa trabalhar com mais tranquilidade e planejar melhor as ações, principalmente no decorrer deste ano.

O nosso Deputado Wellington já fez diversas perguntas, que eu considero muito importantes, sempre preocupado, claro, pois neste momento temos um déficit previsto muito grande para este ano ainda. Mas, quem sabe, a partir de 2017,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

voltemos à política macroeconômica. A previsão é a de que o crescimento do PIB será de 1%; segundo Henrique Meirelles, será de 2%. Se não houver o crescimento do PIB, infelizmente não poderemos pensar principalmente no superávit primário. Não sei se seria aquela macroeconomia que havia desde Fernando Henrique Cardoso, antes com o Itamar Franco: crescimento do PIB, superávit primário, e controle da inflação. Acho que essa é a grande preocupação que nós temos que ter em mente.

E quero dizer que, pela exposição que foi feita, e que é do conhecimento de todos, praticamente 91,7% do Orçamento da União encontra-se... É a dificuldade que há hoje nos âmbitos Municipal e Estadual não é diferente. Estamos enfrentando essa crise com aumento de despesa, aumentando, conforme demonstrado aqui, de 1997 a 2016, de 14% a 20,14% do PIB. Não é diferente nos Estados e não é diferente dos Municípios. Então, eu acho que a União tem que dar o exemplo, tem que tomar alguma decisão.

Então, eu acho que essa PEC sobre o limite para o crescimento dos gastos infelizmente é uma realidade que temos que enfrentar. E o Congresso Nacional vai ter que dar sua contribuição e sua parcela de sacrifício, para colocarmos o trem nos trilhos. E não sei se também, junto com essa PEC, está prevista a questão do teto para todos os Poderes. Não sei se isso está incluído nessa PEC ou se vai ser discutido à parte. Eu acho que está na hora de o Congresso Nacional pensar um teto para todos os Poderes. Eu acho que é fundamental.

Esta é a nossa realidade hoje: os Municípios estão com 50% da folha comprometidos, mal e mal sobra para os custeios. Nos Estados, não é diferente. Se não vier uma carência... Não sei se está prevista a carência de até 24 meses que os Estado estão pedindo, pois estão com muita dificuldade.

Nós esperamos conseguir passar por este momento de dificuldades em que nos encontramos e que possamos injetar recursos, tanto de investidores nacionais como dos internacionais. Quem sabe devamos acreditar nesse programa de Parceria Público-Privada, sei lá. Nós temos de encontrar uma maneira, porque, pelo Orçamento que eu vejo aqui, praticamente só dá para a manutenção. E, das prioridades, o Programa Minha Casa, Minha Vida é fundamental. Particularmente eu me preocupo também com o programa da habitação rural, cuja continuidade eu





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

gostaria de saber se está prevista, porque a habitação rural evita muito o êxodo rural, segura o agricultor no meio rural. Eu acho que é muito importante.

Então, das metas que foram colocadas aqui, praticamente só houve a manutenção de rodovias. E agora nós temos que acreditar em novos investimentos, através de Parceria Público-Privada, para darmos continuidade aos trabalhos e pensarmos em novas metas para 2017.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Celso Maldaner.

O próximo inscrito era o Deputado Leonardo Quintão, que não se encontra no momento.

Seguindo a ordem, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente Arthur Lira, Sr. Relator da LDO, o Senador Wellington Fagundes, quero cumprimentar o Ministro do Planejamento Dyogo Oliveira, também o Sr. Jorge Soares, Diretor da SOF, Secretaria que cuida da confecção do Orçamento, e dizer que eu não vou fazer perguntas. Vou fazer apenas algumas observações.

Primeiro, quero dizer que, historicamente, esta Comissão de Orçamento, ao longo dos últimos 10 anos, tem-se debatido aqui com uma luta entre a verdade e a ficção. Todos os anos, no final de cada ano, esta Comissão tem que se debruçar para mudar, por exemplo, a meta de superávit para déficit ou diminuir a meta de superávit. Dos últimos 7 anos, em 5 anos, ao apagar das luzes da Comissão de Orçamento e do Congresso Nacional, nós tivemos que ter embates aqui na Comissão e no plenário do Congresso, para que os ajustes com a realidade dos números fossem feitos.

Hoje nós temos um novo Governo, ainda um Governo provisório, que já demonstra efetivamente outro tipo de visão e de postura para com a realidade da economia, do orçamento e das finanças públicas. Nós tivemos a condição, já alguns dias atrás, de apresentar e aprovar no plenário do Congresso uma nova mudança de posicionamento governamental, ao definir que o déficit para este ano será de mais de 170 bilhões de reais, um número verdadeiro. Não um número que deve ser





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

buscado, mas um número que deve sinalizar a dificuldade expressa na realidade econômica e financeira do Estado brasileiro.

É claro que todos os esforços do Ministério do Planejamento, dos técnicos do Ministério da Fazenda, de todos os Ministérios do Presidente Michel Temer, serão no sentido de que esse déficit seja o menor possível. Mas nós não podemos ter a irresponsabilidade de sinalizar ao País um horizonte que não seja um horizonte previsível.

Os pilares da segurança jurídica, da credibilidade do Governo e da previsibilidade da economia passam pela postura inicial dos gastos públicos. É claro que isso só não basta, mas é muito importante que esses números sejam números verdadeiros e críveis, e que o mercado, os setores e os investidores possam olhá-los e ver não a dificuldade momentânea do déficit ou do número, mas ver que o Governo está dizendo a verdade. Esta é a primeira questão necessária para se mudar uma situação de crise: reconhecer a realidade e encará-la como a verdade que existe a ser enfrentada.

O Senador Wellington Fagundes e o Ministro Dyogo têm uma tarefa muito grande em poucos dias, que é exatamente reconstruir a proposta da LDO 2017. E, conforme disse aqui o Ministro Dyogo, essa proposta tem que levar em conta duas questões, aliás, três questões fundamentais.

A primeira é o possível déficit que nós apuramos de 170 bilhões de reais. E não me venham dizer amanhã que se vai sair de um déficit de 170 bilhões num ano para um superávit ou um déficit zero em outro ano. Não é mágica! Isto não é possível construir.

A segunda é o limitador de gastos, que corajosamente o Presidente Michel Temer encaminhou a esta Casa, uma medida que é uma primeira ação que será complementada por outras proposições que serão discutidas aqui no Congresso. Porque no Congresso existe vida inteligente. E propostas vão contribuir com ações que possam melhorar as condições não só de aprovação dessa proposta, mas de construção de mecanismos que efetivamente contribuam para a melhoria da qualidade e da quantidade dos gastos públicos.

Quero aqui ressaltar na apresentação do Ministro Dyogo um dado muito importante e que pode, de certa forma, ser utilizado como sofisma para tentar





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

atrapalhar a modelagem de uma nova proposta de responsabilidade fiscal: os gastos com educação e com saúde, ou os investimentos com educação e com saúde, que estão na proposta do limitador de gastos e terão o reajuste da inflação são referentes a piso de gasto. O gasto será, no mínimo, o valor resultante do reajuste da inflação. Mas esta Comissão de Orçamento poderá, com remanejamento dos recursos, ampliar os investimentos em educação e saúde da forma como o Congresso entender.

Portanto, nós não estamos limitando gastos com educação e saúde. Nós estamos criando um patamar mínimo de investimentos e de gastos com educação e com saúde, em condições de discutir o mecanismo que nós vamos propor.

Eu queria deixar isso aqui muito claro, para que amanhã não se tenha aí uma discussão estéril, não verdadeira de que o Governo, ao limitar gastos, está tentando retirar ganhos da saúde e da educação. Ao contrário, o Governo, ao ter a efetividade de um orçamento realista, está preservando os investimentos em educação e saúde, porque hoje uma parte do que é empenhado não é feito.

Então, só para concluir, eu queria ainda registrar duas coisas: um PL que está em tramitação nesta Casa e que diz respeito a movimentações de recursos, suplementações e movimentações de ajuste nos GND que interessam diretamente inclusive aos Parlamentares por conta dos ajustes das emendas individuais e coletivas. É importante que esse mecanismo aconteça.

E há também o remanejamento de recursos do PAC que já estão no orçamento. Por quê? Porque nós precisamos retomar os investimentos com rapidez. E o PAC é um mecanismo rápido de investimento, porque obras do PAC não ficam limitadas, por exemplo, a situações de dificuldade de Prefeitos e Governadores. São recursos que podem ser liberados sem a necessidade de Governos Estaduais ou Municipais estarem inadimplentes.

É importante essa movimentação ser feita, porque muitas obras...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Senador Jucá...

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Eu vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Se não, nós vamos perder o controle da nossa audiência.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Eu vou concluir, eu vou concluir. Só quero dizer o seguinte. Esta movimentação é importante, porque ela possibilita o remanejamento de obras que, por exemplo, tenham dificuldade de licenciamento ambiental ou problema de desapropriação, que estão atravancando investimentos importantes. E o dinheiro não pode ficar congelado. Precisar ir para outro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Por fim, quero dizer da minha confiança no trabalho do Senador Wellington Fagundes, Relator da LDO, e no trabalho do Senador Eduardo Braga, Relator do Orçamento de 2017.

Eu sou membro da Comissão de Orçamento. Estarei aqui. Não tenho dúvida de que nós vamos construir um orçamento verdadeiro, realista, que marque um novo momento da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional. Desculpe-me ter ultrapassado o tempo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Senador. Como o Deputado Quintão não usou da palavra, eu aproveito e, já antecipando, convido a Deputada Leandre a usar da palavra, e aí fechamos o bloco de três Parlamentares.

Tem a palavra V.Exa., Deputada Leandre.

A SRA. DEPUTADA LEANDRE - Bom dia a todos os presentes.

Quero cumprimentar o nosso Deputado Presidente da Comissão, o nosso Relator, e, em especial, o Ministro e toda a sua equipe de Governo. Quero agradecer a S.Exa. a presença e os esclarecimentos.

Nós entendemos que o agravamento econômico é algo que preocupa todo mundo — e tem que preocupar. Somos solidários ao Governo nisso também. Eu tenho certeza de que isto tem exigido muito do Governo, mas também tem exigido muito de nós Parlamentares.

Eu sempre acreditei que, em mar calmo, qualquer barco navega bem. Então, é o momento de nós provarmos para o País a competência do Governo e do Parlamento também.

Embora o Senador Jucá, Ministro, tenha falado a respeito da PEC que limita gastos, eu não posso deixar, Relator, de expressar a minha preocupação com a área da saúde e alertar esta Comissão sobre isso. Eu não posso me furtar a essa responsabilidade.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Senador disse que estão estabelecendo piso a ser corrigido de acordo com a inflação. Eu gostaria que S.Exa. nos explicasse, Ministro, se o piso que o Senador mencionou vai ser mudado. Por exemplo, eu tenho um gasto este ano e vou corrigi-lo pela inflação. Porque, até onde eu consigo entender, a saúde tem gastos pela receita corrente líquida, não necessariamente da forma como dispõe a PEC de limite de gastos.

E eu vejo assim um agravante muito grande na área da saúde quando há uma crise econômica. Com o aumento do desemprego, um fator bastante visível quando enfrentamos uma crise econômica, a área mais afetada com certeza é a saúde, porque as pessoas buscam mais os serviços de saúde. Então, a área da saúde tem um impacto muito grande com o agravamento da crise. Hoje, o acesso à saúde está garantido na Constituição, é um direito garantido pela Constituição — e temos tido bastantes problemas com judicialização.

Então, eu gostaria que V.Exa. explicasse mais detalhadamente como vai acontecer o limite de gastos na área da saúde, para que isso realmente fique claro e não exista essa distorção entre aquilo que o Senador Jucá acabou de dizer e aquilo que nós entendemos ou tentamos entender o que V.Exas. querem dizer aqui: *“Saúde e educação passarão a ser corrigidos pela inflação”*.

Este é um momento bem oportuno de fazer isso. Eu gostaria de pedir, Relator, a atenção de V.Exa. e de todo o nosso colegiado. Tenha certeza absoluta: nós sofreremos muito e cada vez mais com o aumento da judicialização, se não dermos um atendimento agora à área da saúde. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Quero agradecer a participação à Deputada Leandre. Antes de passar a palavra ao Ministro, o Relator, Senador Wellington Fagundes, gostaria de tecer algumas considerações.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Exatamente nessa linha também, como Relator, quero fazer algumas indagações ao Ministro sobre a PEC 241, enviada ontem, que define o novo regime fiscal, cuja principal característica é o estabelecimento do teto de que já falamos aqui.

Qual seria o tratamento dado às despesas com vinculação constitucional à receita, como no caso da saúde, da educação e das próprias emendas parlamentares? Como seria a divisão desse limite entre os órgãos dos Poderes?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Qual passará a ser o papel da LDO em matéria fiscal nos termos da PEC? Também estamos buscando essa resposta junto com o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Com a palavra o Ministro Dyogo de Oliveira.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Obrigado pelas perguntas. Primeiro, eu acho importante nós sempre lembrarmos que o objetivo da política econômica não é reduzir despesas, não é cortar orçamento. Este não é o objetivo da política econômica; o objetivo da política econômica é trazer estabilidade para os parâmetros macroeconômicos, crescimento econômico, geração de renda e desenvolvimento do País. Este é o objetivo.

A estabilidade das contas públicas, o equilíbrio das contas públicas é um alicerce, é uma base para isso. A partir dessa base é que a gente consegue construir uma série de outros edifícios que levam ao crescimento. Sem essa base não há crescimento, não há desenvolvimento. A meta do nosso trabalho é no sentido de trazer para a sociedade brasileira uma base que lhe permita investir, crescer, e que as pessoas possam, individualmente, crescer também.

Este é o nosso pensamento.

Dentro disso, nós, então, passamos aqui a algumas perguntas que foram feitas.

Em primeiro lugar, quanto à execução das emendas, eu gostaria de salientar, Senador, que os recursos referentes a essas emendas já estão todos liberados. Então, os Ministérios setoriais devem tomar as providências. Agora, todos aqui conhecem esse processo, sabem como são as dificuldades de implementação da execução nas emendas, porque, normalmente, são convênios com entidades subnacionais — Estados, Municípios, *etc.*

A formalização desses convênios toma certo tempo. Há uma série de dificuldades, de formalidade, de demonstração de regularidade dos entes, *etc.* É um processo, efetivamente, difícil de tramitar, e o passar dos anos tem demonstrado isso.

O que tem sido feito ao longo do tempo, também, é simplificar esses procedimentos. Hoje, muitos desses procedimentos foram simplificados. Na área da saúde, por exemplo, com 50% das emendas, utiliza-se muito o mecanismo de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

transferência fundo a fundo. Há uma série de mecanismos. O que eu acho que pode ser feito é continuar trilhando nesse mecanismo, nesse processo de agilização dos mecanismos de execução das emendas. Isto é que vai, a meu ver, trazer um resultado mais positivo do ponto de vista da efetividade.

O Deputado Celso perguntou sobre o PL do Teto. Sim, Deputado, eu acho muito relevante: nós deveríamos retomar essa pauta. É uma pauta, digamos, que não é só, de novo, pelo princípio da despesa, mas é também pelo princípio da disciplina, da regulamentação dos recursos. Disciplinar o teto de remuneração em todos os Poderes me parece que é, sim, uma iniciativa importante.

Sobre as metas fiscais eu já me referi, mas vou insistir: nós apresentaremos, em tempo hábil, uma revisão dos parâmetros macroeconômicos e das metas. Não foi possível, gostaria muito de ter já, hoje, trazido algo, mas realmente não foi possível, em vista das discussões que nós estávamos tendo em torno dessa questão.

Em relação às transferências para entidades, há uma lei em vigor, a Lei nº 13.019, o marco regulatório das transferências para Organizações da Sociedade Civil. Nosso entendimento, Senador, em que pese, evidentemente, que a LDO, digamos, ter competência para regular também essa transferência, nosso entendimento é de que já está bem regulado na lei. Salvo se houver algo que seja identificado como uma necessidade adicional de regulamentação, a lei já é bastante exhaustiva nisso. A nossa preocupação é, simplesmente, não criar aqui regras conflitantes, que, às vezes, acabam indo exatamente nesse sentido que V.Exa. mencionou a respeito da execução: criamos regras conflitantes, e na hora de executar a coisa emperra porque uma lei trata de uma matéria e outra lei fala de outra.

Digo o mesmo em relação à regulação das emendas individuais. As emendas individuais já estão reguladas na Constituição. A nosso ver, é suficiente o que está na Constituição. Não há necessidade de disciplina adicional. Qualquer disciplina adicional, a nosso ver, só terá o fito de gerar na execução dúvidas e dificuldades de implementação. A Constituição foi bastante detalhada a respeito da execução das emendas individuais obrigatórias. Para nós, isso já é suficiente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As despesas com vinculação à receita, a exemplo das próprias emendas individuais, e outras de educação e saúde, não estão sendo alteradas. Então, neste primeiro momento, nós não estamos alterando aquela disciplina que está na Constituição. A emenda constitucional proposta atua nas Disposições Transitórias da Constituição diz o seguinte: no caso da saúde e educação, aquela disposição fica lá, mas durante esse período de 10 anos, 20 anos, — com essa revisão — o mínimo será atualizado pela inflação, e não por aquela regra que está lá.

Então, não se está revogando a regra; a regra continua. Está-se dizendo que, durante esse período, fica o mínimo estabelecido pela correção da inflação. Ou seja, nós vamos pegar o mínimo aplicado em 2016, e aí vamos corrigi-lo pela inflação anual.

E aí eu volto a esclarecer e frisar, porque não pode haver polêmica sobre isso: não se está limitando o quanto se pode gastar. E esse é o ponto. A PEC que nós estamos propondo — esse é o grande mérito dessa PEC — não limita o que se pode aplicar em um ou outro... Mas a discussão da despesa pública será realista. Nós temos um orçamento de “x” para gastar. Podemos gastar metade de “x” para a despesa A, dois terços, o quanto for a decisão deste Congresso Nacional. Entretanto, é preciso ter a clareza que isso é uma decisão, é uma escolha dentro de um universo possível.

Por exemplo, este ano as despesas com saúde estão amplamente superiores ao mínimo, amplamente superiores. Não há nada que obste que isso seja mantido, havendo decisão aqui desta Comissão e do Congresso Nacional. O Governo não está propondo que se reduzam essas despesas, apenas que o limite mínimo será corrigido pela inflação, de maneira que essa despesa mínima seja coerente com a regra geral.

Os dados a mim informados dizem que em saúde nós estaríamos 19 bilhões acima do mínimo este ano. Não sei se esse número está correto, foi o que me informaram aqui de última hora. Então, peço até que fique registrado que nós, eventualmente, podemos dar a correção desse número. Mas o número que me passaram, há pouco, é o de que nós estaríamos com 19 bilhões acima do mínimo este ano. Por quê? Porque o mínimo é uma receita corrente líquida. Então,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

exatamente no momento da crise, cai a receita corrente líquida, e, como disse a Deputada, aumenta a demanda.

Então, esta nova regra temporária do mínimo da saúde inclusive preservaria os momentos de crise, porque mesmo que se tenha uma queda da receita, o mínimo seria corrigido.

Por isso, temos que olhar o lado positivo e o lado negativo. Nós temos momentos em que a receita cresce mais, e momentos em que ela não cresce. Então, a regra nova também teria esse efeito de garantir aquele mínimo atualizado pela inflação, mesmo nas situações mais difíceis. Essa é a regra em relação à saúde e educação.

Papel da LDO. Não se altera o papel da LDO. Não há nenhuma disciplina que altere qualquer papel da LDO. O que nós estamos limitando apenas é a despesa total. Então, a definição das diretrizes, a definição do funcionamento do processo orçamentário está preservada, e esta Comissão terá, digamos, todas as suas competências completamente preservadas dentro desse processo, apenas trazendo esse componente novo da qualidade da decisão alocativa no Orçamento. Precisamos entrar numa fase onde a qualidade da decisão será fundamental, e não apenas a quantidade.

Esses são os esclarecimentos, Presidente, em relação às perguntas que foram feitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Passo a palavra à Deputada Leandre, para a réplica, por 2 minutos.

A SRA. DEPUTADA LEANDRE - Ministro, ficou claro. Por exemplo, nos anos de 2017 e 2018, o percentual vai aumentar constitucionalmente. Então, em cima desse mínimo haveria correção. É isso?

O SR. MINISTRO DYOGO DE OLIVEIRA - Partindo do mínimo deste ano. Será corrigido o mínimo deste ano; no ano que vem, será o mínimo deste ano corrigido pela inflação; no ano seguinte, será o mínimo deste ano, corrigido pela inflação do ano que vem e pela inflação do outro ano e por aí vai.

A SRA. DEPUTADA LEANDRE - Mas será respeitada a proporcionalidade. Por exemplo, se esse mínimo for abaixo de 14%, serão mantidos os 14% mais a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

correção. Isso pode acontecer. Hoje, talvez não. Mas, no futuro, o mínimo pode ficar abaixo daquilo que a Constituição define, dentro daquele escalonamento.

A meu ver, nós podemos inviabilizar todo o funcionamento do Sistema Único de Saúde, se não houver esse olhar em longo prazo.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - De modo algum. Como eu disse, o mínimo não quer dizer o máximo. Já neste ano estamos aplicando acima do mínimo e, em outros anos, também poderá ser. Nós estamos apenas colocando que teremos uma aplicação mínima, que será o valor deste ano corrigido pela inflação — será o mínimo deste ano corrigido pela inflação ano a ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Espero que esse bloco tenha sido totalmente esclarecido.

O próximo orador, seguindo a nova sequência, seria o Deputado Covatti Filho, mas S.Exa. não está aqui neste momento. Então, o próximo a falar será o Deputado Duarte Nogueira.

V.Exa. está com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro, acompanhei atentamente a explanação e também ouvi um pouco as observações do Relator no tocante à falta de aderência repetitiva entre os projetos, tanto o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias quanto o Orçamento, que não são seguidos conforme aprovados aqui pelo Congresso Nacional, de acordo com a nossa Constituição.

Recentemente, o Governo Federal anterior enviou uma LDO, com 114 bilhões de reais de superávit primário. Depois, reconheceu que já havia se reduzido para 20 bilhões de reais, pediu um déficit de 36 bilhões de reais e acabamos aprovando aqui, na semana retrasada, um alargamento de rombo, cujo déficit é de 170,5 bilhões de reais.

Na previsão do Ministério, nós vamos chegar perto dessa parede de 170,5 bilhões de reais ou vamos ficar um pouco longe dela, conforme os resultados que estão sendo executados? Isso em termos de receitas e, obviamente, em termos de despesas.

Isso demonstra que até então havia ou enorme incapacidade de planejamento nas estruturas do Governo ou má-fé na hora de se apresentar essa proposta, porque





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

a discrepância é absurda. Isso gera, como foi dito aqui, uma insegurança — não jurídica — de imprevisibilidade, que nos coloca em uma situação de perda de oportunidades de investimentos.

Um exemplo que foi dado aqui, na questão das emendas impositivas: o Orçamento traz R\$ 9.107.500.075,00; ontem foram autorizados R\$ 3.879.654.936,00; no entanto, foram efetivamente pagos R\$ 7.836.000,00. Isso é 0,086% do que está no Orçamento, praticamente zero.

Outra questão que ressalvo ao Ministro é a importância da contenção dos gastos e de fazê-la de maneira criteriosa, de modo a não prejudicar as questões de natureza básica da sociedade — saúde, educação, assistência social. Mas tem que haver, sim, uma redução.

Quando o outro Ministro veio aqui, em abril, ele apresentou os mesmos dados de PIB, de variação de IPCA, de taxa de câmbio e de salário mínimo de 946 reais. No entanto, o senhor traz, neste instante, um aumento da taxa de juros, de 12,75% para 13,1%, o que não nos parece uma política econômica adequada — aumentar ainda mais a taxa de juros —, neste momento de extrema recessão. Eu queria saber por que a taxa de juros foi elevada nesse percentual.

As questões das prioridades de PAC, do Brasil sem Miséria já haviam sido trazidas anteriormente. No entanto, há uma novidade aqui que eu acho um pouco temerosa do ponto de vista da importância da regra e da fiscalização da Comissão Mista de Orçamento. Nos exercícios anteriores, se não fosse aprovado o Orçamento, o Poder Executivo poderia executar 1/12, a cada mês, das despesas correntes. No entanto, aqui está se pedindo para também permitir a execução de 1/12 das despesas de capital, que são os investimentos. Então, acho que precisaríamos discutir melhor esse assunto aqui na Comissão, talvez quando o Ministro puder trazer as metas e o detalhamento, o que infelizmente não foi possível ser trazido no dia de hoje.

Há ainda outra questão: a delegação de alteração do grupo de despesa não está sendo considerado no crédito orçamentário. É para isso que existem os PLN. Eu acho que essa é outra liberalidade que afronta a tarefa e o dever da Comissão Mista de Orçamento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto à inclusão e exclusão do PAC é o mesmo ioiô de sempre. Nós ficamos sem nenhuma condição de efetivamente acompanhar, deliberar e discutir o que será executado no PAC. Então, nós vamos continuar repetindo os erros que havia no Governo anterior.

A Presidente Dilma, talvez por um pouco de cansaço, havia deixado de assinar os decretos de créditos. Ela delegou essa tarefa ao Ministro do Planejamento. Agora, eu vejo na proposta do Ministro que essa delegação passa a ser definitiva, em termos da abertura de crédito autorizado na Lei Orçamentária, e também da reabertura de créditos especiais e extraordinários autorizados pelo Congresso nos últimos 4 meses. Eu indago: o Presidente da República vai abrir mão de assinar os decretos?

Por fim, nós precisamos ter, com clareza, como será essa relação do executivo com a Comissão Mista de Orçamento, com o Poder Legislativo, porque, no caso da regra de pessoal, eu não sei se ficou claro, a regra é sempre pelo financeiro, sempre pelo teto. Eu indago ao Ministro se isso, de alguma maneira, vai ser alterado.

E concluo dizendo: é importante, Sr. Relator, que nós tenhamos condições de discutir isso *a priori*, porque, caso haja apresentação, por V.Exa., de substitutivo, não poderemos mais emendar a matéria e estaríamos sendo suprimidos da nossa possibilidade de discutir e, ao mesmo tempo, buscar novas formas de aperfeiçoar a proposta que o Governo encaminhou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Obrigado, Deputado Duarte Nogueira.

Na sequência, concedo a palavra ao Deputado Assis Carvalho.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria ouvir do Ministro interino Dyogo de Oliveira — precisa ficar registrado que ele já estava trabalhando no Governo há muito tempo —, para que ficasse consignado nos Anais o que eu vi pela imprensa, que houve um erro técnico na pauta aqui aprovada de reajuste dos servidores federais, em que a previsão chega a 67,7 bilhões de reais, até 2018, e que foi encaminhada para esta Casa pelo Ministério do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Planejamento apenas o valor de 52,9 bilhões de reais, com uma diferença de 14,8 bilhões de reais.

Não sei se foi apenas um erro técnico ou se foram essas tentativas de mostrar números que depois são desmascarados pela imprensa. Mas eu gostaria de ter uma resposta, Ministro, para ficar registrada nesta Comissão Mista de Orçamento, porque, se foi um erro técnico do Governo. Mas, se já começa a errar tão novo, está se cansando muito cedo.

Outro assunto que me chamou atenção, Sr. Presidente, Sr. Relator, é que, na apresentação, na parte relativa a vedação de restrições para execução de despesas para 2017, há a vedação de aquisição de passagens. E eu estava lendo aqui rapidinho a proposta que veio do Governo. O art. 18, § 7º fala disso, mas há um “exceto” que não foi explicitado na apresentação. As exceções se referem a: Presidente da República, o que acho que está correto; Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado; Ministros de Estado; Deputados Federais, que foram incluídos agora, pois não eram antes. Então, há uma ampliação.

Os Senadores da República não eram antes exceção. Não careciam, portanto, de classe executiva em avião. Não sei por que foram incluídos agora, se já foi um acordo passar a mão na cabeça de alguns Deputados e Senadores. Também foram incluídos nas exceções os Desembargadores Federais. Eu viajo toda semana como o Desembargador Federal Carlos Augusto Brandão, na classe econômica, e não vejo nenhum problema. Por que foram incluídos agora?

Ainda constam na lista os Ministros de Tribunais Superiores, os Ministros do Tribunal de Contas da União, o Procurador-Geral da República, os Subprocuradores-Gerais da República, que não estavam antes, o Defensor Público-Geral Federal, os Comandantes das Forças Armadas.

Enfim, quando se vê exatamente a proposta, ela aparenta reduzir; mas amplia com as exceções. Então, há um pouco de jogo de cena. E eu gostaria de compreender um pouco por que essa ampliação significativa de privilégios. Como Deputado Federal, eu quero dizer que vou continuar viajando na classe econômica, porque não vejo necessidade de viajarmos na classe executiva.

Mais do que isso, Sr. Ministro Dyogo, eu queria também destacar — eu estou lendo a proposta que veio do Governo, não estamos inventando nada — o art. 3º,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

das metas e resultado primário, em que há previsão de frustração de receitas. É normal que elas aconteçam, porque foi criado todo um modelo nacional com pautas-bombas. O modelo segundo o qual Eduardo Cunha dirigiu esta Câmara foi realmente para tocar fogo no País. Então, isso faz com que as receitas realmente diminuam. E nós vamos pagar o preço por um bom período.

Aqui o senhor faz uma previsão, no item primeiro e no item segundo, de até 42 bilhões de reais da frustração de receitas primárias estimadas no Orçamento, mais 23 bilhões de reais. Mas nos chama atenção o item terceiro, que trata:

“Art. 3º.

III -

a) da apuração e implementação dos efeitos financeiros de que trata a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014;”

Por que eu coloco isso? Porque, com as negociações que estão sendo feitas com os Estados, há uma previsão mais ou menos acima de 30 bilhões, que não está prevista aqui. Então, eu queria ouvir também qual é a tratativa que vai ser colocada, porque acho que essa previsão talvez esteja para baixo. E, aí, não acredito que nós vamos também procurar culpados para isso, porque estamos em crise.

Queria também deixar consignada a questão da meta fiscal. Nós recebemos uma proposta, no mês de março, de uma meta fiscal com déficit previsto de 96,7 bilhões de reais, da qual o Ministro interino participou também, porque era membro do Governo, mandou para esta Casa, como uma pessoa influente da política econômica do Governo. E aqui não se aprovava naquela época, porque se dizia que era como dar um cheque em branco absurdo para um Governo gastar. De uma hora para outra, esse valor saiu de 96,7 bilhões de reais para 170 bilhões de reais — e agora isso é normal. O cheque em branco de 96 bilhões de reais era demais, e o de 170 bilhões de reais é normal. O que é isso? Isso é para emitir título, conseguir empréstimos. Enfim, é realmente um cheque branco dado para o Governo.

Faço esse registro apenas para compreendermos qual é o debate que estamos fazendo, porque às vezes fazemos todo um jogo de cena nesta Casa, mas a sociedade tem que compreender o que está acontecendo. Não estou entrando no mérito sobre 96 bilhões de reais — valor encaminhado pela equipe econômica da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

qual o Sr. Dyogo de Oliveira participava — e 170 bilhões de reais serem muito pouco ou pouco. Não estou entrando nesse mérito. Estou colocando que a equipe era do mesmo Governo. Não é governo novo, como tenta se mentir para a sociedade. Se for, a proposta foi derrotada. Se foi derrotada, é nova pauta. Então, está sendo desrespeitado o resultado das urnas.

Portanto, queria apenas fazer este registro, Sr. Presidente, e colocar que o Senador Romero Jucá fechou sua fala muito bem. Eu concordo com ele que este Governo tem que trabalhar para o mercado, para os investidores. É isso o que está acontecendo, é inversão de pauta mesmo. Quer dizer, pauta social, saúde, educação, pauta que emancipa as pessoas não é prioridade. A prioridade é o mercado. Só quero discordar do Romero Jucá quando fala de governo novo. Este Governo está aqui desde quando Cabral chegou, do ponto de vista ideológico. E neste Governo nem a camisa mudou, porque já estavam no governo e tem que brincar com a inteligência da sociedade, que não merece ser enganada assim.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Assis Carvalho.

Na sequência, passo a palavra ao Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero apenas justificar a minha ausência praticamente durante todo o tempo de exposição por parte do Ministro. Estava na CPI do CARF, que só se encerrou neste momento. Mas quero insistir exatamente nessa questão do déficit fiscal, sobre o qual eu gostaria de ter uma compreensão melhor. Não sou nem dessa área, sou da área da saúde.

A saúde, por sinal, em função das proposições que estão vindo para serem votadas, parece-me continuar sendo profundamente prejudicada em termos da necessidade de atendimento de uma população que carece cada vez mais de demandas da saúde, e os recursos estão cada vez mais escassos.

Gostaria muito que o Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão pudesse tratar dessa questão do déficit. O que significa o déficit proposto originariamente de aproximadamente 100 bilhões de reais, agora ultrapassando o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

valor de 170 bilhões de reais? Neste momento que nós estamos vivendo, o que existe efetivamente de déficit? Ou seja, a gastança proposta nos 170 bilhões de reais foi e será consumida até quando? Eu quero fazer objetivamente essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Aproveitando a economia do tempo do Deputado Adelmo Carneiro Leão e a necessidade do nosso Relator de viajar, eu vou fazer uma pequena exceção, para que o Senador Eduardo Braga possa fazer os questionamentos nesse bloco e o Ministro já responde a todos juntos.

Senador, por favor, com a palavra V.Exa.

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - Eu queria agradecer a V.Exa., aos companheiros e à Senadora Regina, que gentilmente permutou a palavra comigo, para que eu pudesse participar.

Primeiro, quero destacar que realmente acho necessário o realismo fiscal. Só que nós precisamos estar conscientes de que o realismo fiscal tem o lado do gasto, para o qual está sendo proposta uma nova PEC, a qual eu não tenho dúvida de que vamos ter que discutir, porque essa questão do mínimo tem que obedecer aos mandamentos constitucionais no que diz respeito à educação e à saúde.

O mínimo é o mandamento constitucional. Se o Governo vai gastar além disso, ele irá adicionar àquilo que é o mínimo, mas o mínimo é o mandamento constitucional. Quando nós vamos para as Disposições Gerais e Transitórias, para estabelecer um novo regramento, não podemos descumprir cláusulas pétreas da Constituição. Portanto, vamos ter que discutir esse tema adequadamente, no momento próprio.

A questão da qualidade do gasto me parece ser extremamente importante, porque creio que nós temos aí também de fazer um grande esforço para avançar. No entanto, eu tenho uma preocupação imediata, com relação à LDO, quanto à receita. A LDO apresentada previa uma receita proveniente da CPMF. O Governo não fala sobre CPMF; o Governo não fala sobre receita; o Governo só fala sobre gastos. É absolutamente correto falar sobre gastos. É absolutamente correto falar sobre gastos, mas creio que, para esta Comissão e para o realismo do nosso orçamento, é preciso que nós tenhamos um debate e uma perspectiva de como será o realismo da receita do Governo no ano de 2017. Essa é a primeira pergunta.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Segunda pergunta: sobre o anexo de metas prioritárias, consta no atual Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias — PLDO de 2017 a definição de seis prioridades, diferentemente, dos anos anteriores, quando o anexo sequer chegou a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Há alguma previsão de que esse anexo seja revisto ainda durante a tramitação? O Governo está realmente pronto para ser cobrado sobre as prioridades que pretende assumir se mantiver essas prioridades do anexo na Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO de 2017? Essa a segunda pergunta sobre essa questão.

Sobre os limites e parâmetros da LDO para aumento de pessoal. De acordo com texto do PLDO aqui presente — repito —, o montante para aumento de pessoal deve ser distribuído de forma proporcional às respectivas despesas de folha de pagamento de março de 2016.

E aí eu queria apenas adicionar o que já disse o companheiro Deputado, ainda há pouco, com relação à taxa SELIC prevista para a nova LDO. Deverá ser encaminhado o aumento para 13,1%, mas também há a questão do câmbio. Aqui está sendo projetado um câmbio de 4,4% para o ano de 2017. Obviamente, isso tem algumas implicações. Portanto, creio que é importante também ser colocado.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Permite-me só um aparte, Sr. Senador?

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - É claro.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - É só para esclarecer, pois acho que houve uma confusão.

O *slide* que eu apresentei mostra o seguinte: o que veio como PLDO, o que está lá no PLDO, que veio em abril, o câmbio está em 4,4%.

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - Ah, o.k.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - E a taxa de juros em 13,1%. A projeção atual do mercado é, respectivamente, 11,7% de juro e 3,8% de câmbio.

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - O.k.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Então, eu já aproveito e respondo ao Deputado Duarte Nogueira. Não é que nós estamos aumentando. É o contrário. A projeção atual, tanto para inflação quanto para câmbio do mercado, é menor do que aquela que era em abril, que também era próxima da de mercado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - O.k. Então, fica esclarecido, portanto, que, muito provavelmente, o PLDO será encaminhado com as perspectivas do novo cenário da expectativa de mercado, com relação à taxa de câmbio e à taxa SELIC.

Eu gostaria apenas de fazer aqui um último comentário neste meu último minuto. Veja, sem dúvida — e aqui já se falou um pouco com relação à questão da meta fiscal e o déficit de 170 bilhões de reais —, há obviamente algumas colocações. Ouvimos o nosso Relator já falando sobre conclusões de obras, obras em andamento, obras prioritárias, etc. Mas eu queria fazer aqui uma colocação ao nosso Relator da LDO e ao Ministro do Planejamento.

Veja, o Brasil vive efetivamente crises em alguns setores. Entre eles, há o da segurança e o da saúde pública. Ora, fazermos um esforço fiscal, admitirmos uma expansão da meta fiscal para um déficit de 170 bilhões de reais, continuarmos mantendo contingenciados fundos de investimento na área de segurança pública no sistema prisional e assistirmos ao que nós estamos assistindo me parece um contrassenso muito grande.

Precisamos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, estabelecer se esses fundos são para valer ou se esses fundos não são para valer. Precisamos estabelecer se esses fundos são para fazer investimentos ou se eles são para fazer contingenciamento de superávit primário.

Há questões que, sinceramente, eu vejo dentro da ficção da Lei Orçamentária brasileira como absolutamente inexecutáveis. Eu estou citando aqui apenas dois fundos, mas existem outros fundos que eu reputo importantes e que estão congelados. O Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações — FUST, por exemplo, está congelado há muitos anos e tem gigantescos volumes de recursos congelados.

O interior deste País, que tem dimensão continental, está com a aviação regional falida e o fundo da aviação regional possui mais de 5 bilhões de reais contingenciados.

Ora, tais recursos não foram colocados nesses fundos para fazer parte de ajuste fiscal e, sim, para fazer parte daquilo que o nosso Ministro falou: a base dos fundamentos para o crescimento de uma economia. Se a ideia é ter bases dos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fundamentos para o crescimento de uma economia e se a ideia é ter uma LDO realista e uma lei orçamentária realista, é preciso enfrentar essas questões.

A sociedade brasileira está até admitindo uma meta fiscal realista de 170 bilhões de reais, mas é preciso dizer que essa meta não pode ser mascarada com o contingenciamento de fundos prioritários e que hoje recebem o clamor popular com relação aos investimentos nessas áreas.

Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade que me deu de participar do debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Obrigado a V.Exa. pela contribuição.

Com a palavra o Ministro para responder as perguntas desse segundo bloco.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Bom, vamos lá. Primeiro, o Deputado Duarte Nogueira fez um conjunto de perguntas, e eu vou tentar responder todas elas.

Quanto ao resultado para 2016, Deputado, o nosso trabalho continuado, diuturno, é no sentido de que o resultado seja melhor. Então, esses 170 bilhões de reais são uma estimativa realista. Por que eu chamo de realista? Nós excluímos da receita aquilo que não estava aprovado. Então, por exemplo, havia lá 10 bilhões de receita de CPMF este ano. Não foi aprovada. Então, tivemos que tirar aquilo. Passou de 96 bilhões para 170 bilhões de reais por esses motivos.

Do lado da despesa, nós estávamos trabalhando com um orçamento daquela época, e muitas despesas não estavam ali adequadamente previstas. Isso é inclusive motivo de nós enviarmos agora a esta Comissão, como já mencionei no dia em que foi anunciado os 170 bilhões de reais, projetos de crédito orçamentário para atender, por exemplo, a despesas na área internacional, em que estamos com débitos em vários organismos internacionais. Na programação anterior, não havia previsão de pagar. Mas nós resolvemos, então, regularizar essa circunstância, e daí as despesas ficaram maiores. Então, o resultado, em 2016, é o nosso trabalho diário para que ele seja melhor do que déficit de 170 bilhões de reais.

A execução de emendas eu já mencionei anteriormente, mas repito: os recursos estão desbloqueados no sistema e há, claro, uma lentidão de processamento dos convênios, da contratação, da execução, da regularidade dos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

proponentes, da qualidade dos projetos propostos. Há uma série de fatores que influenciam nisso. Eu acho conveniente continuarmos avançando, como já foi feito em outros anos: simplificar, facilitar o processo de execução das emendas, criando regras mais fáceis de serem cumpridas. O Ministério inclusive está se dedicando a isso agora. Nós estamos revisando — para aqueles que conhecem — a Portaria nº 507, que regula essas transferências voluntárias, para simplificar os procedimentos, tentando dar mais agilidade a isso.

A antevigência em relação ao capital, insisto, realmente é uma proposta que avança na LDO do ano passado, mas também é uma proposta que o Executivo tradicionalmente encaminha a esta Casa. E eu a entendo como justificada, na medida em que a eventualidade de não se aprovar a Lei Orçamentária anual não poderia, a meu ver, implicar descontinuidade de obras em andamento. Então, se houver uma despesa de capital em andamento, sem a LOA, a obra para, gerando prejuízo. Todos aqui sabem que parar uma obra e depois recomeçá-la implica custos adicionais, uma vez que ela não recomeça com o mesmo custo.

Eu acho esse dado importante. É um pedido justificado do Executivo na tentativa de não haver descontinuidade e estaria dentro daquele 1/12, que é o tradicional.

A mesma coisa é a alteração de GND. Nós temos muitas emendas, e o caso das emendas trouxe isso mais fortemente. Muitas emendas têm sido colocadas, em critério de não execução, por problema técnico, em virtude da inadequação do GND — Grupo de Natureza de Despesas. Então, os Parlamentares acabam apresentando ou, eventualmente, resolvem até alterar a destinação, mas por conta do GND, que é uma alteração que não aumenta o volume da despesa, não prejudica as metas fiscais. Não há nenhuma alteração do ponto de vista do resultado da despesa pública. É simplesmente uma questão de classificação da despesa.

Haver alteração do GND me parece justificado. Parece-me que facilita, também, no caso, a execução das emendas, mas também outras programações, em que há esse tipo de problema. Às vezes, em relação àquilo que supostamente seria uma despesa de capital, acaba sendo verificado que é uma despesa de outra natureza.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Assis perguntou primeiro sobre a questão da estimativa de impactos aos projetos de lei de reajuste.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Decreto do Presidente.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Ah, eu não tinha anotado essa. Essa aqui eu tinha anotado em nome de outra pessoa. Mas não há problema.

Sobre a questão da alteração, hoje já está funcionando. Isso foi delegado ao Ministro do Planejamento. Nós achamos essa sistemática mais eficiente do ponto de vista operacional, uma vez que agiliza o processo das autorizações de crédito. E não se quer dizer com isso que o Ministro do Planejamento terá autorização para criar crédito. São aqueles autorizados na própria Lei Orçamentária Anual — LOA. Não é nada além daquilo. Não estamos pedindo nada além do que já está autorizado. Isso não elimina, digamos assim, a capacidade de o Presidente determinar ao Ministério que faça aquilo que for decisão do Governo. Simplesmente é uma questão operacional que, a meu ver, facilita a execução orçamentária e facilita a execução dos projetos e das despesas que estão previstas no Orçamento. Não estamos aqui pedindo nenhuma prerrogativa que não seja estritamente necessária à execução do serviço público.

O senhor fez uma pergunta, Deputado Duarte, que eu não compreendi bem, sobre a questão de pessoal pelo financeiro. Se o senhor pudesse só esclarecer qual era a dúvida, isso me ajudaria.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - A regra para pessoal e benefícios, conforme dito na apresentação, visa conferir maior rigidez do controle das despesas. Eu queria saber por qual instrumento será feita essa rigidez e por meio de que parâmetro.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Nesse caso não há nenhuma novidade. Nós estamos apenas repetindo o que já está presente na LDO deste ano. E isso é um dispositivo constitucional, que prevê que a LDO faça a regulação das despesas de pessoal em um anexo específico, que é, normalmente, o Anexo V da LOA, no qual todas as alterações que impactem em aumento de despesa da União com pessoal devem estar previstas nesse Anexo. Então o instrumento tradicional é o Anexo V da Lei Orçamentária Anual.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ainda no capítulo pessoal, o Deputado Assis Carvalho perguntou sobre a questão das estimativas de impacto dos projetos de leis em tramitação aqui no Congresso.

Primeiro, quero esclarecer, Deputado, que a estimativa corrigida não foi encaminhada ao Congresso Nacional. Tratava-se de uma entrevista que eu tinha dado, em que nós tínhamos divulgado um número que estimava um impacto de 52 bilhões.

Então não é nenhuma informação que tenha sido oficialmente encaminhada ao Congresso Nacional. Foi uma entrevista que eu dei, e houve um erro técnico. A planilha que foi utilizada para estimar esses impactos não levou em consideração o efeito anual do aumento que terá em 2016. Então, esse efeito corrigido nos 2 anos seguintes, 2017 e 2018, implica um aumento em 15 bilhões no impacto calculado e, portanto, passando de 52 bilhões para 67 bilhões.

Esclareço que se trata dos PLs que foram aprovados na Câmara, projetos de lei esses que foram enviados até o final do ano passado e alguns em janeiro, eu acho. Então, são projetos de lei que foram negociados e aprovados ainda pelo Governo anterior.

A pergunta de V.Exa. em relação à questão da exceção não nos parece que seja uma novidade. É o mesmo texto que já está presente hoje. Só para esclarecer a questão das viagens, trata-se de viagens internacionais, já que, nas viagens nacionais, não há essa figura da primeira classe. Normalmente, nós temos aqui classe única, que é a classe econômica nos voos domésticos.

Esse dispositivo das exceções, claro, serve para o caso dos Presidentes de Poderes, dos Ministros e dos Parlamentares, porque tem o mesmo nível do ponto de vista do relacionamento entre os Poderes. Então, é preciso manter certa coerência nesse caso, mas esse é um dispositivo, digamos, já previsto. Não é nenhuma novidade. Isso já faz parte da regra anterior.

Vários Parlamentares se referiram à questão do déficit de 170 bilhões. Acho que já expliquei esse assunto.

O Senador Eduardo Braga perguntou sobre a questão da receita de CPMF. Eu diria que, dentro desse novo método que nós estamos utilizando para as





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estimativas das variáveis fiscais, nós não consideraremos, na receita para 2017, projetos que não estejam aprovados.

Então, no caso da CPMF, em particular, nós retiraremos isso da estimativa, uma vez que ainda não está aprovado, salvo se houver aprovação. Mas, como não está aprovado... Essa é a metodologia que nós adotamos já para 2016 e passaremos a adotar isso para todos os anos. Trabalharemos com uma receita realista. Apenas será considerado como receita aquilo que estiver efetivamente em implementação e em execução.

O Senador perguntou, ainda, sobre a questão da execução dos fundos na área de segurança. Eu acho que, realmente, é uma das áreas que demandam recursos, é uma prioridade do País o enfrentamento à violência. Deveremos olhar isso com atenção. A única coisa que penso também é que não podemos, como eu disse, tomar essas decisões agora sem pensar nas implicações para o conjunto. Se nós decidimos que a segurança é uma prioridade, que temos que ter mais recursos para segurança, então implicará uma divisão das demais despesas.

É importante que tenhamos isso em mente. Essas despesas são importantes, mas assim também, eu diria, a imensa maioria das despesas do Governo é importante. Ela atende temas relevantes, temas importantes. Assim como é a segurança, também é a educação, é a saúde, é o transporte, é a mobilidade, é a atenção aos programas sociais. Quer dizer, há um conjunto amplo de despesas que são atendidas no Orçamento federal, e todas elas são justificadas e são meritórias.

Bom, acho que foram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Assis Carvalho, V.Exa. tem direito à réplica. V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Ministro Dyogo, para restabelecer a verdade, o projeto foi aprovado na Câmara Federal agora no Governo interino de Michel Temer, só para não ficar registrado nos Anais que foi aprovado em Governo anterior. Foi no Governo anterior de Michel, porque ele já estava no Governo mesmo. Ele era Vice quando foi aprovado. Ele estava interino, quando foi aprovado aqui. Nós precisamos colocar nos Anais para não haver informação errada. Nós aprovamos recentemente essa questão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

V.Exa. fala da sua entrevista e que houve uma diferença de 14 bilhões. Acho que é elegante dizer que houve um erro técnico e tal. Não há problema nenhum nisso. Agora, apenas isso tem que ficar registrado aqui porque é importante. Nós trabalhamos com isso. Nós erramos também. Mas é só para ficar registrado que foi aprovado já no Governo interino de Michel Temer e não no Governo anterior.

Eu volto novamente a fazer o seguinte registro: no art. 18, fica restabelecida a inclusão de Deputados e Senadores em voo executivo. Eu já fiz viagens internacionais e não vejo problema nenhum nós viajarmos em classe econômica. Só para poder aqui também não ficar jogando aqui para a plateia, porque isso não é bom. Nós temos que colocar o que acontece na prática. Eu não tenho nenhuma dificuldade. Até mesmo porque eu não sei qual é a dificuldade de eu, enquanto Deputado, viajar em classe econômica. Está bem dito aqui no § 7º. As passagens aéreas para servidor ou membros dos Poderes do Ministério Público da União e Defensoria Pública da União serão feitas exclusivamente em classe econômica. Então, eu não sei por que nós temos que ficar separados dessas pessoas.

Então, para deixar bem claro, quero que fique também consignado, tão logo se abra o prazo para apresentação das emendas, que vou encaminhar minha emenda. Se os Deputados concordarem, podem assiná-la comigo. Mas já estou expressando de imediato meu entendimento. Acho desnecessário isso. Se alguém quer viajar na classe executiva, pague do seu bolso. Eu acho que, num momento como este, não vejo necessidade nenhuma de nós termos que viajar em classe executiva. Fica registrada aqui a minha posição. Já viajei para o exterior em classe econômica. Não há obrigatoriedade de ser em classe executiva.

Depois, queria retomar ainda, porque o Sr. Dyogo Oliveira não tratou do art. 3º da LDO. O que está faltando são previsões. Disse que a meta de resultado primário, previsto no art. 2º, poderá ser reduzida em até 43 bilhões, em decorrência da frustração de receitas primárias, estimadas na Lei Orçamentária — o.k., compreendemos isso —, em até 23 bilhões para atendimento de despesas do Programa de Aceleração de Crescimento — PAC. Mas lá embaixo está dito que o valor equivale à frustração de meta prevista no § 2 do art. 2º, desde que em decorrência se trate da apuração e implementação dos efeitos financeiros de que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dispõe a Lei Complementar nº 140, que trata da questão de financiamento das dívidas dos Estados. Não há uma previsão sobre isso.

Então, o que eu estou levantando é que — vou ser bem rápido, porque sei que há outros na fila para falar — nós estamos querendo fazer um esforço muito grande para sair da ficção para a realidade, embora nós saibamos que no Orçamento há muita ficção. O Senador Romero Jucá está certo sobre isso, porque S.Exa. tem muito conhecimento sobre esse assunto. S.Exa. sempre foi o Relator. Poderíamos também colocar um pouco no colo de S.Exa. essa ficção. Há a questão dos juros e há ainda a questão desses financiamentos entre 2 a 4 anos. Então, isso tem um impacto significativo.

Isso precisa ficar registrado, para que nós possamos aprovar próximo à realidade e não já sair daqui aprovando uma ficção.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Perfeitamente, Deputado.

Eu me referi exatamente a isso durante a apresentação. Um dos fatores que nós estamos avaliando e que justificam alteração desse artigo do PLDO, ou seja, da meta para 2017, é exatamente o efeito que terão as negociações que estão em curso com os Estados, que vai afetar o resultado dos Estados em 2016 e também em 2017. Então, esse é um dos fatores.

Eu já me desculpei sobre isso. Eu tinha intenção de trazer já hoje uma proposta a respeito disso. Tinha pedido, inclusive, ao Presidente que me concedesse a realização de uma audiência mais próxima do final do mês, para que nós tivéssemos condição de trazer a proposta. Mas, como não foi possível a alteração da data da audiência, nós também não conseguimos trazer para hoje uma proposta já fechada sobre o resultado fiscal, a meta para 2017.

Deixo registrado o compromisso de trazer isso em tempo hábil para não conturbar e não atrapalhar a discussão do projeto aqui na Comissão. Então, muito brevemente, trarei uma proposta levando em consideração esses efeitos que o senhor menciona também e trarei uma informação para a Comissão bastante precisa e realista sobre as projeções fiscais para 2017. Essas projeções, como eu disse, não considerarão receitas que não estejam aprovadas e considerarão as despesas contratadas e todas as despesas necessárias para o funcionamento do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Governo dentro desse novo limite que está sendo proposto através dessa nova proposta de emenda à Constituição.

Então, considerando esses fatores, nós realmente precisaremos alterar o art. 3º do PLDO enviado. Mas, infelizmente, e peço desculpas à Comissão sobre isso, não foi possível chegar hoje aqui já com uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Só quero fazer um esclarecimento à Comissão em relação a pleito que o Ministro fez. Há um atraso anual. O calendário deste ano está extremamente apertado. Por essa razão, pedimos que esta audiência fosse feita hoje, mesmo sabendo da necessidade que tinha o Ministro de ter mais prazo para entregar a proposta pronta.

Eu queria aproveitar essa deixa, antes de iniciar o último bloco, e passar para os Srs. Deputados o calendário da LDO. Está sendo realizada hoje audiência pública em que será apresentado o relatório preliminar perante a Comissão. De 17 a 20 deste mês, até às 18 horas, é o prazo para apresentação das emendas ao relatório preliminar. A entrega do relatório preliminar com emendas, após as 18 horas, será também no dia 20. A votação do relatório preliminar com emendas pela Comissão será no dia 21.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Depois eu passarei, eu estou só...

A apresentação de emendas ao projeto de lei terá o prazo de 8 dias, que será de 22 a 29 de junho. A publicação das emendas será no dia 4 de julho. O relatório do Relator será no dia 5 de julho. A discussão e votação do relatório e das emendas ocorrerão de 6 a 12 de julho. E no dia 13, haverá o encaminhamento do parecer da Comissão à Mesa do Congresso Nacional e, se for o caso, com a aprovação do Plenário.

Esse é o calendário. Após, a assessoria passará às assessorias e aos gabinetes dos Srs. Senadores e Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Só uma dúvida, Sr. Presidente. V.Exa. está informando que se vai apresentar hoje o relatório preliminar mesmo com essas pendências que ele termina de registrar?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Sim. O relatório preliminar vem de acordo com a LOA que já foi apresentada. Depois, far-se-ão esses ajustes no definitivo.

(Não identificado) - Presidente, na mesma linha...

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Tudo bem. É a liberdade do Presidente, mas o normal era que já tivesse isso já pronto por parte do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não é possível. Deputado Assis Carvalho, nós estamos absolutamente sem prazo. Nós estamos apertados no prazo regimental. Nada prejudicará a apresentação de emendas. Os Srs. Deputados e os Srs. Senadores terão 8 dias para as emendas definitivas, após a apresentação do relatório definitivo. Não haverá prejuízo. Nós só estamos trabalhando com a cautela de não extrapolarmos o prazo regimental.

Com a palavra a Senadora Regina Sousa.

Por favor, V.Exa. está com a palavra.

A SRA. SENADORA REGINA SOUSA - Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Ministro, eu sou uma das torcedoras que façamos um orçamento bem perto do real. É muito chato nós chegarmos ao Município e dizemos que colocamos uma emenda para o Município, e ela nunca acontecer. Eu não faço isso. Eu só digo que ela está pelo menos empenhada. Então, torço para que o Orçamento realmente se aproxime do real.

Eu queria voltar à meta fiscal no sentido de que, em até quatro meses, ela só atingiu 6 bilhões. Quer dizer, tem 164 e meio para 8 meses. Não está inflado isso? Isso não pode virar um cheque em branco? Os 96 que estavam no anterior não já eram suficientes? V.Exa. falou dos 10 bilhões da CPMF. Pois gostaríamos de receber.

Quais foram os outros elementos que levaram a elevar, de uma forma tão grandiosa, essa meta? Se puder mandar, agradeço. A questão da CPMF V.Exa. já explicou, mas ainda ficam 60 e poucos.

A outra questão que eu quero voltar a tratar ainda é sobre a limitação de gastos na área da educação. Eu sou professora. E nas linhas da PEC fazem questão de dizer que saúde e educação serão corrigidas pela inflação. Se isso fica





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

como premissa, como texto na lei, na Constituição, então, com certeza, vai frustrar a receita da educação.

Nós temos as metas do Plano Nacional de Educação para serem atingidas em 2024. Como V.Exa. falou, isso é teto e pode ser mais. Quem vai ter o prejuízo? Pergunto isso porque tem que fechar, senão quebra o propósito da PEC. Se pode aumentar em um lugar, vai ter que tirar de alguém. Quem é esse alguém? Quando é que o andar de cima vai pagar alguma coisa?

A outra questão que eu quero colocar ainda é sobre os salários, não mais naquilo que o Deputado Assis falou. Mas, antes, até quero perguntar algo que eu não compreendi. Esses 15 bilhões estão dentro do que já foi aprovado ou vai haver fazer correção? Porque já foram aprovados os 14 projetos de reajuste. Desse erro que houve, quero saber se do que foi aprovado já estão lá os 15 bilhões.

Mas há também um problema a resolver ainda na questão dos salários. Pelo que está analisado aqui na revista *Valor Econômico* é que se aumentariam, em 2017, 25 bilhões. Isso corresponde a 9,7% de aumento para uma inflação esperada de 5,5%. Da mesma forma, em 2018, aumentar-se-iam 35 bilhões. Isso dá 12,5% para uma inflação de 5%. Como se vai ajustar isso?

Por último, tenho mais uma pergunta. Eu estava vendo aqui que, nas prioridades, há rodovias e não há ferrovias. O senhor mesmo falou que obra parada aumenta o custo, é prejuízo. Então, nós temos ferrovias quase terminando. Por que isso não está previsto? Por que não foi colocada nenhuma ferrovia ou, pelo menos, como um item a ser observado nas prioridades? Sabemos que a questão das ferrovias vai melhorar bastante o trânsito e a conservação das rodovias com as cargas pesadas. Nós temos ferrovias importantes como a Norte-Sul, como a Transnordestina, que poderiam ser incluídas neste Orçamento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Agradeço à Senadora Regina Sousa.

Chamo o Deputado Milton Monti. (*Pausa.*) Não está presente neste momento.

Na sequência, o Deputado Juscelino Filho. V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO JUSCELINO FILHO - Quero cumprimentar o Presidente Arthur, o Relator e Senador Wellington, o Ministro Dyogo, o Secretário George.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministro, duas notícias econômicas relevantes de hoje foram o crescimento em abril da atividade econômica em 0,3% e a divulgação da expectativa de que a inflação em 2017 deve voltar ao centro da meta de 4,5%.

Como o Ministro vê esse cenário e seus impactos positivos na agenda do País e na LDO em discussão aqui nesta Comissão? E como o Ministro vê essa provável reversão na confiança da sociedade em relação à limitação das despesas públicas que estão sendo anunciadas pelo Governo?

Na questão da educação, eu queria fazer uma pergunta. Como a ideia de se atingir 10% do PIB alocado à educação, previsto no Plano Nacional de Educação, estaria sendo afetada com essas medidas?

Quanto aos investimentos, o Governo Federal está modelando um amplo e robusto programa de investimento e parcerias público-privadas, sob o comando do Palácio, mais especificamente da Secretaria-Executiva do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, do Secretário Moreira Franco.

Como estas perspectivas e expectativas de um provável impacto positivo deveriam ser consideradas nas discussões aqui nesta Comissão, nesta CMO?

Quanto à saúde, como o Ministro e o Governo veem a tendência crescente dos gastos da saúde pública, que nós sabemos, em relação às garantias constitucionais da universalidade do sistema e às prioridades do saneamento fiscal do País?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Juscelino Filho.

Na sequência, com a palavra o Deputado Nelson Marchezan Júnior.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Obrigado, Presidente Arthur. Quero saudar aqui o nosso Ministro Dyogo, o nosso Senador Wellington. Quero dizer que fiquei feliz quando V.Exa. disse que a intenção da LDO, a intenção do Governo é resolver os problemas da sociedade, é gerar emprego, melhorar a qualidade de vida. Com esta parte da sua manifestação, confesso que fiquei feliz.

Fiquei feliz também com a manifestação do Senador Wellington, quando ele fala da importância do realismo no Orçamento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Será que chegamos a este ponto, Senador? Será que desta vez vamos chegar? Será que a crise vai ser útil para alguma coisa?

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Deus é brasileiro, e a Comissão está evoluindo.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Espero que nós evoluamos muito porque, na verdade, os que geram a crise estão aqui. Somos nós. Quem aprovou todos esses orçamentos, quem construiu esses orçamentos fomos todos nós. E a crise está no setor público. Ou será que a crise é do empresariado, que é culpa dele ou culpa do trabalhador? Não. A crise advém das finanças públicas gigantescas, que foram criadas, aprovadas e não fiscalizadas por nós do setor público. A crise está aqui.

E aí me parece, Ministro — isso aqui não é uma manifestação nem de Oposição nem de Governo, acho que ultrapassamos isso —, que agora estamos nos próximos 2 anos aqui por um macrointeresse em termos de Brasil. V.Exa. mesmo ultrapassou os dois Governos, aliás, o mesmo Governo eleito com os mesmos votos, mas que parece, agora, que pensa de forma diferente.

Mas nós temos que mudar o pensamento, Ministro. O que eu ouvi aqui parecia até demagogia, para quem escutou o Deputado Assis falar da primeira classe. Eu vou baixar mais o nível: eu vou falar do cafezinho. O problema nosso é o cafezinho: 80 milhões, até o final do ano, em cafezinho aqui na Esplanada dos Ministérios. Quando o senhor disse “nível hierárquico do servidor” e que por isso que esses servidores têm que ter passagem de primeira classe, digo que aí está o problema do nosso Orçamento. Nós tratamos os brasileiros em níveis. E nós cobramos uma carga tributária de 40% do desgraçado, do coitado do cidadão, e fica tudo aqui no outro nível do patamar, “patamar servidor público”. E aí, dentro do “patamar servidor público”, ainda há um patamar diferenciado, que é esse outro nível, o do que recebe o cafezinho, que, de acordo com o contrato de licitação, não pode ser requentado, e recebe uma passagem de primeira classe. Parece besteira, não é? Mas esse servidor de primeira classe recebe acima do limite constitucional. E, segundo os cálculos do seu Ministério, isso dá quase 1 bilhão por ano.

Se nós expandirmos isso para Estados e Municípios, dá um custo de pagamento ilegal para quem deveria fiscalizar, para juiz, promotor, parlamentos, e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

não Parlamentares, servidores de Parlamento, de 10 bilhões, sem contar o cafezinho e a passagem de primeira classe.

Essa diferença de casta de brasileiros é que não está prevista nesta LDO. Continua com essa mesma diferença. A mudança de paradigma da visão de que somos todos brasileiros e que o dinheiro público que está sendo distribuído aqui tem que ser distribuído para acabar com as desigualdades, e que o problema está aqui, porque a conta está indo de novo para a D. Maria e para o Seu João pagar.

A conta não está aqui, porque este Governo apoiou, o nosso Governo apoiou aqui 14 projetos de aumento que, na sua visão orçamentária, pode dar 50, 60 bilhões, mas, no custo para D. Maria, dará mais de 130 bilhões, com esse novo cálculo de V.Exa. Nos próximos 4 anos, isso dará mais de 130 bilhões só de aumento, Ministro. E não estou dizendo isso para V.Exa. Estou falando para nós todos. Isso só de aumento, sem falar nas alterações, em que um só projeto altera 38 carreiras, e foram 14, sem falar nas alterações que aumentam muito mais as nossas despesas.

Então, será que na LDO nós vamos tentar redistribuir efetivamente melhor o recurso do Orçamento? Será que nós vamos falar um pouquinho de gestão, de controle, de condições, de repasses? Será que nós vamos enfrentar as corporações?

O Conselho Nacional do Ministério Público e o CNJ — Conselho Nacional de Justiça dizem que parte da LDO não se aplica a juízes e promotores. *(Riso.)* Quando é que nós vamos enfrentar essa distribuição?

Queria focar na questão desses aumentos de servidores. Alguns são justos, mas, nesse critério de justiça, há outros brasileiros que têm justas mais prementes.

V.Exa. fala sobre alteração de grupo de natureza de despesa por portaria e argumenta que isso se fará com as emendas. V.Exa. está dizendo: *“Vamos dar emendinha para Parlamentar, mas vamos tirar prerrogativa do Congresso”*. E agora, por portaria, o cara vai tirar dinheiro de investimento, dinheiro da D. Maria, dinheiro do Seu João, e vai poder botar para aumento, de novo, de salário?!

Ministro, não faça isso! O que há de mais nobre são esses três projetos que passam aqui por esta Comissão, que tratam da distribuição do dinheiro público. Nós não temos problemas de receita, perdão. O nosso problema é que nós continuamos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

distribuindo dinheiro público entre nós, no nosso cafezinho, na nossa passagem de primeira classe, para uma classe A de brasileiros, aonde a crise não chegou. Para nós do setor público não há crise. Nós estamos cortando de novo é da D. Maria e do Seu João. Aqueles lá não têm salário no final do mês, e aqui nós estamos aumentando o salário do final do mês.

Então, Ministro, eu falo para V.Exa., mas não é pessoal. Eu estou tentando passar uma mensagem para o nosso Governo, para o Governo que parece que precisa ser suprapartidário, para ele começar a não atender os partidos, nem a classe A, mas para ele começar a atender os brasileiros. E para tal não há oportunidade melhor do que fazer isso em um dos três projetos mais importantes, que é a LDO.

Então, eu queria deixar isso registrado. Faço esse apelo. Gostaria que, por meio desse foco, V.Exa. explicasse o nível de comprometimento do Governo e explicasse como esses projetos vieram parar na Câmara com apoio do Governo dessa forma. E também gostaria de saber se nós podemos, Ministro, fazer algumas alterações na LDO com o objetivo de focar no interesse da D. Maria e do Seu João e não no nosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Marchezan.

Peço a compreensão do Ministro para dar a palavra ao último orador inscrito, o Deputado Izalci, e aí o Ministro possa responder e nós passamos encerrar a audiência pública.

Está com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, vou utilizar apenas 1 minuto. Vou fazer uma pergunta ao Ministro e vou fazer um apelo a V.Exa.

A pergunta para o Ministro é no sentido de que se essa transição de Governo foi feita de uma forma consistente e colaborativa ou se V.Exa. teve alguma dificuldade. Talvez seja esse o motivo do equívoco, essa transição do Ministério do Planejamento. Nós estamos na fase de encaminhamento dessas modificações para a Casa. Houve essa questão também de que houve um erro admitido por V.Exa. em relação ao aumento. Eu queria saber se realmente houve essa transição de uma forma colaborativa ou se V.Exa. teve dificuldade de obter informações.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu mesmo não consegui diversas informações. Nos Ministérios que solicitei, havia realmente problemas de informação. Apagaram informações, sumiram com informações. Quero saber o que aconteceu com o Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

E eu queria fazer um apelo ao Presidente. Particpei da CMO, no ano passado, e deixei aqui um voto em separado da prestação de contas da Presidente Dilma. Fiz um voto em separado em função de que o Senador Acir Gurgacz, que era o Relator, havia aprovado as contas com ressalva. Eu fiz um parecer pela reprovação. E o próprio Senador Acir, no Senado, acabou admitindo na votação o *impeachment*. Portanto, o Senador admitiu essa possibilidade de erro.

Então, sei que V.Exa. não pode colocar o meu voto, mas evidentemente eu gostaria de pedir para que alguns dos Parlamentares aqui — provavelmente eu vou pedir ao pessoal do PSDB —, assumam meu voto para que possamos votar.

Ontem mesmo, no Tribunal de Contas da União, foram avaliadas as contas do ano de 2015, inclusive foram listadas muito mais irregularidades do que nas contas de 2014.

Peço que possamos compatibilizar o que está acontecendo aqui com a realidade. Nós estamos tomando decisões no Senado e na Câmara em função de *impeachment*, e aqui, que é a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que deveria estar cuidando das contas, ainda não se manifestou com relação às contas de 2014.

É só esse apelo que eu gostaria de fazer a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Está consignado o apelo de V.Exa. Administrativamente, eu tomarei as providências e entrarei em contato com V.Exa.

Com a palavra o Ministro Dyogo...

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, é porque também precisa ficar registrado que o voto em separado de S.Exa. é em relação às contas de 2014. Não é em relação às de 2015. Não há relação com essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não. Não vou polemizar, porque, regimentalmente, nem dentro do ano exercício o voto separado é votado. Por isso, eu respondi da maneira que é mais conveniente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - É preciso explicar isso ao Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, não. Eu já pedi ao pessoal do PSDB assumir o meu voto em separado sem problema. Ele está muito bem fundamentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Izalci e Deputado Assis. Todos os dois Deputados estão muito atentos.

Ministro Dyogo, V.Exa. está com palavra para que possa responder aos questionamentos do último bloco.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Vou começar pelas perguntas da Senadora.

Senadora, de fato, como já foi explicada a questão da meta deste ano de 2016, houve uma mudança também de metodologia. Aquele número anterior continha uma série de medidas que ainda não estavam aprovadas, ações que o Governo pretendia executar não só no âmbito legislativo, como também no âmbito administrativo.

Então, o que justifica essa mudança são essas alterações metodológicas de não considerar receitas não aprovadas e também o fato de que foram incorporadas nessa meta várias despesas que não se pretendia antes executar. São despesas que foram consideradas, despesas já contratadas, despesas com obras em andamento, despesas com compromissos internacionais, despesas diversas que antes não tinham sido consideradas.

Na questão das ferrovias, a senhora tem razão, são projetos importantes, relevantes para o País. É fundamental o desenvolvimento do modal ferroviário para a melhoria da nossa infraestrutura. Nesse sentido, há vários projetos em andamento. Entretanto, a escolha do que entra ou não como prioridade na LDO tem a ver também com a questão da capacidade de executar, da maneira como isso vai se desenvolver. E muitas outras ações são igualmente meritórias. Não é uma questão apenas de mérito. Por esse critério, nós colocaríamos quase todo o Orçamento dentro da lista de prioridade. Ali, evidentemente, há necessidade de seleção de um grupo, um conjunto reduzido de prioridades, para que sejam mais bem acompanhados e mais bem evidenciados ao longo da execução orçamentária.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A senhora perguntou sobre a questão de pessoal. Eu já expliquei. Aproveito para mencionar também o que o Deputado Izalci perguntou. Nesse caso, não houve nenhuma dificuldade de obtenção das informações. Realmente, foi uma questão de erro técnico na planilha que foi utilizada, nada além disso. Nós já publicamos uma nota à imprensa reconhecendo esse problema.

Do ponto de vista do impacto para 2016 — a Senadora também perguntou a respeito desse item —, não houve alteração. Então, a previsão orçamentária está contemplada naqueles projetos que foram aprovados, está dentro do que foi previsto para 2016.

Bom, a imprensa tem feito alguns cálculos com os quais nós não temos plena concordância. Não conhecemos a maneira como esses cálculos são feitos. Então, não vou comentar a matéria da imprensa a respeito disso. Os números oficiais estão publicados. Eu posso encaminhá-los a esta Comissão também, oportunamente.

O Deputado perguntou sobre a questão do cenário. Eu sou muito otimista a respeito da economia brasileira, Deputado. Eu acho que o País tem uma economia pujante. Há um setor empresarial, um setor privado competente e capaz de reagir a situações de crise. Eu acredito que, à medida que nós tenhamos a aprovação dessas propostas que apontam para uma estabilização da situação fiscal do País, que mostram que nós temos uma proposta de futuro, uma proposta para o País, isso afetará rápida e fortemente as decisões do setor privado na área de investimento, na área de consumo. Isso é o que dinamiza a economia e permite que a economia cresça, na medida em que os investimentos retornam, as decisões de consumo retornam. Isso movimenta a economia, os produtores vendem mais, contratam mais, investem mais. Esse círculo virtuoso da renda se retroalimenta para frente.

O que nós precisamos agora é sair desse momento em que as expectativas são muito negativas para um momento em que as expectativas se revertam e as pessoas comecem a pensar que os seus projetos serão exitosos, serão positivos. Eu sou muito otimista nisso. Acho que nós temos que trabalhar muito para que isso aconteça. É evidente que o Congresso Nacional é o ambiente, a Casa que tem, talvez, a maior responsabilidade, porque todas essas propostas passam por aqui. Então, é só um compartilhamento de que isso é muito importante.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agora, no momento atual, isso poderá impactar a discussão aqui se se transformar efetivamente em variáveis que afetem as estimativas de receita ou de despesa. À medida que se converte efetivamente em indicadores de que nós teremos uma situação melhor, isso acaba impactando aqui.

As parcerias público-privadas, sem dúvida, contribuirão fortemente para a retomada do crescimento, principalmente porque estão voltadas para aquilo que é o elemento mais nobre dessa ação, que é a infraestrutura. Sem infraestrutura, não temos como desenvolver nenhuma atividade econômica. Precisamos da infraestrutura para isso. Então, como estão sendo discutidas e desenvolvidas para a melhoria da infraestrutura, as parcerias têm um papel fundamental nesse processo de recuperação do País.

A questão da educação e da saúde também já foi amplamente comentada. Eu só queria dizer que os compromissos de desenvolvimento dessa área continuam. Nós continuaremos dando atenção a essas áreas. Eu já expliquei muito bem que o que se está propondo não é uma redução dos recursos nessas áreas; é uma disciplina para as aplicações mínimas. Recursos superiores poderão ser aplicados, se assim for a decisão do Congresso Nacional.

O Deputado Nelson Marchezan Junior comenta, de maneira muito pertinente, eu diria, a prerrogativa básica desta Comissão e do Congresso Nacional, que é a de redistribuir o Orçamento e orientar os recursos públicos para aquilo que efetivamente seja do maior interesse nacional. É esse o nosso espírito. O senhor tem toda a razão. A nossa preocupação não é a conjuntura atual nem a conjuntura momentânea, ainda mais pela minha condição de servidor público de carreira. Estarei servindo ao meu País da melhor maneira que eu consiga. A nossa preocupação permanente é adotar ações e propostas que ajudem o nosso País a se desenvolver. E a alocação do Orçamento, evidentemente, é uma das principais ações que nós podemos tomar nesse sentido.

Outra questão foi mencionada. Talvez eu próprio tenha me expressado mal a respeito disso. Nós não estamos propondo que seja dada primeira classe a ninguém. Isso é o que está vigente hoje, não é uma proposta que nós estamos trazendo aqui, não é nenhuma novidade. Isso é o que está previsto hoje. E não é





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

primeira classe — só para esclarecer —, é classe executiva, que é a classe intermediária.

Nós não estamos propondo nem questionando essa questão. Apenas na apresentação eu fiz referência ao que estava presente. É a regra. Nós não estamos propondo nada diferente do que está em vigor hoje. Entendo que, se for a decisão deste Congresso, acataremos qualquer que seja a disciplina a essa matéria.

Eram esses os comentários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O Relator, o Senador Wellington Fagundes, pede para fazer suas considerações. Na sequência, falará o Ministro e, depois, encerraremos a reunião.

A SRA. SENADORA REGINA SOUSA - Por favor, eu queria fazer um comentário, até porque eu tinha direito a réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Eu não ouvi o seu pedido, mas, por favor, V.Exa. tem todo o direito.

A SRA. SENADORA REGINA SOUSA - Eu não ia pedir a palavra, mas ele falou sobre uma questão no final da minha resposta que eu acho que não é o que deve acontecer.

Não é só dizer “*não vou comentar a matéria*”, porque quem fez essa conta não foi um *blog* de esquerda, foi o *Valor Econômico*. Querendo-se ou não, ele pauta a economia. Então, se a matéria está errada, é preciso, pelo menos, desmenti-la.

Eles fizeram a conta. Dá exatamente os 67 bilhões de reais, que o senhor disse que é o correto mesmo. E eles viram ano a ano quanto isso impacta o gasto com pessoal. É bem acima da inflação. Eu perguntei como se ajustaria isso.

Então, se isso não é real, é preciso desmentir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Senadora, o Ministro, nas considerações finais, comentará essa questão.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, acho que o próprio Ministro já dirimiu praticamente todas as dúvidas. Eu só quero dizer que, nesse relatório preliminar, nós faremos a avaliação do cenário econômico fiscal e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dos parâmetros utilizados e a avaliação do cenário social. Então, este momento, o relatório preliminar é tranquilo.

Depois, como disse o Presidente, nós teremos um tempo mais longo para que sejam apresentadas as emendas. Eu acredito que, nesse momento, aí sim, a Comissão de Orçamento poderá aperfeiçoar mais ainda a peça orçamentária.

Tentaremos cumprir o objetivo principal, que é fazer com que tenhamos um Orçamento realista, disso eu tenho certeza por parte do Presidente, do Relator-Geral e da minha parte, como Relator da LDO. Nós estamos, inclusive, antecipando aqui — olhem só —, estamos buscando aprovar a LDO pela primeira vez algum tempo antes, para que, com as emendas, inclusive, ao Orçamento da União, não aconteça o que aconteceu no ano passado. Ou seja, foi aprovado o Orçamento, e, de repente, vieram as emendas impositivas de bancada. Essas emendas impositivas vieram depois de aprovado o Orçamento. Isso engessou e dificultou o trabalho. Então, eu acredito que o Presidente busque dar celeridade ao processo.

Eu quero agradecer inclusive ao Ministro por haver se predisposto a vir aqui, mesmo não tendo condições ainda de apresentar as metas e propostas deste Governo. Então, eu acredito que nós teremos esse tempo ainda.

Por isso, eu quero aqui, Sr. Presidente, fazer um agradecimento. Esse trabalho, na verdade, não será feito pelo Relator, sozinho. É um trabalho que estamos fazendo com os consultores. Eu sempre faço questão de agradecer a essas pessoas que auxiliam o nosso trabalho, porque são elas que fazem o papel da inteligência, do conhecimento técnico, para permitir que possamos fazer uma peça perfeita ou buscar essa perfeição.

Então, quero agradecer aos consultores da área do orçamento da Casa Vinícius Amaral, Eduardo Rodrigues, Graciano Rocha Mendes, Marcelo de Rezende, Rafael Fraia, Wagner Primo, José de Ribamar, Eugênio Greggianin, Renan Milfont e Mário Gurgel. Todos eles são funcionários concursados da Casa de alta competência. Agradeço, ainda, à minha assessoria: Valéria Crosara, Edilson Ramos, Hamilton Costa, Tiok Shimoda e Sérgio Henrique.

Sr. Presidente, quero fazer uma consideração ao nosso Relator em relação ao fundo de compensação das exportações. Esse foi um assunto no qual nós tocamos ontem na reunião das Lideranças. Gostaria que, na sua consideração final,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o Ministro pudesse dizer alguma coisa sobre isso, apesar de que nós trataremos desse assunto nas emendas.

Eu digo isso porque, para os Estados produtores de matéria-prima no Brasil que exportam *commodities* agrícolas e minerais, havia, através da Lei Kandir, originalmente, a previsão constitucional de que esses produtos fossem exportados totalmente desonerados, exatamente para que fosse estimulada a exportação brasileira.

Depois, terminada a vigência da Lei Kandir, o Governo adotou o FEX, um fundo de compensação das exportações, que, na verdade, não é impositivo. O Governo paga se puder e se quiser. Portanto, se o Governo entende que deve pagar, essa é uma política adotada de estímulo ainda a esse mecanismo que vem funcionando há muito tempo.

O Brasil é exportador de matéria-prima, basicamente. Na nossa balança comercial, foi exatamente a exportação desses produtos que contribuiu efetivamente para que não tivéssemos um déficit tão grande.

Digo isso principalmente por ser de Mato Grosso, um Estado exportador que contribui efetivamente para o maior volume de exportação. É um Estado ainda em expansão. São 900 mil quilômetros quadrados. Hoje nós somos o maior produtor de todas essas *commodities* agrícolas: soja, 42% da produção nacional; milho, da mesma forma. Somos também o maior produtor de algodão.

Eu digo isso não só de Mato Grosso, mas também de vários Estados brasileiros, principalmente do Centro-Oeste — o Ministro é de Tocantins —, de Goiás, enfim, de todos esses Estados. Está aqui conosco, inclusive no plenário, o Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios, o Prefeito Neurilan Fraga. Tenho me reunido também com a Associação Brasileira de Municípios.

Para se ter uma ideia, Ministro, em Mato Grosso, nós exportamos, em 2015, 12 bilhões de dólares, e o ICMS arrecadado seria 7 bilhões e 900. Esse seria o volume de que teríamos direito à compensação, aproximadamente. Nós teríamos, então, o potencial de arrecadação — em função das desonerações, nós não recebemos — de 5 bilhões. Então, esse seria, digamos, o que Mato Grosso deveria ter direito em compensação, e nós recebemos no ano passado 422 milhões. No Brasil todo, o valor foi de 1 bilhão 950 milhões.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, primeiramente, eu gostaria de saber do Ministro, como política de Governo, como é vista, no atual Governo, essa questão do estímulo à exportação e a compensação a ser feita, principalmente se nós temos perspectiva orçamentária, para os próximos anos, de diminuir ou, pelo menos, quem sabe, chegar a 50% do direito que seria dos Estados exportadores de ter a compensação — pelo menos 50%. Olha, a Lei Kandir previa 100%. Como o Ministro vê essa situação?

Ao final, Sr. Presidente, quando V.Exa. for encerrar a reunião, eu gostaria de já fazer a entrega oficial do relatório. Eu gostaria de fazer a entrega, apesar de esse ser papel da Secretaria. Como V.Exa. já anunciou o calendário aqui, nós poderemos, inclusive, semana que vem, antecipar a discussão do relatório.

Eu quero agradecer mais uma vez ao Ministro, por ter atendido de forma ágil a Comissão, e também ao Presidente, não só pela oportunidade de eu estar aqui como Relator, mas também por ele estar buscando fazer com que nós do Congresso Nacional e, principalmente, a Comissão Mista de Orçamento possamos dar essa resposta ao País.

Eu acho que a pior situação é não termos um Orçamento aprovado, como já aconteceu em outros anos. Deixa-se para outubro, novembro, dezembro, e o ano passa sem que tenhamos um Orçamento aprovado.

Eu acredito, Sr. Presidente, em V.Exa., pela competência, pela experiência demonstrada inclusive na CCJ, quando, num ano bastante polêmico, teve a coragem de botar na pauta e votar os projetos que estavam ali, há muito tempo, hibernando. Eu espero, inclusive, que a Comissão possa inovar este ano, inclusive na questão das emendas de Comissão — no ano passado foi uma —, se tivermos que evoluir para duas ou três.

Isso nós vamos discutir aqui, mas o importante é que façamos também emendas; que, ao anunciarmos e publicarmos isso, a população tenha certeza de que aquilo vai valer e também serão suplantadas as dificuldades que nós temos hoje.

Volto a repetir: há muitas obras inacabadas e muitas obras que não puderam nem ser começadas por dificuldades burocráticas no Brasil, principalmente, Sr. Presidente, em relação à questão ambiental — temos muitos problemas com as licenças do IPHAN, com as licenças de um modo geral —, à questão indígena. Nós





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

temos que fazer com que possamos vencer a burocracia e trazer oportunidades ao desenvolvimento deste País.

A nossa infraestrutura é fundamental para que possamos gerar empregos neste País. Hoje nós temos um dos fretes mais caros do mundo. Portos precisam ser melhorados. Investidores tanto do País como do exterior querem investir através das concessões, mas às vezes não oferecemos a segurança jurídica que dê a esses investidores condições de acreditar no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Senador Wellington, pelas palavras, pela explanação e pela oportunidade do ofício de convocação da audiência pública e da presença do Ministro.

Passo a palavra ao Ministro Dyogo de Oliveira para as suas considerações finais.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Primeiro, vou responder às perguntas que o Senador Wellington fez. Em relação ao FEX, a resposta é que nós estamos prevendo neste ano a regularização do pagamento. Nós, na verdade, já liberamos o pagamento do FEX equivalente ao ano de 2015 e teremos, até o final do ano, a liberação do FEX relativo ao ano de 2016, dentro disso que nós temos colocado como sendo a política de regularização das despesas da União.

A outra questão que o senhor coloca foi em relação à Lei Kandir. Eu acho que ela demanda uma discussão mais ampla, porque estamos falando de valores muito vultosos. Eu acho que ela demanda uma discussão que envolve não só isso, mas também a reforma do ICMS, questões federativas mais amplas. Eu acho que não cabe aqui uma manifestação peremptória a respeito.

Volto à questão da Senadora Regina a respeito da questão dos impactos dos projetos aprovados. Senadora, nós tivemos em 2015 uma folha de 243,9 bilhões de reais. Aqui eu abro parêntese para entrar um pouco nos detalhes das projeções que foram divulgadas. A folha de pagamentos do Governo Federal é a folha do ponto de vista financeiro. Então, é aquilo que efetivamente é pago aos servidores. Aquele impacto que eu mencionei de 67 bilhões de reais incorpora a contribuição para a Previdência dos servidores, a CPSS.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aquilo de fato não é o verdadeiro impacto do ponto de vista financeiro, porque, evidentemente, aquela contribuição é receita também para o Governo. Ela não sai como despesa. Então, o impacto líquido é menor. O próprio recolhimento do Imposto de Renda também é receita. Isso não estaria naquela conta de 67 bilhões de reais.

Então, a folha efetiva que é paga, do ponto de vista financeiro, é de 243,9 bilhões de reais em 2015.

Em 2016, com os reajustes, ou melhor, sem os reajustes, essa folha seria de 252,4 bilhões de reais. O efeito efetivo líquido do reajuste é 6,3 bilhões de reais em 2016. Portanto, essa folha, conforme eu apresentei naquela outra tabela, seria de 258,8 bilhões de reais em 2016, já considerado o impacto financeiro de 6,3 bilhões de reais.

Pois bem, esse impacto financeiro de 6,3 bilhões de reais ocorre uma vez que o reajuste será dado em agosto para a maioria das categorias. Ele não é um impacto do ano cheio. Se nós calcularmos isso do ponto de vista de ano cheio, haveria um impacto anualizado de 11,6 bilhões de reais, que, divididos pelo valor da folha, seriam um reajuste, um aumento ano anualizado de 4,6%, para uma inflação estimada de 7,2% — isso, em 2016.

Em 2017 — e aqui, de novo, é preciso tomar cuidado —, a folha prevista para o ano seria de 279,3 bilhões de reais, o que seria decomposto da seguinte maneira: 258,8 bilhões de reais é a folha do ano anterior; 3,7 bilhões de reais são efeitos de vetos que afetam e impactam a folha, o que se chama crescimento vegetativo; 11,5 bilhões de reais é o efeito do reajuste no ano de 2017; e 5,3... Os 11,5 bilhões de reais são o efeito do reajuste no exercício; e mais 5,3... Não entendi... *(Pausa.)* Estou sendo informado de que é a parcela do ano que vem.

A SRA. SENADORA REGINA SOUSA - Ministro, desculpe-me interrompê-lo. Não quero colocar o senhor em situação de constrangimento, porque, em matemática, nós erramos mesmo, mas estou com outra Comissão me esperando.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Eu só preciso concluir isso aqui.

A SRA. SENADORA REGINA SOUSA - Eu só quero que o senhor se entenda com o *Valor Econômico*, porque esse é um jornal de muita credibilidade, para ver se está errado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Eu acho importante aproveitar a oportunidade, Senadora, para esclarecer esses números e demonstrar o seguinte: o efeito do reajuste anualizado em 2017 será de 11,5... Perdão, o efeito no ano será de 11,5 bilhões de reais porque as parcelas vão sendo ao longo do ano. Mas, se fosse anualizado o reajuste, o efeito seria de 13 bilhões de reais em 2017, que, divididos de novo pela folha, implicam um reajuste de 5,1% sobre a folha de 2017, para uma estimativa de inflação de 5,5%.

Da mesma forma, em 2018, nós teríamos uma folha prevista para o ano de 292,5 bilhões de reais, sendo uma base de 279,3 bilhões de reais — aí há os efeitos do crescimento vegetativo, outros efeitos sobre a folha. O efeito do reajuste, no exercício, seria de 8,2 bilhões de reais, que, anualizados, significariam 11 bilhões de reais. Portanto, nós teríamos um reajuste anualizado que corresponderia a 4,2% da folha, enquanto a estimativa de inflação é de 5%.

O que eu quero deixar claro é que o reajuste previsto nesses projetos de lei, o efeito dele, anualizado em cada ano, é menor do que a inflação. A folha tem outras dinâmicas que afetam o seu resultado, como sentenças judiciais, crescimento vegetativo, progressões nas carreiras, entrada de algumas pessoas que ainda vão entrar nesses concursos que ainda estão autorizados, etc.

Então, eu gostaria de deixar aqui na Comissão os números oficiais. A nossa previsão é a de ter uma folha de 258,8 bilhões de reais em 2016, com um impacto anualizado de 11,6 bilhões de reais dos projetos de reajuste e um impacto efetivo no ano de 6,3 bilhões de reais; uma folha de 279,3 bilhões de reais em 2017, em que o impacto anualizado dos reajustes é 13 bilhões de reais — portanto, o reajuste significa 5,1%, enquanto a inflação prevista é de 5,5% —; e uma folha de 292,5 bilhões de reais em 2018, com um impacto anualizado dos reajustes de 11 bilhões de reais, o que representaria 4,2% de aumento, quando a inflação esperada é de 5%.

O que eu quero assegurar para esta Comissão é que os PLs que foram aprovados representam reajustes que estariam muito próximos do limite da inflação nesses anos todos. Evidentemente, a folha total é afetada por outros fatores, alguns, inclusive, estão fora do nosso controle, como as sentenças judiciais, e isso não está sendo tratado nesses projetos de lei.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Acho importante esclarecer esses números, porque tenho visto alguma confusão a respeito dos impactos dos projetos de lei. Evidentemente, temos que reconhecer que uma parte desses problemas foi gerada por um erro de cálculo do próprio Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Para finalizar, agradeço ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Sr. Dyogo de Oliveira, à sua equipe técnica, aos Srs. Parlamentares e aos demais presentes.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Eu quero, então, fazer a entrega do relatório ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Convoco reunião ordinária para a próxima terça-feira, dia 21 de junho, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,
 DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
 PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO DE 2016.**

No dia vinte e um do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Arthur Lira, Assis Carvalho, Bebeto, Benjamin Maranhão, Cleber Verde, Dagoberto, Davidson Magalhães, Geraldo Resende, Irajá Abreu, Júlio Cesar, Leandre, Luciano Ducci, Milton Monti, Nelson Meurer, Paulo Azi, Ronaldo Fonseca, Sergio Souza e Vicentinho Júnior; - **Senadores titulares:** Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Romero Jucá, Telmário Mota, Waldemir Moka e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Celso Maldaner, Daniel Vilela, Lúcio Vale, Luiz Cláudio, Mário Negromonte Jr. e Tereza Cristina. Teve a ausência justificada o Deputado Titular Rodrigo de Castro. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Ademir Camilo, Beto Faro, Claudio Cajado, Duarte Nogueira, José Priante, Junior Marreca, Pr. Marco Feliciano, Reginaldo Lopes, Saraiva Felipe, Sérgio Moraes, Simão Sessim e Waldenor Pereira; e - **Senadores:** Eduardo Braga e Paulo Paim. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Carlos Henrique Gaguim, Evair de Melo, Expedito Netto e José Fogaça. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta minutos, do dia vinte e um de junho de 2016, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Deputado Arthur Lira (PP/AL). **AVISOS.** O Presidente informou aos parlamentares que a partir daquela data, o registro da presença deverá ser feito no terminal eletrônico instalado na entrada principal do Plenário onde será realizada a reunião da Comissão, ou nos terminais que se encontram nas bancadas. O Presidente comunicou, ainda, que a **Indicação nº 929/2015**, apresentada pela Deputada Leandre (PV/PR), que solicitou que sejam empreendidos os esforços necessários para que as despesas destinadas à área da saúde, constantes na Lei Orçamentária Anual de 2016, não sofram eventuais cortes orçamentários que possam advir das medidas de austeridade anunciadas, ficou **prejudicada**, de acordo com o *art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal*, por haver perdido a oportunidade, tendo em vista que a Lei Orçamentária Anual para 2016 já foi apreciada pelo Congresso Nacional. **EXPEDIENTE.** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA:** Apreciação do **Acordo de Procedimentos**, já aprovado pelo Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, em reunião ocorrida em 21.06.2016, às 14 horas. 1. As reuniões ordinárias agendadas para as terças-feiras iniciarão às 14h30min e as agendadas para as quintas-feiras iniciarão às 9h30min; 2. O painel eletrônico de presença será aberto 30 minutos antes do início da reunião; 3. As reuniões não deliberativas (audiências públicas) serão agendadas pelo Presidente e ocorrerão preferencialmente às quintas-feiras pela manhã. A lista de inscrição de parlamentares interessados em interpellar convidados será aberta 30 minutos antes do início da reunião; 4. Não havendo número regimental para o início da reunião, o Presidente aguardará por 30 minutos, prorrogáveis pelo mesmo período, para que se complete o *quórum*; 5. A leitura da ata poderá ser dispensada a pedido de qualquer membro da comissão, desde que haja consenso. A discussão da ata, pelo prazo máximo de três minutos, refere-se somente aos pontos a serem retificados; 6. A ata, por não ser uma proposição, mas sim um documento administrativo, não está sujeita a encaminhamento, orientação ou verificação de votação; 7. Fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

e enviados por meio do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às lideranças partidárias; 8. O parlamentar que desejar apresentar voto em separado poderá utilizar o tempo destinado à discussão para ler seu voto; 9. O Presidente poderá destituir o Relator que não apresentar seu parecer no prazo determinado. O novo Relator poderá proferir seu parecer oralmente na reunião em curso ou solicitar adiamento para a reunião seguinte; 10. O Relator que quiser desistir da relatoria deverá assinar termo de desistência; 11. Caso o Relator não compareça, sem justificativa, a duas reuniões de apreciação da matéria, o Presidente poderá indicar novo Relator, observando a proporcionalidade partidária; 12. Somente membros da CMO poderão levantar questão de ordem. A decisão da Presidência sobre a questão é irrecorrível, salvo se estiver relacionada com dispositivo constitucional; 13. As inversões de pauta aprovadas e cuja matéria não foi deliberada ficam asseguradas para a próxima reunião deliberativa que ocorrer na mesma semana; 14. Destaques poderão ser apresentados a partir da publicação do relatório na página da CMO; 15. Poderá ser dispensada a leitura dos pareceres e relatórios que forem distribuídos em avulsos; 16. Considerar-se-ão publicadas e distribuídas as proposições legislativas a partir da publicação dos respectivos documentos em meio eletrônico na página da CMO; 17. As matérias relativas à Avaliação de Receitas e Despesas, Avaliação de Cumprimento de Metas Fiscais, Demonstrações Financeiras do Banco Central, Operações de Redesconto e Empréstimo em Moeda Estrangeira realizadas pelo Banco Central, Relatório Gerencial Trimestral do BNDES sobre a aplicação de recursos de empréstimos junto ao Tesouro Nacional e Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil, terão seu recebimento comunicado em Plenário pelo Presidente e serão publicadas na página da CMO. Os membros da comissão poderão solicitar a relatoria, no prazo de quarenta e cinco dias. Findo o prazo e não havendo manifestação de nenhum parlamentar a matéria será arquivada; 18. Os avisos do TCU sobre o resultado de fiscalizações e auditorias em órgãos, programas e obras terão seu recebimento comunicado em Plenário pelo Presidente e serão publicados na página da CMO. Os avisos que informarem indícios de Irregularidades Graves com Recomendação de Paralisação (IGP) em obras e serviços de engenharia, ou que foram regularizadas pendências anteriormente apontadas e que impliquem modificação do Anexo VI da LOA, serão autuados e será designada relatoria. Os demais avisos serão arquivados, exceto se houver solicitação expressa de membro da CMO para relatar a matéria. O Acordo de Procedimentos foi colocado em votação e foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às 14h53min, o Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos, em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, de acordo com o disposto no *Art. 46, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Antes, porém, convocou a continuação da reunião ordinária para o mesmo dia, 21 de junho, terça-feira, às 16h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às 16h59min, os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Deputado Arthur Lira (PP/AL), que passou a apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 2ª Reunião Ordinária, realizada no dia 14 de junho de 2016; e 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 16 de junho de 2016. O Presidente consultou ao Plenário sobre a dispensa da leitura das atas e houve concordância. Em votação, as Atas foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. PAUTA. Item 1. Nos termos do *parágrafo único, do art. 110 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente anunciou a apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 716/2016-CN**, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor de R\$ 420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais), para os fins que especifica.” Relatora: Deputada Leandre. Foram apresentadas 04 emendas. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das 4 emendas apresentadas. A Relatora apresentou o Relatório. Em conformidade com o disposto no § 2º do *Art. 146, da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pela relatora no seu voto. Discutiu a matéria o Deputado Assis Carvalho (PT/PI). Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 21.06.2016.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo aos Parlamentares que, a partir desta data, o registro da presença deverá ser feito no terminal eletrônico instalado na entrada principal do plenário onde está sendo realizada a reunião da Comissão e nos terminais que se encontram nas bancadas.

Expediente.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião e enviados por *e-mail* aos membros e às Lideranças partidárias.

Informo que a Indicação nº 929, de 2015, apresentada pela Deputada Leandre, do PV do Paraná, que solicita que sejam empreendidos os esforços necessários para que as despesas destinadas à área de saúde, constantes da Lei Orçamentária Anual de 2016, não sofram eventuais cortes orçamentários que possam advir das medidas de austeridade anunciadas, está prejudicada, de acordo com o art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, por haver perdido a oportunidade, tendo em vista que a Lei Orçamentária Anual de 2016 já foi apreciada pelo Congresso Nacional.

Eu quero informar aos senhores membros, Deputados e Senadores, que, apesar de o quórum ter sido alcançado tanto na Câmara como no Senado, a Câmara dos Deputados encontra-se em votação na Ordem do Dia. E o procedimento que proponho é a suspensão da reunião para reabertura dos trabalhos às 16h30min.

Antes, porém, eu queria colocar em votação, como decisão interna desta Comissão, o acordo de procedimentos, acordado antecipadamente com todos os Srs. Senadores e Deputados, através de suas Lideranças, com as devidas correções propostas pelo Deputado Assis Carvalho, com relação ao item 13 e ao item 15.

Está claro para todos os Srs. Deputados e Senadores? (*Pausa.*)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação o acordo de procedimentos da Comissão Mista de Orçamento para o ano de 2016. *(Pausa.)*

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o acordo de procedimentos.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o acordo de procedimentos.

Suspendo a reunião, mantendo o quórum para a sua reabertura às 16h30min.

Espero que até lá a Ordem do Dia tenha sido encerrada.

Muito obrigado.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Declaro reiniciada a 3ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente. Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

Não há quem queira se manifestar.

Ata da 2ª Reunião Ordinária, realizada no dia 14 de junho de 2006, e Ata da 2ª Audiência Pública, realizada no dia 16 de junho de 2006.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Ordem do dia.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Neste momento, de acordo com o parágrafo único do art. 110 da Resolução nº 1 de 2006, do Congresso Nacional, será apreciado o relatório apresentado à Medida Provisória nº 716, de 2016, do Congresso Nacional, que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no valor de 420 milhões de reais, para os fins que especifica.

A Relatora da matéria é a Deputada Leandre, a quem eu concedo a palavra para proferir a leitura do parecer.

A SRA. DEPUTADA LEANDRE - Sr. Presidente, permita-me fazer um preâmbulo a respeito e ir direto ao voto.

A Medida Provisória nº 716 abre crédito extraordinário no valor de 420 milhões, sendo 50 milhões para o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, para realização de pesquisas de doenças infecciosas causadas por vírus, notadamente o vírus da zika; 700 milhões para o Ministério da Defesa, em apoio à operação das Forças Armadas no combate ao mosquito *Aedes aegypti*; 300 milhões para o Ministério de Desenvolvimento Social, para aquisição de insumos necessários à proteção individual de gestante que integre famílias beneficiárias do Bolsa Família.

Exposição de motivos.

A relevância e a urgência dessa medida justificam-se pela condição de emergência em saúde pública de importância nacional, declarada pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 1.813, de 11 de novembro, de 2015.

No exame dos pressupostos constitucionais, as considerações elencadas são consistentes, pois justificam a adoção da medida, embora não tenham sido apresentadas justificativas atinentes ao requisito de imprevisibilidade.

Quanto à adequação financeira, o parágrafo 1º do art. 5º da Resolução nº 1 de 2002, que dispõe sobre apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere no art. 62 da Constituição Federal e dá outras providências, refere-se da seguinte forma ao exame da adequação financeira: o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeira vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei das Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.

A partir da fonte de recursos indicada no programa de trabalho — anexo da MP —, pode-se constatar que o crédito destinado ao Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação — Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico utilizará recursos da reserva de contingência do próprio Fundo — Fonte 172 —, enquanto os demais créditos utilizarão recursos da arrecadação do exercício corrente — Fonte 100. Destaque-se que não ficou demonstrado, na referida Exposição de Motivos, a inexistência de prejuízo à continuidade das ações abrangidas pela medida provisória na eventualidade de efetivação de cortes nas programações indicadas.

O cumprimento do mérito é meritório, tendo em vista a relevância e a urgência.

Análise das emendas.

Foram apresentadas quatro emendas, todas inadmitidas por colidirem com o art. 111 da Resolução nº 1, de 2006, que dispõe que *“somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente”*.

Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação da Medida Provisória nº 716, de 2016, na forma encaminhada pelo Poder Executivo, considerando-se como inadmitidas todas as emendas apresentadas à medida provisória.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Em discussão o parecer da Relatora.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Deputado Assis Carvalho.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, não temos a menor dúvida de que a Medida Provisória nº 716, de 2016, é de uma importância significativa.

Primeiro, quero parabenizar aqui nossa querida Relatora, Deputada Leandre, que cuidadosamente elaborou um relatório preciso, necessário, abrindo, portanto, crédito extraordinário em favor do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Comunicações, em favor também do Ministério da Defesa e do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Lembro que foi inclusive uma MP mandada pelo Governo legítimo da Presidente Dilma, embora estejamos diante de um Governo sem legitimidade, porque não foi eleito pelo povo. Pelo grau de importância da medida provisória, como bem disse a Deputada Leandre, dentro desse campo da tecnologia e desse trabalho que está sendo feito, esse momento difícil sobre a questão da zika vírus tem sido grande desafio para o povo brasileiro e para o mundo.

Precisamos utilizar os meios tecnológicos, precisamos contribuir fortemente para o campo de pesquisa, para elaboração de alternativas, para que não venhamos a ter uma sociedade futura mais sofrida do que a sociedade presente. Sabemos que em relação ao zika vírus, como bem enfatizou a Deputada Leandre, um dos objetivos também é o investimento em tecnologia e inovação. Sem considerar naturalmente a questão da área social de combate à fome, que, sem sombra de dúvidas, teve desempenho muito grande de 2003 pra cá, na época do Governo Lula e da Presidente Dilma, quando houve uma inclusão significativa de pessoas que estavam como invisíveis, como se não existissem, porque o mercado, praticamente, com seu olhar de mão invisível, achava que podia resolver tudo. O Presidente Lula e a Presidente Dilma, com sensibilidade social, fizeram um trabalho muito forte no rumo da inclusão social para que as pessoas evitassem aquele sofrimento. Sabíamos que muitos homens e mulheres do Brasil inteiro, o Nordeste em particular, não tinham o direito de tomar café, almoçar e jantar.

Esse projeto, desenvolvido de 2003 pra cá, contribuiu fortemente para a inclusão social de milhões de trabalhadores e trabalhadoras que hoje estão no mercado e que naquela época não tinham condições de acessá-lo.

No momento em que essa medida provisória abre crédito extraordinário com esse foco também de desenvolvimento social e de combate à fome, temos a obrigação de dizer sim, de concordar com esse relatório, porque é plausível. E a medida provisória é necessária ao povo brasileiro.

Sr. Presidente, o sentimento de nossa parte é que não teríamos como não votar a favor do relatório. Estamos aqui exatamente manifestando nossa posição favorável ao relatório e solicitando, portanto, a todos os membros da Comissão





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que possam se somar a todos nós e dizer “sim” ao relatório, aprovando-o hoje para dar seguimento à MP 716, relatada pela competente Deputada, nossa amiga Leandre, para que a medida provisória possa cumprir seu importante papel.

Seria isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Agradeço a participação do Deputado Assis Carvalho.

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade no Senado Federal.

Item 2. Apreciação da Errata à Lei Orçamentária Anual — LOA 2016.

Senhores Parlamentares, o art. 152 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, estabelece: *“O projeto de lei aprovado e enviado em autógrafo para sanção do Presidente da República não poderá ser motivo de alteração, ressalvado o caso de correção de erro material, verificado exclusivamente no processamento das proposições apresentadas, formalmente autorizado pela CMO, por proposta de seu Presidente, justificando-se cada caso”*.

Sendo assim, passaremos à apreciação do Ofício Conjunto nº 01, de 2016, de 14 de junho, que *“propõe a correção de erros materiais verificados no processamento de emendas apresentadas ao PLN nº 7, de 2015. (Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016)”*.

Autor: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

A errata está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A errata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada por unanimidade no Senado Federal.

Item 3. Apreciação do relatório preliminar sobre o Projeto de Lei nº 2, de 2016-CN, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências”.

O Relator da matéria é o Senador Wellington Fagundes, a quem concedo a palavra para proferir o parecer.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, Sras. e Srs. Parlamentares, demais presentes, nesta oportunidade, entregamos o relatório preliminar ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, depois da apreciação das emendas apresentadas. Foram propostas, ao total, seis emendas.

Acolhemos integralmente a de nº 3, apresentada pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, que sugeriu deixar clara a legitimação das Comissões Mistas do Congresso Nacional para a proposição de emendas ao PLDO 2017.

Comungo da visão do Senador de que devem ser resguardadas a proporcionalidade e a igualdade na atuação das Comissões.

Fomos pela rejeição às Emendas de nº 1 e 4, apresentadas pelos Deputados Alex Canziani e Esperidião Amin. Não se trata de qualquer objeção, neste momento, às propostas dos digníssimos Deputados. É que, em ambos os casos, verificamos tratar-se de emendas ao próprio texto do PLDO 2017, e não ao relatório preliminar.

Assim, sugerimos aos nobres pares a reapresentação dessas emendas no momento próprio de emendamento do projeto.

Por fim, acolhemos parcialmente as Emendas de nº 2, 5 e 6, apresentadas respectivamente pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Deputado Vicentinho Júnior e pela Deputada Leandre. Os ilustres Parlamentares, em essência, defendem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

a valorização da participação das bancadas na definição de prioridades do Governo, com a ampliação do número de emendas consideradas como de execução obrigatória.

Por um lado, sabemos da existência de diversos pleitos que as bancadas identificam como prioritários em seus Estados. E vejo isso como fundamental, uma vez que traduz com mais precisão os anseios populares focados pela atuação Parlamentar junto às bases.

Por outro, reconhecemos a necessidade de focar a ação do Governo, ainda mais num momento de crise, que exige a aplicação racional dos recursos.

Assim, como meio-termo, sugerimos o número de duas emendas de execução obrigatórias por bancada, ou seja, aumentando uma do ano passado para este ano, que deverão ser assinaladas na respectiva ata da reunião que decidir por sua indicação ao Anexo de Prioridades e Metas.

Lembro que nosso objetivo primordial, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, é de estabelecer, neste Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias uma base sólida para o aperfeiçoamento orçamentário, tanto de vista da receita quanto da despesa.

Afinal, o realismo orçamentário — que pode ser entendido com transparência plena — é uma exigência cada vez mais aguda reclamada pela sociedade.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Em discussão o relatório preliminar.

Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Assis Carvalho.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, nós temos o maior interesse de colaborar e contribuir. Nós compreendemos o quanto anda apertado o tempo e sabemos da dificuldade que tivemos na instalação desta Comissão. V.Exa. sabe o porquê disso, sabe dos obstáculos que o réu Eduardo Cunha criou para que nesta Casa não funcionassem as várias Comissões. E agora começamos a correr contra o tempo e pagamos um preço bastante elevado.

De nossa parte, eu não poderia deixar de registrar o que dispõe o art. 128, que, na situação específica, precisaríamos de no mínimo 2 dias, se considerarmos as demais proposições diante da situação apresentada pelo competente Senador





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Wellington Fagundes, pelo qual temos a maior admiração. Mas nós temos que cumprir os tempos regimentais.

Nós apenas gostaríamos que ficasse registrado que não vamos criar dificuldade — estamos correndo contra o tempo, sabemos dos prazos a serem cumpridos —, como forma de colaboração com esta Comissão e para que não se torne isso aqui um precedente para, muitas vezes, ultrapassarmos as normas do Regimento, os artigos, pois isso acaba criando uma situação bastante difícil para o bom andamento desta Comissão.

Quero deixar registrado que vamos encaminhar pelo voto a favor, no entanto destaco que não estamos cumprindo o que dispõe o art. 128 desta resolução, que é quem normatiza o andamento dos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Agradeço a V.Exa. a participação.

Com a palavra o Senador Telmário Mota.

O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA - Sr. Presidente, quero fazer um lembrete. O Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, disse que vai fazer alterações na LDO. Então, se votássemos esse relatório hoje, poderíamos incorrer em alguma dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Este é o relatório preliminar, Senador. Em nada a altera.

O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA - Mesmo que seja preliminar, já se abre espaço para as emendas. Mesmo votando o relatório preliminar agora, já vamos abrir para as emendas, em seguida virá uma alteração. Não seria bom esperarmos um pouco essa alteração para então se colocá-lo em votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Senador Waldemir Moka, por favor.

O SENADOR WALDEMIR MOKA - Senador Telmário, com o máximo respeito, eu já presidi esta Comissão. O parecer preliminar funciona como uma senha. Qual? A partir da aprovação do parecer preliminar da LDO, ele abre espaço para que as bancadas possam colocar suas emendas. Como nós estamos correndo contra o tempo, ele não tem nenhuma outra função, até porque, depois disso, virá o parecer realmente da LDO.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, neste momento, é como se fosse para sinalizar que a partir desta data o Presidente está autorizado a contar prazo, para que as emendas de bancada tenham prazo regimental para isso.

Eu só queria fazer um apelo a V.Exa. nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Na realidade, Senador...

O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA - Senador Waldemir Moka, eu compreendo perfeitamente e essa é a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Pois não.

O SENADOR TELMÁRIO MOTA - O Ministro do Planejamento disse que quer fazer alteração na LDO.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - É necessário que se faça.

O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA - Se abirmos agora essa senha, e já surgirem as emendas, provavelmente, vai ter descompasso nas alterações que o Ministro irá efetuar.

Então, eu acho que um pouquinho de paciência é necessária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Absolutamente, Senador, permita-me só esclarecer.

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - É emenda de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós temos que, absolutamente, cumprir os prazos regimentais.

Eu faço um apelo a V.Exa. Será necessária realmente a alteração feita pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Nós precisamos, com isso, só dar realmente o *start* nas contagens de prazo, para que as bancadas possam já começar a se organizar, sem nenhum prejuízo para possíveis alterações que venham por parte do Ministério do Planejamento.

Nesse sentido, quero contar com a compreensão de V.Exa.

Com a palavra a Deputada Leandre.

A SRA. DEPUTADA LEANDRE - Eu quero agradecer ao Relator pelo acatamento da emenda de bancada, porque percebo que é o momento em que dá força ao Legislativo, porque a partir do momento em que a emenda de bancada é obrigatória, se começa a despertar o interesse dos Estados, o Governador,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

juntamente com a bancada, define uma prioridade estruturante no seu Estado. Eu acho que isso só fortalece nosso trabalho legislativo.

Obrigada por ter acatado a emenda que nós apresentamos. Parabéns pelo seu relatório!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não há mais quem queira discutir.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Desculpe-me, Senador, eu não ouvi.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO - Registro meus agradecimentos ao Relator, Senador Wellington Fagundes, pelo acolhimento das minhas emendas, notadamente aquela que permite às Comissões Mistas do Congresso Nacional ter os mesmos tratamentos das Comissões Temáticas.

Para que V.Exas. tenham uma ideia, eu reputo como uma das mais importantes Comissões Mistas do Congresso Nacional a Comissão de Mudanças Climáticas, que tem um papel central no atual momento em que o mundo se une para promover novo processo de desenvolvimento sustentável para o planeta, no sentido de impedir o aquecimento global acima de 2 graus centígrados, até 2050.

Portanto, o papel do Congresso Nacional será relevante não só no acompanhamento das políticas públicas, que irão implementar as ações necessárias para atingir esse objetivo, como também será importante que a Comissão Mista do Congresso Nacional possa oferecer sugestões de aditamento de reforço de dotações orçamentárias para o bem cumprimento dessas ações.

Portanto, meu reconhecimento e meus agradecimentos ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado.

O relatório preliminar está em discussão.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Não foram apresentados destaques.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação o relatório preliminar na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal por unanimidade.

Antes de passar para o quarto item, faço uma ratificação. O prazo para apresentação de emendas ao projeto de lei será de 8 dias, a contar do dia 22, amanhã, até o dia 29 de junho, de 2016, sem nenhum prejuízo, como disse ao Senador Telmário Mota, em caso de alteração por parte do Governo Federal.

Item 4. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 04, de 2016-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 898.893.841,00, para o fim que especifica.

Com a palavra o Relator da matéria, Deputado Luciano Ducci.

O SR. DEPUTADO LUCIANO DUCCI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, eu gostaria de pedir a retirada de pauta do PLN 04, por solicitação do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para que possam ser feitas algumas correções e adaptações a esse PLN.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Eu defiro o pedido de V.Exa. de ofício. Tão logo as correções sejam feitas, peço que V.Exa. informe a esta Presidência para que possamos pautar de novo a matéria.

O SR. DEPUTADO LUCIANO DUCCI - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e convoco nova reunião para o dia 5 de julho, terça-feira, às 14h30min, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Está encerrada a reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Correspondência dada como lida em 21.06.2016:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

Expedientes encaminhando indicações para as Relatorias Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2017:

- 1) Of. nº 555/2016, da Liderança do PSDB, que indica o Deputado Rodrigo de Castro para Área Temática de Ciência e Tecnologia e Comunicações.
- 2) Of. nº 237/2016, da Liderança do PTB, que indica os Deputados: Lúcio Vale (PR-PA), Mario Negromonte Júnior (PP-BA) e Zeca Cavalcanti (PTB-PE).
- 3) Of. nº 299/2016, da Liderança do PT, que indica o Deputado Adelmo Leão para Área Temática de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário.

Expediente com indicação para integrar o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS):

- 1) Of. nº 555/2016, do Líder do Bloco PMDB/PEN, que indica o Deputado José Priante.

Expediente encaminhando justificativa de faltas às reuniões da Comissão DEFERIDA pelo Presidente:

- 1) Of. nº 278/2016, do gabinete da Deputada Leandre, que justifica ausência no período de 14 e 15 de junho.

II) CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA EXTERNA:

- 1) Ofício n. 555/2016, da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, encaminhando Moção nº 368/2016 que manifesta apelo aos Presidentes do Senado e Câmara Federal para que solicitem crédito suplementar no orçamento da Justiça do Trabalho.

Relatórios de Gestão Fiscal relativos ao 1º quadrimestre de 2016:

- Tribunal Regional do Trabalho: 6ª, 9ª, 13ª, 20ª e 22ª Regiões.
- Conselho da Justiça Federal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,
 DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
 PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE 2016.**

No dia cinco do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Ademir Camilo, Arthur Lira, Assis Carvalho, Beбето, Beto Faro, Claudio Cajado, Cleber Verde, Dagoberto, Davidson Magalhães, Duarte Nogueira, Geraldo Resende, Júlio Cesar, Junior Marreca, Leandre, Luciano Ducci, Milton Monti, Paulo Azi, Pr. Marco Feliciano, Ronaldo Fonseca, Sergio Souza, Simão Sessim, Vicentinho Júnior e Waldenor Pereira; - **Senadores titulares:** Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Telmário Mota, Waldemir Moka e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Celso Maldaner, Covatti Filho, Daniel Vilela, Danrlei de Deus Hinterholz, Luiz Cláudio, Mário Negromonte Jr., Marx Beltrão, Nelson Marchezan Junior, Tereza Cristina e Valmir Assunção; - **Senadores suplentes:** Cristovam Buarque, Dalirio Beber e Zeze Perrella. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Benjamin Maranhão, Irajá Abreu, José Priante, Nelson Meurer, Reginaldo Lopes, Rodrigo de Castro, Saraiva Felipe e Sérgio Moraes; e - **Senadores:** Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Paulo Paim e Romero Jucá. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Carlos Henrique Gaguim, Evair Vieira de Melo e Mauro Benevides. **ABERTURA:** às quinze horas e seis minutos, do dia cinco de julho de 2016, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Deputado Arthur Lira (PP/AL). Em seguida, o Presidente passou a apreciação da Ata da 3ª Reunião Ordinária, realizada no dia 21 de junho de 2016. O Presidente consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura da ata e houve concordância. Em votação, a Ata foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXPEDIENTE.** De acordo com o item 7 do Acordo de Procedimentos, ficou dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas da reunião e enviados por e-mail aos membros e às Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA.** Pauta. Item 01 – Apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 722/2016-CN**, que “Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e do Ministério do Esporte, no valor de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), para os fins que especifica.” Relator: Deputado Ronaldo Fonseca. Foram apresentadas 05 emendas. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, com indicação pela inadmissibilidade da Emenda nº 2 e pela aprovação das Emendas de nºs 1, 3, 4 e 5. O Relator apresentou o Relatório. Em conformidade com o disposto no § 2º do *Art. 146, da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitida** a emenda indicada pelo relator no seu voto. Foi aberta a discussão. O Deputado Claudio Cajado (DEM/BA) discutiu a matéria e ao final questionou o Presidente se caberia ao Partido Democratas a indicação de um senador para compor o quadro de representantes do Senado Federal na CMO, composto por 10 membros titulares e o Presidente informou que responderia depois e deu continuidade ao debate, passando a palavra ao Deputado Simão Sessim (PP/RJ). A discussão foi encerrada. Em votação, o Relatório foi **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados com voto contrário do Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) e por unanimidade na representação do Senado Federal. Logo após, o Presidente consultou ao Plenário se poderia fazer a eleição por aclamação para os cargos de Primeiro e Terceiro Vice-Presidentes da Mesa da Comissão para 2016, de acordo com as seguintes indicações propostas pelas Lideranças Partidárias: para Primeiro Vice-Presidente, Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA); e para Terceiro Vice-Presidente, Senador Telmário Mota (PDT/RR). Em votação, a eleição por aclamação foi





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aprovada por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente declarou eleitos e empossados os parlamentares para os cargos da Vice-Presidência da Mesa da Comissão para 2016: Primeiro Vice-Presidente **Senador Flexa Ribeiro** (PSDB/PA) e Terceiro Vice-Presidente, **Senador Telmário Mota** (PDT/RR). Em prosseguimento, convidou os Vice-Presidentes eleitos para compor à Mesa e fazerem o uso da palavra se assim o desejassem. Em sequência, o Presidente respondeu a questão levantada pelo Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), informando que no quadro da CMO, na representação do Senado Federal, há vacância para 01 membro titular e 01 suplente do Bloco (PSDB/DEM/PV) e o parlamentar poderá provocar a Liderança do Partido ou do Bloco para que faça a indicação, e comunicou que há, também, vacância para 01 membro suplente do PMDB, na representação do Senado Federal. Em seguida, os senadores eleitos fizeram o discurso de posse e agradeceram a indicação de seus nomes para os cargos ocupados. Continuando os trabalhos, o Presidente retornou a Pauta. Item 02 – Apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 730/2016-CN**, que “Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral, no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), para o fim que especifica.” Relator: Senador Otto Alencar. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, nos termos propostos pelo Poder Executivo. Ausente o Relator, foi designado o Senador Waldemir Moka (PMDB/MS) como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS), Sergio Souza (PMDB/PR) e o Senador Telmário Mota (PDT/RR). Em votação, o Relatório foi **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados com voto contrário do Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) e por unanimidade na representação do Senado Federal. ENCERRAMENTO: concluída a votação das matérias constantes da pauta, o Presidente encerrou os trabalhos às quinze horas e cinquenta e quatro minutos. Antes, convocou a realização de reunião extraordinária para o dia 13 de julho, quarta-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Robson Luiz Fialho Coutinho, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Arthur Lira, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 05.07.2016.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Declaro iniciada a 4ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes na pauta.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata da 3ª Reunião Ordinária, realizada no dia 21 de junho de 2016, por terem sido distribuídas cópias antecipadamente. *(Pausa.)*

Caso haja alguma retificação a ser feita, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira fazê-lo, a ata está em votação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Na representação da Câmara dos Deputados, os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Na representação do Senado Federal, os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada também no Senado.

Conforme o item 7 do acordo de procedimentos, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião e enviados por *e-mail* aos membros e às Lideranças partidárias.

Passamos à Ordem do Dia.

Item 1. Apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 722, de 2016, do Congresso Nacional, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e do Ministério do Esporte, no valor de 180 milhões de reais, para os fins que especifica.

O Relator da matéria é o Deputado Ronaldo Fonseca, a quem eu concedo a palavra para proferir o parecer.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, posso ir direto ao voto?

“O art. 2º, § 6º, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, atribui à Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO o exame e a emissão de parecer à medida provisória que abra crédito extraordinário, conforme art. 62 e art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

Consoante o art. 5º da citada resolução, a Comissão deve emitir parecer único, manifestando-se sobre a matéria, em itens separados, quanto aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º, os quais se passam a examinar.

II.1. Exame do aspecto constitucional — pressupostos de relevância e urgência

O §3º do art. 167 da Constituição Federal dispõe que: ‘*A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62'.

Por sua vez, o art. 62 estabelece que: *'Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional'.*

A EM nº 00075/2016/MP, que acompanha o presente crédito, justifica relevância e urgência, no âmbito da Presidência da República, devido à proximidade dos Jogos Rio 2016 e em face do aumento de casos de microcefalia em recém-nascidos, associados ao zika vírus, o que, segundo a EM, torna essencial a realização de campanha de divulgação das medidas de prevenção e orientação ao combate do mosquito transmissor. No tocante ao crédito aberto em favor do Ministério do Esporte, a sobredita EM pondera a imprescindibilidade dessas despesas para a realização dos Jogos Rio 2016, bem como pela falta de previsão durante a elaboração da Lei Orçamentária de 2016.

Consoante a Nota Técnica (NT) nº 21, de 2016, a exposição de motivos não apresenta justificativas para a imprevisibilidade dos gastos. Aduz a NT, quanto ao requisito da relevância, que alguns doutrinadores entendem, ao tratar a medida provisória de assunto próprio de lei, ser indiscutível a ocorrência de relevância a legitimar a adoção da medida. Haja vista que o crédito extraordinário constitui um dos instrumentos destinados a alterar lei orçamentária, inegável que seu conteúdo trate de matéria própria de lei.

No tocante ao critério da urgência, o Supremo Tribunal Federal tem exigido a demonstração objetiva desse requisito em termos de lapso temporal e não simplesmente sob o aspecto subjetivo de urgência, que se costuma associar a um juízo político de oportunidade e conveniência.

A respeito dos requisitos de imprevisibilidade e urgência, o art. 167, § 3º, da Constituição relaciona parâmetros para aferição dessas condições, ao estabelecer que somente se admite abertura de crédito extraordinário *'para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública'*. (O grifo é meu).





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em relação a esse dispositivo, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 4.048, nos seguintes termos:

III. (...) Além dos requisitos de relevância e urgência (art. 62), a Constituição exige que a abertura do crédito extraordinário seja feita apenas para atender a despesas imprevisíveis e urgentes. Ao contrário do que ocorre em relação aos requisitos de relevância e urgência (art. 62), que se submetem a uma ampla margem de discricionariedade por parte do Presidente da República, os requisitos de imprevisibilidade e urgência (art. 167, § 3º) recebem densificação normativa da Constituição. Os conteúdos semânticos das expressões “guerra”, “comoção interna” e “calamidade pública” constituem vetores para a interpretação/aplicação do art. 167, § 3º, c/c o art. 62, § 1º, inciso 1, alínea “d”, da Constituição. “Guerra”, “comoção interna” e “calamidade pública” são conceitos que representam realidades ou situações fáticas de extrema gravidade e de consequências imprevisíveis para a ordem pública e a paz social, e que dessa forma requerem, com a devida urgência, a adoção de medidas singulares e extraordinárias. (Grifei.)

Especificamente em relação à Medida Provisória nº 722/2016, no âmbito da ADI nº 5.513, o Ministro Gilmar Mendes, também com fundamento no art. 167, § 3º, concedeu liminar, em 30 de abril de 2016, para suspender parcialmente a sua vigência, na parte em que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, sob as rubricas Comunicação Institucional (R\$ 85 milhões) e Publicidade de Utilidade Pública (R\$ 15 milhões), conforme abaixo:

(...) defiro parcialmente a medida cautelar requerida, ad referendum do Plenário (art. 21, V, do RISTF), para suspender parcialmente a vigência da Medida Provisória nº 722, de 28 de abril de 2016, apenas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

na parte em que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, sob as rubricas Comunicação Institucional (R\$ 85.000.000,00) e Publicidade de Utilidade Pública (R\$ 15.000.000,00).”

O total, portanto, é de 100 milhões.

“Para fundamentar tal decisão, o Ministro Gilmar Mendes, ao confrontar a despesa suspensa do ato normativo com o disposto no art. 167, § 3º, da CF/88, afirma que:

Nada está a indicar que essas sejam, de fato, despesas imprevisíveis e urgentes. São despesas ordinárias. Certamente, não se pode dizer que os gastos com publicidade, por mais importantes que possam parecer ao Governo no quadro atual, sejam equiparáveis às despesas decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, que compõem o parâmetro estabelecido no art. 167, § 3º, da Constituição.

Dessa forma, as despesas com publicidade e comunicação institucional constantes do Anexo I da medida provisória não se enquadram nas situações passíveis de utilização de crédito extraordinário previstas na Constituição, devendo a alteração ter sido proposta por meio de projeto de lei de crédito adicional.

Quanto ao crédito destinado ao Ministério do Esporte, o simples fato de a despesa não ter sido prevista no orçamento não demonstra sua imprevisibilidade. Resta salientar, contudo, que referido crédito, no valor de R\$ 80 milhões, destinado à implantação de infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio de Janeiro, não foi suspenso pelo Ministro Gilmar Mendes, que assim decidiu:

(...) a proximidade dos Jogos Olímpicos torna a urgência qualificada e não há nos autos elementos que permitam, em análise inicial, típica de providências cautelares, infirmar o caráter extraordinário do crédito, ainda que as condições para sua abertura possam ser resultado de má gestão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nesse sentido, entendo que o crédito aberto em favor do Ministério do Esporte atende os pressupostos constitucionais de relevância e urgência, haja vista as considerações elencadas na Exposição de Motivos que acompanham a medida provisória em análise justificarem a adoção da medida.

II.2. Exame da adequação financeira e orçamentária

Consoante o § 1º do art. 5º da Resolução nº 01, de 2002: *‘o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União’.*

Da análise da medida provisória, não se vislumbra contrariedade às normas orçamentárias e financeiras vigentes, sobretudo no tocante à Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.5.2000); à sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2016-2019 (Lei nº 13.249, de 13.1.2016) e com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 (Lei nº 13.242, de 30.12.2015); e com sua adequação à Lei Orçamentária para 2016 (Lei 13.255, de 14.1.2016).

Observa-se que o crédito extraordinário será custeado em sua totalidade com recursos provenientes do cancelamento de despesas primárias, conforme discrimina o Anexo II da medida provisória.

II.3. Verificação do cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

O § 1º do art. 2º da Resolução nº 01-CN de 2002, prevê que *‘no dia da publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União, o seu texto será enviado ao Congresso Nacional, acompanhado da respectiva Mensagem e de documento expondo a motivação do ato’.*

A Exposição de Motivos (EM) nº 00075/2016/MP, de 27 de abril de 2016, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, acerca do envio de documento expondo a motivação da edição da medida provisória.

II.4. Exame do mérito





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tendo em vista a relevância e a urgência explicitadas na EM nº 00075/2016/MP, e em conformidade com a liminar deferida pelo Ministro Gilmar Mendes em face da ADI 5.513, entendo meritória a edição da medida provisória em exame no que tange o crédito, apenas no valor de R\$ 80 milhões, destinado à implantação de infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio de Janeiro, devendo-se suprimir a programação em favor da Presidência da República, sob as rubricas Comunicação Institucional (R\$ 85 milhões) e Publicidade de Utilidade Pública (R\$ 15 milhões), e, por consequência, o cancelamento oferecido no Anexo II da presente medida provisória, no valor de R\$ 100 milhões.

II.5 Análise das emendas

Foram apresentadas, no prazo regimental, 5 (cinco) emendas a esta medida provisória.

O art. 4º da Resolução nº 1, de 2002 — CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, disciplina a matéria acerca das emendas oferecidas às medidas provisórias.

Além disso, o art. 111 da Resolução nº 1, de 2006 — CN, o qual dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo, estabelece que somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprir dotação, total ou parcialmente.

No que tange às matérias contidas nas Emendas nºs 00001, 00003, 00004 e 00005, verifica-se que as mesmas estão adequadas do ponto de vista orçamentário e financeiro, na medida em que não se vislumbra aumento da despesa ou diminuição da receita. Ademais, as proposições estão compatíveis com o art. 111 da Resolução nº 1/2006-CN, uma vez que têm como objetivo suprimir parcialmente dotação do crédito aberto pela medida provisória ora proposta, no que tange à programação do órgão 20.000, Presidência da República, do Anexo I, e o respectivo cancelamento, constante do Anexo II. Quanto ao mérito, acolho tais emendas, na forma de projeto de lei de conversão anexo, por considerar que as despesas parcialmente suprimidas não atendem o caráter de imprevisibilidade e urgência





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

exigido pelo art. 167, § 3º, da CF/88, conforme liminar concedida em face da ADI 5.513.

Da análise da Emenda nº 00002, verifica-se que a matéria nela contida conflita com o disposto no art. 111 da Resolução nº 1, de 2006/CN, razão pela qual deve ser inadmitida.

II.6. Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação da Medida Provisória nº 722, de 2016 e das Emendas nºs 00001, 00003, 00004 e 00005, na forma do projeto de lei de conversão anexo; e pela inadmissão da emenda nº 00002.”

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Em conformidade com o disposto no § 2º, art. 146, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitida a emenda indicada pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Cajado.

Na sequência, falará o Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu fico feliz em ver que o nobre Relator, o Deputado Ronaldo Fonseca, aprimorou enormemente, no seu relatório, a MP originária do Poder Executivo, sanando-lhe deficiências, por dois aspectos.

Primeiro, porque nós não podemos aceitar que o Governo seja useiro e vezeiro na avocação da prerrogativa do Congresso Nacional de legislar sobre matéria orçamentária, principalmente em se tratando de medida provisória. Isso é um absurdo! É uma excrecência! Nós devemos analisar muito detidamente os casos excepcionais em que se possa configurar tal possibilidade.

Daí porque, Sr. Presidente, eu insisto em dizer que — e essa é uma medida provisória do Governo passado ainda, do Governo da Presidente Dilma, que nós costumeiramente criticávamos por essa posição —, no caso específico dessa MP, abrir crédito para publicidade é um acinte. Eu diria mais: é um deboche.

Onde está a imprevisibilidade de se fazer publicidade das ações de Governo, para ensejar uma edição de uma medida provisória, de caráter emergencial? Em aspecto nenhum!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Isso demonstra claramente que o Governo não tinha a mínima preocupação com o planejamento das suas ações. E Governo sem planejamento é um Governo que não sabe aonde vai, como chega e o que deseja.

Daí porque eu espero que todos nós possamos, inspirando-nos nesses erros exemplificados, impedir que o atual Governo os cometa. Esperemos que o atual Governo não envie para cá medidas provisórias com tais focos, com tais vieses, porque, sinceramente, eu me sentiria extremamente desconfortável de ter que apoiar medidas nesse sentido, já que eu critiquei, durante 8 anos — ou melhor, durante quase 10 anos —, esse tipo de conduta.

Obviamente, eu quero lembrar que o Democratas, partido do qual eu faço parte, entrou com uma ação no Supremo, e foi deferida a medida solicitada, no sentido de que não cabe medida provisória de abertura de crédito sem que haja expressamente a configuração da urgência e da excepcionalidade.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria, parabenizando o Relator, dizer que, retirados do texto os recursos para serem alocados na Presidência para fins de publicidade, o que resta são os recursos para o Ministério do Esporte, e, nesse sentido, todos nós deveremos aprovar a matéria, até porque se trata de uma medida urgente e especial, diante das Olimpíadas que se aproximam.

Portanto, eu quero deixar claro o meu posicionamento e dizer que nós não podemos deixar de discutir essa matéria com amplitude, se o Governo continuar a adotar essa postura, que eu considero lamentável.

Depois, Sr. Presidente, eu queria fazer uma indagação à Mesa, se V.Exa. permitir.

Parece-me que cabe ao Democratas a indicação de um outro Senador para compor o quadro de 10 membros titulares da CMO, esta Comissão. Eu gostaria que V.Exa. confirmasse essa informação, porque me parece que só estão constando no painel 9 membros Senadores titulares, e, neste caso, como a Presidência cabe à Câmara dos Deputados, teríamos que ter uma indicação de mais um Senador, e me parece que ele seria do Democratas.

Eu apenas queria confirmar essa informação. Eu já entrei em contato com o Senador Ronaldo Caiado, pedindo-lhe que o fizesse, mas gostaria de ter essa confirmação de V.Exa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Passo a palavra ao Deputado Simão Sessim.

Em seguida, responderei ao Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, em parte, sigo na direção do Deputado Claudio Cajado, quando elogia o nobre Relator, Deputado Ronaldo Fonseca, que conseguiu tirar qualquer dúvida jurídica no que concerne a essa MP e fez questão absoluta de ampará-la não no art. 157, mas no art. 62, no que diz respeito à relevância e à urgência do crédito aberto para a Presidência da República, que estabelece recursos para o combate à microcefalia e ao zika vírus, que vem assustando o Rio de Janeiro, principalmente na véspera das Olimpíadas — daqui a 1 mês, daremos início às Olimpíadas no Rio de Janeiro.

Também foi muito feliz o nosso Relator quando absorveu decisão proferida pelo Ministro Gilmar Mendes em uma ADI. Nela ele ampara todas as possíveis indagações que o Deputado Claudio Cajado tenha deixado no ar — e eu concordo quando o Deputado Claudio Cajado diz que há necessidade de um debate maior sobre MPs na Comissão Mista de Orçamento. Concordo plenamente.

Com relação ao crédito aberto para o Ministério do Esporte, sem dúvida alguma, a infraestrutura para essas Olimpíadas atende ao critério da urgência — e é relevante, porque se trata de um acontecimento mundial.

Por isso, Sr. Presidente, como fluminense, como carioca, nós temos que aplaudir o Governo Federal quando nos socorre. O Estado do Rio de Janeiro vem atravessando penúrias que não sei se terão soluções; a Prefeitura tem feito um esforço muito grande; e acredito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que Deus há de iluminar a todos nós para que tenhamos as Olimpíadas que o Rio imaginou e que este Brasil precisa mostrar ao mundo.

Agora, Sr. Presidente, também, como o Deputado Cajado, eu queria que V.Exa. esclarecesse se chegou a esta Casa por esses dias uma MP — acho que é a MP nº 734, se não me engano —, que trata da transferência de recursos para o Estado do Rio de Janeiro. São duas medidas provisórias. Uma veio para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e a outra está na Comissão Especial, para ser apreciada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Tão logo tenhamos a informação, Deputado Simão Sessim, eu responderei a V.Exa.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Eu queria pedir a V.Exa. é que, se fosse possível — obviamente, com a concordância dos nossos colegas —, eu relatasse essa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Simão.

O relatório continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

O relatório está em votação, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado, com o voto contra do Deputado Nelson Marchezan Junior.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Antes de passar para o item nº 2 da pauta, eu queria, com a permissão de V.Exas., voltar à eleição para o preenchimento das vagas do Senado Federal na Mesa. Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição dos cargos de Primeiro e Terceiro Vice-Presidentes da CMO por aclamação.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sim!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não há nenhuma contestação.

Para o cargo de Primeiro Vice-Presidente candidata-se o Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará, e para o cargo de Terceiro Vice-Presidente candidata-se o Senador Telmário Mota, do PDT de Roraima.

Em votação a proposta de eleição por aclamação, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Na representação do Senado Federal, os Srs. Senadores que aprovam a proposta de eleição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Foram eleitos os membros da Mesa por aclamação.

Declaro eleito e empossado o Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará, como Primeiro Vice-Presidente da Comissão para o ano de 2016.

Declaro eleito e empossado o Senador Telmário Mota como Terceiro Vice-Presidente da Comissão para o ano de 2016.

Convido os dois, se quiserem, para fazerem parte da mesa e usarem da palavra.

Deputado Cajado, respondendo à questão de V.Exa., há vacância de um titular e um suplente no Bloco PSDB/Democratas/PV do Senado. V.Exa. pode provocar a Liderança do partido de V.Exa. no Senado ou a do Bloco, para que faça a indicação.

Também há vaga de uma suplência no Bloco do PMDB do Senado.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Sr. Presidente Arthur Lira, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Sras. Senadoras, demais membros da Mesa, nosso Relator da LDO, eu quero, primeiro, Sr. Presidente, agradecer a confiança dos meus companheiros membros da CMO por terem aceitado a minha indicação para assumir, com muita honra, o cargo de Primeiro Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para o ano de 2016.

Depois, coloco-me à disposição do meu Presidente para que possamos em conjunto trabalhar para que o Orçamento do nosso País para o ano de 2017 seja aprovado dentro do cronograma que está previsto por V.Exa.: com a aprovação da LDO antes do recesso, conforme um cronograma que foi aqui aprovado, para que no segundo semestre nós possamos discutir as relatorias setoriais e o relatório final com o nosso Relator-Geral, o Senador Eduardo Braga.

Eu, mais uma vez, digo que me sinto muito honrado pela aprovação do meu nome por parte dos companheiros para que eu possa ser um auxiliar do Presidente e da Mesa neste trabalho da maior importância. Esta é a Comissão mais importante





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do Congresso, porque ela é que define exatamente os gastos do Executivo, os quais terão que ser aprovados pela Casa legislativa, como diz o Regimento.

Parabenizo pelo trabalho à frente desta Comissão o Presidente, Deputado Arthur Lira. Conte com o Senador Primeiro Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota.

O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA - Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira; Sras. e Srs. Deputados; Sras. e Srs. Senadores, de pronto, eu quero agradecer pelo nosso nome ter sido lembrado e aprovado nesta Casa. Sem nenhuma dúvida, esta é uma das Comissões mais importantes desta Casa, e eu fico muito honrado de poder compor esta Mesa sob a gestão de V.Exa., para realizar um trabalho que o País espera desta Casa. Sem nenhuma dúvida, é daqui que poderemos atender ao anseio de toda a população brasileira nos diversos Municípios e Estados. Espero que, daqui, possamos encaminhar a verdadeira distribuição de renda para todo o nosso País.

Quero me colocar à disposição da Casa e da Mesa no sentido de ser mais um colaborador, para que possamos realizar o trabalho que a população espera do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Parabéns! Muito obrigado, Senador Telmário Mota.

Item 2. Apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 730, de 2016, do Congresso Nacional, que abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral, no valor de 150 milhões de reais, para o fim que especifica.

O Relator da matéria é o Senador Otto Alencar, que registrou presença. Com todo o respeito a S.Exa., solicito ao Senador Waldemir Moka que proceda à leitura do parecer, para que o coloquemos em votação.

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Sr. Presidente, eu vou ler, mas acho que o mínimo que temos que ter nas deliberações é a presença do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não é uma matéria polêmica. Já há consenso sobre a matéria.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Peço desculpas ao Relator. Ele entenderá.

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Sr. Presidente, vou direito ao exame da adequação financeira e orçamentária:

“Consoante o § 1º do art. 5º da Resolução nº 01, de 2002: *‘o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União’.*

Da análise da medida provisória, não se vislumbra contrariedade às normas orçamentárias e financeiras vigentes, sobretudo no tocante à Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.5.2000); à sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2016-2019 (Lei nº 13.249, de 13.1.2016) e com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 (Lei nº 13.242, de 30.12.2015); e com sua adequação à Lei Orçamentária para 2016 (Lei nº 13.255, de 14.1.2016).

Observa-se que o crédito extraordinário será custeado em sua totalidade com recursos provenientes do cancelamento de despesas primárias, conforme discrimina o Anexo II da medida provisória.

Verificação do cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

O § 1º do art. 2º da Resolução nº 01-CN de 2002, prevê que *‘no dia da publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União, o seu texto será enviado ao Congresso Nacional, acompanhado da respectiva Mensagem e de documento expondo a motivação do ato’.*

A Exposição de Motivos (EM) nº 00075/2016/MP, de 27 de abril de 2016, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, acerca do envio de documento expondo a motivação da edição da medida provisória.”

“Exame de mérito.

A Medida Provisória 730 é dotada de justificativas de relevância, urgência e imprevisibilidade condizentes com a programação orçamentária que contempla. É





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

importante destacar que o pleito eleitoral não deve correr risco de qualquer ordem, para que se preserve o princípio democrático basilar da nossa República.

Pela exposição de motivos, restou comprovada a necessidade de crédito extraordinário para que o pleito eleitoral de 2016 seja realizado da melhor forma possível.

Voto.

Diante das razões expostas, o nosso voto é no sentido de que a Medida Provisória nº 730, de 8 de junho de 2016, atende aos preceitos constitucionais que devem orientar a sua adoção. No mérito, somos por sua aprovação nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão Mista.

Presidente: Deputado Arthur Lira

Relator: Senador Otto Alencar.”

Faço questão de dizer que o relatório é do Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Senador Waldemir Moka, por ter procedido à leitura do Senador Otto Alencar.

Em discussão o relatório.

Concedo a palavra ao Deputado Nelson Marchezan Junior.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, sei que essa medida já foi acordada, e a elite do setor público já concordou com ela. O Judiciário já fez um acordo com o Executivo e com o Legislativo. Infelizmente, quando a neonobreza acerta, quem sai perdendo é o cidadão.

Há muito tempo, os brasileiros acabaram com o voto em cédulas. Nós já abrimos mão de votar em cédulas. Ora, imaginávamos, então, que, abrindo mão das cédulas e passando para as tão polêmicas urnas eletrônicas — e nem sequer o voto impresso da urna foi permitido —, nós iríamos diminuir o número de pessoas envolvidas nas eleições, o custo, a burocracia. Evidentemente, com a tecnologia, as despesas diminuiriam.

Agora, às vésperas de uma eleição, a Justiça Eleitoral diz: *“Olha, está em risco a eleição. Precisamos de mais recursos para que possamos colocar 150 milhões dentro do Judiciário mais caro do mundo, porque senão as eleições, o ato democrático de votar, estará em risco”*.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E cada vez mais esta Casa se reúne para tirar mais recurso do cidadão — da Dona Maria, do Seu João —, da saúde, da segurança e da educação, a fim de direcionar mais recursos para uma estrutura gigantesca, um gigante extraordinário e, na maioria das vezes, ineficiente.

Nós temos a Justiça mais cara do mundo, Sr. Presidente, e, veja bem, a segunda colocada é quatro vezes mais barata que a nossa! E eu estou me referindo a países da Europa e a percentual do PIB; estou me referindo aos Estados Unidos; estou me referindo a 200 países do mundo! O Brasil consegue ter a Justiça mais cara e, repito, no segundo colocado, em termos de incompetência de gestão de recurso público, ou de centralização de recurso público, a Justiça é quatro vezes mais barata que a brasileira.

Agora, às vésperas, arranja-se mais uma justificativa para o risco de se prejudicar a democracia, o risco de a eleição municipal não acontecer, e nós temos que colocar mais dinheiro na Justiça mais cara, que investiu bilhões em tecnologia e não barateou seus custos — ao contrário, aumentou-os — e precisa ainda de mais gente. E estamos falando justamente do Poder onde se concentram os mais altos salários não só do serviço público federal, mas do serviço público brasileiro, dos trabalhadores brasileiros e, de novo, do mundo. E nós, aqui, na Comissão de Orçamento; nós, aqui, que votamos o Orçamento, de novo vamos tirar recurso da Dona Maria, tirar recurso do Seu João, tirar recurso daquele cidadão que paga o tributo que incide sobre seu arroz e feijão e colocar na neonobreza brasileira. Vamos centralizar cada vez mais os recursos e cometer cada vez mais injustiças justamente direcionando recursos para a nossa suposta Justiça brasileira.

Portanto, eu peço vênha aos colegas, mas vou me manifestar, registrando meu voto contrário a essa medida provisória, respeitando todos os acordos feitos entre o Executivo, o Judiciário e o Legislativo, que na maioria das vezes se esquecem dos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Obrigado Deputado Marchezan.

O relatório continua em discussão.

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Sr. Presidente...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Para discutir, concedo a palavra ao Senador Moka.

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Não tenho procuração do Senador Otto Alencar, mas sinto-me na obrigação de dizer algo, porque não li essa parte do seu relatório em função de que achava que a matéria seria por consenso.

Na exposição de motivos, o Senador diz que essa é uma recomposição que se faz necessária porque, em razão da aprovação de emendas, houve redução de 256 milhões do valor de 750 milhões inicialmente alocado na Proposta Orçamentária de 2016 para a Justiça Eleitoral.

Eu quero pedir vênica ao Nelson Marchezan para explicar isso, porque essa é a justificativa. Houve um corte, e ele está pedindo uma reposição bem a menor, que seria de 150 milhões.

Não sei se fui claro, mas me senti na obrigação de citar a exposição de motivos do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Continua em discussão a matéria.

Tem a palavra o Senador Telmário e, depois, o Deputado Sérgio.

O SR. SENADOR TELMÁRIO MOTA - Sr. Presidente, ainda na linha do que disse o Senador Moka, não há nenhuma dúvida de que houve essa redução e, no mais, infelizmente, ou felizmente, a democracia às vezes não tem preço; o importante é nós podermos realizar essas eleições, e o povo poder aproveitar o momento pelo qual o Brasil, ir às urnas e escolher pessoas comprometidas com a coisa pública, com os procedimentos republicanos. Talvez seja um bom momento de a população fazer uma reflexão. Gasta-se muito dinheiro para ter um país democrático, e a democracia não tem preço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Senador Telmário.

Concedo a palavra ao Deputado Sérgio e, na sequência, ao Deputado Vicentinho.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, caros colegas, o processo da Justiça Eleitoral do Brasil é quase centenário. Essa Justiça tem uma independência única. Todos nós acreditamos muito na Justiça Eleitoral. Todos nós





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

confiamos muito na Justiça Eleitoral. Inclusive somos um dos únicos países que tem urna eletrônica — e confiamos nela — e temos uma celeridade ímpar na apuração dos votos.

De fato, ocorreu um corte muito grande no orçamento, e é necessário esse aporte. No entanto, eu quero fazer coro ao meu colega Marchezan. De fato, a Justiça no Brasil, Deputado Marchezan, custa muito caro, especialmente a Justiça do Trabalho. A Justiça do Trabalho toma, mais ou menos, 70% de tudo o que se gasta com a Justiça no Brasil.

A quantidade de processos que nós temos na Justiça do Trabalho no Brasil é milhares de vezes maior do que a quantidade de processos que tem a Justiça do Trabalho do segundo colocado. É incomparável. Mas essa é uma política que foi adotada no Brasil há décadas e é um costume todo trabalhador, no momento do seu desligamento, discutir no juiz. Ele necessariamente faz isso.

Eu acho que nós temos que buscar outras soluções. Essas soluções estão nas câmaras de acordo, nas conciliações. Nós temos que buscar outras soluções para que venhamos a tornar a Justiça mais barata. Uma delas, por exemplo, é acabar com a atual situação de recursos sucessivos e intermináveis. Isso deixa a Justiça cara.

Essa semana, ouvi uma entrevista do Ministro Barroso, do Supremo Tribunal Federal, em que ele dizia que já julgou este ano 11 mil processos. Um colega do Paraná que assumiu uma vaga no STJ, quando assumiu sua carteira, recebeu junto uma carga de 30 mil processos. Um desembargador aqui do TRF 1 julga processos de 70% do Brasil, que caem aqui — eles vêm de todo o Norte, de grande parte do Nordeste, de todo o Centro-Oeste e inclusive de parte do Sudeste. Portanto, nós temos uma morosidade, e ela causa um problema muito grande do custo da Justiça.

No entanto, Sr. Presidente, no que diz respeito à medida provisória, o PMDB da Câmara inclusive recomenda o voto “sim”, porque é necessário que nós venhamos a ter agora, neste ano de 2016, uma eleição nos mesmos patamares das demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação o relatório, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado, contra o voto registrado do Deputado Nelson Marchezan Junior.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade na representação do Senado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos os Srs. Deputados, das Sras. Deputadas e dos Srs. Senadores e convoco reunião para o dia 13, próxima quarta-feira, às 14h30min, em princípio, para votação do relatório da LDO.

Declaro encerrada esta reunião.

Correspondência dada como lida em 05.07.2016:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

- 1) Of. nº 37, de 21 de junho de 2016, da Liderança do PDT, indicando o Senador Telmário Mota, para Vice-Presidente.
- 2) Of. nº 50, de 1º de junho de 2016, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, que encaminha cópia da Proposta de Fiscalização e Controle nº 99/2012 referente a supostas irregularidades na gestão municipal da cidade de Dourados/MS, quanto ao cumprimento de metas estabelecidas pela Política Nacional de Atenção Básica (Organização Social Amigo do Índio), com recomendações à Comissão Mista de Orçamento.
- 3) Of. nº 44, de julho de 2016, da Liderança do PSDB, indicando o Senador Flexa Ribeiro, para o cargo de Primeiro Vice-Presidente.

Expediente encaminhando justificativa de falta à reunião da Comissão DEFERIDA pelo Presidente:

- 1) Of. nº 4550.121/2016, de 21 de junho de 2016, do Deputado Rodrigo de Castro, que justifica ausência no dia 21/06/2016.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2015:

- Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (republicação).





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Avisos GP/TCU, de 21 de março de 2016:

- 1) Aviso nº 480/2016 (Acórdão 1.497/2016-TCU-Plenário): Contas da Presidente da República, referentes ao exercício de 2015.
- 2) Aviso nº 481/2016 (Acórdão 1.497/2016-TCU-Plenário): Complemento ao Aviso nº 480-GP/TCU, que trata das Contas da Presidente da República, referentes ao exercício de 2015.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**ATA DA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,
 DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA
 NO DIA 14 DE JULHO DE 2016.**

No dia quatorze do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Ademir Camilo, Arthur Lira, Assis Carvalho, Beбето, Benjamin Maranhão, Claudio Cajado, Cleber Verde, Dagoberto, Duarte Nogueira, Geraldo Resende, Júlio Cesar, Junior Marreca, Leandre, Milton Monti, Paulo Azi, Ronaldo Fonseca, Sergio Souza, Simão Sessim e Vicentinho Júnior; - **Senadores titulares:** Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Regina Sousa, Ricardo Franco, Telmário Mota, Waldemir Moka e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Adelmo Carneiro Leão, Alex Manente, Celso Maldaner, Covatti Filho, Daniel Vilela, Hiran Gonçalves, Jozi Araújo, Juscelino Filho, Marcos Rogério, Mário Negromonte Jr., Marx Beltrão, Rodrigo Martins, Rubens Pereira Júnior e Tereza Cristina; - **Senadores suplentes:** Cristovam Buarque, Dalirio Beber, Garibaldi Alves Filho e Zeze Perrella. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Beto Faro, Davidson Magalhães, Irajá Abreu, José Priante, Luciano Ducci, Nelson Meurer, Pr. Marco Feliciano, Reginaldo Lopes, Rodrigo de Castro, Saraiva Felipe, Sérgio Moraes e Waldenor Pereira; e - **Senador:** Romero Jucá. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Carlos Henrique Gaguim, Conceição Sampaio, Edmilson Rodrigues, Evair Vieira de Melo, Flavinho, Jhc, Lincoln Portela, Luiz Lauro Filho, Professor Victório Galli, Raimundo Gomes de Matos, Silas Freire, Tenente Lúcio e Weliton Prado. **ABERTURA:** às dez horas e quarenta e seis minutos, do dia quatorze de julho de 2016, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Deputado Arthur Lira (PP/AL). Em seguida, o Presidente passou a apreciação da Ata da 4ª Reunião Ordinária, realizada no dia 05 de julho de 2016. O Presidente consultou ao Plenário sobre a dispensa da leitura da ata e houve concordância. Em votação, a Ata foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXPEDIENTE.** De acordo com o item 7 do Acordo de Procedimentos da CMO, ficou dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas da reunião e enviados por e-mail aos membros e às Lideranças Partidárias. **AVISO.** O Presidente comunicou o recebimento do **Aviso nº 15/2016-CN** relativo ao Fundo Soberano do Brasil, referente ao 1º trimestre de 2016, disponível para ser relatado por Membro da CMO que manifeste interesse na sua relatoria, podendo ser visualizado na página da CMO. **ORDEM DO DIA.** Pauta. Item 01 – Conforme o disposto no *art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente submeteu à apreciação o **Relatório** apresentado pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, que trata sobre o exame de admissibilidade das emendas, apresentadas ao **Projeto de Lei nº 2/2016-CN** (PLDO 2017) – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017. Autor: Comitê de Admissibilidade de Emendas. Coordenador do CAE: Deputado Vicentinho Júnior (PR/TO). Voto: pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2152.0002, 2768.0002, 2946.0001, 3068.0001, 3433.0002, 3568.0001, 3747.0001 e 3782.0002; e pela admissibilidade das demais emendas. O Relatório foi apresentado pelo Coordenador do CAE. Foi apresentado 01 destaque. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvado o destaque. Apreciação do Destaque nº 01, do Deputado Geraldo Resende, à Emenda nº 3433.0002, de autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos. Voto do Coordenador do CAE: pela aprovação. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 02 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 2/2016-**





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

CN, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências”. (**PLDO/2017**). Relator: Senador Wellington Fagundes. Foram apresentadas 2.054 emendas. Voto: favorável ao Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado. Das 2.054 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação a 155, pela aprovação parcial a 794, pela rejeição a 1.096 e indicou para inadmissibilidade as emendas de nºs 2152.0002, 2768.0002, 2946.0001, 3068.0001, 3433.0002, 3568.0001, 3747.0001, 3782.0002 e 6007.0001. O Relator apresentou o Relatório e agradeceu o empenho e a dedicação de sua equipe e dos Consultores da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal pelos trabalhos que foram prestados. A discussão foi iniciada. Discutiram a matéria os Senadores Eduardo Braga (PMDB/AM), Flexa Ribeiro (PSDB/PA) e Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN) e os Deputados Duarte Nogueira (PSDB/SP), Milton Monti (PR/SP), Assis Carvalho (PT/PI), Geraldo Resende (PSDB/MS), Vicentinho Júnior (PR/TO), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Bebeto (PSB/BA), Benjamin Maranhão (SD/PB), Simão Sessim (PP/RJ), JHC (SD/AL), Celso Maldaner (PMDB/SC) e Cleber Verde (PRB/MA). Às 12h18min, o Primeiro Vice-Presidente, Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) assumiu a direção dos trabalhos. Ao final da discussão, o Senador Wellington Fagundes (PR/MT) respondeu aos questionamentos levantados e deu como lido o Adendo nº 1, por ter sido distribuído em avulso aos parlamentares, conforme o item 15 do Acordo de Procedimentos da CMO. Logo após, o Senador Eduardo Braga (PMDB/AM) solicitou a retirada do Destaque nº 180, de sua autoria, apresentado à Emenda nº 2909.0016, do mesmo autor. Às 12h29min, o Presidente reassumiu a condução dos trabalhos e declarou encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 257 destaques. Em votação, o **Relatório e o Adendo nº 1** foram **aprovados** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. O Presidente esclareceu que a apreciação dos destaques foi **adiada**, com previsão para serem deliberados na próxima reunião ordinária da Comissão, convocada para o dia 02 de agosto, terça-feira, às 14h30min, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados. E informou que a Reunião de Audiência Pública com o Ministro da Saúde, Sr. Ricardo Barros, que seria realizada naquele dia, foi transferida para o dia 04 de agosto, quinta-feira, às 10 horas. ENCERRAMENTO: concluída as votações acordadas, o Presidente encerrou os trabalhos às doze horas e trinta e dois minutos. Para constar, eu, Robson Luiz Fialho Coutinho, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Arthur Lira, Presidente.**
XX

Em 14.07.2016.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Declaro iniciada a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes na pauta.

Havendo a concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata da 4ª Reunião Ordinária, realizada no dia 5 de julho de 2016, por ter sido distribuída





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

antecipadamente. Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, a ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata por unanimidade.

Na representação do Senado Federal, os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

De acordo com o Item 7 do Acordo de Procedimentos, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião e enviados por *e-mail* aos membros e às Lideranças partidárias.

Informo o recebimento do AVN nº 15/2016, relativo ao Fundo Soberano do Brasil, referente ao primeiro trimestre de 2016, disponível para quem queira relatá-lo. A matéria encontra-se disponível na página da CMO.

Ordem do Dia.

Item 1. Conforme o disposto no art. 25 da Resolução nº 1, de 2016, do Congresso Nacional, submeto à apreciação do Plenário o Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAE quanto ao exame de admissibilidade das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 2, de 2016, do Congresso Nacional — Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017.

O Relator do Comitê de Admissibilidade de Emendas, o Coordenador, Deputado Vicentinho Júnior, votou pela inadmissibilidade das Emendas nºs 21520002, 27680002, 29460001, 30680001, 34330002, 35680001, 37470001, 37820002 e pela admissibilidade das demais emendas.

Com a palavra o Deputado Vicentinho Júnior, Coordenador do CAE, para a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO JÚNIOR - Bom dia ao Sr. Presidente, aos colegas Deputados Federais e Senadores e a todos aqui presentes.

Sr. Presidente, quero primeiramente agradecer à Consultoria da nossa CMO, na pessoa do Consultor Wagner, que nos ajudou neste relatório.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Peço a permissão para ir direto ao relatório, que é bem sucinto:

Conforme art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN, cabe ao Comitê de Admissibilidade – CAE propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas — inclusive as de Relator — aos projetos de lei orçamentária anual, de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual. Os relatórios de admissibilidade devem ser votados pela CMO antes da apreciação do mérito das respectivas matérias, salvo deliberação em contrário do Plenário da CMO.

O exame de admissibilidade de emendas corresponde ao exame preliminar, anterior ao de mérito, que verifica a compatibilidade da proposição com as normas constitucionais, legais e regimentais, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1/2006-CN. Esse dispositivo determina que a emenda à proposição, em tramitação na CMO, que contrariar norma constitucional, legal ou regimental será inadmitida, caso aprovada na CMO a proposta do Comitê de Admissibilidade (art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN).

Este relatório resulta do exame de admissibilidade das emendas apresentadas pelas bancadas, Comissões e Parlamentares ao referido Anexo VII - Prioridades e Metas.

Após análise quanto aos aspectos constitucionais, legais e regimentais, foram consideradas inadmitidas as Emendas de nºs 29460001, 30680001, 35680001 e 37470001, por tratarem de objeto não compreendido entre as competências da União (trecho rodoviário fora do PNV), citado no relatório do nosso Exmo. Senador Wellington Fagundes; as Emendas de nº 21520002, 27680002, 37820002, por serem repetição de emenda já apresentada (Item 2.4.7 do Parecer Preliminar do Senador Wellington Fagundes); a Emenda de nº 34330002, por tratar de objetos diversos (citados no art. 41, Inciso III, da Resolução nº 1/2006-CN).

O detalhamento das emendas inadmitidas, bem como os motivos da inadmissão, constam do anexo deste relatório.

Vou ao voto, Sr. Presidente:

Os trabalhos deste Comitê foram pautados pela observância das normas constitucionais, legais e regimentais que tratam do tema.

Do exame de admissibilidade, o voto é pela inadmissibilidade das Emendas nº 21520002...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Eu peço silêncio, por favor. O Relator está com a palavra, o assunto é importante, mas nós não estamos conseguindo ouvi-lo. Por favor, silêncio no plenário!

O SR. DEPUTADO VICENTINHO JÚNIOR - Eu vou repetir, Sr. Presidente.

Do exame de admissibilidade, o voto é pela inadmissibilidade das Emendas nº 21520002, 27680002, 29460001, 30680001, 34330002, 35680001, 37470001 e 37820002, e pela admissibilidade das demais emendas.

Então, Sr. Presidente, nós tentamos, respeitando todas as normas regimentais, constitucionais e legais, atender todo o Congresso Nacional, nas pessoas dos nossos colegas Deputados Federais e Senadores.

É o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O relatório está em discussão.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, eu tenho uma solicitação de votação em separado na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Mas eu estou votando o relatório e voto o destaque em seguida.

Ressalvados os destaques.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, antes da votação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós não estamos votando o relatório do Relator. Nós estamos votando a admissibilidade de emendas.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - As admissibilidades que já foram acolhidas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós estamos votando o relatório do Comitê de Admissibilidade, não é o relatório da LDO, O.k.? Tem um destaque do Deputado, e nós vamos votar primeiro o texto, ressalvados os destaques.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, nós estamos solicitando justamente a Emenda nº 3433002, que foi incluída na inadmissibilidade, certo?

Nós queríamos que o Relator observasse que essa obra é uma obra só, porque a emenda foi rejeitada como se nela constassem várias obras. Inclusive, ela foi aprovada no PPA. No Item 40, está escrito como se fossem várias obras.

Infelizmente, na digitação, ficou “construção de contornos”. Gerou-se uma inadmissibilidade só por causa de um “s”? É uma obra só. Quem lê o texto vai verificar que é a interligação das BR-116, BR-020 e BR-222. Inclusive, o projeto de engenharia dessa obra já foi concluído pelo Governo do Estado.

Então, nós solicitamos de V.Exa. que tire a emenda da lista de inadmissibilidade, em virtude de ser somente uma obra, que foi rejeitada como se fossem várias obras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Isso já foi compreendido. Eu queria propor aos Srs. Deputados, já que a discussão foi encerrada, que votássemos o relatório, ressaltados os destaques, enquanto o Relator se pronuncia sobre o destaque apresentado.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressaltado o destaque.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado Federal, os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Eu pergunto a V.Exa., Sr. Presidente, se, aprovado o texto do relatório e ressaltadas as emendas, nós vamos entrar na discussão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não. Nós não estamos, ainda, discutindo a LDO. Só estamos discutindo só a admissibilidade das emendas.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO JÚNIOR - Sr. Presidente, ouvi os argumentos do colega Raimundo Gomes de Matos e a Assessoria realmente teve dúvidas para entender se era uma única obra ou várias. De acordo com o seu destaque, e esclarecida a dúvida, cabe sim a admissibilidade da Emenda nº 34330002.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Em votação o Destaque em Separado da Emenda nº 34330002 na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam o destaque permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal o Destaque em Separado da Emenda nº 34330002.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Item 2. Apreciação do relatório e adendo apresentados ao Projeto de Lei nº 2, de 2016, do Congresso Nacional, que “*dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências.*” (PLDO 2017).

O Relator da matéria é o Senador Wellington Fagundes.

Foram apresentadas 2.054 emendas.

O voto foi favorável, nos termos do Substitutivo apresentado.

Quanto às 2.054 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação de 155 emendas, pela aprovação parcial de 794 emendas e pela rejeição de 1.096. Indicou pela inadmissibilidade as Emendas nºs 21520002, 30680001, 29460001, 60070001, 35680001, 34330002, 37470001, 27680002, e 37820002.

O prazo para apresentação de destaques será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o Inciso I, do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados Federais, quero aqui cumprimentar todo o público que também nos acompanha aqui pela *TV Senado*, *Rádio Senado*, jornalistas presentes, enfim, todos. Bom dia!

Nesse domingo, estávamos perto das 23 horas quando publicamos o relatório do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017. Foi um esforço que julgo considerável para cumprir os prazos acordados aqui na Comissão Mista de Orçamento.

Quero, de público, agradecer o empenho e a dedicação de toda a equipe de Consultores desta CMO. Cito os Srs. Vinícius Amaral, que coordenou o trabalho, Rafael Fraia, Graciano Rocha, Eduardo Rodriguez, Marcelo Rezende, Wagner Primo, Mário Gurgel, Fidelis Fantin e Renan Milfont.

Também quero agradecer à minha equipe de trabalho: Sérgio Dias, Tiok Shimoda, Valéria Crossara, Edilson Ramos e Hamilton Costa.

Conforme anunciei no momento em que fui designado para esta missão, entendo que a LDO é um poderoso instrumento para a superação da atual crise, para a retomada do crescimento e para a geração de emprego e renda.

Nesse período, trabalhamos intensamente para estudar como esta lei poderia ser empregada para o alcance desses objetivos. Debates com os colegas Parlamentares, com autoridades do Governo e dos demais Poderes, com Prefeitos e Governadores e também com a sociedade civil. Aliás, foram inúmeras as audiências em que estivemos aqui atendendo a todos. Acreditamos que alcançamos pleno sucesso nessa empreitada!

Não há dúvida de que as dificuldades fiscais têm tido um papel significativo na atual crise do País. Nos últimos anos, mal aprovada a LDO, este Congresso Nacional já recebia projetos para sua alteração, em especial no que se refere à meta fiscal.

Esse cenário só contribuía, cada vez mais, para uma visão do Orçamento público apenas como “peça de ficção”, calcado em projeções irrealistas de receitas e despesas. Essa situação gera contínua e profunda tensão na sociedade, que fica sem saber quais serviços públicos a União será efetivamente capaz de prover, nem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

como será a política fiscal do Governo. E do que mais a população reclama, sempre, é claro, é da qualidade do serviço público.

Nosso relatório propõe novas medidas para superar essa situação. Primeiramente... Sr. Presidente, eu mesmo vou pedir silêncio, aqui. Acho que muitos já estão atendidos no relatório e podem ficar tranquilos. Ao concluirmos a leitura, V.Exas. perceberão que a gente buscou atender todos.

Nosso relatório propõe novas medidas para superar essa situação. Primeiramente, em relação à meta fiscal, decidimos acolher a proposta do Governo de fixação de um déficit de 139 bilhões para a União e 3 bilhões para as estatais federais.

Apesar da preocupação que a magnitude do déficit naturalmente traz, entendemos que se trata de estimativas que buscam o realismo nas contas públicas. A propósito, o mercado já apontava um déficit bastante superior ao que foi originalmente encaminhado no projeto.

Dada à gravidade da situação das finanças públicas, entendemos que será desafiador até mesmo limitar o déficit à meta proposta. Assim, é necessário conjugar outras medidas para que o déficit não seja ainda maior. Dessa forma, incorporamos também em nosso relatório o mecanismo de limitação de despesas primárias constante da PEC 241, de 2016. Isso aqui é extremamente importante.

No entanto, em vez de simplesmente reproduzir os dispositivos desta PEC, inovamos ao inserir outras regras que a tornarão mais consistente. O mecanismo da PEC exerce controle apenas sobre a execução da despesa pública. Propomos, no entanto, que também a elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2017 sigam o mesmo princípio.

E é por isso, Srs. Senadores e Deputados, a importância desse esforço. Eu quero aqui parabenizar o Deputado Arthur Lira e a Senadora Rose de Freitas, que têm buscado a possibilidade de estarmos aqui. Muitos não acreditaram, Sr. Presidente, mas aqui estamos, sob a sua Liderança...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Mas, olhem, é porque eu tenho certeza de que ele será. Tenho certeza, não tenho dúvida. Eu tenho certeza de que ele será.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Isso é trazer o realismo para a elaboração do Orçamento. De nada adianta a inclusão no Orçamento de despesas que não serão executadas, simplesmente porque não haverá os recursos necessários. Essa situação acaba gerando enorme frustração na sociedade e desvaloriza o papel da LDO e também do Parlamento.

E este Parlamento, Sras. e Srs. Deputados e Sras. e Srs. Senadores, tem neste momento especial a missão de fundamentar o seu papel de interlocutor com a sociedade. Trabalhamos para extrair do texto original algo que tanto vinha perturbando a vida do brasileiro: a possibilidade da recriação da CPMF.

Quero deixar bem claro aqui, mais uma vez, à população: o que tínhamos aqui em mão era o Anexo IV proposto pelo Governo anterior. Nesse Anexo IV, proposto pelo Governo anterior, constava a CPMF. Não foi este Relator que a incluiu no relatório, ao contrário, nós fizemos gestões com o Presidente da República, com os Ministros da área econômica. Inclusive, enviamos um ofício, protocolamos e tivemos a resposta. No ofício, nós mostramos a impropriedade, o momento inoportuno, Senador Moka, de apresentar hoje a possibilidade de criação da CPMF, que é bastante polêmica.

Quero aqui registrar que este Governo, em momento algum, suscitou a possibilidade de que fosse usada a CPMF como fonte de arrecadação para colocar no Orçamento do ano que vem.

Este aqui é o ofício que nós mandamos ao Ministro Dyogo, Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

“Ao cumprimentá-lo, solicito proposta de atualização do Anexo IV.2 do PLDO 2017, Demonstrativo de Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, incluindo a retirada da CPMF das receitas consideradas do anexo em apreço.

Cabe-nos ressaltar que a permanência da CPMF se mostra inoportuna, diante do momento político-social em que vivemos. Manter a projeção de tributos, cuja aprovação é improvável, não contribui para a construção de um Orçamento realista, objetivo central de nossa Relatoria do PLDO 2017.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Acreditamos que o esforço fiscal para obtenção da meta orçamentária deve ser calcado em parâmetros que não representem a criação de novos impostos, mas, sobretudo, na busca da redução dos gastos públicos.”

O atual Governo concordou perfeitamente com isso. No nosso relatório, está muito claro que o Governo não poderá, ao enviar para a Comissão e para o Relator a peça orçamentária, usar nenhum imposto que tenha a necessidade da aprovação do Congresso e que não tenha sido aprovado.

Então, quero que fique bem claro isso aqui, principalmente, à imprensa, porque houve especulações nesse sentido. Então, está extirpada para o Orçamento do ano que vem a possibilidade de CPMF. *(Palmas.)*

Com tais inovações nos aspectos da meta fiscal de limitação da despesa e da estimativa da receita, entendemos que a LDO cumprirá efetivo papel na definição das diretrizes para elaboração de um Orçamento realista para o exercício de 2017.

Além dessa garantia, nos empenhamos para que a LDO apontasse caminhos para a retomada do desenvolvimento. Assim, buscamos por diversos meios promover os investimentos, sabidamente a melhor forma de gerar desenvolvimento econômico, emprego e renda, aquilo de que o País mais precisa. Ou seja, que se evitem novas despesas, se contenham as despesas e, claro, busquem arrecadar mais dentro daquilo que já o Governo dispõe em mão.

Assim, propomos que o montante de pagamento das despesas de investimento, em 2017, seja, no mínimo, igual ao montante pago em 2016, corrigido pelo IPCA. Com isso, buscamos preservar os investimentos públicos que historicamente são sacrificados nos períodos de ajuste fiscal. Dessa forma, damos nossa contribuição para a retomada do crescimento, algo que todos reclamam e conclamam. E não apenas isso! Sabemos que não basta realizar despesas de investimentos para o desenvolvimento econômico e social. É preciso que as obras inacabadas sejam concluídas e entrem efetivamente em operação. Assim, estabelecemos como prioridade a conclusão de obras inacabadas cuja execução física já tenha ultrapassado 50%. Quando temos recursos limitados, é preferível





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

concluir os investimentos já iniciados a aumentar a quantidade de obras sem continuidade.

Eu sempre digo: uma obra inacabada não serve para nada. Todos saem perdendo. Aliás, na verdade, ela serve para que a sociedade gaste mais, porque, ao retomar uma obra, sempre tem que haver nova mobilização nas obras públicas e inclusive nas privadas. Temos aqui um hotel, em Brasília, bem no centro, onde houve uma confusão por conta da obra inacabada, uma confusão social muito grande. É um exemplo do que a gente tem no interior do Brasil afora, principalmente quanto às obras públicas.

Além disso, senhoras e senhores, adicionamos outro estímulo para evitar obras inacabadas e acelerar o crescimento: a previsão de que, caso seja verificado déficit primário menor que a meta estipulada, tal diferença será acrescida ao montante mínimo de pagamento de despesas para investimentos, e não para gastos.

Todos os Senadores e Deputados, aqui, sabem que o que mais se discutiu com o novo Governo foi exatamente diminuir Ministérios, mostrar gestos de que o Governo está buscando realmente diminuir o custo com a máquina pública e deixar sobrar alguma coisa para os investimentos.

Como mais uma conquista de transparência, propomos a obrigatoriedade de disponibilização pelo Poder Executivo de consulta informatizada unificada de todas as obras de engenharia e serviços acima de 50 milhões, todas essas obras custeadas com recursos do PAC. Por quê? Porque o Governo não tem nada hoje. Então, nós estipulamos 50 milhões, para que o Governo comece a ter um cadastro confiável e a população possa acompanhá-lo com muito mais transparência.

Essa consulta conterá a descrição e as características de cada obra, a localização, o cronograma e o histórico de cada uma delas, atualizados semestralmente. Com isso, a sociedade terá muito mais facilidade em acompanhar a aplicação dos recursos públicos e em reivindicar sua adequada execução. Creio que vamos dar um salto considerável no que tanto a sociedade nos pede por onde passamos: controle e transparência no uso dos recursos públicos.

Como mais um estímulo à conclusão das obras, estamos propondo a vedação da assinatura de novos convênios ou contratos para a realização de uma nova obra,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

se já houver obra paralisada do mesmo tipo na mesma localidade, desde que não tenham sido paralisadas por decisão judicial ou pelo Tribunal de Contas. Ou seja, se já há uma obra de creche paralisada, não tem sentido começar outra. Vamos concluir aquela e, depois, demandamos novas obras da mesma natureza. E se exige então o Executivo dessa área. Com isso, direcionamos o foco para concluir o que está em andamento.

Muitas vezes alertei que obras paradas chegam a dar o dobro de prejuízo do que aquelas que estão em andamento, justamente porque tudo aquilo que foi feito acaba se deteriorando. E aí há um trabalho e, claro, mais custos para o contribuinte.

Com essas medidas, portanto, espera-se retomar o crescimento econômico brasileiro sem prejudicar sua situação fiscal e atacar uma velha chaga nacional: o estoque de obras inacabadas.

Não poderiam faltar, em nosso relatório, medidas para o estímulo ao desenvolvimento dos Estados e dos Municípios. É lá onde está o cidadão que demanda serviços públicos condizentes com os impostos que paga. Para isso, retomamos e ampliamos as disposições sobre as emendas de bancada impositivas. Avançamos em relação às disposições da LDO sobre diversos aspectos.

Em primeiro lugar, agora as bancadas poderão indicar duas emendas impositivas em vez de apenas uma. Com isso, ganharam mais flexibilidade para definir as suas prioridades e reanexar a interlocução baseada no interesse coletivo.

Em segundo lugar, propomos a elevação do valor global das emendas dos atuais 0,6% da receita corrente líquida para 0,8%. Essa diferença — ou acréscimo, quero aqui deixar bem claro — está condicionada ao esforço fiscal, que precisa ser perseguido a todo custo, a partir da redução dos gastos com a máquina pública. Ou seja, se o Governo conseguir economizar, esses recursos passam então para investimento. E quero aqui deixar muito claro para a população, principalmente para a imprensa, que investimento, a nosso ver, não pode ser considerado gasto. Se há investimento numa obra pública que vai gerar emprego, que vai gerar serviço à população, ele não pode ser encarado como gasto público. Tarefa para todos nós, porque, se quisermos investimentos, teremos que nos desdobrar na efetiva busca do controle e qualificação das despesas. Otimização não pode ser palavra em desuso quando tratamos de orçamento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu quero aqui dizer que, se houver alguma pergunta com relação à questão de serem duas emendas de bancada, se a bancada resolver fazer uma só, não há impeditivo a isso.

Também propomos mais uma inovação: a determinação de que a lei orçamentária já contenha recursos para o Fundo de Apoio às Exportações, o chamado FEX, que busca compensar Estados e Municípios por perdas que ocorrem com as isenções fiscais na exportação. Sem dúvida, esse Fundo é importantíssimo para os nossos Estados e Municípios. Garantir o FEX de 2017 no orçamento e permitir um melhor planejamento por parte dos entes que tanto têm contribuído para ajustar esse momento difícil da nossa economia é imperioso.

Faço aqui uma referência especial ao meu Estado, Mato Grosso, o maior exportador de produtos primários do Brasil, e também a todo o Centro-Oeste brasileiro, ao Pará e a Minas Gerais.

Além disso, nosso relatório propõe diversas outras medidas para agilização da execução do orçamento, em especial das emendas individuais, e para aumento da transparência das contas públicas. Dessa forma, entendemos que cumprimos plenamente os compromissos que anunciamos, ao propormos uma LDO que produza um orçamento realista e que colabore com o crescimento do País.

Ao votarmos essa LDO hoje, estaremos também dando um significativo passo visando ao resgate da importância de as leis maiores deste País serem apreciadas no tempo certo e oferecerem à sociedade a possibilidade de um planejamento adequado.

Sr. Presidente, lembro que, no ano passado, a LDO foi aprovada no mês de dezembro junto com o orçamento. Como é que se pode fazer um planejamento, um orçamento que tenha embasamento legal, junto com a LDO, que tem a função exatamente de dar as diretrizes para que possamos montar a peça orçamentária?

Dito isso, quero deixar aqui a minha dose espetacular de otimismo. Agradeço a todos os que se envolveram com essa proposta. E quero dizer que acredito no Brasil, acredito na força do povo brasileiro, acredito neste Parlamento e creio que a determinação nos encaminha para dias melhores, para horizontes de prosperidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em relação à emenda que foi destacada no relatório que foi admitido, já a estamos também admitindo para colocar num adendo. E também aquelas destacadas pelo Deputado Assis Carvalho, são duas emendas que têm a ver com o TJ e o Rede Brasília. *(Manifestação nas galerias.) (Palmas.)*

Quero dizer que estamos acatando também o trabalho do Deputado Izalci... *(Palmas.)*

Mas quero dizer que vocês têm que tomar cuidado na execução do orçamento, porque daqui a pouco o Tribunal pode não ter os recursos necessários. Fica aí à gestão do Tribunal. *(Manifestação nas galerias.)*

Há também outro destaque do Deputado Wellington Roberto sobre a BR-104, da Paraíba, o Destaque nº 232. Eu vou ler só o número: 157, 158 e 159, todos de autoria do Deputado Cleber Verde.

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - Sr. Relator...

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Só vou dar uma orientação rápida, para não tumultuarmos.

Nós continuamos com o mesmo compromisso que foi acertado na reunião dos coordenadores. Antes de começarmos a discussão, nós vamos chamar o Deputado Duarte Nogueira, o Deputado Geraldo Resende e o Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, quero inscrever-me.

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Como o prazo de apresentação dos destaques é até o final da discussão, nós vamos fazer as inscrições, e os senhores, por acaso, farão as considerações.

Deputado Edmilson Rodrigues, pode ser assim? Deputado Edmilson Rodrigues, quer inscrever-se?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Quero.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Assis Carvalho, quer inscrever-se? (*Pausa.*)

Então, enquanto vamos orientando aqui, Deputado Benjamin Maranhão, eu vou concedendo a palavra por inscrição. O primeiro inscrito é o Senador Eduardo Braga e, na sequência, concederei a todos quantos queiram usar da palavra por 5 minutos.

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, Relator, Senador Wellington Dias, primeiro, quero cumprimentá-los. Acho, Senador Wellington Dias, que V.Exa. fez um trabalho... Desculpe-me, Senador Wellington Fagundes.

O SR. SENADOR WELLINGTON DIAS - Mas o Senador Wellington Dias agradece a lembrança.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Se V.Exa. estiver vaticinando o Governo de Mato Grosso, pode ser.

O SENADOR EDUARDO BRAGA - Tenho certeza de que V.Exa. é um homem predestinado.

Mas eu queria cumprimentá-lo, Senador Wellington Fagundes, porque sinceramente V.Exa. conseguiu, diante de um grande desafio, nessa Lei de Diretrizes Orçamentárias, buscar um novo momento para a execução orçamentária no País.

Na leitura do seu relatório, V.Exa. mostra caminhos novos e caminhos que acendem a esperança e a confiança de que nós vamos finalmente ter uma LDO que possa ser realista, que possa estar fundamentada depois numa lei orçamentária também realista. V.Exa. aborda alguns temas importantes, como obras inacabadas, emendas de bancadas e fundos de compensação de exportação, que é uma discussão antiga neste Parlamento. Também trata de questões fundamentais, como os fundos que são prioritários para a Nação brasileira: o fundo de segurança nacional, o fundo do sistema prisional, o Fundo da Marinha Mercante, e o da Aviação Civil, e dá a eles o tratamento de que necessita um País que precisa de investimento. Ou seja, que esses recursos, que têm fonte específica de financiamento, não sejam contingenciáveis e assim obedeçam a uma programação de investimento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O povo do Brasil neste momento clama por segurança pública, clama pela melhoria no sistema prisional. O povo do Brasil vive também uma situação, principalmente nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e em alguns Estados do Sul e do Sudeste, de verdadeira falência na aviação regional. Se não tivermos recursos para a melhoria da infraestrutura e subsídios nessa direção, Estados como o Pará, o Amazonas, o Mato Grosso do Sul, Estado de V.Exa., e outros estarão, lamentavelmente, fadados ao isolamento.

Por tudo isso — para ser breve —, eu quero cumprimentá-lo e, desde já, manifestar o meu voto favorável ao relatório apresentado por V.Exa., reconhecendo o esforço e o trabalho de V.Exa. para encontrar o entendimento com as diversas demandas da Nação brasileira neste momento, até para fortalecimento do pacto federativo.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Muito obrigado, Senador Eduardo Braga. Isso também é importante, para que V.Exa. possa fazer uma peça orçamentária que venha exatamente a atender ao que todo o Brasil espera hoje, que é sobrar alguma coisa para fazer investimento, mas, com transparência. Esse é o nosso objetivo.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, eu acho que seria importante essa questão...

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Relator, Sr. Presidente, antes do debate, há um problema técnico sobre o que preciso que a Mesa nos ajude.

Nós estamos tentando fazer uma emenda supressiva, mas o sistema está fechado. Então, nós estamos com dificuldade para resolver isso. Eu queria ver tecnicamente o que tem que ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O sistema está funcionando, e eu estou afirmando que todos os destaques serão apresentados até o final da discussão. Nós temos aqui pelo menos doze inscritos ainda. Mas está funcionando. Qualquer dificuldade, procure a assessoria técnica.

Como segundo inscrito, concedo a palavra ao Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, só para acelerar os trabalhos, sugiro que se ouçam todos os Deputados e Senadores, para, depois, não ter que responder um a um, como o Relator.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, conforme tratado na reunião que antecedeu a abertura desta sessão que discute a LDO neste instante, eu encaminhei ao Sr. Relator três destaques de autoria da bancada do PSDB na Câmara: Destaque nº 80, Destaque nº 81 e Destaque nº 82. *(Pausa.)* Peço, portanto, dentro do entendimento havido, que V.Exa. suprima essas emendas das que serão rejeitadas, para que nós possamos destacá-las oportunamente, em agosto, assim como fez com as emendas que V.Exa. já citou anteriormente.

Antes de mais nada, quero cumprimentar o Relator Wellington Fagundes pela condução dos trabalhos, o Presidente Arthur Lira e os coordenadores das bancadas de cada partido nesta Comissão. E quero dizer que passamos a enxergar uma luz no final do túnel.

Nós vínhamos, há pouco mais de uma década, tratando com responsabilidade a gestão econômico-orçamentária de execução financeira do orçamento do nosso País, em cima daquilo que era trivial, simples, mas vital, que era o tripé econômico: metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante. Esse Governo que foi afastado já relaxou, com sua pouca responsabilidade fiscal, a partir de 2011, com a chamada nova matriz econômica, o que nos levou a essa “policrise” não só do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista inflacionário, moral, ético, e assim por diante.

A Câmara ontem elegeu um novo Presidente. Assim que o Congresso afastou do poder o Governo anterior por ter afrontado a Constituição, há um sentimento no povo brasileiro de alívio, Presidente e Relator, ao qual tem que haver uma aderência em relação a essa nova LDO que nós estamos votando. Ela traz a perspectiva de que nós venhamos a recuperar o equilíbrio das contas públicas somente em 2019. Ou seja, até 2019, nós estaremos executando orçamentos deficitários.

É mais ou menos como se nós estivéssemos, na nossa casa, gastando mais do que a renda da família. Se temos um orçamento familiar de 3 mil reais somando a renda de todos os entes da casa e, no final do mês, gastamos 4 mil, ficamos endividados em mil reais. Ficamos com o nome sujo na praça, as coisas ficam mais caras e não conseguimos tocar a nossa vida.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com o País é a mesma coisa, só que numa dimensão muito maior, onde quem perde é o desempregado, o cidadão que não tem a oportunidade de ter um financiamento mais barato para ter a casa própria, não tem acesso aos financiamentos públicos para adquirir sua casa, e não tem acesso à saúde nem à educação de qualidade. Esse é o caos a que o Governo anterior levou o País, de maneira demagógica, populista e irracional. Então, eu acho que o Parlamento começa a se reencontrar com a realidade das coisas, com o dia a dia das pessoas que sofrem por tudo aquilo que de errado foi feito no Governo anterior.

Então, eu queria só fazer esse registro. Não vou entrar em detalhes. Mas, como responsável pelo PSDB em coordenar a bancada na Câmara dos Deputados, também cumprimento o Senador Flexa Ribeiro, nosso Coordenador do PSDB no Senado Federal, pelo trabalho feito e pelo diálogo realizado.

Nós esperamos que, em nosso retorno do recesso, no início de agosto, possamos debater esses destaques que foram preservados pelo Relator e tentar aprimorar um pouco mais a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que hoje esperamos votar. Mas antecipadamente, dentro do acordo que foi feito, pela bancada do PSDB, voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Duarte Nogueira.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Sr. Presidente, eu quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos da CMO e o nosso Relator da LDO, o Senador Wellington Fagundes, pelo brilhante trabalho que apresentou.

E destaco pontos importantes de seu relatório: de não permitir que se crie mais um imposto, que é o da CPMF, em 2017. Então, isso ele já retira da pauta de aumento da carga tributária do nosso País.

E o Senador Eduardo Braga, Senador Wellington Fagundes, tem toda a razão quando faz com que também não haja contingenciamento nesses fundos setoriais, porque nós aprovamos... Eu fui Relator de uma medida provisória que criava o Programa Nacional de Aviação Regional, que foi sancionada, foi transformada em lei e não foi regulamentada. E ele é para o Brasil inteiro, mas as nossas regiões menos desenvolvidas têm, na aviação regional, papel importante inclusive de salvar vidas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, não tendo recursos através do fundo, que são tarifas específicas cobradas dos usuários, nunca será implementada.

Por último, eu tenho dois Destaques n°s 215 e 216, que tratam da gestão da saúde. Todas as áreas do nosso País estão em crise, a saúde, a educação, a segurança, a infraestrutura, e estão precisando de uma atenção especial. Mas eu destaco aqui a saúde. Trata-se de emendas de textos, e uma delas permite que, quando decorrerem 2 anos seguidos em que os recursos estiverem sendo perdidos pelos Municípios que não utilizam média e alta complexidade por falta de capacidade, com o aval do Ministério da Saúde, eles possam ser transferidos ao Estado, para que os recursos não sejam desperdiçados.

Então, eu peço a V.Exa. que acate no seu adendo essas duas emendas, de que tenho certeza absoluta não trarão nenhum acréscimo de gasto, só de transferência, e facilitarão, e muito, a minorar essa situação caótica por que passa a saúde do nosso País.

Em relação também ao cuidado que V.Exa. deve ter de não permitir que os recursos da saúde sejam reduzidos pelo limite de gastos, em função da inflação...

Então, nós temos que, pelo menos, em relação a recurso gasto, preservar, no ano seguinte, o mínimo que foi gasto no anterior, mesmo que, com a inflação, não se chegue a esse valor.

Peço a V.Exa. que considere atendidas as Emendas n°s 215 e 216.

Eram essas as minhas observações

O SR. PRESIDENTE (Deputado (Arthur Lira) - Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra, para discutir a matéria, o Deputado Milton Monti. V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Caro Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, caro Relator Senador Wellington Fagundes, primeiro, quero cumprimentá-lo pelo trabalho realizado no relatório da nossa LDO e pelos pontos colocados com muita firmeza, especialmente no que diz respeito ao aumento da carga tributária no Brasil, tendo em vista a situação pela qual passa a maioria dos empresários brasileiros, com dificuldade de tocar os seus negócios.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É claro que o aumento da carga tributária contribuiria para que houvesse ainda mais dificuldade para as empresas gerarem empregos, ampliando seus negócios, competindo com produtos de outros países. Foi uma medida bastante acertada.

Eu quero fazer uma observação a V.Exa. sobre um destaque que apresentei. Inclusive não é emenda de minha autoria, mas entendi que essa questão deve ser estudada.

A LDO prevê para o próximo ano nomeação somente dos cargos vacantes. Mas essa emenda diz que podem ser os cargos vacantes ou aqueles criados por lei.

Por que sugerimos essa modificação na LDO? Porque, por um motivo ou outro, pode surgir a necessidade de o próprio Poder Executivo implementar determinada política. Se, por sua vez, o Congresso Nacional, na sua soberania, aprova determinado dispositivo, tem que haver então tal previsão contida na LDO.

Então, ao fazer este registro, solicito a V.Exa. que estude a possibilidade de acatar, de forma preventiva, essa disposição técnica. Caso haja necessidade, poderá ser feito no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Agradeço ao Deputado Milton Monti.

Desculpe-me, Deputado Geraldo Resende, V.Exa. está se inscrevendo? Por algum motivo não consta aqui a sua inscrição. Vou tentar encaixá-lo, porque vi que V.Exa., naquela oportunidade, já havia solicitado.

Falará, na sequência, o Deputado Assis Carvalho. Deputado Junior Marreca, antes que V.Exa. comece a falar...

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Sr. Presidente, veja se consta a minha inscrição...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Eu vou ler quem está escrito, na sequência: Deputados Assis Carvalho, Junior Marreca, Edmilson Rodrigues, Benjamin Maranhão, JHC, Celso Maldaner, Sergio Souza e Cleber Verde.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO JÚNIOR - Cadê Vicentinho, Presidente? Eu falei já há algum tempo.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, eu fui um dos primeiros inscritos hoje, fui um dos primeiros a chegar a esta reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não vamos polemizar por causa disso, por favor. Vamos dar acesso a todos. Eu peço desculpas se houve, por acaso, algum equívoco.

Usará da palavra o Deputado Assis Carvalho, depois encaixo o Deputado Geraldo Resende e, em seguida, os Deputados Junior Marreca e Vicentinho Júnior

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, houve um acordo de procedimentos sobre as emendas rejeitadas, mas eu preciso, pelo menos, fazer um rápido registro, ao mesmo tempo em que agradeço ao nosso Relator, Senador Wellington Fagundes, pela sensibilidade de acolher já, a partir do relatório que deveremos aprovar logo mais, algumas emendas que considero muito importantes.

Uma das que destaco é a Emenda nº 17, de minha autoria, que trata da grande demagogia do governo golpista, que fala em reduzir despesas, mas, quando coloca na peça orçamentária, sempre quer fazer média demagógica com aqueles que votaram pelo golpe. E o exemplo é exatamente o § 7º do art. 8º do corpo da lei, que estabelece o direito de os Deputados viajarem na primeira classe, aumentando custos, privilegiando aqueles que contribuíram com o golpe.

A proposta que apresentamos modificava isso e acolhia, porque mantinha a situação anterior, a de que Deputados que queiram viajar na primeira classe o façam complementando suas verbas, e não onerando ainda mais os cofres públicos.

Agradeço ao nosso Relator, pela sensibilidade, e aos Líderes, pela compreensão. Essa emenda demagógica de aumentar despesas, encaminhada pelo governo golpista, não deve ser incluída no Orçamento de 2017.

Outra emenda, a Emenda nº 14, foi também acolhida aqui por acordo. Ela trata exatamente dos cargos dos servidores da Justiça do Distrito Federal. Na verdade, são duas emendas sobre essa área. Há vários concursados, e o concurso vence em abril de 2017. Nós conseguimos, também por acordo... Quero aqui parabenizar todos os servidores do Tribunal de Justiça. *(Palmas na plateia.)* Parabenizo também o Relator, pela sensibilidade, assim como todos os membros de acolher, a partir desse momento, dispositivo que assegura esse direito. Vamos continuar lutando! Vamos continuar juntos, para que todos tenham esse direito assegurado na condição de concursados. *(Palmas na plateia.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Destaco ainda as nossas Emendas nºs 13 e 15, que tratam do Judiciário, principalmente do Ministério Público e da Defensoria Pública. Por acordo, elas vão ser discutidas na primeira reunião de agosto. Quero comunicar aos servidores do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública que vou continuar defendendo esse destaque, porque é uma proposta justa.

Sr. Presidente, quero ainda, além dessas emendas que apresentei, fazer referência a um fato que chama atenção. A meta fiscal, apresentada pelos técnicos do Planejamento do Governo legítimo, eleito pelo povo, da Presidente Dilma, estabelecia um déficit da ordem de 65 bilhões para 2017. Num toque de magia, sem muita explicação e sem detalhamento, o governo ilegítimo, golpista, que não foi eleito e que deu um golpe neste Parlamento, onera essa meta, em 2017, para 143 bilhões. Um aumento exorbitante! E o que é mais grave é que não há detalhamento. Apenas manda a peça orçamentária, contando com a boa-fé e seriedade do nosso Relator, Wellington Fagundes, que, é claro, tem que acolher e apresentar.

Porém, a nosso ver, pelo nível de responsabilidade dos Parlamentares, Senadores e Deputados, não poderíamos permitir que esse dispositivo entrasse no orçamento 2017 sem um debate mais aprofundado.

Quero aqui chamar a atenção dos Parlamentares e dizer que vou orientar o voto favorável ao parecer do Relator. Compreendo a necessidade, o atraso que houve por conta do golpista Eduardo Cunha, que atrasou a instalação das Comissões e criou uma situação de tumulto neste País, criando pautas-bombas e onerando a sociedade pela falta de crédito internacional para o nosso País. Mesmo de forma açodada, eu parabenizo o Presidente Arthur Lira. S.Exa. tem feito um esforço muito grande. Eu quero colaborar com isso, mas eu quero também ressaltar alguns pontos sobre os quais não posso silenciar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Peço que conclua, Deputado Assis, para sermos justos. O tempo de V.Exa. já está se encerrando.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Eu vou concluir, Sr. Presidente.

Eu quero propor um acordo, ou uma ação supressiva, para que a meta fiscal desse relatório não fosse aprovada hoje e que fosse aberta uma discussão na primeira reunião de agosto. Se o fizermos agora, numa situação como esta,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estaremos dando novamente um cheque em branco, sem detalhamento, e onerando o povo brasileiro.

Então, eu queria propor isso a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Assis, eu entendo a preocupação de V.Exa., mas o acordo celebrado na reunião não foi esse. Entendo as argumentações, vamos discuti-las, mas o acordo foi firmado e será cumprido, para o bom andamento dos trabalhos hoje.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Nós estamos de acordo com o que foi acertado. Agora, eu estou colocando que a sociedade precisa compreender o que o Governo golpista está fazendo, mais do que aumentando, praticamente dobrando a meta fiscal, o que empobrece os mais pobres e enriquece os ricos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Assis, eu entendo, ratifico o acordo feito e digo que a sugestão de V.Exa. altera no mérito esse acordo. Vamos então manter o acordo.

Quero fazer apenas um registro, aproveitando a fala do Deputado Assis, para dizer, por justiça, que o pedido do destaque do concurso do TJDFt chegou a esta Presidência, também pelos Deputados Izalci e Rôney Nemer. (*Palmas na plateia.*)

Com a palavra o Deputado Geraldo Resende. Na sequência, falarão os Deputados Vicentinho Junior e Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Primeiro, Sr. Presidente, quero elogiar o trabalho do Senador Wellington Fagundes. Conheço S.Exa. desde quando era Deputado. S.Exa. representa bem o Estado-irmão, o Mato Grosso — somos vizinhos, eu sou do Mato Grosso do Sul —, de quem nos separamos, mas ainda mantemos laços muito estreitos. Acompanhamos muito bem a trajetória do Deputado que chegou ao Senado, pelo reconhecimento do povo mato-grossense.

Eu apresentei um destaque, já havia dito isso na reunião, mas, logicamente, vamos cumprir o acordo celebrado. Há pouco, o Deputado Duarte Nogueira referendou a posição do PSDB, a de manter o acordo, para votar hoje aqui, no mérito, o relatório e votar as emendas e os destaques *a posteriori*.

Quero, porém, ressaltar um destaque que considero de suma importância: a emenda apresentada pela Deputada Leandre resgata um pouco aquilo que nós, do setor saúde, lutamos há várias décadas; também aqueles que estão aqui há mais





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tempo e aqueles que estão chegando agora vêm somar conosco nessa luta pelo financiamento da saúde pública.

Nós aprovamos, com maioria esmagadora de votos, a PEC 01, de 2015, fruto da iniciativa do Deputado Vanderlei Macris — eu fui o Presidente e a Deputada Carmen Zanotto, a Relatora. Estamos aguardando, inclusive, a votação no segundo turno. Essa PEC resgata o movimento Saúde+10, que, logicamente, aponta para, no mínimo, 19,6%, o que equivaleria aos 10% da receita corrente bruta, conforme era o original da emenda. Isso dá um aporte de recursos substanciais para tirar a saúde pública do caos em que se encontra.

Acontece, Sr. Presidente, que a emenda da Deputada Leandre, que resgata esse compromisso, foi rejeitada. Nós estamos reapresentando aqui como destaque, para, no mínimo, fazer a discussão, concomitante também à criação da Comissão Especial que vai se debruçar sobre a PEC 241, que vem do Governo, na tentativa do chamado ajuste fiscal.

Não queríamos, Sr. Presidente, ficar nos reportando hoje ao grave quadro da saúde pública. Eu acho que todos nós, desde o Senador Wellington Fagundes, em Rondonópolis, ou em Cuiabá, sabemos muito bem o descalabro da saúde pública, inclusive com a falta de UTIs; os Municípios estão entregando as UPAS para o Governo do Estado ou para a União; há falta de leitos hospitalares em todo o País. Todos sabem o caos em que se encontram hoje os prontos-socorros, com a falta de UTIs especializadas.

Além disso, estamos na iminência de esse caos se aprofundar cada vez mais. O CONASS e o CONASEMS nos endereçaram vários materiais. Gostaríamos que o Relator pudesse, no mínimo, dar uma sinalização para, no orçamento de 2017, termos a garantia de que os recursos empenhados efetivamente pagos em 2016 sejam cumpridos, ou seja, não seja menor do que o orçamento de 2016, e que também se faça a correção necessária, logicamente, para que, no mínimo, o aplicado em 2017 seja similar ao de 2016.

Nós gostaríamos que o Relator pudesse também, na sua fala, fazer considerações sobre a Emenda nº 225.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Outra emenda apresentada foi motivada pela EMBRAPA. Ou seja, fazemos louvas a vários nichos, porque a EMBRAPA hoje domina várias filiais em todo o País. O orçamento da EMBRAPA, entendemos, não pode hoje ser contingenciado.

Estamos apresentando a Emenda nº 224, que possibilita à EMBRAPA ficar de fora dos contingenciamentos, que, muitas vezes, são colocados nos orçamentos e inviabilizam, logicamente, o papel da EMBRAPA em todo o País, em seus vários centros espalhados pelos Estados da federação e que são hoje referência no mundo, acerca do avanço dessa empresa, principalmente no tocante ao agronegócio no País. Então, a Emenda nº 224 possibilita retirar a EMBRAPA do processo de contingenciamento, que, como dissemos, muitas vezes, faz parte do orçamento.

Quero enaltecer, mais uma vez, a boa condução do Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Geraldo Resende.

Com a palavra o Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO JÚNIOR - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu não me surpreendo com o relatório apresentado pelo Senador Wellington Fagundes, porque conheço a sua competência e sei que o relatório não poderia ser diferente. S.Exa. ouviu todos os colegas Senadores e todos os Deputados. Eu tenho certeza de que até nós deliberarmos, após o recesso, depois dos dias 2, 3, S.Exa. também ouvirá um pouco mais ainda os classistas e as categorias, as que julgar necessárias.

O que eu levanto aqui agora, meu Senador, vai ao encontro do que disse aqui mais cedo o Senador Eduardo Braga, o nosso Relator-Geral do Orçamento, em relação à segurança nos aeroportos.

O Deputado Pedro Vilela, do PSDB, apresentou o Destaque nº 8, que solicita que não haja o contingenciamento nas taxas oriundas da Aeronáutica, para justamente fazer o controle do tráfego aéreo. A Aeronáutica, durante bom tempo, a cada ano que passa, tem o seu orçamento diminuído, e este é um recurso que prima a segurança aérea brasileira. Veja bem, este é um ano de Olimpíadas e também de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ameaças, que vêm sendo divulgadas pela imprensa. Enfim, nós não podemos deixar uma Força específica para esse tipo de serviço, como a Aeronáutica, desassistida.

O destaque apresentado pelo Deputado Pedro Vilela tem o intuito de retirar a Aeronáutica do contingenciamento apresentado no relatório do Senador Wellington Fagundes.

Solicito a V.Exa. que olhe com mais carinho essa questão, que culmina no mesmo entendimento e pensamento do Senador Eduardo Braga, o de trazer, de fato, mais segurança aos nossos aeroportos e também valorizá-los, porque aeroportos concessionados passam a não ter os seus devidos valores, a partir do momento que não dispõem de segurança devida para suas operações.

Então, o nosso pedido, respeitando aqui o entendimento feito, é para que os destaques que não foram acordados hoje pela manhã na Presidência da CMO sejam deliberados nos dias 2 e 3, a fim de fortalecer a nossa Aeronáutica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Ao corroborar com a sugestão do Deputado Vicentinho Júnior, quero apenas tirar uma dúvida. Havia sido feita uma alteração no art. 54, que trata dos fundos contingenciáveis. E o Relator, muito sabiamente, naquilo que é prioridade, e governar é escolher, entendeu, neste caso, entre alguns fundos, que o Fundo da Aviação Civil não fosse contingenciado. Ao ler o adendo na tela, ele havia sido contingenciado. Mas, ao ler a peça final apresentada pelo Relator, ele deixou de ser contingenciado.

Portanto, foram atendidos os aspectos que eu aqui defendo e que acabaram de ser citados pelo Deputado Vicentinho Júnior. Eu só queria que o Relator — daí a minha questão de ordem — esclarecesse se de fato nós estamos alinhados com a preservação para o não contingenciamento desse fundo da aviação civil, em função até da questão da segurança de navegação aérea e aspectos da nossa malha viária, obviamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Duarte, como regra, eu quero pedir a vênia a V.Exas., mas nós vamos exaurir as discussões por parte





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dos Parlamentares. Ao final, o Relator se manifesta, porque senão vamos abrir um debate sem fim aqui. Pode ser assim?

Terminou, Deputado Vicentinho? *(Pausa.)*

Na sequência, tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Obrigado, Presidente.

Presidente, eu sou membro da CFT, e estou aqui para defender alguns destaques de emendas aprovadas na Comissão e rejeitadas aqui nesta Comissão, a CMO.

Entretanto, ao me manifestar, quero, em primeiro lugar, parabenizar o esforço dos membros desta Comissão, especialmente do Presidente, Deputado Arthur Lira, e do Relator, Senador Wellington Fagundes. E, principalmente, por conta da necessidade de pensarmos e agirmos de forma mais concreta no esforço de reforma tributária no País, creio ser prudente evitar qualquer novo tipo de imposto. Então, a decisão de retirar a CPMF é muito importante.

Em segundo lugar, eu quero me somar a uma crítica feita aqui pelo Deputado Assis Carvalho, porque se fala aqui em déficit, mas quando se fala em déficit, usa-se para limitação de despesas primárias. É uma grande contradição que tem que ser assumida por nós, porque a população não consegue entender essa linguagem do economicismo, que oculta muitas coisas.

Então, ao ampliar o déficit para 170,5 neste ano, na verdade, autorizamos aquilo que seria pedalada e deixou de ser, porque o Congresso Nacional avalizou. E, da mesma forma, não é admissível que se estabeleçam mais de 140 bilhões, quando o Governo diz que quer por a Casa em ordem, mas se aumente sem demonstração a projeção de déficit. Eu não vejo problema nenhum com déficit. As principais economias do mundo são deficitárias. Os Estados Unidos, para enfrentar a crise, produziram um déficit muito superior ao seu poder de arrecadação, ao seu Produto Interno Bruto. A questão é como esse déficit é usado, para quê.

E o que se observa aqui, enquanto os gastos com as despesas de capital, a dívida pública, por exemplo, terão a Selic como base, os gastos sociais, pela proposta do Relator, com todo o respeito, serão limitadas pela inflação do ano anterior. Ora, mais quais são os gastos? Quando se fala em despesas primárias,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nós estamos falando da possibilidade do comprometimento de direitos previdenciários, entre outros.

E, mais, eu vejo aqui o Senador Flexa falando em saúde, como a PEC não pode ser aprovada aqui como um jabuti dentro da Lei de Diretrizes, a PEC 241, mas aqui está o antiato para a destruição de conquistas históricas importantes, como o mínimo a ser investido em saúde e educação baseado no aumento da arrecadação.

Então, esse relatório aqui não prejudicará imediatamente o investimento em saúde e educação, mas ele é, ao aderir parte do conteúdo da PEC 241, um antiato para isso. Eu sou do PSOL e não creio que num país onde todos — tucanos, petistas pedetistas — reconhecem que há uma crise de investimentos nas políticas de saúde, de educação, de assistência, não percebam que a violência cresce muito vinculada a essa carência de investimentos. Como nós vamos limitar? Isso naturalmente só se explica porque fica sempre escondido o tema principal do debate, que é o problema da dívida pública.

Sr. Presidente, quero apenas dizer que nós aprovamos, no PPA 2016-2019, infelizmente foi vetado pela Presidente Dilma, e o veto foi mantido pelo Congresso, a necessidade de auditoria da dívida pública. Eu não proponho boicote ao pagamento, eu não proponho suspensão de pagamento, nada disso. Eu só acho que nós temos obrigação de cumprir o que está previsto no art. 26 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal. Eu não entendi o veto da Presidente Dilma. Não entendi as razões do veto nem as razões da manutenção do veto pelo Congresso Nacional, se o PPA 2016-2019 havia sido aprovado tanto na CMO quanto no próprio Congresso.

Esse é um dos destaques que eu queria, se possível, querido Relator, que fossem absorvidos, porque significam dar transparência ao sistema da dívida, para verificar se o que estamos pagando realmente é lícito. Eu acho que nós não temos que esconder. Se descobrirmos que devemos pagar mais, que eu acho impossível, nós nos calaríamos. É o pacto que eu faço. É impossível isso, eu estou brincando. Na verdade, eu tenho certeza de que, como o Equador provou, 70% da dívida eram questionáveis.

Não houve nenhuma crise internacional. O país está se desenvolvendo com suas limitações. O Brasil pode efetivamente investir mais na área social, se estiver





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mais clara a estrutura da dívida pública que, a meu ver, tem consumido 40% do Orçamento federal e criado essas dificuldades. Aí, às vezes, a saída acaba causando prejuízo às políticas sociais e aos próprios servidores públicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado a V.Exa.

Na sequência, com a palavra o Deputado Bebeto.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senadores, quero inicialmente parabenizar o relatório do Senador Wellington Fagundes. Obviamente, a Lei de Diretrizes traz balizas importantes que acenam para a economia, para um conjunto de políticas públicas e para a efetividade dessas políticas, sem necessariamente cair na armadilha prévia do contingenciamento.

V.Exa. nos traz um dado extremamente importante e relevante sobre o qual a própria sociedade brasileira exige um pronunciamento desta Casa, que é a condição tributária. Nós não fizemos ainda uma larga e necessária reforma tributária capaz de atrair a percepção dos investidores de que a carga tributária brasileira seria uma condição favorável para realizar seus negócios, para melhorar o ambiente de negócios. Esse apontamento que traz V.Exa., ao suprimir qualquer possibilidade de que a CPFM seria uma condição a mais de força, se adotada na cadeia produtiva e, em última análise, no consumo, e a sociedade é quem arcaria com esse custo, eu acho absolutamente importante, pois sinaliza positivamente para a diminuição desses tributos, que são uma reclamação da própria sociedade.

Queria ainda, Sr. Relator, dizer que nós tivemos o cuidado de apresentar um conjunto de emendas da bancada do PSB, emendas de Deputados e Senadores, mas lamentavelmente, a juízo de V.Exa. e nas escolhas que foram feitas sobre aquelas que deveriam ser ou não incorporadas, V.Exa. rejeitou inúmeras delas. Nós tivemos o cuidado de fazer o destaque. Não vou nominar todos os destaques que fizemos.

Sr. Presidente, gostaria, até como um procedimento que nós adotamos, que ficasse garantido que os destaques não seriam tratados *per se*, que seriam analisados na sua totalidade nos dias 2 e 3. Se nós estamos alterando, e V.Exa. de pronto já incorpora parte desses destaques, isso me forçaria a apresentar os nossos, o que, sem sombra de dúvidas, seria contraproducente nesta audiência.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, eu quero saber se o método nós alteramos, e os destaques V.Exa. vai incorporar a partir de agora — eu tenho em torno de 10 destaques — ou se está preservada a condição para fazermos nos dias 2 e 3. Eu tenho destaques realizados nas áreas de saúde, na educação, no sistema jurisdicional, no TRT, no Ministério Público da União. Esses são alguns destaques que nós patrocinamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós vamos manter o que foi acertado na reunião. A princípio, o que fosse bastante simples poderíamos resolver aqui como forma de encaminhamento. Nós vamos manter, Deputado Bebeto, o acordo que foi feito lá dentro e vamos votar os destaques nesta Comissão no dia 2.

O SR. DEPUTADO BEBETO - O.k., Presidente. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado.

Na sequência, com a palavra...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, nenhum destaque será votado hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - A princípio, não.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Só se houver acordo, não é?

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Mas se os destaques por consenso forem admitidos pelo Relator, esses não terão problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Eu acho até que nós não teríamos problema, Senador Flexa.

Só como orientação e sugestão, nós temos um acordo para a Comissão funcionar no dia 2 para votar os destaques, porque nós temos destaques supressivos, nós temos destaques que precisam ser analisados.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Eu falo de consenso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Eu sei. Mas todos serão de consenso, os que forem admitidos.

Por exemplo, se o Deputado Bebeto tiver os destaques dele assumidos pelo Relator, V.Exa. não será contra. Nós não teremos problema de consenso. Nós teremos problema de logística, hoje, aqui, para que ele possa dar o parecer sobre todos os destaques.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Mas o Relator já admitiu alguns destaques no início da...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Eu acho que será contraproducente. Por exemplo, o Deputado Bebeto chegaria com 30 destaques.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Não podemos ter uma medida e dois pesos.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - O que nós estamos propondo é o tratamento isonômico.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Sr. Presidente, eu estou inscrito e gostaria de usar a palavra. Entrou outro orador, e a reunião virou uma balbúrdia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não. Não virou, Deputado. Não virou. V.Exa. vai falar. V.Exa. tem todo o direito.

Então, eu vou suspender o questionamento que os 2 Deputados fizeram. V.Exa. fala, em seguida eu respondo. E a ordem está restabelecida.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Sr. Presidente, eu quero me congratular com o Relator, primeiro, por ter feito algo que era esperado por toda a Casa, isto é, deixar claro para a sociedade brasileira e para os mercados que não há nenhuma possibilidade de recriação da CPMF. Esse pensamento é majoritário tanto na Câmara quanto no Senado e tem sido amplamente divulgado em nossa base.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Eu só queria colocar que não é só a CPMF; mas qualquer imposto que não tenha sido aprovado pelo Congresso neste ano.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Claro, até para não criar algo que foi feito no passado, em que se fez uma peça orçamentária ficcional, baseada na possibilidade de recriação da CPMF que sequer tinha qualquer possibilidade de ser aprovada na Câmara e no Senado.

Quero me congratular com V.Exa., Senador, também em relação à forma clara como foi colocada a meta de resultado fiscal primário para o próximo ano, porque esse era outro problema. Lançava-se uma proposta que falava em superávit, e, depois, eram seguidos os PLNs para que se resolvesse isso para enfrentar a realidade de um déficit. E se nós temos que enfrentar um déficit fiscal que seja de 143 bilhões, o total dele, o déficit primário, que isso seja visto com clareza desde já





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

como um teto que pode, logicamente, ser diminuído pelas ações que o Governo tem implementado para um melhor equilíbrio fiscal do País.

Porém, Senador, eu quero falar sobre 2 destaques que têm o mesmo objetivo, os destaques nº 27 e o 31, e eu peço sua atenção em relação a isso. E é um destaque até muito singelo. Ele trata da questão da reforma agrária. Um dos maiores problemas que nós temos no Brasil é a péssima qualidade dos nossos assentamentos. Foram 13 anos de um Governo que se dizia popular, e não houve nenhum avanço no que diz respeito à infraestrutura dos assentamentos, à qualidade de moradia dos assentados, à produtividade desses assentamentos. Gastaram-se bilhões de reais em programas ineficazes que estão, inclusive, sendo investigados pela Polícia Federal como orçamentos milionários que eram destinados para uma ação de capacitação. Depois, comprovou-se que nada disso existia.

O estamos querendo, Sr. Relator? São emendas do Deputado Paulinho e do Deputado Zé Silva que destacamos — o destaque é nosso — que tratam do desenvolvimento de assentamentos rurais. As emendas foram aprovadas parcialmente, elas são objeto dos Destaques nºs 27 e 31. A meta era de 50 mil famílias. Eu digo que é um número singelo, porque há um impacto de 100 milhões. Quando se vê em termos do Orçamento da União, isso não é nada e tem um simbolismo muito forte. O que queremos de V.Exa.? Como foi acatada uma meta de 250 famílias, que seja restabelecida a meta de, pelo menos, 50 mil famílias, que é algo até bastante pequeno diante da necessidade que nós temos de melhorar a vida dessas pessoas nos assentamentos. Sei que os destaques serão votados no dia 2. Até lá, se V.Exa. puder acatá-los, seria um grande passo para o desenvolvimento social do País.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Concluiu Deputado Benjamin Maranhão? (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado JHC.

O SR. DEPUTADO JHC - Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar, de forma toda especial...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Pois não, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, estamos assistindo à apresentação dos destaques, conforme foi combinado na reunião preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós não vamos votar o primeiro destaque. Não entrará na votação. Vou deixar claro: nenhum destaque será votado hoje...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Não. Não é votado. Eu pergunto o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - A apresentação dos destaques deve ser feita até o final da discussão.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Se o relator acolher...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não vai. Nós não vamos mexer, para não haver dois pesos e duas medidas.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Então, cada um será discutido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Será discutido na primeira terça-feira, depois que voltarmos do recesso. Agora, o prazo para apresentação de destaque é até o final da discussão.

Concedo a palavra ao Deputado JHC?

O SR. DEPUTADO JHC - Eu gostaria de cumprimentar de forma toda especial o eminente Presidente Deputado Arthur Lira, o Relator, Senador Wellington Fagundes. Cumprimento todos os Congressistas, Deputados e Senadores que fazem parte desta Comissão. Quero parabenizar o Presidente pelo trabalho democrático, porque ouve os Parlamentares, sendo dessa maneira um espelho fiel da pluralidade que nós temos na Casa e das necessidades da nossa população.

Esta lei que vamos aprovar precisa ser bem executada e bem fiscalizada. E na toada do que o Relator já colocou aqui anteriormente, esta Casa tem uma comissão de obras inacabadas. Precisamos dar eficiência aos recursos públicos e, por isso, apresentamos um destaque, de autoria de vários Parlamentares. Eu gostaria de agradecer ao Deputado Bebeto, ao Deputado Rodrigo Martins, ao Deputado Irajá Abreu, ao Deputado Junior Marreca, ao Deputado Júlio Cesar, ao Deputado Vicentinho Júnior. Agradeço a todos aqueles que nos ajudaram para apresentar esse destaque.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nessa peça pública, com o acompanhamento de toda a sociedade, poderemos ver a conclusão de uma obra tão esperada, porque, há 10 anos, a BR-416, em Alagoas, está completamente paralisada. A partir de agora, com essa rubrica, nós temos esperança de concluir esta obra para melhorar a logística, não só de Alagoas, mas também do Nordeste brasileiro, haja vista que essa BR também tem proximidade com a Transnordestina, que sai do Porto de Suape ao Porto de Maceió.

Nós temos outro pleito em relação à inovação no País. Precisamos investir mais em inovação. Nós temos um polo tecnológico em Alagoas, mas ele está sem alma, sem vida, porque não há aparelhamento necessário, para que se possa através, daqueles *start-ups*, das incubadoras, desenvolver o seu papel com brilhantismo e incentivar, especialmente, esses jovens da Geração Y, que querem investir o seu conhecimento no País em que estudou e não terem que ir para fora para poder desenvolver seu trabalho.

Eminente Relator, eu gostaria de parabenizá-lo. Acho prudente a posição da Comissão em deixar todos os destaques, em forma de adendo, para que possamos aprovar todos na mesma medida, em bloco, na data correta, para que não haja distinção, ou seja, para que haja um tratamento isonômico, como estabelece toda a administração pública e nossa Constituição.

Muito obrigado pela palavra, Sr. Presidente. Parabenizo o eminente Relator e todos os membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado JHC.

Com a palavra o Deputado Celso Maldaner.

O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER - Sr. Presidente, gostaria também, sem ser repetitivo, de cumprimentar o nosso Relator, Senador Wellington Fagundes, pelo brilhante trabalho que fez na relatoria, principalmente por manter o foco no setor produtivo para a retomada do crescimento, do desenvolvimento do nosso País.

Destaco aqui mais uma vez o fundo de compensação de exportação, as emendas de bancada, as obras inacabadas. Acho que é fundamental passarmos para as Federações da Indústria e Comércio, para o setor produtivo, para o agronegócio, setores que movem este País, a expectativa de não criação de novos impostos, de não recriação da CPMF. Isso é muito importante, é fundamental para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

retornar o otimismo dos nossos investidores. Vamos criar uma expectativa boa para os próximos anos de superávit primário, com controle da inflação, principalmente com crescimento do PIB. Estou muito orgulhoso.

Eu queria aproveitar este instante, Sr. Relator, e pedir sensibilidade — já foi enfatizado que destaques não serão aprovados hoje — para um destaque de minha autoria que estou entregando à Mesa. Santa Catarina tem uma obra inacabada. É uma emenda apresentada pelo Senador Dário Berger. Eu acho que Santa Catarina não pode ficar com uma obra inacabada, o entroncamento da BR- 282 com a BR-158. Eu gostaria que o Relator analisasse com muito carinho, com alto grau de racionalidade — acredito na sua sensibilidade — e acatasse nosso destaque, para que Santa Catarina também seja contemplada com esse destaque sobre uma emenda apresentada pelo Senador Dário Berger.

Muito obrigado pela oportunidade. Conte conosco. Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Senador Flexa Ribeiro) - Agradeço ao Deputado Celso Maldaner.

Concedo a palavra ao Deputado Sergio Souza. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Cleber Verde.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Sr. Presidente, cumprimento o nobre Senador pelo relatório da LDO e, antecipadamente, agradeço pela manifestação de apoio ao destaque que fizemos. Trata-se da manutenção de trecho rodoviário da Região Nordeste. A meta que nós estabelecemos, e que V.Exa. aprovou parcialmente, entendemos que está aquém do tratamento que merece nossa região. São os Destaques n°s 157, 158 e 159.

Quero antecipadamente destacar a importância do nosso Destaque n° 159, que trata da reforma agrária e da governança fundiária. Na meta estabelecida na nossa emenda, prevíamos o atendimento a exatamente 49.950 famílias. Na meta aprovada parcialmente apenas 50 famílias constam no apoio ao desenvolvimento e assentamentos rurais.

O atendimento dos Destaques n°s 157, 158 e 159 por parte de V.Exa. vai ser muito importante, principalmente para a recuperação dos trechos rodoviários. Destaco especialmente o atendimento às famílias assentadas em todo o Brasil.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ao mesmo tempo quero fazer menção — já peço seu apoio, vou encaminhar à Mesa — ao Destaque nº 236, de autoria do Deputado Julio Lopes, que trata da implantação de estaleiro e base naval para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares. Essa meta é fundamental para a Marinha do Brasil. Portanto, acolher esse destaque do Deputado Julio Lopes é muito importante. Nós entendemos esse belo trabalho que faz a Marinha do Brasil. Observar esse destaque na meta da LDO é fundamental. Vou encaminhar o destaque à Mesa. Venho defender essa emenda que, certamente, uma vez não apreciada hoje, será apreciada, debatida e discutida no dia 2.

Portanto, quero cumprimentar o Senador Wellington Fagundes e lhe agradecer pelo acolhimento de nossas emendas. Quero especialmente apresentar à Mesa o destaque do Deputado Julio Lopes a respeito da meta estabelecida pela Marinha.

Muito obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Flexa Ribeiro) - Agradeço ao Deputado Cleber Verde.

Passo a palavra ao último inscrito, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, eu sou cristão novo em matérias da Comissão de Orçamento. A despeito de alguns mandatos que exerci aqui, no Congresso Nacional, nunca vim à Comissão de Orçamento. Aliás, quando eu tratei da Comissão de Orçamento, foi de uma forma desairosa para a Comissão, porque participei daquela CPI dos “anões” do Orçamento. Mas agora eu vejo com um novo olhar os trabalhos desta Comissão e quero me congratular com o Relator, Senador Wellington Fagundes, que é nosso colega do Senado. Conheço de perto seu trabalho e conheço sobretudo sua capacidade de diálogo. Esse relatório é fruto do seu conhecimento, mas sobretudo da capacidade que S.Exa. tem de ouvir. Nós somos colegas na Comissão de Infraestrutura. Por isso, quero me congratular com o Senador Wellington Fagundes.

Gostaria também de me congratular com o Presidente, não o Senador Flexa Ribeiro. Senador Flexa Ribeiro, não fique desapontado, mas eu gostaria de me congratular com o Deputado Arthur Lira, que se ausentou, mas que tão bem está





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dirigindo os trabalhos desta Comissão. V.Exa., como substituto eventual, não fica atrás.

Quero perguntar ao Relator Senador Wellington Fagundes se na LDO há alguma sinalização a respeito do problema da segurança. O Governo Federal, qualquer governo, tem-se mostrado atuante, no que toca episodicamente ao problema da segurança. Por exemplo, na Copa do Mundo, nós tivemos um *show* em matéria de segurança. Acabou-se a Copa do Mundo, o problema da segurança só fez se agravar. Gostaria de saber do Relator — não se trata de destaque — se há alguma sinalização sobre isso. Por outro lado, gostaria de saber se há alguma sinalização com relação ao problema da Previdência, sobretudo do apoio com que o Governo acena com relação à previdência complementar dos Estados.

Era só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Flexa Ribeiro) - Agradeço ao Senador Garibaldi Alves Filho.

Concedo a palavra, para um esclarecimento, ao Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO JÚNIOR - Fui informado pelo pessoal da Aeronáutica que, com relação ao Fundo da Aviação Civil e ao pleito que eles estão fazendo, Senador Wellington Fagundes, são questões distintas. São orçamentos distintos. E o que a Aeronáutica está hoje pedindo, Senador Eduardo Braga, é apenas que se tire do contingenciamento esse orçamento para a segurança do controle aéreo brasileiro. Apenas isso. São fundos distintos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Flexa Ribeiro) - Obrigado, Deputado Vicentinho Júnior, pelo esclarecimento.

Com a palavra o Relator Senador Wellington Fagundes.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Senador, ficou em dúvida ainda aquele questionamento feito a V.Exa. pelo Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Flexa Ribeiro) - Ele vai responder agora.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Vai responder. Aquilo em que já houve consenso, não é mais o destaque para agosto. Isso já está no seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Flexa Ribeiro) - Isso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Só isso que queria esclarecer, para ficar tranquilo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Com a palavra o Relator, para as considerações finais.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Nós conseguimos, é importante dizer, ouvir todos, não só hoje, aqui na reunião. Todos aqueles que nos procuraram através da assessoria foram atendidos.

Chegamos a este momento em que, no acordo feito aqui, vamos votar o relatório. Respondo especificamente ao Senador Garibaldi Alves Filho que a questão principalmente da segurança foi um trabalho também do nosso Relator, Senador Eduardo Braga, que será o Relator do Orçamento, com uma negociação que fizemos juntamente com o Presidente e com o Ministro do Planejamento. Também é importante destacar a nossa Líder no Congresso Nacional, Senadora Rose de Freitas.

Aqui estamos resgatando o Fundo Nacional de Aviação Civil, o Fundo Penitenciário Nacional, o Fundo de Segurança e o Fundo da Marinha Mercante. Isso está contido no relatório de forma que não poderá ser contingenciado nem vetado.

Com isso, acredito que essa preocupação que V.Exa. apresenta sobre a segurança está superada, uma vez que segurança é fundamental para o Brasil. O Relator, que vai construir a nossa lei orçamentária, já tem isso como embasamento e, aí, sim, ele vai, na medida do possível, ver os recursos necessários e possíveis a serem colocados especificamente.

Quero salientar que agora o Presidente vai conduzir a votação do relatório com esse adendo que já havia sido publicado. E, conforme acordo, os destaques que foram feitos serão votados no dia 2.

O SR. SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO - E com relação à previdência...

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - A previdência não consta da LDO. São outras leis.

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - Sr. Presidente, uma questão de ordem.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Apenas para pedir à Mesa a retirada do Destaque nº 180, tendo em vista que o ilustre Relator atende à demanda com relação aos fundos. Portanto, estamos retirando o Destaque nº 180.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O Destaque nº 180 é de V.Exa.?

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - É de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O.k.

O SR. SENADOR EDUARDO BRAGA - Então, retiro o Destaque 180.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Foram apresentados 243 destaques.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 01/2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas de nºs 21520002, 30680001, 29460001, 35680001, 37470001, 27680002, 37820002 sugeridas pelo Relator.

Em votação o relatório e o adendo na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados, por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal, ressalvados os destaques.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado na representação do Senado, por unanimidade.

Deliberação dos destaques. Convocação para o dia 2 de agosto, com hora a ser marcada. Após o recesso, esta Comissão se reunirá para apreciar os destaques.

A audiência pública com o Ministro da Saúde, que seria realizada hoje, está marcada para o dia 4 de agosto, quinta-feira, às 10 horas.

Antes de encerrar a reunião, Deputado Assis, gostaria de usar a palavra?

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Só para efeito de registro. Nós acordamos e estamos aprovando o relatório, mas registramos um destaque supressivo do art. 2º, que trata da elaboração e da aprovação do Projeto de Lei do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orçamento de 2017, bem como a execução da respectiva lei que deverá ser compatível com a obtenção da meta de débitos primários para o setor público consolidado não financeiro de 143 bilhões e 100 milhões de reais.

Por que faço esse destaque? Apenas para ficar consignado que nós aprovamos o relatório, com a compreensão de que, no dia 2, faremos essa discussão porque não me convence o aumento exorbitante dessa meta fiscal de 65 bilhões para 142 bilhões. Espero que o Governo apresente justificativa para o que faz.

Portanto, estamos adiando esse destaque para o dia 2 de agosto, porque discordamos da forma como o Presidente interino e golpista quer um cheque em branco, sem detalhar onde gastar, já que excluiu toda ação social do relatório. Está fazendo um jogo apenas para o mercado, fazendo um jogo para quem bancou o golpe. Não podemos concordar com que a sociedade brasileira continue a pagar um preço tão elevado como esse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Obrigado, Deputado Assis. V.Exa. sempre muito diligente e preocupado. Muito obrigado pela colaboração.

Convoco reunião para o dia 2 de agosto, para terminarmos a votação dos destaques.

Declaro encerrada a reunião.

Correspondência dada como lida em 14.07.2016:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Of. nº 143/2016, do Senador Antonio Carlos Valadares, Coordenador da Bancada de Sergipe, solicitando ajuste na emenda 71210001 apresentada à LDO 2017.

Expedientes encaminhando indicações para as Relatorias Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2017:

- 1) OF/B/153/16, de 05 de junho de 2016, da Liderança do PSB, que indica o Deputado Bebeto (PSB-BA) para Área Temática IX - Minas e Energia.
- 2) OF.Nº 045/2016, de 12 de junho de 2016, da Liderança do Bloco PTB/PSC/PTC/PRB/PR, que indica o Senador Zezé Perrella (PTB/MG) para Área Temática X - Esporte.

Expediente com indicação para integrar o Comitê Permanente de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves (COI):

- 1) Of. nº 333/GAB-LidPT, de 06 de julho de 2016, do Líder do PT, que indica o Deputado Waldenor Pereira - PT/BA.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Expediente com indicação para integrar o Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE):

1) Of. nº 333/GAB-LidPT, de 06 de julho de 2016, do Líder do PT, que indica o Deputado Paulão - PT/AL.

Expediente com indicação para integrar o Comitê de Avaliação da Receita (CAR):

1) Of. nº 333/GAB-LidPT, de 06 de julho de 2016, do Líder do PT, que indica o Deputado Reginaldo Lopes – PT/MG.

Expediente com indicação para integrar o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS):

1) Of. nº 333/GAB-LidPT, de 06 de julho de 2016, do Líder do PT, que indica o Deputado Beto Faro – PT/PA.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 26/2016-MPDG, de 07 de julho de 2016, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que encaminha proposta de alteração do art. 2º e do Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 – PLDO-2017.

2) Ofício nº 1961/2016, de 10 de maio de 2016, da Câmara de Vereadores de Piracicaba, Estado de São Paulo, que encaminha moção de autoria do Deputado Matheus Antonio Erler, em repúdio à redução do orçamento da Justiça do Trabalho.

Expediente Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2015:

- Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (republicação).

Avisos GP/TCU, de 05 de julho de 2016:

1) Aviso nº 537/2016 (Acórdão 1.607/2016-TCU-Plenário) que encaminha cópia da deliberação com respectivos voto e Relatório do Levantamento das contratações realizadas por estatais do Governo Federal com empresas em que a União figure como sócia minoritária.

2) Aviso nº 599/2016 (Acórdão 1.716/2016-TCU-Plenário) consulta formulada pelo Ministro de Estado da Fazenda Henrique de Campos Meirelles acerca da abertura de créditos extraordinários.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,
 DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
 REALIZADA NO DIA 2 DE AGOSTO DE 2016.**

No dia dois do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Ademir Camilo, Arthur Lira, Assis Carvalho, Beto Faro, Cleber Verde, Dagoberto, Duarte Nogueira, Geraldo Resende, Júlio Cesar, Leandre, Luciano Ducci, Milton Monti, Nelson Meurer, Paulo Azi, Rodrigo de Castro, Sergio Souza, Simão Sessim e Waldenor Pereira; - **Senadores titulares:** Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Regina Sousa, Romero Jucá, Waldemir Moka e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** André Figueiredo, Celso Maldaner, Covatti Filho, Daniel Vilela, Juscelino Filho, Lúcio Vale, Luiz Cláudio, Marcos Rogério, Nelson Marchezan Junior, Tereza Cristina e Zeca Cavalcanti. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Bebeto, Benjamin Maranhão, Claudio Cajado, Irajá Abreu, José Priante, Junior Marreca, Pr. Marco Feliciano, Reginaldo Lopes, Ronaldo Fonseca, Saraiva Felipe, Sérgio Moraes e Vicentinho Júnior; e - **Senadores:** Ricardo Franco e Telmário Mota. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Senadora Rose de Freitas e os Deputados Carlos Henrique Gaguim, Ivan Valente, Jorge Solla, Professor Victório Galli e Weliton Prado. **ABERTURA:** às quinze horas e nove minutos, do dia dois de agosto de 2016, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Deputado Arthur Lira (PP/AL). Em seguida, o Presidente passou a apreciação da Ata da 8ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 14 de julho de 2016. O Presidente consultou ao Plenário sobre a dispensa da leitura da ata e houve concordância. Em votação, a Ata foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXPEDIENTE.** De acordo com o item 7 do Acordo de Procedimentos da CMO, ficou dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas da reunião e enviados por e-mail aos membros e às Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA.** Apreciação do Requerimento para inversão de pauta, nos termos do *art. 34, Parágrafo único, do Regimento Comum*, no sentido de apreciar inicialmente o Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 2/2016-CN** (PLDO/2017), o Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 736/2016-CN**, e os Relatórios que serão incluídos na Pauta, relativos aos **Projetos de Lei nº 5/2016-CN** e **Projeto de Lei nº 8/2016-CN**. Autor: Presidente da CMO, Deputado Arthur Lira (PP/AL). Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Pauta. Item 02 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 2/2016-CN**, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências” - (PLDO/2017). Relator: Senador Wellington Fagundes. Foram apresentadas 2.054 emendas. Voto: favorável ao Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado. Das 2.054 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação a 155, pela aprovação parcial a 794, pela rejeição a 1.096 e indicou para inadmissibilidade as emendas de nºs 2152.0002, 2768.0002, 2946.0001, 3068.0001, 3433.0002, 3568.0001, 3747.0001 e 3782.0002, e 6007.0001. Na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2016, foram aprovados por unanimidade o **Relatório** e o **Adendo nº 1** e a apreciação dos 257 destaques foi **adiada**. E nesta data, em 02.08.2016, o Relator deu parecer aos 257 destaques e apresentou a **Errata nº 1** ao Relatório referente ao **Projeto de Lei nº 2/2016-CN**. Os Deputados Duarte Nogueira (PSDB/SP) e Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) questionaram como seria a votação dos destaques e o Presidente informou que havia um requerimento solicitando a votação em globo dos destaques e após a sua aprovação, conforme dispõe o *art. 139 § 2º da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*, não seria aceita solicitação para votação em





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

separado de destaque. Em seguida, manifestaram-se sobre destaques apresentados o Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) e os Deputados Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS), Simão Sessim (PP/RJ), Duarte Nogueira (PSDB/SP), Cleber Verde (PRB/MA), André Figueiredo (PDT/CE), Assis Carvalho (PT/PI) e Marcos Rogério (DEM/RO). Apreciação dos 257 destaques apresentados. 1) Destaques solicitados pelos autores para votação em separado: Destaque nº 82, do Deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP); Destaque nº 236, do Deputado Simão Sessim (PP/RJ); e Destaques nºs 245, 246, 251, 252, 253, 254, 255 e 256, do Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS). 2) Proposta do Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE) para votação dos destaques em globo, por tipo de voto do Relator, ressalvados os que foram solicitados para votação em separado. Em votação, a Proposta foi **aprovada** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3) Destaques com voto do Relator pela **aprovação**: 1, 8, 10, 38, 53, 67, 95, 96, 102, 108, 110, 111, 113, 114, 115, 122, 126, 138, 159, 160, 167, 182, 190, 196, 205, 206, 207, 217, 220, 232, 235, 239, 244, 248 e 250. Em votação em globo, os destaques foram **aprovados** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 4) Destaques com voto do Relator pela **aprovação parcial**: 40, 41, 80, 81, 86, 97, 127, 135, 136, 146, 168, 169, 181, 186, 188, 198, 211, 225, 247, 249 e 257. Em votação em globo, os destaques foram **aprovados** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 5) Destaques com voto do Relator pela **rejeição**: 2 a 7, 9, 11 a 37, 39, 42 a 52, 54 a 66, 68 a 79, 83 a 85, 87 a 94, 98 a 101, 103 a 107, 109, 112, 116 a 121, 123 a 125, 128 a 134, 137, 139 a 145, 147 a 158, 161 a 166, 170 a 179, 183 a 185, 187, 189, 191 a 195, 197, 199 a 204, 208 a 210, 212 a 216, 218, 219, 221 a 224, 226 a 231, 233, 234, 237, 238, 240 a 243. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum. 6) Destaque **retirado** pelo autor: Destaque 180, do Senador Eduardo Braga, à emenda 2909.0016, do mesmo autor. 7) Destaques para votação em separado: Destaque 82, à emenda 2183.0004, do Deputado Duarte Nogueira. Voto do Relator: pela rejeição. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum. Destaque 245, à emenda 2868.0014, do Deputado Nelson Marchezan Junior. Voto do Relator: pela rejeição. Em votação, o destaque foi **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados. Em votação na representação do Senado Federal, o destaque foi **rejeitado**. Destaque nº 246, à emenda 2868.0028, do Deputado Nelson Marchezan Junior. Voto do Relator: pela aprovação. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque nº 251, à emenda 2868.0002, do Deputado Nelson Marchezan Junior. Voto do Relator: pela aprovação. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque nº 252, à emenda 2868.0012, do Deputado Nelson Marchezan Junior. Voto do Relator: pela rejeição. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum. Destaque nº 253, à emenda 2868.0017, do Deputado Nelson Marchezan Junior. Voto do Relator: pela rejeição. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum. Destaque nº 254, à emenda 2868.0009, do Deputado Nelson Marchezan Junior. Voto do Relator: pela rejeição. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum. Destaque nº 255, à emenda 2868.0029, do Deputado Nelson Marchezan Junior. Voto do Relator: pela rejeição. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum. Destaque nº 256, à emenda 2868.0008, do Deputado Nelson Marchezan Junior. Voto do Relator: pela aprovação. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade, nas representações da Câmara





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente retornou a apreciação da **Errata nº 1**, que já havia sido apresentada, e colocada em votação, foi **aprovada** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Presidente deu continuidade a apreciação do Destaque nº 236, à emenda 1504.0002, do Deputado Simão Sessim. Voto do Relator: pela aprovação. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Ao término da apreciação da matéria, o Deputado Milton Monti (PR/SP) teceu elogios aos trabalhos do Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 e o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), Líder do PSOL, teceu considerações sobre o projeto aprovado. Em prosseguimento, o Presidente passou ao item 01 da Pauta. Apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 736/2016-CN**, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 2.900.000.000,00 (dois bilhões e novecentos milhões de reais), para o fim que especifica.” Relator: Deputado Simão Sessim. Foram apresentadas 08 emendas. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, nos termos propostos pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 01 a 08. O Relator apresentou o Relatório. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1/2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do Requerimento para inclusão na pauta, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, no sentido de apreciar os Relatórios apresentados aos **Projeto de Lei nº 5/2016-CN** e **Projeto de Lei nº 8/2016-CN**. Autor: Deputado Juscelino Filho (DEM/MA). O Requerimento foi **deferido** pelo Presidente. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2016-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 1.908.053.072,00 (um bilhão, novecentos e oito milhões, cinquenta e três mil, setenta e dois reais), para os fins que especifica”. Relator: Deputado Juscelino Filho. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O Relator apresentou o Relatório. O Deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP) discutiu a matéria. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 8/2016-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação e de Operações Oficiais de Créditos, crédito suplementar no valor de R\$ 1.103.400.627,00 (um bilhão, cento e três milhões, quatrocentos mil, seiscentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Relator: Deputado Juscelino Filho. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O Relator apresentou o Relatório. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, a Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES) elogiou o Presidente pela condução brilhante dos trabalhos e teceu considerações elogiosas ao trabalho do Senador Wellington Fagundes (PR/MT), como Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017. O Senador Wellington Fagundes teceu agradecimentos aos Consultores da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal pelos trabalhos prestados e aos parlamentares pela aprovação do seu Relatório. ENCERRAMENTO: o Presidente parabenizou o trabalho do Relator do **PLDO/2017** e encerrou os trabalhos às dezesseis horas e quarenta e dois minutos. Antes, convocou reunião ordinária para o dia 9 de agosto, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Robson Luiz Fialho Coutinho, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Arthur Lira, Presidente.**
XX





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 02.08.2016.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Declaro iniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata da 8ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 14 de julho de 2016, por haver sido distribuída antecipadamente.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, V.Exa. está colocando em votação a ata?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não, eu estou pedindo a concordância do Plenário para não haver a leitura.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - A leitura da ata?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - A leitura da ata. Se houver alguma retificação, eu peço que os presentes, Deputados e Senadores, se manifestem.

Não havendo manifestação, a ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada.

Em votação a ata na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada.

Expediente. De acordo com o item 7 do Acordo de Procedimentos, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião e enviados por *e-mail* aos membros das Lideranças partidárias.

Eu queria submeter ao Plenário, haja vista a urgência da matéria e a pauta do Congresso Nacional já convocada para 19 horas de hoje, uma inversão dos itens da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pauta da Ordem do Dia. O primeiro item seria uma Medida Provisória, a de nº 736, de 2016, e o segundo item seria a apreciação dos destaques apresentados ao Projeto de Lei nº 2, de 2016.

Eu queria propor ao Plenário que nós invertêssemos. Como primeiro item ficaria a LDO e, a partir dela, teríamos a MP e um PLN na sequência.

Há alguma objeção?

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Presidente, a 65 eu queria votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Há acordo, Simão. Só pela urgência... Nós vamos votar, nós só vamos inverter.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Eu queria votar a MP. Daqui a pouco o Plenário fecha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não, não vai fechar. Mas o mais importante é a LDO, Simão.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Eu já fui atropelado pela segunda reunião.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não, não, ela está na pauta de hoje.

Pois não, Deputado Marchezan?

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Existem alguns destaques aqui, a respeito dos quais eu não consegui falar com o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós vamos entrar na discussão. Eu só estou querendo inverter a pauta.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu gostaria apenas de saber se alguns destaques serão votados separados, ou se haverá um desejo de votar em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós vamos seguir na orientação da possibilidade do maior número de acordos possível, Deputado Nelson Marchezan Junior. Eu só estou consultando o Plenário para que, não havendo a objeção, a gente inverta os itens 2 e primeiro.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - E eu entendi a sua consulta e estou fazendo outra consulta também.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Mas aí é na sequência.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Gostaria de saber se vai haver a possibilidade da votação, porque eu não vejo justificativa para algumas emendas não terem sido acatadas ou sequer respondidas pelo Relator. Não vejo o motivo do não acatamento.

Então, se é necessário para a inversão o acordo, eu gostaria de um acordo também para votar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Mas veja, a leitura... Eu pediria silêncio, por favor. A leitura será feita ainda pelo próprio Relator dos pareceres, sobre o que ele acolheu e o que ele não acolheu.

Na hora da leitura, V.Exa. poderá interpor e, se não houver acordo, V.Exa. pode destacar e será votado, como manda o Regimento.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Os destaques não serão votados em blocos, então, os que forem requeridos pelos Parlamentares. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Há acordo de inversão? *(Pausa.)*

Primeiro item da Ordem do Dia.

Item 2. Apreciação dos destaques apresentados ao Projeto de Lei nº 2, de 2016, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências. PLDO 2017.

O Relator é o Senador Wellington Fagundes.

Na última reunião, realizada em 14 de julho, foi aprovado o relatório da CAE quanto à admissibilidade das emendas apresentadas à LDO 2017.

Em seguida, foi aprovado o relatório e adendo da LDO 17, ressalvados os destaques. Foram apresentados 257 destaques.

Iniciaremos com a leitura do parecer e a apreciação dos destaques.

Antes informo que o Senador Eduardo Braga solicitou naquela reunião a retirada do Destaque de nº 180.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Wellington Fagundes. *(Pausa.)*

O SR. WELLINGTON FAGUNDES - “Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, Sras. e Srs. Parlamentares e todos aqui presentes, nesta oportunidade, depois da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aprovação do parecer da CMO ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, resta-nos a apreciação dos destaques, conforme já foi aqui dito pelo Presidente.

Nesses últimos dias, examinamos com atenção os 257 destaques apresentados pelos nobres pares. Como não poderia deixar de ser, não faltam boas intenções e demandas meritórias nesses itens. Entretanto, nem todos puderam ser atendidos.

Os principais critérios que adotamos na análise dos destaques foram os seguintes: o fato de algum subtrecho do Substitutivo já estar atendendo demanda pretendida; a afinidade dos textos propostos com uma linha que defendemos desde o início deste processo, que é a transparência e o realismo do orçamento público; e a indicação das prioridades capazes de impulsionar o desenvolvimento do País, diante do quadro de crise que enfrentamos.

Desta forma, propomos o acolhimento total ou em parte de 56 desses destaques, do total de 257. Quero ressaltar aqui alguns exemplos para ilustrar a utilização dos critérios mencionados.

Sabemos das dificuldades relacionadas às despesas com pessoal, cujo controle deve ser agora intensificado pela PEC do novo regime fiscal. No entanto, entendemos que interromper a contratação de pessoal em algumas áreas traz graves resultados que desabonam a economia de recursos que seria alcançada. É o caso das universidades e dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, que, sem novos servidores, não conseguirão, por exemplo, ofertar cursos superiores presentes nos projetos de sua criação ou expansão”.

Aqui eu quero destacar, por exemplo, dentro do programa de expansão universitária, não só a criação de novas universidades, mas também a criação de muitos cursos, inclusive cursos de medicina e outros cursos pelos quais hoje no Brasil, inclusive, temos uma demanda, uma necessidade maior. Mas esses que já tiveram 1 ano, 2 anos de curso, não poderiam concluí-los sem novas contratações, assim como o ensino profissionalizante e outras áreas como a da Justiça.

“Assim, na tentativa de equilibrar o impacto das despesas com pessoal e a necessidade de socorrer setores absolutamente carentes de força de trabalho, propomos que, em 2017, seja possível utilizar os saldos de autorizações para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

movimentos de cargos e funções constantes da Lei Orçamentária de 2015, em acréscimo aos saldos de 2016 que já estavam na redação original do PLDO”.

Entendemos que isso atende a intenção, por exemplo, dos Deputados Beбето, Benjamin Maranhão, Fábio Ramalho, Izalci, Júlio Cesar, Junior Marreca, Milton Monti, Ronaldo Fonseca, e também o nosso Vice-Presidente Sergio Souza.

“Quanto à questão da saúde, compartilho da preocupação da Deputada Leandre e também do Deputado Geraldo Resende, os quais sugeriram fixar pisos mais altos do que os atualmente seguidos pela União.

Para compatibilizar essa digna demanda com a visível dificuldade financeira do Governo Federal, apresentamos um meio-termo para garantir a aplicação em 2017, no mínimo, do valor empenhado na área de saúde em 2016 à correção da inflação” — ou seja, mais a correção da inflação.

Isso, então, aqui, é muito importante, porque o pessoal da saúde se manifestou muito.

“Noutro aspecto, saudando entre outros os Deputados Claudio Cajado e Nelson Marchezan Junior e também o Senador Flexa Ribeiro, que militam conosco a favor da transparência orçamentária, propondo acolher itens que exigem, por exemplo, o detalhamento dos investimentos na área da educação, para demonstrar o alcance das metas do Plano Nacional de Educação”.

Sr. Presidente, poderia pedir um pouquinho de silêncio, senão a garganta vai...

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Presidente, o Plenário está tendo dificuldade de acompanhar a leitura do Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Há algum tumulto com relação à pauta. Eu pediria a gentileza, tanto aos Parlamentares quanto aos demais presentes, porque o relatório é especialmente complexo e é importante que os Srs. Senadores e os Srs. Deputados tenham acesso ao que está sendo acatado ou não, para não termos problemas na hora da votação. Por favor, pediria silêncio aos presentes.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - “A demonstração do contingenciamento discriminado por programa e ação com suas justificativas, e não apenas por órgão, como hoje se faz. A disponibilização da consulta a bancos de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dados que permita conhecer os planos orçamentários e outros atributos relacionados a cada ação orçamentária. Os valores de dividendos distribuídos por empresas estatais, além de outras informações que possibilitarão à sociedade conhecer mais a fundo o orçamento da União”.

Com isso aqui, nós estamos pedindo mais detalhamento, principalmente quando mandar o orçamento ou qualquer corte no orçamento também.

“Insistindo na questão da transparência, solidarizamos-nos com o Deputado Edmilson Rodrigues, fervoroso defensor da auditoria da dívida pública”. Eu gostaria de chamar bastante atenção nesse aspecto: o Deputado Edmilson Rodrigues é fervoroso defensor da auditoria da dívida pública, ideia que propomos agregar à LDO.

“Trata-se de determinação do texto original da Constituição, ainda pendente de concretização. Devemos recordar ainda que a realização de auditoria da dívida pública constou como iniciativa do autógrafa do atual Plano Plurianual, mas a Presidente da República vetou o dispositivo sob a alegação de que as informações sobre a dívida pública são amplamente divulgadas em relatórios da Secretaria do Tesouro Nacional. Entretanto, as questões a serem investigadas na referida auditoria vão além da mera divulgação dos seus números atuais.

Por fim, eu gostaria de reiterar que nesta edição da LDO queremos deixar algumas marcas. Vale citar: a transparência e o realismo na execução do orçamento; o resgate do planejamento público; o controle da expansão do gasto, alinhado com a proposta de emenda à Constituição apresentada pelo Executivo com vista a dar sustentabilidade ao endividamento; a garantia de recursos aos Estados exportadores, por meio do Auxílio Financeiro para Fomento às Exportações — FEX; e também a garantia do investimento público, mesmo em situação de crise”.

Eu quero aqui deixar bem claro que o que está no relatório que já votamos é que qualquer receita a mais que o Governo tiver não poderá ser utilizada a não ser para investimento, corrigida a inflação para o ano de 2015.

“Cremos ter, com muito esforço, cumprido os objetivos a que nos propusemos: fazer da LDO um poderoso instrumento para superação da atual crise econômica, para a retomada do crescimento e para geração de emprego e renda”.

São esses, Sr. Presidente, os nossos comentários. Estamos à disposição.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há ainda uma errata, ou melhor, um ajuste de redação.

Trata-se do texto do Substitutivo ao PL nº 02, de 2016-CN. Passo a ler:

‘1) Na Seção II do Anexo VII, inclua-se a seguinte emenda: Emenda 71160003 - Bancada da Paraíba. Programa: 2015. Fortalecimento do Sistema Único de Saúde. Ação (nova): implantação e construção de Unidade Hospitalar da Rede Sarah em João Pessoa, Paraíba. Produto: uma unidade construída. Parecer: pela aprovação.’

Quero deixar bem claro que essa é uma emenda da bancada da Paraíba. Nós estamos falando aqui de LDO. Não estamos falando ainda da questão do Orçamento. Conforme aprovamos também, este ano nós teremos duas emendas impositivas de bancada, respeitando também o mesmo valor “06” do ano passado. Se houver superávit, pode chegar a “08”.

2) No § 2º do art. 19, onde se lê:

‘§ 2º Entre os projetos ou subtítulos de projetos em andamento, terão precedência na alocação de recursos aqueles que apresentarem maior percentual de execução física, conforme constante do inciso XVII do Anexo 1’.

Leia-se:

‘§ 2º Entre os projetos ou subtítulos de projetos em andamento, terão precedência na alocação de recursos aqueles que apresentarem maior percentual de execução física’.

Inclusive, no relatório, todas as obras que têm mais de 50% teriam prioridade. Hoje o grande problema que nós discutimos é a questão das obras inacabadas, que são milhares no País, cuja conclusão, é claro, temos de buscar. E, no relatório que já foi aprovado, não poderá ser iniciada uma obra na mesma unidade com a mesma característica. Ou seja, se há uma creche em construção, inconcluída, não se pode, naquela Unidade da Federação, começar outra creche. Devem-se levar os recursos para a conclusão daquelas existentes.

3) No inciso III do § 4º do art. 3º, onde se lê:





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

‘III - transferências previstas no inciso IV do art. 12, limitadas à variação do índice oficial de inflação acumulado de janeiro a dezembro de 2016’.

Leia-se:

‘III - transferências previstas no inciso XIV do art. 12, limitadas à variação do índice oficial de inflação acumulado de janeiro a dezembro de 2016’.

4) No § 12 do art. 84, onde se lê:

‘§ 12 As admissões autorizadas no anexo específico previsto no caput ficam restritas, observado o disposto no § 6º’.

Leia-se:

‘§ 12 As admissões autorizadas no anexo específico previsto no caput ficam restritas’.

Sala das Comissões.”

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Pergunto ao Plenário se todos, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, receberam o resumo dos destaques apresentados com o voto do Relator. Já está disponibilizado no *site* da Comissão para a imprensa que estiver cobrindo. Todos receberam? Não vamos ter que ler item por item do que foi aprovado parcialmente e rejeitado, não.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Presidente, quero só fazer uma consulta que acho que também é de interesse do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Com a palavra o Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Nós recebemos a cópia do resumo dos destaques de texto que foram apresentados agora pelo Relator, com o voto do Relator, os que foram aprovados, os que foram parcialmente aprovados e os que foram rejeitados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Certo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Consulto V.Exa. sobre como será o rito que V.Exa. vai ajustar para os destaques que não foram aprovados e que, porventura, os Parlamentares queiram submeter ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Eu peço, por favor, a atenção do Plenário.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Há um pedido de votação em grupo assinado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho. Eu queria alertar o Plenário, antes de colocar em votação, sobre o fato de que, após ser colocado e aprovado, não mais será possível nenhum pedido de votação de destaque em separado. Então, se houver algum Deputado ou Senador que queira se manifestar, faremos o seguinte acordo para termos, volto a dizer, uma tramitação como a que começamos na sessão anterior: priorizem, para não termos que fazer 20, 30 votações em separado, por favor. Todas as bancadas de Deputados e Deputadas, de Senadores e Senadoras tiveram algum destaque atendido. Tenho certeza disso pela relação que temos aqui, e podem priorizar um ou outro. Nós faremos uma exceção para esses e votaremos o resto em globo. Essa é a solução proposta pela Mesa, se houver concordância do Plenário.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Não entendi, Sr. Presidente. V.Exa. pode repetir, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Vou repetir. Eu pediria...
(Pausa.)

Deputado Nelson Marchezan Junior, há um requerimento, com base no art. 162, inciso XIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiado pelo Regimento Comum, ouvido o Plenário, para “*votação em globo dos requerimentos de destaques apresentados ao PLN*”.

Se houver alguma insatisfação com alguma emenda apresentada que o Parlamentar queira destacar, S.Exa. deve manifestar-se agora dizendo o número do destaque. Faremos a ressalva e aprovaremos os outros em globo. É isso que estou propondo, com a concordância do Plenário, conforme o parecer do Relator.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Sr. Presidente, gostaria de consultar o Relator, o Senador Wellington Fagundes, sobre se o Destaque nº 217, de minha autoria, foi incorporado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Está aprovado. Houve a retificação.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Isso, porque está para rejeição. Foi aprovado então?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - É justamente isso. Que fique bem claro que o Destaque nº 217 consta da lista dos que foram aprovados.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Isso. Obrigado, Sr. Presidente. Confirmado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Marchezan Junior e, depois, ao Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Posso ler a relação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Por favor, Deputado Nelson. Pediria a V.Exa. que economizasse no tempo. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Não são muitos, Sr. Presidente: é o Destaque nº 256 e o Destaque nº 255, de que particularmente não entendi por que o Relator não acatou a publicação da remuneração e subsídios. Só há a forma de publicação. Acho que o Relator poderia tê-la acatado. Não precisaria gerar esse...

O Destaque nº 253 veda a concessão de empréstimos pelo BNDES para o exterior; o Destaque nº 252. O Destaque nº 246, que também não entendi, que prevê apenas que na ordem de despesa conste lá o empenho, o exercício orçamentário, os dados da despesa, para que possam ser mais bem administrados. Não entendi por que o Relator não acatou isso. Os Destaques nº 245, 251 e 254.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Deputado Nelson, vamos com mais calma aqui, para podermos anotar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - São todos...?

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - São todos, Deputado?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Pode priorizar algum, Deputado Nelson Marchezan?

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - É que eu não vejo justificativa, Relator, para, por exemplo, não colocarmos dados da despesa, para que qualquer cidadão possa buscar alguma referência. Então, eu não entendo a justificativa para isso não ser acatado. Também não vejo motivo para V.Exa. não acatar a forma de publicação dos salários, que já é uma determinação constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Para economizarmos tempo, *(ininteligível.)*

Mais algum Parlamentar?

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Com a palavra o Deputado Simão Sessim e o Deputado Duarte Nogueira, na sequência.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, eu gostaria que o Destaque nº 236, que é uma emenda de meta referente à implantação do estaleiro de Itaguaí, no Rio de Janeiro, do Programa de Desenvolvimento de Submarinos — PROSUR, fosse votado em separado. Esclareço, inclusive, que se trata de um destaque de autoria do Deputado Julio Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Na hora apropriada da defesa, por favor.

Com a palavra os Deputados Duarte Nogueira, Cleber Verde e Assis Carvalho.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Eu quero ressaltar, para poder votar em separado, destacadamente, o Destaque nº 82, de minha autoria, que trata da delegação ao Ministro do Planejamento de decreto de suplementação orçamentária que, na nossa opinião, não pode deixar de ser prerrogativa do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado.

Por favor, gente! Com a palavra os Deputados Cleber Verde, André Figueiredo, Assis Carvalho e Juscelino Filho.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - A nossa solicitação vai no mesmo sentido da do Deputado Simão Sessim, para destacar como voto em separado a Emenda nº 236, de autoria do Deputado Julio Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - É o mesmo. Já foi feito.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, eu queria fazer aqui uma solicitação, como fez o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós estamos com um problema de tempo. A Ordem do Dia da Câmara está suspensa. Vamos fazer essa discussão na hora do encaminhamento.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - São duas emendas, rapidamente. O Relator aprovou de forma parcial a Emenda nº 136 e de forma plena a Emenda nº 138, que tratam de temas correlatos, ou seja, do mesmo tema.

Na Emenda nº 136, V.Exa. aprovou de forma parcial aquele item que incluiu 2015, e a Emenda nº 138, que trata do mesmo tema, de forma integral.

Vamos fazer uma avaliação desses dois itens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado, Deputado Cleber Verde.

Deputado André Figueiredo, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Sr. Presidente, peço que seja votado em separado o Destaque nº 249, do Deputado Nelson Marchezan Junior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Já foi pedido. Vamos fazer economia, por favor.

Srs. Deputados e Srs. Senadores, vamos adiantar, por favor, por uma questão de economia.

Tem a palavra Deputado Assis Carvalho. Na sequência, Deputado Juscelino Filho.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, dando uma rápida olhada, nós já tínhamos acordado dois destaques consensuados, um dos quais trata da questão das passagens, já foi citado aqui. Não estou encontrando o acolhimento dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Ele foi consensuado, mas todos serão votados hoje.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Está consensuado. Será votado agora. Então, não tem mais conflito. Não vou fazer a defesa se estiver tudo o.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - A defesa não seria agora. Agora, é só para enumerar, para ilustrar.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - O.k. O outro destaque que trago também já consensuado é o sobre a admissão dos concursos que serão realizados da Justiça do Distrito Federal.

(Manifestação no plenário. Palmas.)

Então, esses são dois pontos que nós já tínhamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Vamos evitar manifestações, por favor.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Já tínhamos tratados desses dois pontos consensuados. Agora, nós temos aqui uma série de destaque que fiz e que estão na relação de rejeitados. Eu queria só saber qual será o procedimento. Nós vamos fazer a defesa na hora oportuna? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Na hora que ultrapassarmos a questão global, quando entrarem os destaques individuais, cada um encaminhará.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Eu estava preocupado com a possibilidade de ser votado sem fazermos o debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Fique despreocupado, Deputado.

Deputado Juscelino Filho, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JUSCELINO FILHO - Sr. Presidente, gostaria que fossem apreciados em separado os Destaques nºs 103 a 107 e 112.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Mais alguém? *(Pausa.)*

Deputado Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, o pedido que eu ia fazer já foi feito pelo Deputado André Figueiredo. Sinto-me contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Muito obrigado.

Vamos votar o requerimento do Senador Fernando Bezerra Coelho:

*Requeremos a V.Exa., nos termos do art. 162,
 inciso XIV, do Regimento Interno da Câmara dos*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputados, subsidiado pelo Regimento Comum, ouvido o Plenário, votação em globo dos requerimentos de destaque apresentados ao PLN 2, de 2016, ressalvados os que foram tratados pelos Srs. Deputados e Senadores.

Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade de votos. *(Pausa.)*

Eu vou fazer a leitura de todos que foram pinçados para votação em separado.

Por questão regimental, esclareço que os autores de alguns requerimentos não estão presentes, o que inviabiliza a votação do destaque. Dentre eles estão os destaques do Deputado Claudio Cajado e os do Deputado Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - O Deputado Julio Lopes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O Deputado Julio Lopes está ausente. Não posso colocar em votação, Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Mas eu requeri em meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não, não. O requerimento é do Deputado.

Como o Deputado Juscelino Filho requereu o do Deputado Claudio Cajado, que não está presente, também não pode ser atendido, Deputado Simão Sessim.

Vou fazer a leitura dos destaques que serão votados em separado. São eles: Destaque nº 82, do Deputado Duarte Nogueira; Destaques nºs 245, 246, 251, 252, 253, 254, 255 e 256, todos do Deputado Nelson Marchezan Junior.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Presidente, há o Destaque nº 249, também do Deputado Nelson Marchezan Junior.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - É S.Exa. que tem que pedir. S.Exa. não pediu, Deputado. Já foram feitos os pedidos e destacados. Os destaques pedidos por ele já foram destacados, lidos e submetidos.

(Não identificado) - Foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Foi aprovado o destaque dele. Foi atendido o Destaque nº 249, Deputado.

Votação em globo, ainda.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados o parecer do Relator pela aprovação integral.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, sempre ressalvados os destaques citados.

Em votação na representação no Senado Federal o parecer do Relator pela aprovação integral.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Relator permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade na representação do Senado Federal.

Para encaminhar a votação do Destaque nº 82, passo a palavra, por 3 minutos, ao Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, eu quero inicialmente cumprimentar V.Exa., Deputado Arthur Lira, toda Mesa da CMO, o Relator Wellington Fagundes, e quero agradecer, em nome da bancada do PSDB, o acolhimento total ou parcial pelo Relator, dos destaques feitos pelos Parlamentares Izalci, Flexa Ribeiro, Nelson Marchezan Junior, eu próprio, Duarte Nogueira, Geraldo Resende...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Peço silêncio. Se eu não conseguir o silêncio, vou pedir que esvaziem o plenário. Nós temos prazo para votar essa matéria. A Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados está suspensa para isso.

Por favor, Deputado Duarte Nogueira. Vou restabelecer o seu tempo.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Obrigado, Sr. Presidente.

Indo direto ao Destaque nº 82, eu queria mais uma vez apelar ao bom senso do Relator, a quem agradeço novamente pelo trabalho realizado, que acolha esse





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nosso destaque, pedido que faço também ao Plenário. Por quê? Nós estamos aqui abrindo mão de uma responsabilidade do Presidente da República perante a Lei Orçamentária Anual, para que, na ocasião da solicitação de créditos suplementares, a abertura desses créditos seja feita por decisão ou por assinatura do Ministro do Planejamento, quando, na verdade, nós recentemente afastamos a Presidente da República por ela própria ter afrontado a Constituição brasileira e ter concedido créditos suplementares sem autorização do Parlamento. Nós afastamos uma Presidente da República pelas razões que nós, neste instante, estamos poupando os próximos Presidentes, no caso, o Presidente Michel Temer — que sucedeu a Presidenta Dilma —, das atribuições dele próprio ser o subscritor, ou seja, aquele que assina o pedido de crédito suplementares.

Em minha opinião, Senador Wellington Fagundes, nós, da Comissão Mista de Orçamento, não devemos permitir que essa delegação seja feita. Ela deve ser exclusivamente da alçada do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O Relator tem a palavra para apresentar seu parecer ao destaque.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente e nobres pares, inicialmente, gostaríamos de colocar que o que veio aqui pedido pelo Executivo era muito mais amplo. Então, nós entendemos que, ao delegar apenas e tão somente ao Ministro do Planejamento, estaríamos desburocratizando e dando agilidade. Imaginem a agenda de um Presidente da República, as viagens externas e ficar impossibilitado de delegar pelo menos a uma pessoa a necessidade de fazer um remanejamento.

V.Exa. e aqui todos os nobres pares sabem da dificuldade, inclusive, do próprio funcionamento da nossa Comissão. Este ano não estamos tratando disso, porque estamos falando do Orçamento do ano que vem, que não será um ano eleitoral, mas de qualquer forma isso vai virar praxe.

Eu penso que há momentos, como se fosse o caso desse ano, em que há complexidade para se ter agilidade. Se isso ficar apenas e tão somente sob a responsabilidade do Presidente, a meu ver, não é o ideal, mas o Plenário tem a prerrogativa de decisão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, olhe bem, o que nós estamos fazendo é delegando ou autorizando que o Presidente possa delegar ao Ministro do Planejamento a emissão desses créditos da mesma forma como hoje está na lei.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Presidente...

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sou pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Pela aprovação do destaque?

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Pela rejeição do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O voto do Relator é pela rejeição do destaque. O destaque com o voto do Relator pela rejeição está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que acompanham o voto do Relator permaneçam como se encontram.

Aprovado o voto do Relator.

O destaque foi rejeitado. Não será apreciado na representação do Senado Federal, conforme estabelecido no art. 131 da Resolução nº 01/2006, do Congresso Nacional.

Destaque nº 245.

O Deputado Nelson Marchezan Junior dispõe de 3 minutos para encaminhar a defesa do destaque.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, o Destaque nº 245...

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, pela ordem. São muitos os destaques. São dez. Nós acatamos sete destaques. Eu acredito que deveriam ser 3 minutos para cada um. O Deputado Nelson Marchezan Junior poderia resumir aqueles que já estão acatados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - V.Exa. prefere nos dez...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - São nove destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - São oito destaques.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - São todos diferentes uns dos outros. Então, se o Relator se propuser a acatar três ou quatro, eu me proponho a abrir mão de três ou quatro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Já está feito o acordo que nós vamos acatar mais — mais do que V.Exa. está propondo.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu vou argumentar rapidamente, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Vamos fazer algo aqui para economizar de tempo. V.Exa. pretende acatar qual? Aí já resolvemos isso.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Nessa proposta, então, já está acatado. Vamos pegar aqui o total.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu falo rapidamente, Presidente.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Pode falar.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O Destaque nº 245, Relator, é apenas para limitar o percentual das despesas de pessoal de 2017 com o mesmo percentual — não é valor — ao Orçamento de 2016. Ele não limita o crescimento. Ele só limita o crescimento das despesas de pessoal de acordo com a receita. Ou seja, é para não agigantarmos ainda mais a despesa de pessoal. É o Destaque nº 245.

O Destaque nº 246, Relator, é simplesmente...

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Como o Presidente deu o tempo de 3 minutos, vamos, então, um por um. Agora, é o Destaque nº 245.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Vai demorar mais tempo ainda do que ele falando.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Eu acredito que se eu pudesse ler os já aprovados facilitaria muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Pronto. Pois não.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Como os já aprovados!? Eu estou tirando destaques que não foram aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não. Ele está querendo...

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Acolhidos! Acolhidos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Ele está querendo acolher esses, Deputado Nelson Marchezan Junior, por favor. Qual é a relação?

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Vou acolher.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Não identificado) - Ele está querendo acolher os seus, Deputado Nelson Marchezan Junior.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - É, exatamente os acolhidos.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - É isto? Então, vou sugerir que V.Exa. acolha o 246.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - O 246 está acolhido. Qual o outro?

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Transparência nas despesas, apenas.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Está acolhido.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O 255, que é a publicação dos salários, como já é, apenas determinando uma forma de pesquisa.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Eu gostaria que V.Exa. pudesse abordá-lo, porque em nosso entendimento, como está hoje, se atende melhor. Mas V.Exa. tem...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Atende melhor? *(Pausa.)* Presidente, o 253 seria proibição ao BNDES de financiamento de outros países.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Gostaria, então, que V.Exa. pudesse defender, porque nós vamos rejeitar e aí, sem dúvida nenhuma, o Plenário decidirá.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Então, como será o procedimento, Presidente? *(Pausa.)* Presidente, 1 minuto para cada um. Eu defendo, e o Relator aprova ou não. Eu vou apenas insistir no 255, Presidente, que é o sítio de consulta. O *site* com relação a subsídios poderá ser consultado por posto, por graduação, por função, por emprego público, por poder, enfim, podemos retirar esses relatórios, porque, hoje, Senador Wellington, os salários dos juízes e promotores são colocados em PDF, ou seja, ninguém consegue fazer uma consulta de remuneração dos servidores públicos, especialmente dos mais remunerados. Então, eu queria apelar a V.Exa. Isto é transparência. Não vejo por que não aprovar esse critério.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Hoje, está lá uma fotografia e eu tenho que pegar, digitar tudo de novo, para fazer um cálculo. A ideia aqui, Presidente, é tornar isso mais acessível, mais pesquisável e, já concluindo meu tempo, era esse o apelo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Um minuto, Deputado Ivan.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - De acordo com o que está na lei, atende-se ainda mais amplamente.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Então, se já está na lei, se acata.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - O problema é que a lei é mais abrangente do que o destaque de V.Exa. O que está na lei...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Então, está bem. Se meu destaque piora, vou crer que a redação está melhor e vou considerar que está acatado parcialmente.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Mas é importante...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - A proibição do BNDES, e esse é simples e objetivo, Sr. Presidente, preciso de 10 segundos. Proibição de o BNDES financiar em outros países. Nós temos déficit de financiamento no Brasil. Então, acho que a prioridade deveria ser... E encerro minha defesa, porque ela é bastante objetiva. Nós já sabemos o que acarretou o financiamento pelo BNDES no exterior.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Ivan, pediria a V.Exa. só para terminar o encaminhamento de votação desses destaques do Deputado Marchezan e concedo a palavra a V.Exa. em seguida.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quero falar como Líder, Presidente.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Estou sendo bem breve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Mas nós estamos no meio da votação, Deputado. Logo após a votação desses destaques, darei a palavra a V.Exa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Então, esse destaque, na verdade, restringe a relação de países, de fomento ao desenvolvimento; inclusive, normalmente, essas linhas de crédito se dão ao fomento da indústria nacional. Então, é praticamente impossível, num mundo globalizado como o que vivemos, essas trocas de financiamento não existirem, inclusive países com quem mantemos relações. Então, acredito que seja impossível. Eu quero esclarecer isso aqui para todo o Plenário. Não há como acatar, mas o Plenário é soberano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Encaminhamento do Destaque nº 245.

Com a palavra o Relator para dar seu parecer. É a favor ou o contra o destaque?

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O Destaque nº 253.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não, estou na sequência.
(Pausa.)

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Agora eu me confundi, Sr. Presidente.

Vamos votar o 253, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Com relação ao Destaque nº 245, o voto do Relator é pela rejeição do destaque.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Então, deixe-me esclarecer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - V.Exa. já o fez.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu fiz a defesa do 253.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Marchezan, V.Exa. disse que precisava de 1 minuto para fazer a defesa.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu fiz, em 10 segundos, a defesa do 253.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Então, faça, em 10 segundos, a do 245.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O Destaque nº 245, caros colegas, limita o percentual da despesa de pessoal no Orçamento de 2017 ao





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orçamento de 2016. Eu não limito o valor. Se a receita aumentar, pode aumentar a despesa de pessoal. Se não aumentar a receita, não pode aumentar a despesa de pessoal.

Então, é só limitar as despesas de pessoal em 2017 ao percentual das despesas de pessoal em 2016. E mais: fica uma janela para o Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão abrir as exceções e encaminhar à Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O voto do Relator é pela rejeição do destaque.

O destaque com voto do Relator pela rejeição está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que acompanham o voto do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Por favor, colegas! Por favor!

Governo! Cadê o Governo?

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - O Relator foi derrotado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Aprovado o destaque.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Obrigado, Sr. Presidente.

Ganhei uma!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O destaque com voto do Relator pela rejeição está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que acompanham o voto do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer do Relator na representação do Senado.

O destaque é rejeitado.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Durou pouco minha alegria. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Para dar parecer ao Destaque nº 246, concedo a palavra ao Relator.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Obrigado ao PT. Lastimo o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O 246 já foi acolhido.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados o parecer pela aprovação do Destaque nº 246.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que aprovam o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara.

Em votação na representação do Senado o parecer pela aprovação do Destaque nº 246.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o destaque.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, poderíamos fazer em conjunto todos que foram acolhidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Já foi feito.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Faríamos em conjunto depois!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Já foi feito!

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Há outro requerimento!

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O 253 já foi defendido, Sr. Presidente, o do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Destaque nº 251.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Deputado Nelson Marchezan Junior, esse também está acolhido.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Obrigado, Senador.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, está acolhido, para a alegria ser bastante grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Da mesma forma, pela aprovação o Destaque nº 251.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado na representação da Câmara.

Em votação na representação do Senado o parecer pela aprovação do Destaque nº 251.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o destaque.

Destaque nº 252. *(Pausa.)*

Deputado Marchezan, V.Exa. Retirou o 252?

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Estou vendo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Enquanto V.Exa. vê, vamos apreciar o Destaque nº 253.

Como ficou, Senador Wellington Fagundes?

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O 253 é o do BNDES.

Sr. Presidente, pode encaminhar, já defendemos. V.Exa. pode encaminhar a votação, Sr. Presidente.

Eu retiro o 253, então, já que vai ser derrotado. É o do BNDES. Eu o retiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Retirou o 252 e o 253?

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O 253.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Retirou o 252 e o 253?

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O 252 é a mesma coisa, Sr. Presidente. É a limitação para o Judiciário, para o Ministério Público, para não aumentarem as despesas.

Vou manter o 252, Sr. Presidente. Vou pedir a votação rápida, então, e dar uma explicação em 5 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - V.Exa. retirou qual: o 252 ou o 253?

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Vamos votar o 252 e o 253.

O 252 é o percentual de aumento das despesas do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria, de acordo com o Orçamento, com o mesmo percentual de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2016. Ou seja, pode aumentar. Por incrível que pareça, pode aumentar, só que de acordo com o percentual da despesa de 2016.

Acho uma lástima o Governo não aceitar isso.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O voto do Relator é pela rejeição do destaque.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quero falar agora. O Líder tem preferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Ivan Valente, nós estamos em votação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Líder tem preferência. Ele vai falar ao final? Eu acho que fica prejudicada a fala.

Se eu falar no final, fica prejudicada a fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós temos mais duas matérias em votação.

Em votação.

O voto do Relator é pela rejeição do Destaque nº 252.

O destaque com voto do Relator pela rejeição está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que acompanham o voto do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer.

O destaque foi rejeitado e não será apreciado na representação do Senado Federal, conforme estabelecido no art. 131 da Resolução nº 1.

Destaque nº 253.

Parecer do Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - É o do BNDES

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não foi retirado.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Mantenha.

Vamos votar, Sr. Presidente. Só a votação, para registrar.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Está rejeitado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Este destaque trata dos financiamentos do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O destaque com voto do Relator pela rejeição está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que acompanham o voto do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O destaque foi rejeitado e não será votado na representação do Senado.

Destaque nº 254.

Como vota o Relator?

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Só quero registrar, Sr. Presidente, que este texto é igual...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O destaque com voto do Relator pela rejeição, Deputado Marchezan, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Sr. Presidente, mas eu não dei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Mas V.Exa. já fez a sustentação. Vai fazer pela terceira vez?

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Deste aqui, o 254, eu não fiz, Sr. Presidente. São 10 Segundos.

Eu queria só justificar que este é o texto que o Governo está encaminhando para a Câmara. Então, se o Governo rejeitar, também posso votar contrariamente ao texto que o Governo encaminhar.

Só quero relatar isto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Obrigado.

O destaque com voto do Relator pela rejeição está em votação na representação da Câmara dos Deputados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados que acompanham o voto do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O destaque foi rejeitado e não será apreciado na representação do Senado.

Destaque nº 255.

Como vota o Relator?

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O destaque com voto do Relator pela rejeição está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que acompanham o voto do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados com o voto do Relator, o destaque foi rejeitado, e não será submetido à representação do Senado.

Destaque nº 256.

Como vota o Relator?

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, quero falar sobre o 256 pelo menos.

O 256 determina que juízes, promotores e membros de Poder não são servidores classe A, são servidores iguais a todos os outros, que são vetados de comprar passagens da classe A.

Nós, Deputados, Senadores, juízes e promotores, temos que comprar as mesmas passagens que todos os servidores públicos, municipais, estaduais e federais. Nós estamos tirando a autorização para que esses servidores classe A, no Brasil, sejam tratados, nos seus deslocamentos, de forma diferente de todos os demais servidores brasileiros.

Então, esta é a minha emenda, para equiparar aos servidores os Deputados, os juízes, os promotores e os Senadores.

Eu peço aos companheiros, aos colegas, que votem favoravelmente à igualdade, pelo menos entre os servidores, já que, entre os brasileiros, estamos longe de conseguir nesta Casa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, isto daqui é bastante polêmico. Penso que podemos até nos debruçar um pouco sobre este ponto.

Eu gostaria de ler o que está previsto na lei:

Art. 17.

(...)

§ 7º A aquisição de passagens aéreas para servidor ou membro dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União será feita exclusivamente em classe econômica, exceto:

I - para o Presidente e o Vice-Presidente da República, bem como os Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, cujas passagens poderão ser de primeira classe;
e

II - para os Ministros de Estado, Deputados Federais, Senadores da República, Desembargadores Federais, Ministros de Tribunais Superiores, Ministros do Tribunal de Contas da União, Procurador-Geral da República, Subprocuradores-Gerais da República, Defensor Público-Geral Federal e Comandantes das Forças Armadas, cujas passagens poderão ser de classe executiva.

O Deputado Nelson Marchezan Junior pretende, então, que seja apenas “a aquisição de passagens aéreas para servidor ou membro dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União será feita exclusivamente em classe econômica”.

Portanto, o nosso parecer é pela rejeição.

Mas eu peço a atenção, e o Presidente, para conduzir a votação, entenderá se deve haver outras manifestações ou não.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Relator, eu tenho a emenda sobre a qual conversamos. Eu precisaria que fosse esclarecido ao Plenário. Havendo acordo, fecharei com o Deputado Nelson Marchezan Junior.

Votaríamos a minha, que eu gostaria que fosse acolhida na íntegra, com a concordância dele; ou votaríamos a dele. É a mesma emenda, mas a minha é mais ampla. Está até mais simpática a dele. Mas não ha problema.

Gostaria que V.Exa. esclarecesse, que eu dialogo aqui com o Deputado Nelson. Se ele estiver de acordo, fica, portanto, a minha emenda.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Portanto, a emenda de V.Exa. é mais restritiva, mais ampla no caso da restrição às passagens em classe executiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Podemos estar dizendo a mesma coisa.

A emenda do Deputado Assis foi acatada? *(Pausa.)* Não foi?

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Não.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Não é isso! Nós tivemos o consenso na reunião de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Ela não foi destacada, foi acatada.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Nós tivemos o consenso na reunião de Líderes de que ela seria acatada; V.Exa., como Presidente, e ele, como Relator.

Nós fizemos aqui um acerto, e eu queria compreender o que houve.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Olhem o acordo que está sendo feito aqui. Mantida esta intenção, nós vamos restringir mais. Da nossa parte, já discutimos hoje, inclusive com o Presidente, a possibilidade de acatar, sem nenhum óbice do Relator.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Relator, nós dialogamos na reunião de Líderes, com todos os Líderes presentes. E a respeito da minha emenda, eu compreendi que ela seria acatada por unanimidade.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Estou concordando, aceitando, acatando a emenda de V.Exa., mais ampla ainda do que a emenda do Deputado Nelson Marchezan Junior.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Deputado Nelson Marchezan Junior, essa emenda, que ele está dizendo que acata, nós já acordamos. Se V.Exa. estiver de acordo, retira-se a sua e fica-se com esta daí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Vamos fazer a memória do que aconteceu, Senadora Rose de Freitas.

Foi feito um acordo com o Deputado Assis Carvalho, na votação do texto principal, na sessão do dia 14, para que fosse acolhida a emenda ou ajustado isso no texto.

Se, por acaso, não foi, a sugestão que dou, ouvido o Relator, é que ele acolha o destaque do Deputado Marchezan e recomponha o acordo feito com o Deputado Assis, além de atender também a questão do...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - A emenda do Deputado Assis retira Deputados e Senadores, e mantém todos os outros servidores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - A de V.Exa. é mais ampla, eu acho.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Então, perdão, isso não me serve.

Deputado Assis, V.Exa. mantém a classe A no Judiciário, Ministério Público?

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Veja só, eu já estou declarando aqui que a sua emenda é muito mais simpática. Se houver acordo, é a que eu prefiro. Agora, eu estou deixando aqui apenas para presidente de Poderes, porque acredito que a sua teria mais dificuldade de passar. Agora, se houver um acordo aqui, eu tiro a minha e defendo a sua, tranquilamente. Não tenha dúvida nenhuma. A minha foi acordada lá com ele, com o Colégio de Líderes.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Há um destaque do Deputado Nelson. Se houver acordo, nós acatamos o destaque do Deputado Nelson, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O voto do Relator é pela...

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - A emenda do Deputado Assis, Presidente, é a que foi acordada na reunião de Líderes?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não, eu vou repetir.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Se o Plenário deixar, nós esclarecemos.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Toque a campainha, Presidente.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Houve um acordo de Lideranças na reunião, se eu não me engano, do dia 14 de julho, para que nós votássemos o texto principal da LDO. Alguns Deputados propuseram destaques. O Deputado Assis propôs essa emenda. Isso foi acatado na reunião — essa é a verdade —, foi acatado na reunião. Talvez por algum lapso temporal, não sei, isso não consta no relatório. Nós estaríamos descumprindo um acordo.

Como a emenda do Deputado Marchezan é aposta e mais ampla, do meu ponto de vista, para resgatar o acordo, seria conveniente que nós aprovássemos o destaque. Não foi feito acordo. É importante que isso seja dito.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, pela coordenação da bancada do PSDB, ouvindo tanto o Deputado Nelson Marchezan quanto o Deputado Assis, percebemos que há um entendimento por parte de ambos de que o Destaque nº 256, apresentado pelo Deputado Nelson Marchezan Junior, atende o Deputado Assis naquilo que ficou acordado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Atende e amplia.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - ...e não foi possível ser absorvido, conforme V.Exa. já explicou. Os dois Deputados chegaram a um consenso. Acho que isso resolve esse pequeno impasse neste instante da votação.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, é bom esclarecer. Eu acho que o Plenário está ficando com uma dúvida. Nós falamos a palavra restritiva, porque o que nós tínhamos acordado é menos limitador do que o destaque do Deputado Marchezan.

(Não identificado) - Nós não temos como recuperá-la agora?

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Temos como recuperá-la. Se houver o acordo, nós podemos colocar isso no texto de acordo com a sugestão acordada na Comissão, antes da votação. Aprovamos a emenda do Deputado Marchezan parcialmente, de acordo com a proposta do Deputado Assis.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Relator, permita-me somente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Pode ser feito dessa maneira para nós não polemizarmos.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Eu acho que a posição do Presidente foi bem conduzida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Mas para não polemizar...

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Aqui nós avançamos bastante. Eu me sinto plenamente contemplado com a emenda do Deputado Nelson Marchezan. Portanto, eu gostaria que nós criássemos aqui um consenso. Quanto à proposta que nós fizemos lá... Eu estou aqui assinando embaixo da emenda do Deputado Nelson e tirando a minha, para que possamos chegar a um consenso neste plenário.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Fica muito claro o que nós acordamos há 15 dias. A proposta do Deputado Assis é aprovarmos o destaque do Deputado Marchezan, parcialmente. Portanto, vamos atender cem por cento do que foi acordado. Assim, não fica tão restritivo em termos de autoridades.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Posso dar uma sugestão?

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Relator! Sr. Relator!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Vamos fazer o seguinte. Vamos deixar as coisas claras aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O encaminhamento será claro da seguinte maneira.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Permita-me, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O Relator pode dar pela rejeição ou pela aprovação. Nós retratamos o que houve.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O que ele está colocando, e eu entendi e os senhores também, é que vai fazer uma emenda de redação ajustando o texto para atender o compromisso feito com V.Exa., acatando parcialmente a do Deputado Marchezan, que pode vir pela rejeição. Atende o compromisso de V.Exa. É o encaminhamento que está sendo feito, entendo eu. É isso?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Nós vamos combinar que é mantida a classe A dos servidores para os Tribunais de Contas, para os Tribunais, para o Ministério Público. São retirados apenas Parlamentares. Os outros, todos servidores, do Judiciário, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas, continuam classe A, vão viajar separado. Então, na verdade, é isso, entendeu? É isso. Eu prefiro a minha emenda, porque fica todo mundo igual, todo mundo igual. Ou é para todo mundo ou não é para ninguém.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, vamos colocar aqui às claras...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós vamos votar. Deputado Assis, nós não vamos polemizar.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Permita-me só um pouquinho... Nós vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Assis, não vamos polemizar. Não há esse momento.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - É porque da forma como ele colocou aqui... Só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Deputado Assis, já está bem claro... O que nós vamos decidir agora é se se acompanha ou não a posição do Relator. Se V.Exas. não concordarem com a posição do Relator, V.Exas. a rejeitam.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Vão aprovar a emenda. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Aprovam a emenda. É o jeito de acabarmos com esse assunto.

Como vem o parecer do Relator ao Destaque nº 256?

(Não identificado) - Vota contra.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - O encaminhamento é pela aceitação, pelo...

(Não identificado) - Parcial.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - ...recebimento do destaque na sua integralidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Pela aprovação.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Pela aprovação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Perfeito.

O destaque tem o voto do Relator pela aprovação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que acompanham o voto do Relator permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara dos Deputados, por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que acompanham o voto favorável do Relator ao Destaque nº 256 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade, na representação do Senado Federal.

Vamos passar ao próximo item.

Srs. Senadores e Srs. Deputados, há uma errata, a Errata nº 1 ao relatório apresentado, que foi lida pelo Relator, mas não foi votada.

Em votação a Errata nº 1 ao relatório apresentado.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O que diz a errata, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O Relator a leu no início da sessão. Foi tudo aquilo que ele leu. É aquele parecer que ele leu.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação da Câmara dos Deputados.

Não se preocupe o Deputado Nelson Marchezan, porque ela não modifica a Emenda nº 256. *(Risos.)*

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam a errata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação do Senado Federal.

Voltamos para a Ordem do Dia.

Item 1.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória...

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Pela ordem, Presidente.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O Destaque nº 257...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Eu fiz um pedido no início...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não há 257...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Com a palavra o Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - A Secretaria da Comissão cometeu um erro, que V.Exa., sem saber, confirmou, dizendo que o Destaque nº 236 seria do Deputado Julio Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Consta na relação Deputado Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Está errada. A Secretaria tem que corrigir isso. Está aqui, é feito por mim. O destaque é meu e eu estou presente. Logicamente, tem que ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Esperamos que não haja mais erros materiais.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - É erro de autoria.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Não, Deputado, nós voltamos aqui para um problema que houve.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Ah, tudo bem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Depois eu lhe concedo a palavra.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes, para apresentar parecer sobre o Destaque nº 236, do Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, só para justificar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Quer fazer a defesa, Deputado?
 (Pausa.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para fazer o encaminhamento, concedo a palavra ao Deputado Simão Sessim.

V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - A impossibilidade de execução das dotações referentes ao PROSUB, que é o Programa de Desenvolvimento de Submarinos — está sendo construído lá em Itaguaí —, importará em multas e atrasos nos cronogramas pactuados decorrentes de acordos internacionais.

O PROSUB tem como objetivo primordial dotar a esquadra brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil.

É um orgulho para a nossa Marinha, é um avanço tecnológico.

Eu gostaria que isso fosse aprovado.

Faço um apelo ao nosso querido Relator, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Não só pelo apelo de V.Exa., mas também pelo mérito, a Relatoria o acata.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - O Relator o acata, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Ele trata só de meta. Não há nenhuma implicação.

(Não identificado) - Parabéns, nobre Relator! Parabéns, Deputado Simão!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O parecer do Relator é pela aprovação do destaque.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que acompanham o voto favorável do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que acompanham a posição de aprovação do Destaque nº 236 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado também na representação do Senado Federal.

Deputado Assis, fale rapidinho, porque nós temos uma pauta ainda a cumprir.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, apenas para ficar consignado aqui nos Anais da Casa, eu quero ouvir do Relator... A exemplo do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

acordo que ele percebeu que não tinha tratado ainda, eu tenho outra emenda aditiva sobre os servidores dos cargos de provimento efetivo da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que foi também acordado com os Líderes e com o Relator.

Eu gostaria que ficasse registrado aqui, para que não houvesse nenhuma dúvida, que essa emenda também foi acolhida pelo Relator.

Então, eu gostaria de ouvir de V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Com a palavra o Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Foi acatado na íntegra.
(Palmas.)

Eu já li no relatório anteriormente. Destaca-se aqui também o trabalho do Deputado Izalci, entre outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O Deputado Rôney Nemer foi frisado.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Enfim, todos eles.

Já foi lido no início.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Primeiro item da pauta, apreciação do relatório...

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Presidente, uma questão de ordem. É preciso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Qual é a questão de ordem, Deputado?

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Antes que V.Exa. passe para o próximo item, é preciso cumprimentá-lo e também cumprimentar o Relator pelo brilhante trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós estamos sem tempo, Deputado.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Mas é 1 segundo. O Relator foi muito solícito, trabalhou muito, se dedicou e acatou vários destaques. É preciso registrar nos Anais. Parabéns, Relator!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Nós podemos fazer isso depois que o sinal da Ordem do Dia começar a piscar aqui. Aí nós paramos de deliberar.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Foram 3 segundos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente, como Líder.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Presidente. Agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Agora nós podemos, agora nós podemos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, eu queria registrar a posição do nosso partido, o Partido Socialismo e Liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Pois não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nós estamos votando a LDO aqui exatamente no momento em que na CCJ está se votando a PEC 241/16, que é a que marca o teto de gastos que podem ser feitos no Orçamento.

E nós estamos votando lá no plenário o PLP 257/16, que também assimilou na negociação um teto de gastos para os Estados, inclusive ferindo o pacto federativo, impondo aos Estados uma série de limitações, congelando o salário do funcionalismo público, impedindo novos concursos, mas abrindo o gasto com juros acima de 13%. Ou seja, comprime-se o gasto com saúde, educação, moradia e segurança pública e abre-se o gasto para os banqueiros, para os agiotas neste País.

Agora, é interessante que se vota aqui o art. 3º:

Art. 3º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2017 terão como limite para a despesa primária total dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social a previsão dos pagamentos desse tipo despesa a serem efetuados em 2016, corrigida pela estimativa proposta pelo Poder Executivo da variação, para o período de janeiro a dezembro deste mesmo ano, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA.

Vejam o parágrafo 2º:

§ 2º A execução da lei orçamentária de 2017 terá como limite a despesa primária efetivamente paga em 2016, nela incluídos os restos a pagar pagos, corrigida pela variação acumulada, de janeiro a dezembro de 2016,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do IPCA publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, assegurado montante mínimo de pagamento das despesas classificadas com o código de grupo de natureza da despesa 4 (GND 4) em montante igual ao efetivamente pago em 2016, incluídos os restos a pagar, corrigido pela variação do IPCA acumulada de janeiro a dezembro de 2016.

Bem, Sr. Presidente, é exatamente essa a questão que eu gostaria de colocar. Nós estamos hoje vivendo uma situação que o País não aguenta mais. O desemprego está em 11% ou mais, o trabalhador está sem dinheiro, os serviços públicos estão piorando regimentalmente, e nós não mexemos na questão dos juros. A única coisa que foi aprovada aqui hoje, de mérito, é que a auditoria da dívida foi novamente aprovada. Ela já foi aprovada pelo Congresso e foi vetada. E lá ninguém quis derrubar o veto, a não ser o pessoal que liderou a CPI da Dívida Pública aqui na Câmara dos Deputados.

Então, nós queremos dizer, Sr. Presidente, que isso é inaceitável. O funcionalismo público e os trabalhadores brasileiros não têm que pagar a conta da crise. Aqui nós estamos discutindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Sr. Relator. Não existe nada que aponte no sentido da arrecadação, e que o peso da crise caia sobre os que tenham mais, com a taxaço das grandes fortunas, a taxaço das grandes heranças, a cobrança da dívida ativa da União.

Apontou-se no sentido da auditoria, mas na verdade quem vai pagar a conta com a PEC 241 e também com o PLP 257 são aqueles que dependem do salário mínimo e aqueles servidores públicos. Estão impondo uma série de restrições nos Estados, e é coisa para 10 ou 20 anos.

Então, eu quero fazer este registro, Sr. Presidente, porque eu acho que os Parlamentares, o Congresso Nacional, a representação do povo — a representação do povo — não pode acatar a ideia amplamente difundida pelos meios de comunicação de que a única maneira de resolver o problema da economia brasileira é arroxoar salários e direitos dos trabalhadores. Isso é inaceitável. Há outras vias de fazer isso, que é propor um novo modelo econômico.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por isso, nós insistimos não só na auditoria da dívida pública. Quando foi aprovado o teto primeiro lá no Senado Federal, o Governo divulgou que o rombo fiscal do Brasil é de R\$ 170 bilhões. Isso é uma grande mentira. O rombo fiscal do Brasil é muito maior, e quem disse não foi um Deputado do PSOL. Quem disse foi Edmar Bacha, um dos pais do Plano Real, tucano de carteirinha. Ele falou que se esqueceram dos R\$ 503 bilhões de juros do rombo fiscal. E aí ninguém se importa. Nós vamos cortar o funcionalismo público — que é disso que se trata —, prometer um mega-ajuste fiscal com uma compressão enorme do gasto público, a retirada de direitos.

Eu quero deixar registrada a nossa posição contrária, embora neste momento o PSOL não tenha a representação aqui na CMO. Eu quero deixar registrada a posição do PSOL. (*Palmas na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 736, de 2016, do Congresso Nacional, que abre crédito extraordinário em favor de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de 2 bilhões e novecentos milhões de reais, para o fim que especifica. O Relator da matéria é o Deputado Simão Sessim.

Foram apresentadas oito emendas, e o voto é pela aprovação da medida provisória, nos termos propostos pelo Poder Executivo. O Relator, quanto às oito emendas, apresentou e indicou a sua inadmissibilidade.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório, com muita brevidade.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, eu quero esclarecer aos nossos colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, que o avulso desta matéria foi distribuído já na reunião anterior e, por isso, já é do conhecimento de todos.

Sr. Presidente, se me for permitido, passarei direto à decisão que tomei com relação a esta matéria, que já foi amplamente discutida aqui na reunião anterior. Eu gostaria de ler a decisão que tomei.

A exposição de motivos supre as exigências previstas no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que trata do envio de documentos quando há motivação da edição de medida provisória.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, eu faço um arrazoado, esclarecendo toda a situação das emendas apresentadas. Verifica-se que são emendas que tratam de matéria estranha à Lei Orçamentária, por isso foram rejeitadas.

Diante do exposto, Sr. Presidente, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 736, de 2016, nos termos propostos pelo Poder Executivo, e pela declaração de inadmissibilidade das Emendas nºs 1 a 8.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O relatório está em discussão.

(Pausa.)

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado no Senado Federal por unanimidade.

O SR. DEPUTADO JUSCELINO FILHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JUSCELINO FILHO - Eu solicito a inclusão do PLN 5 e do PLN 8 na pauta, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Com base nos arts. 214 e 121 do Regimento Interno do Senado Federal, atendo ao pedido de V.Exa. para a inclusão do PLN 5 e do PLN 8 na pauta.

Passa-se à apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 5, de 2016, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 1.908.053.072,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Relator: Deputado Juscelino Filho. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação na forma proposta pelo Poder Executivo.

O Relator está com a palavra para apresentação do relatório.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JUSCELINO FILHO - Sr. Presidente, peço permissão para ir direto ao voto.

“Do exame do projeto, verificamos inicialmente que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2016-2019 (Lei nº 13.249, de 13/01/2016) e à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 — LDO-2016 (Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015).

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 5, de 2016-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O relatório está em discussão.
(Pausa.)

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, eu quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Com a palavra o Deputado Duarte Nogueira, para discutir.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Nós estamos incluindo essas duas matérias na pauta para poder, na verdade, saldar um débito em duas áreas importantíssimas do País: uma diz respeito ao pagamento do FIES, que o Governador afastado não o fez; a outra é relativa à remuneração de uma série de entidades no que diz respeito ao programa de fortalecimento de várias rubricas do Governo Federal também com os mesmos motivos de inadimplência pelo Governo anterior.

Nós estamos aqui pagando contas já executadas de um governo que executou despesas, mas não cumpriu com elas.

É importante ressaltar o ato que ora a Comissão Mista de Orçamento está realizando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Está encerrada a discussão.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados o projeto.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Próximo item: apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 8, de 2016, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação e de Operações Oficiais de Créditos, crédito suplementar no valor de R\$ 1.103.400.627,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. O Relator é o Deputado Juscelino Filho.

Não foram apresentadas emendas.

O voto é pela aprovação, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

O Relator está com a palavra para apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO JUSCELINO FILHO - Sr. Presidente e demais colegas, vou direto ao voto.

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, uma vez que objetiva reforçar dotações orçamentárias em programações constantes na Lei Orçamentária vigente.

Observa-se ainda que a proposta está formulada em conformidade com o disposto na Constituição Federal, na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, e na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016.

Pelo exposto, por considerar que o projeto de crédito suplementar em exame não colide com os dispositivos legais relativos à alocação de recursos, submeto a este colegiado o meu voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 8, de 2016, do Congresso Nacional, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - O relatório está em discussão.
(Pausa.)

A discussão está encerrada.

O projeto está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O projeto está em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade no Senado Federal.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, eu queria, em nome do Governo e em nome dos nossos companheiros do Senado, agradecer a V.Exa. a dedicação e a competência com que exercitou aqui a sua presidência.

Eu praticamente fui Presidente desta Comissão ano passado e estou admirada com a sua capacidade de ouvir, discutir, debater e levar a termo os compromissos que temos para mudar este País.

Lembro que o nosso Relator emagreceu 7 quilos só na discussão do Orçamento, levando sempre uma palavra de estímulo a todos. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Não mais do que a Senadora Rose, que, quando presidiu esta Comissão, tinha mais paciência do que o atual Presidente. *(Riso.)*

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Não, de jeito nenhum.

Sr. Presidente, quero dizer ao Relator que observei como ele tratou a emenda do Deputado Assis e do Deputado Marchezan, e aprendi que é possível pactuar entendimentos, proposições e avanços na legislação quando o único sentido é melhorar as regras básicas de funcionamento e condução do Parlamento.

Muito obrigada, Sr. Relator!

Agradeço também ao Sr. Presidente, especialmente pela paciência que teve comigo. Muito obrigada e parabéns! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Exma. Líder Senadora Rose, eu e o Relator somos seus devedores, pelo seu trabalho de articulação. Melhor pessoa o Governo não poderia ter encontrado para fazer a articulação nesta Comissão.

Agradeço a presença de todos os Deputados e Senadores.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, para hoje está prevista a votação dessa matéria no Congresso. Já está na pauta. Então, seria muito importante que todos os Parlamentares, principalmente os da CMO, estivessem atentos a isso, porque poderemos votar essa matéria ainda hoje.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Penso que é também um exemplo que estamos dando para o País, num momento de crise, votar a LDO antes de votar o Orçamento, com tempo para o Executivo mandar uma peça elaborada, com sustentação.

Eu quero agradecer à Senadora Rose, que é a nossa Líder, e a todos os Parlamentares, porque entendo que houve um avanço, principalmente no que se refere à auditoria para o ano que vem. O Governo, de uma forma muito tranquila, não se opôs a essa questão. Portanto, resgatamos aqui o que é muito cobrado pela sociedade, que é a auditoria da dívida.

Agradeço a todos, principalmente ao Presidente, que sempre esteve atento e dedicado para conseguirmos o quórum.

Os funcionários do DF foram bem atendidos, principalmente pelos Parlamentares. Eu penso que esse burburinho agora é muito mais pelo objetivo que conseguimos atingir aqui com consenso.

Eu quero registrar que os concursados passam a ter expectativa para 2017. *(Palmas.)* Estamos, com isso, atendendo todas as vagas de 2015 em 2016 e 2017. Assim, as universidades, os centros de ensino tecnológico, a Justiça, enfim, muitas entidades serão contempladas. São mais de 30 mil vagas para que o Governo possa atender essas instituições em 2016 e 2017. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Há uma informação da Secretaria da Mesa acerca de uma correção que precisa ser feita à leitura de V.Exa. em relação ao Destaque 129.

Peço a atenção dos Deputados e Senadores presentes. Um destaque foi rejeitado, e a informação não saiu no sistema.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON FAGUNDES - Exatamente. Foi apenas um problema no sistema.

Trata-se do Destaque 129, de autoria do Deputado Bebeto. O outro destaque foi pela aprovação, e o destaque 129 foi pela rejeição. É preciso apenas registrar a correção no sistema.

Com essa informação, deixamos isso bem claro, porque vamos ter que refazer todo o relatório, mas essa é uma questão automática, os técnicos vão resolver isso neste momento, para que possamos votar a matéria ainda hoje, daqui a pouco, no plenário do Congresso Nacional.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mais uma vez, agradeço a todos que colaboraram. Por esse motivo, poderemos daqui a pouco aprovar a matéria e dar essa satisfação para a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Aproveito para parabenizar o Relator e a nossa Líder, bem como a todos os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, pela presença e pelo trabalho no dia de hoje.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, há o ditado de que “ninguém faz nada sozinho”. Então, quero deixar registrado que só fizemos um trabalho como este, que é extremamente técnico, graças ao apoio da Consultoria da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Na pessoa do nosso companheiro Vinícius, eu agradeço a colaboração de todos, como já fizemos em outras oportunidades. Mas é importante ressaltar o trabalho feito por todos os servidores que nos dão retaguarda, como os da assessoria do PR e de todos os partidos na Câmara dos Deputados e no Senado, além da assessoria do Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arthur Lira) - Declaro encerrada a reunião, convocando outra reunião para a próxima terça-feira, dia 9 de agosto.

Está encerrada a reunião.

Correspondência dada como lida em 02.08.2016:

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

- 1) Of. nº 269/2016, da Liderança do PR, de 19 de julho de 2016, que indica o Dep. Vicentinho Júnior (PR/TO) para relatoria do PLN nº 13/2016 – CN.
- 2) Of. nº 52/2016, da Liderança do Governo na Câmara, de 20 de julho de 2016, que indica o Dep. Júnior Marreca (PEN/MA) para relatoria do PLN nº 12/2016 – CN.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

- 1) Ofício nº 168/2016-BCB/Aspar, da Assessoria Parlamentar do Banco Central do Brasil, de 21 de julho de 2016, que coloca o Senhor Presidente do Banco Central à disposição da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para agendar Audiência Pública.
- 2) Ofício nº 084/2016/GAB/SUDENE, do Ministério da Integração Nacional, que encaminha dados referentes ao relatório de resultados e impactos do exercício de 2015, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), aprovado pelo Conselho Deliberativo da SUDENE.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- Precatórios a serem incluídos na Proposta Orçamentária para 2017, encaminhado pelo seguinte órgão:

- 1) Ofício CSJT.GP.SG.CFIN Nº 26/2016, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, de 15 de julho de 2016, que encaminha a relação dos Precatórios Federais Trabalhistas, inclusive em meio magnético, para inclusão na Proposta Orçamentária do exercício financeiro de 2017.
- 2) Ofício nº 439/GP, do Superior Tribunal de Justiça, de 15 de julho de 2016, que encaminha um CD com os débitos de precatórios judiciais deste Tribunal a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária para 2017.
- 3) Ofício nº CJF-OFI-2016/03613, do Conselho da Justiça Federal, de 20 de julho de 2016, que apresenta em meio magnético, as seguintes mídias: precatórios parcelados de 2008 a 2011 e os inscritos em 1º de julho de 2016, que consolida a proposta dos tribunais regionais federais para pagamento dos precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPVs em 2017 nos termos do art. 24 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017.
- 4) Ofício nº 11/2016 – AP, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, de 15 de julho de 2016, que solicita inclusão no orçamento do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, para o exercício de 2017, verba necessária para pagamento dos Precatórios constantes da relação anexa.

Aviso GP/TCU, de 18 de julho de 2016:

- 1) Aviso nº 608/2016 (Acórdão 1628/2016-TCU-Plenário) que RETIFICA, por inexatidão material, o Acórdão nº 2.807/2015-TCU-Plenário por meio do Aviso nº 853-Seses-TCU-Plenário, de 05/11/2015.

Aviso Seses/TCU, de 07 de julho de 2016:

- 1) Aviso nº 578/2016 (Acórdão 1745/2016-TCU-Plenário) que encaminha cópia da decisão, acompanhada do respectivo relatório e voto de auditoria realizada na Petrobrás, para avaliar a regularidade das cláusulas de reajustes contratuais de obras das refinarias.

Avisos Seses/TCU, de 21 de julho de 2016:

- 1) Aviso nº 624/2016 (Acórdão 1863/2016-TCU-Plenário) acerca da possibilidade de edição de medida provisória para abertura de crédito extraordinário, especificamente para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e recuperação dos cenários de desastres.
- 2) Aviso nº 628/2016 (Acórdão 1884/2016-TCU-Plenário) dispensa dos estudos de viabilidade técnica e econômica em obras de infraestrutura de transportes contida na Portaria do Diretor-Geral do Dnit 1.562, de 26 de dezembro de 2008.



ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE 2016, NO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e sete minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezesseis, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Deputada Luizianne Lins, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher – CMCVM, com a presença das Senadoras Simone Tebet, Marta Suplicy, Regina Sousa, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Fátima Bezerra; das Deputadas Conceição Sampaio, Tia Eron, Professora Dorinha Seabra Rezende, Christiane de Souza Yared, Moema Gramacho, Alice Portugal, Carmen Zanotto, Raquel Muniz, Soraya Santos, Dâmina Pereira, Maria do Rosário e Keiko Ota; e dos Deputados Darcísio Perondi e Jean Wyllys. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, destinada à discussão e votação das Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2016 (Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017); à audiência pública para debater a situação da Violência Contra a Mulher no Campo e na Floresta; e à apreciação de requerimentos. Na primeira parte da Reunião, a Presidente dá início à apreciação das propostas de Emenda ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2016 (Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017), apresentadas no âmbito desta Comissão. Autoria do Projeto: Presidência da República. Relatora das Emendas na Comissão: Deputada Carmen Zanotto. A Presidência concede a palavra à Coordenadora, Deputada Carmen Zanotto, que comunica terem sido apresentadas 27 (vinte e sete) propostas de Emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias no âmbito desta Comissão, e procede à leitura de seu Relatório, que conclui pela apresentação de 3 (três) Emendas de Metas e Prioridades e 4 (quatro) emendas de texto e ao encaminhamento de indicação ao Poder Executivo para inclusão, na peça orçamentária, de Ação Orçamentária específica para a ‘Construção de Casas da Mulher Brasileira – Nacional’. Em discussão o Relatório, usam da palavra as Deputadas Soraya Santos e Maria do Rosário. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o Parecer é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o Parecer é aprovado. Resultado: Aprovadas, por unanimidade, as Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2016, (PLDO) a seguir relacionadas: Emenda nº 1-CMCVM - EMENTA: C Mulher-Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; PROGRAMA: 2016 Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência; AÇÃO: 210B Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; ACRÉSCIMO DA META: 400; INICIATIVA: Senadora Lídice da Mata; Emenda nº 6-CMCVM - EMENTA: Casa da mulher brasileira; PROGRAMA: 2016 Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência; AÇÃO: 14XS Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca; ACRÉSCIMO DA META: 54; INICIATIVA: Senadora Regina Sousa (renumerada como Emenda nº 2-CMCVM); Emenda nº 15-CMCVM - EMENTA: CMCVM - Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres; PROGRAMA: 2016 Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência; AÇÃO: 210A Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres; ACRÉSCIMO DA META: 629; INICIATIVA: Senadora Lúcia Vânia (renumerada como Emenda nº 3-CMCVM); Emenda nº 3-CMCVM - EMENTA: MULHER - CDH - LIMITAÇÃO DE EMPENHO AÇÕES ENFRENTAMENTO VIOLENCIA DOMESTICA CONTRA MULHER; Modalidade: individual; Tipo: Aditiva; Texto proposto: 65 - Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres (Lei Maria da Penha nº 11.340, de 07/06/2006); INICIATIVA: Senadora Angela Portela (renumerada como Emenda nº 6-CMCVM); Emenda nº 7-CMCVM - EMENTA: CMCVM - LIMITAÇÃO DE EMPENHO AÇÕES ENFRENTAMENTO VIOLENCIA DOMESTICA CONTRA MULHER; Modalidade: individual; Tipo: Aditiva; Texto proposto: 65 - Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres (Lei Maria da Penha nº 11.340, de 07/06/2006); INICIATIVA: Senadora Ana Amélia (renumerada como Emenda nº 4-CMCVM); Emenda nº 4-CMCVM - EMENTA: MULHER - CDH - TRANSPARENCIA PARA DESPESAS DESTINADA AO ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA DOMÉSTICA; Modalidade: individual; Tipo: Aditiva; Texto proposto: XXVI - ao Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres; INICIATIVA: Senadora Angela Portela (renumerada como Emenda nº 7-CMCVM); Emenda nº 8-CMCVM - EMENTA: CMVCM - TRANSPARENCIA PARA DESPESAS DESTINADAS AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA; Modalidade: individual; Tipo: Aditiva; Texto proposto: XXVI - ao Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres; INICIATIVA: Senadora Ana Amélia (renumerada como Emenda nº 5-CMCVM). Na segunda parte da Reunião a Presidência convida para assento à mesa as seguintes participantes: Beatriz Cruz da Silva, Assessora da Secretaria Nacional de Segurança Pública - MJ; Carliene dos Santos Oliveira, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Socorro Prado, Representante do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia; Sonia Maria Coelho Gomes Orellana, Representante da Coordenação Nacional da Marcha Mundial de Mulheres; e Ângela Mendes, Secretária de Mulheres do Conselho Nacional dos Seringueiros. Fazem uso da palavra as seguintes Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Deputada Carmen Zanotto e Senadora Regi-



na Sousa. Na terceira parte da Reunião a Presidente procede à leitura do Requerimento nº 7, de 2016, de sua autoria. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o requerimento é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o requerimento é aprovado. A Presidente procede à leitura do Requerimento nº 13, de 2016, de sua autoria. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o requerimento é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o requerimento é aprovado. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião. Colocada em votação na Câmara dos Deputados, a ata é aprovada. Colocada em votação no Senado Federal, a ata é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que será assinada pela Senhora Presidente, Deputada Luizianne Lins, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputada LUIZIANNE LINS
Presidente

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Boa tarde a todas, boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

A presente reunião destina-se à apreciação das propostas de emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias apresentadas no âmbito desta Comissão, à realização de audiência pública sobre a violência contra as mulheres no campo e na floresta e à apreciação de requerimentos.

A Presidência informa que foi aberto prazo para apresentação das propostas de emenda entre os dias 22 de junho e 1º de julho.

Esgotado o prazo, foram apresentadas 27 sugestões que se encontram disponíveis às senhoras e aos senhores membros desta Comissão.

Concedo a palavra à Deputada Carmem Zanotto, na condição de coordenadora das emendas orçamentárias, para proceder à leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exª.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Obrigada. Nobre Deputada Luizianne Lins, quero agradecer a confiança na minha pessoa para relatar aqui na nossa Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher as propostas que foram apresentadas, propostas de Comissão.

Vou passar a ler o meu parecer, o Parecer nº 01, de 2016, da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 2, de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências.

Relatório.

Submetemos à análise deste Colegiado o relatório sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, PLDO 2016, objeto do PLN nº 2, de 2016.

Assumimos o encargo de relatar a matéria com a disposição de darmos um melhor encaminhamento às importantes questões relativas ao tema da violência contra a mulher, objeto de amplas e profundas discussões no âmbito desta Comissão Mista.

A tradução das medidas de políticas públicas para as mulheres, nos instrumentos orçamentários dos quais a LDO é parte disciplinadora, configura condição essencial para dar materialidade ao tipo de sociedade que almejamos.

Com esse intuito, foram apresentadas 27 emendas, sendo 20 proposições de metas e prioridades e sete proposições de texto, todas de mérito inequívoco.

Tendo em vista as limitações que nos condicionam a apresentar não mais do que três emendas de metas e prioridades, é forçoso adotarmos algum critério de seleção. Nessa oportunidade, proponho que empretemos apoio aos princípios da continuidade, da coerência e da especificidade, escolhendo, para avançar no processo legislativo da LDO, as propostas que já tenham sido inseridas nos orçamentos e não tenham tido o seu objeto realizado ou exaurido, a exemplo da implantação da Casa da Mulher Brasileira, que não integrem políticas transversais, cuja viabilização possa se valer de outras frentes de atuação neste Congresso, a exemplo das ações pertinentes ao SUS e que constem de maior número de emendas, dentre aquelas apresentadas.

Verificamos que as emendas apresentadas às ações: 210A Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres; 210B Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e 14XS Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca atendem aos três critérios propostos, integrando metade das emendas de metas e prioridades apresentadas pelos membros desta Comissão.



Por esta razão, propomos a sua aprovação por este Colegiado, deixando, contudo, consignado, neste documento, o entendimento de que as demais proposições de metas e prioridades figuram em tudo meritórias.

Quanto às emendas de texto, não sendo elas objeto de qualquer restrição quanto à quantidade a ser referendada por esta Comissão, propomos que sejam acolhidas com alguns qualificativos: as Emendas de nºs 9 e 24 propõem que o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres figure entre os temas ressaltados da limitação do empenho para fins de cumprimentos de metas fiscais, que é o contingenciamento; fazem-no, contudo, apontando equivocadamente para o dispositivo do texto da lei que não trata da matéria, quando deveriam apontar para o Anexo III do PLN 02, de 2016.

Outras emendas com o mesmo teor foram apresentadas de forma adequada, garantindo que a intenção das Emendas 09 e 24 seja acolhida.

Da mesma forma, a construção da Casa da Mulher Brasileira foi proposta pelas Emendas 10 e 26, mas essas o fizeram sob a forma de emenda de texto, equivocadamente. Também neste caso, a intenção das emendas fica acolhida, com aprovação de outras do mesmo teor.

O nosso voto do que acima se expôs propõe encaminhar como emendas desta Comissão Mista ao PLN nº 02, de 2016, a Emenda de metas e prioridades nº 1 Ação 210-B; Emenda nº 6, Ação 14XS e Emenda nº 15, Ação 210-A, que contempla o teor das Emendas nºs 2, 5, 11, 12, 17, 19 e 21, bem como aprovar as Emendas de texto nºs 3 e 7, que ressaltam, da limitação de empenho, o enfrentamento da violência contra as mulheres; as Emendas nºs 4 e 8, que determinam a discriminação, em categorias de programação específica, das dotações destinadas ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2016.

Eu não sei se os colegas Deputados, Deputadas, Senadoras e Senadores têm cópia da listagem das emendas.

Então, para expor um pouco mais, o critério que adotamos junto com a nossa assessoria técnica é buscar atender ao conjunto das proposições apresentadas com essas prioridades: o atendimento das mulheres em situação de violência, a promoção de políticas de igualdade e direito das mulheres e a construção da Casa da Mulher Brasileira e centros de atendimento às mulheres, nas regiões de fronteira seca. Ressaltando que aqui temos uma dúvida, que a consultoria continua levantando, que é se neste item aqui está a construção das Casas da Mulher Brasileira em todos os Estados da Federação, porque na peça orçamentária não veio isso discriminado, veio junto. Então, gostaríamos de propor que se efetivamente não estiver contemplada a construção das Casas da Mulher Brasileira nos demais Estados, que aprovássemos aqui, nobre Relatora da nossa Comissão, Deputada Luizianne, e que fizéssemos um indicativo – e vou ler, já estão preparando o indicativo – para o Governo mandar na peça orçamentária, garantindo a continuidade desta ação.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Em discussão o relatório apresentado pela Deputada Carmen Zanotto.

Alguém para discutir?

Deputada Soraya.

A SRª SORAYA SANTOS (Bloco/PMDB - RJ) – Srª Presidente, primeiro queria parabenizar o relatório da nobre Deputada. Queria fazer essa ressalva em relação à abrangência de todo o território, porque estando na peça orçamentária, podemos fazer a questão da extensão. E queria fazer também um registro.

A Casa da Mulher Brasileira... Muitas vezes estamos preocupados com o combate. Hoje estávamos discutindo, pela manhã, por exemplo, a aquisição de unidades móveis que fazem parte do próprio programa; chamar atenção para a questão da capacitação no atendimento. Então, precisamos, Deputada Carmen, muito embora esteja no programa da Casa Mulher Brasileira esse guarda-chuva, é chamar atenção desses programas que são tão necessários, não só da construção, mas também da implementação, que se faz necessária, da manutenção do próprio projeto.

Então, fico muito preocupada quando vemos que no tratamento, no combate à violência contra a mulher, esquecemos muitas vezes de dar um destaque na formação da mão de obra, na qualificação do profissional ligado a essa área, onde vemos um grau enorme de denúncias, muito embora quero destacar que já está acoplado nessa mesma peça orçamentária. Apenas queria fazer esse registro.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Deputada Soraya, extremamente pertinente. Eu iria me permitir a inclusão nesse texto, se for consenso dos colegas. Indicação da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher ao Poder Executivo.

Os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, reunidos na data de 5 de julho de 2016, resolvem indicar ao Chefe do Poder Executivo, Presidente interino Michel Temer, alocação de ação orçamentária específica para construção da Casa da Mulher Brasileira, nacional. Aí poderíamos colocar uma vírgula, bem como a garantia do custeio das mesmas.



A presente indicação pretende que a ação orçamentária solicitada seja inserida já no Projeto de Lei Orçamentária de 2017.

Sala das Sessões, 5 de julho de 2016.

Acho que reafirmaria a importância não só da obra, mas do custeio dela.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Deputada Carmen Zanotto, gostaria de fazer uma ressalva nessa indicação, porque está se referindo diretamente ao Presidente interino.

Como a LDO vai ser objeto de 2017, devemos nos referir “ao Chefe do Poder Executivo”, porque vai que a Presidente volta e o Governo interino cai, e não estaríamos nos dirigindo a nenhum especificamente, mas ao Chefe do Poder Executivo.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Acolhida, sem necessidade de debate sobre o mérito do seu pedido.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – O.K. Em discussão o relatório apresentado pela Deputada Carmen Zanotto, com a indicação sugerida.

Alguém mais quer discutir? *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação da matéria.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Votação no Senado Federal.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Portanto, as emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – V. Exª poderia então, apenas para registro, repetir exatamente quais são as que ficaram?

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Você recebeu o relatório?

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Recebi. Está aqui.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Bom, no final, Deputada Maria do Rosário, onde tem voto...

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Certo.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – ...do que acima se expôs...

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Que conclui, nos termos do voto da Deputada.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Exatamente, exatamente aí há um resumozinho, né? A Comissão Mista...

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Quer algum esclarecimento?

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Deputada Maria do Rosário, reforçamos, pelo critério de apresentação, a promoção de políticas de igualdade e dos direitos da mulher, o atendimento às mulheres em situação de violência e a construção da Casa da Mulher Brasileira e de centros de atendimento às mulheres nas regiões de fronteira seca.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – O.k.?

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – E as de texto. Isso.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Bom, terminada essa primeira etapa, vamos passar à audiência pública...

Pois não.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Quero agradecer às nobres Senadoras, nossos colegas Deputados, na pessoa do Deputado Jean Wyllys, nossas colegas Deputadas, mais uma vez, pela indicação do meu nome para relatar essa matéria, assim como pela aprovação.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Parabéns, Deputada Carmen Zanotto, como sempre competente e comprometida com as mulheres. Parabéns pelo relatório.

Vamos dar início a nossa audiência pública para debater a situação da violência contra a mulher no campo e na floresta, em atendimento ao Requerimento nº 30, de minha autoria, de 2015.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo, por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania, e do Alô Senado, através do número 0800 61 2211.

Convido para assento à Mesa a Srª Beatriz Cruz da Silva, Assessora da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.



Gostaria também de chamar a Srª Carliene dos Santos Oliveira, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Obrigada pela presença.

A Srª Socorro Prado, que é representante do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia. (*Palmas.*)

A Srª Sonia Maria Coelho Gomes Orellana, que é representante da Coordenação Nacional da Marcha Mundial de Mulheres. (*Palmas.*)

E a Srª Ângela Mendes, que é Secretária de Mulheres do Conselho Nacional dos Seringueiros, agora, Extrativismo, com a substituição.

Seja muito bem-vinda e muito obrigada pela presença.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas:

A convidada fará sua exposição por cinco minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Srªs e pelos Srs. Parlamentares inscritos. A palavra às Srªs e aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Portanto, vamos dar início. Marcamos os cinco minutos e vamos avisando, quando concluírem, passamos ao seguinte.

Concedo a palavra à Srª Sônia Maria Coelho Gomes Orellana, que é representante da Coordenação Nacional da Marcha Mundial de Mulheres.

A SRª SONIA MARIA COELHO GOMES ORELLANA – Bom, primeiramente, fora Temer. (*Palmas.*)

Boa tarde. Agradeço, aqui, à Luizianne, à Mesa, por poder conversar sobre este tema em tão breve tempo.

Nós, da Marcha Mundial das Mulheres, fazemos parte também da Marcha das Margaridas. E, neste momento, estamos muito preocupadas com esse tema da violência contra a mulher, especialmente a violência no campo, na floresta e nas águas, que tem sido um tema bastante debatido no âmbito da Marcha das Margaridas e do trabalho que vimos desenvolvendo com as mulheres no campo. É sabido, pelo Mapa da Violência 2015, que principalmente nos Municípios de pequeno porte têm havido as mais altas taxas de homicídios, de assassinatos, feminicídios. Então, essa é uma preocupação nossa.

A nossa preocupação também é com este momento grave que vivemos, que estamos chamando de cultura da violência, principalmente, no interior do País, no campo, na floresta, onde as mulheres estão mais desprotegidas, seja pela falta de equipamento, seja pelo pouco empenho, muitas vezes, da justiça, nessas regiões. A situação não é só com a questão da violência doméstica que as mulheres que sofrem na casa, mas a violência no agronegócio, a perseguição à liderança das mulheres, a violência que as mulheres indígenas têm sofrido no Mato Grosso e em várias partes. Inclusive, acho que seria bom esta Comissão Permanente olhar por que em Roraima, que é um Estado com tantas indígenas, tem crescido tanto o assassinato de mulheres, no último período. A nossa preocupação é também com as políticas que estavam em curso e o Governo golpista pode estar desmantelando.

Então, no âmbito da Marcha das Margaridas, temos a questão das unidades móveis. Na última reunião nossa, do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Campo, na Floresta e nas Águas, foi falado que há, pelo menos, 50 unidades móveis já distribuídas nos Estados, e estávamos acompanhando via SPM, porque, mesmo naquele momento, havia muita dificuldade de os Estados assumirem, porque isso é uma realidade.

Os Estados e os Municípios brasileiros pouco se preocupam em investir em equipamentos para fazer o combate, o enfrentamento à violência contra a mulher, tanto na cidade como no campo, isso é uma preocupação, e essas unidades móveis são os equipamentos que podem chegar aos mais distantes rincões deste País, onde não vai haver um equipamento funcionando.

Outra preocupação nossa e que estava na discussão, também, da Marcha das Margaridas era a questão das unidades móveis de saúde...

(*Soa a campanha.*)

A SRª SONIA MARIA COELHO GOMES ORELLANA – ...desculpe, móveis não, mas de que o SUS, as unidades de saúde pudessem ser uma porta de entrada importante para as mulheres, no campo e na floresta.

Bom, enfim, meu tempo...

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE. *Fora do microfone.*) – Pode continuar até terminar.

A SRª SONIA MARIA COELHO GOMES ORELLANA – Eu ainda queria falar mais...

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Pode terminar.



A SRª SONIA MARIA COELHO GOMES ORELLANA – ...sobre algumas questões que acho muito importantes.

A questão do Programa Mulher, Viver sem Violência, que já foi falado aqui, está sendo discutido e acho importante que seja mantido, embora a Casa da Mulher Brasileira vá se formar nas capitais, mas também sabemos que é muito importante hoje, para o combate à violência, a capacitação das mulheres. Havia uma discussão da formação de mulheres no campo, para que estas pudessem se fortalecer e ser multiplicadoras na luta contra a violência no campo. Essa também foi uma discussão importante nossa e que depende de política de apoio do Governo para que isso se mantenha no campo, que acho que é muito importante.

Outra preocupação que colocamos são as políticas em relação ao Ministério que foi extinto, o MDA, porque todo mundo sabe que as políticas ali executadas e elaboradas por aquele Ministério tinham impacto muito diretamente em construir autonomia econômica para as mulheres, porque isso é muito importante no combate... não é a única coisa, mas é importantíssimo no combate à violência contra a mulher, seja o trabalho até de extensão rural, seja os programas de apoio produtivo, seja o plano nacional de agroecologia e tantas outras políticas que o MDA desenvolvia com trabalhadoras no campo e temos certeza de que era um apoio fundamental para o enfrentamento à violência e que receamos possam estar sendo desmontadas neste momento.

Quero terminar dizendo da nossa profunda indignação de estar aqui, discutindo hoje, nesta Comissão, a violência no campo e na floresta, e sabemos da violência na cidade. Mas quero também deixar aqui registrada a grande violência que sofreu a Presidenta Dilma neste processo de *impeachment* que chamamos de misóginio e patriarcal.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Obrigada a Sônia Maria Coelho Gomes Orellana, que é representante da Coordenação Nacional da Marcha Mundial de Mulheres.

Bem, só lembrando aqui, quando apresentamos esse requerimento, no ano passado, não tínhamos ainda este quadro dos últimos meses, que foi este surto brutal, inclusive, envolvendo a questão do estupro coletivo aqui, no Brasil. E estava lembrando que, se esta violência urbana, porque é eminentemente urbana, em geral, aconteceu, e deixou o mundo inteiro chocado, o que dirá essa violência, que é muito mais silenciosa, que acontece no campo e na floresta.

Então, além da nossa solidariedade, é importante que saíamos daqui com algumas medidas efetivas, concretas, para buscarmos, inclusive, tudo o que a Sônia levantou sobre quem vai abrigar esses programas, e, a partir de agora, como terão continuidade nesta conjuntura em que, por exemplo, estruturas fundamentais que abrigavam os projetos se foram.

Então, acho que vamos levar essa preocupação, de forma muito concreta, porque, no final das contas, quem vai pagar o preço são as mulheres, em especial do campo e da floresta.

Passamos, agora, a palavra a Socorro Prado, Representante do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia. Cinco minutos, inicialmente.

A SRª SOCORRO PRADO – Boa tarde a todas e a todos que estão aqui, aos companheiros que também estão aqui acompanhando a audiência.

Primeiramente, fora Temer. Acho que a nossa bandeira, para que a gente possa reconstruir a política para as mulheres hoje, passa por essa pauta da democracia, porque a partir do que a Sônia já falou, a gente também quer reforçar que quanto às políticas públicas voltadas para as mulheres do campo e da floresta, já tínhamos um avanço, e isso se deu através das políticas com os ministérios, principalmente o MDA, o Ministério da Saúde e outros ministérios. Todos fazem parte e a gente também não reuniu...

O Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, que reuniu a sociedade civil mais as representações dos Ministérios, foi onde a gente discutiu as políticas para essas mulheres que estão no extrativismo, na pesca, nas áreas costeiras do Brasil, totalmente escondidas, sem acesso às políticas públicas. E nós que estamos na área urbana... para quem está na área urbana, essa política já se dá de forma muito difícil. Por exemplo, em Manaus, tem uma Delegacia da Mulher, para uma população de quase três milhões de habitantes. Então, foi o que conquistamos.

Com essa situação que vivemos hoje, além de toda essa cultura da violência, que é crescente nas cidades, ela também vai para o campo pela disputa de terras, então, quando a gente fez... Porque a gente faz parte da coordenação da Marcha das Margaridas e, em 2015, aconteceu a Marcha das Margaridas com quase cem mil mulheres, aqui em Brasília, reivindicando políticas, denunciando a violência. E lá, no dia 12, foi sequestrada a Dora Priante, uma liderança comunitária, de uma comunidade, em Iranduba, um Município em que atravessando o Rio Negro, pela ponte você já está em Iranduba. É um Município próximo de Manaus, quer dizer, dá para ir por terra, porque os outros tem que ir de barco, pois são muito distantes e tem que ser por via fluvial.



Então, houve a valorização da terra no Município de Iranduba, Manacapuru, e foram muitos grileiros para lá vender terras. E teve esse conflito muito forte de terras ali em Iranduba, e a Dora já vinha fazendo várias denúncias, inclusive na Assembleia Legislativa, pedindo proteção, porque eles faziam ameaças. E, com isso, eles conseguiram ainda colocar cinco capangas, que a sequestraram, torturaram, ela levou um tiro na coxa antes de ser assassinada, fizeram requintes mesmo perversos contra a companheira.

E aí, no outro dia, no dia 13, ela foi encontrada. E até achar o mandante, e o mandante era realmente a pessoa que ela tinha denunciado, todo mundo já achava que era, e para que ele fosse preso também... Eles têm a certeza da impunidade, quando eles cometem os crimes. Ela já tinha feito n denúncias e nada acontecia.

Então, na certeza da impunidade, ele cometeu o crime. A gente está lá, recorremos aos Parlamentares. No outro dia, para que ele fosse preso, houve manifestações da população, nós mulheres tivemos que ir para as ruas, para que ele não fosse solto.

(Soa a campanha.)

A SRª SOCORRO PRADO – Então, também o julgamento dele está para júri popular. Só que ele está em Manacapuru, um Município que não dá segurança da garantia da permanência dele lá, que ele pode estar saindo. Então, temos que estar vigilantes, porque ele tem todas as regalias. Ele foi para lá com um ex-delegado, Nonato Lopes, que foi delegado de Manaus. Aí, com muitas denúncias, ele migrou para outro Município, onde ele ainda foi prefeito.

Então, esses caciques continuam. Outros casos de violência a gente também tem no sul do Amazonas, a CPT fez um levantamento, e também por causa de conflitos de terras.

É superimportante que essas políticas de valorização das mulheres, onde elas estiverem, que cheguem lá. Existem as unidades móveis, só que elas só chegam por terra. Tinha todo um trabalho para que tivessem as unidades fluviais. Somos 64... só no Amazonas e no Pará são enormes.

Foram feitas também experiências para algumas no Pará, e no Amazonas ainda não estão tão definidas. Então, a gente fica com essa preocupação diante desse desmonte das políticas públicas, porque os organismos de políticas para as mulheres também são afetados. As Secretarias de Política para as Mulheres, tanto a estadual quanto a dos Municípios, também são desfeitas, acabam. Então, há um desmonte e cai tudo de uma vez em cima das mulheres.

A gente quer pedir, estamos com o número do processo para que possamos acompanhar esse processo do Tribunal do Júri, lá em Manacapuru; ele está em segredo de justiça. O nome dele é Adson Dias da Silva, mas, como ele é grandão, chamam ele de “Pinguelão”, o assassino, o mandante do assassino.

Então, é um pouco isso que queremos trazer aqui para a audiência.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Socorro Prado, muito obrigada pela fala e pela denúncia, que representa o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia.

A gente vai passar agora a palavra para Carliene dos Santos Oliveira, que é representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura.

A SRª CARLIENE DOS SANTOS OLIVEIRA – Boa tarde a todos e a todas.

Como eu disse, meu nome é Carliene, estou aqui representando a companheira Alessandra Lunas, nossa Secretária Nacional. Sou Secretária de Mulheres da Federação aqui do Estado, umas das 27 federações ligadas à Contag.

Quando se trata do tema da violência, esse é um tema que mexe muito conosco, mulheres trabalhadoras rurais. Inclusive em todos os lemas da Marcha das Margaridas, desde a primeira marcha até a quinta marcha, um dos nossos lemas é o tema da violência, porque nós mulheres, trabalhadoras rurais, sofremos muito todos os tipos de violências, desde o psicológico, da questão do patriarcado lá atrás, que mulher tem que ficar dentro de casa, não tem que se meter, é lavando, é passando, é cozinhando, principalmente para nós rurais esse sempre foi o conceito.

E, graças a Deus, hoje, a gente está num processo de libertação, nós mulheres trabalhadoras rurais. É um processo em que a gente vem trabalhando ao longo desses anos.

E aí, quando se trata de mulheres trabalhadoras rurais e lideranças, a situação se complica ainda mais, e principalmente quando a luta é a luta pela reforma agrária. Eu vi, no caso da companheira do Amazonas, relatando o assassinato da companheira Dora; a gente vê isso acontecendo cotidianamente. As mulheres que estão à frente, que são lideranças, quando o processo é a reforma agrária, sempre são perseguidas.

Recentemente, há dez dias, perdemos outra companheira, que foi brutalmente assassinada, lá no Estado do Piauí, uma jovem liderança. Mais uma vez foi ceifada uma vida, como Margarida Alves, porque a Marcha das Margaridas tem um grande significado pela nossa dirigente sindical, que foi brutalmente assassinada por defender o direito dos trabalhadores e trabalhadoras assalariadas, e que também fez a luta pela reforma agrária.



E até fiz aqui um texto, mas, nesse momento, queria parabenizá-la, viu Deputada Luizianne, por essa iniciativa de estarmos discutindo essa questão da violência.

Eu moro aqui no Distrito Federal, não nasci aqui, mas moro aqui desde meus 15 dias de nascimento. E aqui, na Capital do País, não é diferente a vida e a luta das mulheres trabalhadoras rurais. Digo isso porque eu sofri dois atentados, sou a prova da questão da violência quando se trata da luta. Sofri dois atentados, liderança jovem, num acampamento de trabalhadores rurais, porque fui acampada por 19 anos – não tenho vergonha nenhuma em dizer isso, nenhuma – e, nesse processo, sofri dois atentados contra minha vida, e eu estava grávida do meu filho, que hoje tem três anos. E consegui e estou aqui para contar minha história, que não foi fácil não. E hoje estou com um ano de assentada, graças a um governo que teve o compromisso com a política de reforma agrária no Distrito Federal, que foi o governo Agnelo Queiroz. Só tivemos reforma agrária duas vezes, na Capital do País, com o governo de esquerda, que tinha o compromisso com essa política, que é uma política que não é só o acesso à terra, é uma política que traz qualidade de vida.

E hoje a gente está vendo o que está acontecendo. Com a extinção do MDA, quem sofre com isso são as mulheres, só as mulheres que sofrem com esse governo – me desculpem aqui – golpista...

(Soa a campanha.)

A SRª CARLIENE DOS SANTOS OLIVEIRA – Terminou meu tempo?

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE. *Fora do microfone.*) – Pode continuar.

A SRª CARLIENE DOS SANTOS OLIVEIRA – Com esse governo golpista, que o primeiro ponto foi extinguir a Secretaria de Política para as Mulheres. Por quê? Logo em seguida, o MDA. Por quê? Porque as políticas para as mulheres, para os jovens, para os negros, para a população mais carente deste País estavam sendo trabalhadas por esses Ministérios.

E, aí, é muito difícil falarmos de violência e não vermos o que essa mídia golpista está fazendo. Alguns blogues aí... Não tem como falar de violência e não falar da nossa Presidenta Dilma; ela e cada uma de nós estamos sendo duplamente violentados por pessoas, por homens... Fico até meio triste quando eu vejo alguns comentários de algumas mulheres também, incentivando a violência, porque, quando se fala uma palavra que diminui uma mulher, está-me diminuindo também; principalmente uma mulher como Dilma, a nossa Presidenta, que nos representa, que me representa. Sou trabalhadora rural, e ela me representa.

Então, fico muito triste, muito triste mesmo quando acontecem essas coisas. A violência está nos nossos atos, nos nossos gestos. Eu acho que temos que trabalhar isso, temos que ir para a rua, temos que defender o fim da violência. Nós, mulheres, temos que viver sem violência; é um direito de todas nós, tanto nós, mulheres trabalhadoras rurais, como as companheiras que estão aí nas cidades.

Vou finalizar a minha fala, dizendo da nossa luta. Vamos continuar em luta até que todas as mulheres não sofram mais violência e até que todas as mulheres estejam livres do machismo que essa violência toda impele no País.

Meu muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Obrigada, Carliene.

Vamos ouvir a Srª Ângela Mendes, Secretária de Mulheres do Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

Gostaria de destacar algumas informações sem as quais eu estava anteriormente.

Como eu falei, a Sonia representa a Marcha Mundial de Mulheres e a Marcha das Margaridas.

A Socorro Prado, que falou anteriormente, é feminista, Cientista Social especialista em gestão em etno-desenvolvimento; fundadora da Articulação de Mulheres Brasileiras e Articulação de Mulheres do Amazonas; representante do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, no Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas; fundadora do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado do Amazonas e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Manaus.

Tivemos também, aqui, a fala da Carliene, que, como bem colocou, é agricultora familiar, assentada, Diretora da Secretaria de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal e Entorno.

Vamos ouvir a Ângela Mendes, que é Tecnóloga em gestão ambiental, especialista em auditoria, perícia e gestão ambiental; Coordenadora do Comitê Chico Mendes, entidade de divulgação do legado e da memória do líder seringueiro Chico Mendes do Rio Branco, Acre. Filha dele, é sócia e Diretora do Centro dos Trabalhadores da Amazônia, entidade que trabalha com as populações tradicionais na Amazônia; Diretora de Política para as Mulheres do Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

Com a palavra, a Srª Ângela Mendes.

A SRª ÂNGELA MENDES – Boa tarde, companheiras e companheiros.

Primeiramente, quero entoar o mantra das outras companheiras: “Fora, Temer”. *(Palmas.)*



Pouco antes, eu tinha comentado com a Carla. Falei: Carla, rola um “Fora, Temer”, sem eu correr o risco de ser sequestrada pela Polícia daqui, porque eu viajo de volta, hoje, então eu não podia perder a passagem.

Quero agradecer o convite da Deputada Luizianne para estar aqui, ao mesmo tempo em que saúdo a Deputada Maria do Rosário, que, junto com a nossa Presidenta Dilma, têm sido vítimas desse machismo e do conservadorismo que têm tomado conta do nosso Parlamento. Infelizmente, vivemos um momento em que ser mulher também parece que virou um problema.

Eu estou na Secretaria de Políticas para as Mulheres do CNS, antigo Conselho Nacional dos Seringueiros, hoje, Conselho Nacional das Populações Extrativistas. Mudou o nome porque ampliou o número de pessoas e comunidades atendidas. Hoje, não existe somente a seringa como produto da floresta; temos outros produtos, outros meios de cultura.

Eu resido no Acre. O Acre, no mapa da violência, é o quinto Estado em que há mais violência contra a mulher – considerando-se que esse mapa logicamente não mostra a nossa realidade, porque falar de Amazônia é falar de especificidades. Temos uma região extremamente ainda coberta por áreas vegetais, por floresta, e uma população totalmente dispersa.

Na Amazônia, alguns Estados são diferentes entre eles mesmos. Nós temos Estados onde essa população se concentra. Nós temos Estados, que é o caso do Acre, cuja população está muito espacializada dentro da floresta e de cujo acesso de políticas públicas, de informação, nós temos um problema grande, o que tem, sobretudo, dificultado o nosso trabalho e tem também dificultado a vida dessas mulheres, que não têm como acessar as políticas, tanto de saúde como de segurança e até de educação, na floresta.

É fato que conseguimos trabalhar muito, nesses últimos anos, por conta da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Foi criado todo um aparelhamento para que pudéssemos levar segurança para essas mulheres e trabalhar a questão de gênero. Só conseguimos isso devido a um governo progressista, um governo de esquerda e que entende uma sociedade como um todo.

Regionalmente, no nosso Estado, estamos também sob um governo progressista, do PT, que está lá há 20 anos governando o Estado, que veio desse movimento, que entende o movimento, que entende a importância do movimento e a importância da mulher também na articulação e na organização desses movimentos dentro da floresta.

(Soa a campanha.)

A SRª ÂNGELA MENDES – Entender a luta das mulheres da Amazônia é isto, é entender a questão da territorialidade, a questão do acesso, embora muito se tenha que avançar.

E hoje vemos com esse retrocesso grande, porque acredito que tínhamos muito ainda que dialogar, muito que construir e isso foi um baque para nós, que trabalhamos e que tentamos nos fortalecer como um setor produtivo, como um setor independente, como mulheres empoderadas. Sentimos muito esse retrocesso que aconteceu.

No Acre, por exemplo, hoje, não há grandes conflitos, mas isso não é uma realidade em toda a Amazônia. Temos a região de fronteira ali, que envolve Amazonas, Acre e Rondônia, em que ainda existem muitos conflitos por terra. Esse parece ter sido um dos principais fatores de assassinato de mulheres de liderança.

As mulheres, quando resolvem se empoderar, resolvem assumir suas organizações, resolvem enfrentar o agronegócio, os grandes projetos de desenvolvimento, acabam assassinadas. Então, melhor seria que elas estivessem em suas comunidades, fazendo o papel de mulher, de produtora, sem serem reconhecidas, porque, no interior da floresta, a mulher ainda cria os filhos, cuida da casa, ajuda na produção, vai para o roçado com o marido, mas não tem o reconhecimento disso.

Muitas mulheres, hoje, além de sofrerem violência física, sofrem uma discriminação muito grande, inclusive por parte dos companheiros. Se há uma coisa comum à violência contra a mulher da cidade e a do campo, da floresta, é isto: a violência que vem de quem está próximo, que vem de dentro da casa, que vem dos amigos, que vem dos companheiros. E elas sofrem, além dessa violência física, discriminação. Há mulher que resolve se arrumar, se apresentar, passar um batom, passar um perfume, arrumar o cabelo, mas cujo marido, quando ela chega em frente a ele, não percebe nada. Tanta é a vida que eles levam juntos, em que a mulher produz como ele, trabalha como ele, está par a par com ele, que, para o homem, ela já passa a ser um companheiro de luta; não é mais a mulher dele. Isso é uma violência tremenda contra a autoestima da mulher.

Em relação à saúde, a mulher não conseguir hoje sair para acessar os serviços públicos de saúde. Às vezes, ela vai até o Município, chega lá, o agendamento é para daqui a não sei quantos dias, não sei quantas semanas, e ela volta para a comunidade, porque, muitas vezes, ela não tem como se manter ali no local onde ela foi procurar o atendimento. Então, é difícil, é complicado, e eu acho que temos que avançar.



Hoje, no Amazonas, temos quatro lideranças ameaçadas de morte, três delas mulheres. Uma é a nossa suplente da Secretaria de Mulheres, Sílvia Helena. Este aqui é o ofício que destinamos ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, falando dessas ameaças no Manicoré, no Amazonas, uma região em que estão sendo implementadas Unidades de Conservação e que, portanto, bate de frente com o agronegócio. E aí a solução para eles é esta: ameaçar até chegar às vias de fato.

Então, não podemos compactuar com essa situação atual, não podemos concordar com isso, temos que gritar, porque não nos resta outra alternativa: é gritar para o mundo, é gritar para quem pode ouvir e para quem pode ajudar essas mulheres. E estamos aqui para contribuir com o que puder e com o que nossa força deixar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Agradeço à Ângela Mendes, Secretária de Mulheres do Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

Por fim, vamos ouvir agora à Srª Beatriz Cruz da Silva, Assessora da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

A SRª BEATRIZ CRUZ DA SILVA – Boa tarde a todas e todos! Agradeço o convite e parabênz, em nome da Deputada Luizianne Lins, a Comissão e as demais Deputadas em especial, pela importância deste tema em um momento como o que temos vivenciado.

Estamos atravessando, como sociedade, tempos bastantes difíceis, em que a cultura da violência, do assédio e do estupro tem dado provas, mais do que suficientes, de que esse assunto está presente e premente na nossa sociedade.

Entretanto, temos também vivenciado tempos de resistência, luta e empoderamento das mulheres, em torno dos temas mais importantes para o País, assim como do enfrentamento e do combate à violência contra todas as mulheres.

Infelizmente, nascer mulher no Brasil e no mundo, pelo menos em boa parte dos países do mundo todo, em especial da América Latina, ainda é um importante fator de risco para a violência e para a criminalidade na qualidade de vítimas.

Temos também uma questão central, que Simone de Beauvoir nos lembrava, de que basta qualquer crise econômica ou social para que os primeiros direitos a retrocederem sejam os das mulheres; por isso, a importância de se discutir, em um momento como este, esse tema do enfrentamento à violência contra as mulheres do campo e da floresta.

Vivenciamos, nos últimos anos, um avanço bastante significativo nas políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Tínhamos Aparecida Gonçalves. Gostaria até de fazer uma referência à minha companheira e colega Cida, que, junto com toda a equipe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, vinha garantindo, em torno do Estado e do Governo brasileiro, que se pautasse esse tema do enfrentamento à violência contra as mulheres, com um olhar especial para a questão das mulheres com mais dificuldade de acesso, que são as mulheres do campo e da floresta.

Também vivenciamos ainda uma época em que é necessária a garantia do acesso. Temos uma situação das regiões metropolitanas e das capitais, em que, hoje, já existe uma rede bastante estruturada para atendimento das mulheres vítimas de violência, seja na saúde e na assistência social, seja na segurança pública, em especial com a Casa da Mulher Brasileira, onde elas já existem.

Ainda temos uma grande dificuldade: garantir que esses serviços sejam acessíveis a todas as mulheres. Aí, nesse sentido, as mulheres que vivem nessas áreas mais afastadas, na zona rural, as mulheres do campo e da floresta, ainda vivenciavam um momento de início de acesso aos serviços, que precisamos, neste momento, garantir e tentar dar continuidade aos mesmos.

Além da questão da cultura da violência em geral e do assédio às mulheres, nós, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, realizamos uma pesquisa, junto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, atestando, por exemplo, que as mulheres policiais também são vítimas de violência dentro das suas instituições, em especial quanto a assédio moral e sexual.

Setenta e cinco por cento das mulheres policiais afirmaram que já foram vítimas de assédio. Desse percentual, 25%, assédio sexual; e, dessas mulheres policiais, que foram vítimas do assédio sexual, 85% por superior hierárquico.

Então, ainda temos um contexto em que, mesmo as mulheres que trabalham no braço do Estado, o braço armado, a Polícia, para a garantia e proteção das demais mulheres, ainda têm necessidade de terem garantidos os seus direitos mínimos e sofrem violências exclusivamente por serem mulheres.

Sabemos que a questão do assédio, em especial do assédio moral, é muito presente na vida e no cotidiano de todos os profissionais da segurança pública; entretanto, a pesquisa se destinava a trabalhar a ques-



tão do assédio por ser mulher, em razão da sua condição e do seu gênero, que nos trouxe esses dados todos bastante alarmantes.

Além desse tipo de violência, temos vivenciado – aí, talvez, porque tivemos alguns casos mais emblemáticos – a questão da violência sexual, que é utilizada, inclusive, mundialmente contra as mulheres, como arma de guerra e forma de subjugação.

No caso específico da violência sexual, temos um agravante, no sentido de que o Estado – e, aí, falo de todos os Estados federados, do Governo Federal –, ao prestar os seus serviços de proteção e de atendimento às mulheres vítimas de violência sexual, é também violador, na medida em que temos procedimentos e fluxos que impõem à mulher uma dupla vitimização.

Além da violência sexual, ao procurar a rede de atendimento, a mulher ainda passa por situações de constrangimento e de violação. Em média, uma mulher vítima de violência sexual é ouvida seis vezes sobre o mesmo fato por atores diferentes desse sistema.

Sou estudante de mestrado da Universidade de Brasília (UnB), da área de direitos humanos e cidadania, e o tema da minha dissertação é sobre isto: a forma como o Estado atende as vítimas de violência sexual, em especial na área de segurança pública e saúde, nesses dois serviços. Defendo a minha dissertação agora no final de julho. Para mim, ficou muito premente a grande dificuldade da integração dos serviços com vistas a diminuir essa revitimização.

Tivemos uma experiência no Governo Federal nos últimos anos, no âmbito do Programa Mulher, Viver sem Violência, que, no Eixo 3 deste programa, que era de atenção humanizada, de procurar unificar os serviços da saúde e da segurança pública, em especial com relação à perícia.

Foi um projeto que durou praticamente três anos, e tivemos muita dificuldade de criar protocolos e procedimentos, mesmo contando com profissionais absolutamente sensíveis à temática da violência, que compreendem esse processo do atendimento das mulheres como violador, o que nos mostra que temos desafios gigantescos nessa área.

Mesmo para aqueles que reconhecem que a forma como o Estado vem atendendo é violador, temos dificuldade de avançar na construção de protocolos e diretrizes, na implementação, na verdade, destes, porque começamos a realizar vários cursos de capacitação de médicos do SUS e peritos, para garantir que, na segurança pública, nós tivéssemos um olhar de atendimento mais humanizado...

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Concluindo.

A SRª BEATRIZ CRUZ DA SILVA – Já estou finalizando. De atendimento mais humanizado, mas também que na saúde nós tivéssemos uma preocupação com a coleta dos vestígios, a garantia da cadeia de custódia para a produção da prova. Claro que nunca foi o objetivo passar para a saúde a obrigação de realização de perícia, mas a gente tem vários casos em que a porta de entrada na rede da mulher é a porta da saúde, em que ela ainda não registrou ocorrência e que, por vezes, por falta de preparo ou de sensibilização do profissional, o médico ou o profissional da saúde coleta o vestígio e acaba descartando ou não tem o cuidado necessário com a produção da prova.

Eu estou trazendo esse dado da violência sexual porque, ao pesquisar esse tema, trabalhei com o conceito da Hannah Arendt, o conceito de Banalidade do Mal. É um conceito que ela utilizou no julgamento de Eichmann para dizer do quanto alguns processos desumanizam. Na verdade, a automatização, na atuação profissional, pode desumanizar e tirar a capacidade de um julgamento crítico. Então, ela quer dizer com isso que o mal é muito mais banal do que a gente imagina. É claro que ela trabalhava esse tema para tentar entender o que levou tantos profissionais, tantas pessoas, durante o nazismo, a aderirem, a cometerem atos bárbaros durante o holocausto sob o fundamento de que estavam cumprindo ordens.

Eu trouxe esse tema para o trabalho do meu mestrado porque está muito presente no discurso de que “assim é o sistema”, “eu só estou fazendo o que está dentro da minha obrigação”, “o sistema é desse jeito”, “reconheço que não está certo”, “eu gostaria que fosse diferente, mas eu não tenho essa capacidade, esse juízo crítico”. Então, estou trazendo também esses temas porque acho que a gente precisa neste momento atentar em especial para esses dois pontos: a questão da violência sexual e a questão do acesso às mulheres do campo da floresta ao serviço, porque, infelizmente, nem as políticas que o Governo Federal, nos últimos anos, implementou, foram capazes de alcançar, na sua integralidade, na sua totalidade, essas mulheres.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Obrigada, Beatriz, que é assessora da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Encerrada a Mesa, vimos que foram falas extremamente valiosas, cada um trouxe uma parte desse debate, foram informações extremamente importantes.



Queria passar para a Comissão o nome integral da companheira: Maria das Dores Priante, a Dora Salvador, que, na verdade, era uma liderança rural do Amazonas, que denunciava a venda ilegal de terras na comunidade em que vivia e lutava pelo direito à terra, à moradia de qualidade, à segurança, à saúde e à educação. A Dora, antes de ter sido assassinada, já havia registrado mais de vinte boletins de ocorrência sobre as ameaças que sofria. Já tinha ido à polícia pedir proteção até à própria Assembleia Legislativa do Estado.

Eu vou agora, então, passar a palavra às inscritis: a nossa companheira, Deputada Federal Maria do Rosário, que já foi nossa Ministra de Direitos Humanos. Logo em seguida, Deputada Carmen Zanotto.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Eu e a Carmen pedimos desculpas a vocês porque são muitas audiências concomitantes. Na verdade, esta audiência pública é extremamente importante, Deputada Luizianne Lins, por isso que nós priorizamos aqui, com a Senadora Regina e a senhora, que coordena esse trabalho.

Eu quero fazer uma saudação aos integrantes desta Mesa, dizer que anotei uma série de questões que vão ficar muito presentes no desdobramento dela. Entre essas questões, eu destacaria a preocupação que grande parte da Mesa apresentou, senão todas, de manutenção e ampliação das estruturas de proteção às mulheres vítimas de violência, de como é preciso ter um olhar sobre a violência que atinge as mulheres, percebendo que elas são diferenciadas em cada região. Enfim, as mulheres da floresta, as mulheres do campo, estão dizendo a especificidade das suas vidas. Foi extremamente relevante ouvir das participantes desta Mesa esta realidade de tantas jornadas, de tantas violações presentes em meio a tanta força, a tanta luta que essas mulheres demonstram.

O que me ficou muito presente é que esta nossa Comissão, Deputada Luizianne Lins, deve perguntar ao Governo interino, que está exercendo o Governo, o que está sendo realizado, por exemplo, da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, no Plano Nacional, nos recursos. Neste momento, preocupo-me sobremaneira com o Programa Nacional de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, porque essas pessoas ameaçadas por defenderem suas comunidades, outras por falarem sobre a realidade da mulher, por lutarem pela terra, pela reforma agrária ou pela floresta, como Dorothy Stang, como fez Maria do Espírito Santo, e poderíamos lembrar tantas outras mulheres, como Margarida Alves. Cito três que foram assassinadas pelo latifúndio em diferentes momentos da nossa história recente. Quantas outras, hoje, sentem-se ameaçadas? E a Ângela Mendes, filha de Chico Mendes, aqui presente, trouxe-nos isso. Ela trouxe o nome de cinco mulheres.

A SRª ÂNGELA MENDES – Três mulheres, quatro lideranças.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Quatro lideranças e três mulheres que estão ameaçados. Penso que a nossa Comissão tem de pegar o nome dessas três mulheres e verificar se elas já participam de algum programa. O Programa Nacional à Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos, certamente, tinha muitos limites no Governo da Presidente Dilma. Eu digo isso como uma pessoa que foi responsável também por esse programa, mas programas que possam ter muitos limites têm de ser melhorados, não podem ser desfeitos. Nós temos de andar para a frente, Senadora Regina, não podemos desatender...

Hoje mesmo nós aprovamos aqui, entre as medidas para serem tomadas como prioridade, queridas Deputadas e Senadoras, no relatório da Deputada Carmen Zanotto, que nos representa no seu relatório sobre a LDO, nós aprovamos a Casa da Mulher Brasileira, porque consideramos importante essa política vinda daquele período do governo da Presidente Dilma. Nós queremos que essas políticas sejam mantidas e ampliadas, nós não queremos que as políticas sejam desfeitas. Sabemos que é difícil, mas não queremos. Eu diria que, talvez, a maior dificuldade que nós estamos tendo com as mulheres neste momento é a dúvida e a ameaça que pairam no âmbito da reforma da Previdência, sobre as mulheres.

Eu ouvi mulheres do campo me dizerem que a autonomia delas, que está vinculada a ter uma renda, a ter políticas que a observem também como parte e dona daquela terra e, no momento da aposentadoria, que é uma grande conquista das mulheres, estender o prazo para a aposentadoria das mulheres e dos homens também, mas sobretudo para as mulheres do campo, vai significar que a aposentadoria não vai chegar a muitas pessoas. Em muitos Estados, a média de vida é inferior ao tempo que se está pensando, e que nós vimos o Governo Temer pensando para propor a reforma da Previdência.

E as mulheres, se têm uma dupla ou tripla jornada, nós aqui vamos ter que pensar sobre isso, porque muitas dizem que o momento da sua autonomia é quando elas alcançam a sua aposentadoria. É triste ver isso, mas é. Então, se elas não tiverem esse direito mais, isso será terrível.

E por último, eu ainda situaria que nós temos que estar atentos a esses programas. Já me posiciono contra a reforma da Previdência. Acho que não é uma igualdade quando se está buscando uma idade igual e permanece a dupla, tripla ou quatro vezes a jornada para a mulher, como aqui foi dito, sobretudo no campo, onde a vida é dura, onde a vida é difícil, onde os recursos não estão disponíveis para as mulheres, onde não existem políticas públicas acessíveis próximas, para a sua saúde ou para o enfrentamento à violência.



E aí eu ouvi de uma companheira – peço licença para dizer – no âmbito da Fetraf-Sul, um dia, que muitas mulheres no campo querem que suas filhas estudem e não permaneçam no campo, porque o campo é difícil para as mulheres. Em todo lugar é difícil para as mulheres, mas as mulheres têm uma percepção, quando criam suas filhas, de que ficar no campo muitas vezes significa uma vida de privações. E ao ouvir, isso me doeu profundamente, porque a gente fala em políticas que mantenham a pessoa no campo, que mantenham no extrativismo, que mantenham na floresta, que mantenham nas comunidades indígenas, mas a gente não vê também que, se isso significa privações e violências adicionais àquelas que as mulheres têm nas cidades – porque existem certamente nas cidades violências muito grandes –, nós devemos pensar que isso tem que ser resolvido com políticas públicas.

Então, queria fazer essa saudação a vocês e pedir desculpas por não permanecer, inclusive à Deputada Carmen, mas dizer que todas estamos numa mesma jornada, numa mesma caminhada.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Obrigada, Deputada Maria do Rosário. (*Palmas.*)

Nós vamos fazer essa indagação, pela Comissão, sobre essa questão da continuidade dos programas existentes, inclusive do Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher.

Vou passar à Deputada Carmen Zanotto, só fazendo aqui a ressalva de que nós recebemos uma contribuição pelo e-Cidadania:

Anna Flávia Schmitt: “Parabenizo a iniciativa da pauta, mas as mulheres das pequenas cidades do litoral também devem ser incluídas, pois no litoral, no campo e na floresta, os abusos a que a mulher está exposta são a violência familiar no trabalho e também contra o seu direito de propriedade.”

Obrigada, Anna Flávia, pela sua observação, pelo seu carinho.

Vamos, agora, à palavra da Deputada Carmen Zanotto.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Obrigada, nobre Relatora da nossa Comissão, Deputada – o seu nome, eu sempre tenho que cuidar para não pronunciar errado – Luizianne Lins.

Eu quero saudá-la, saudar a Senadora Regina, a Deputada Maria do Rosário, as nossas expositoras, e pedir duplamente desculpas. Desculpa por divergir numa parte da fala das senhoras e desculpa porque eu sou obrigada a sair, porque eu tinha uma audiência que já começou às 16h.

Eu quero afirmar aqui que, para mim, como Parlamentar do PPS, a política de combate à violência contra as mulheres deve ser uma política de Estado, e não apenas de um governo instalado. As posições político-partidárias não vão nos unir para o processo do combate à violência contra a mulher. Eu digo isso com muita tranquilidade, porque as nobres Deputadas e Senadoras que estão ainda aqui conosco conhecem o meu perfil. Então eu me sinto na liberdade de poder também dizer isso.

Nós não vamos avançar, até porque nós não sabemos o que pode acontecer no processo de julgamento. Se o julgamento for pelo não afastamento definitivo, cabe a todos nós acolher o processo democrático constitucional desse processo de votação. Agora, se for o contrário, nós vamos parar de lutar por políticas públicas que fortaleçam e que reduzam a violência contra a mulheres? Em especial – em que pesem as mulheres litorâneas, das pequenas cidades e dos grandes centros, porque a violência contra a mulher está atingindo a todos –, a violência contra a mulher do campo e da floresta é maior, porque esse conjunto de mulheres não tem acesso às ações e aos serviços de saúde, por exemplo, como as mulheres que estão mais próximas de uma unidade de saúde têm. Basta a gente ver um parto de uma mulher no campo, a assistência do pré-natal dessa mulher longe dos serviços de saúde.

Então eu queria fazer esse apelo: que a gente lutasse por aquilo que nos une a todas, que é efetivamente, em todas as esferas de governo, porque eu tomei todo cuidado na relatoria das emendas de buscarmos contemplar o conjunto das políticas públicas, porque a própria Casa da Mulher Brasileira, quantas estão instaladas? Quantas efetivamente estão no seu devido funcionamento por causa do custeio? O meu Estado de Santa Catarina, que poderíamos considerar um Estado privilegiado dentro da questão econômica nacional que estamos vivendo, está pedindo para devolver as unidades móveis. Por quê? Por causa do custeio.

Então, eu acho que nós precisamos todas nos abraçar e todas, independente das posições políticas, termos uma leitura. Quando é que nós vamos ter neste País, porque a gente viu o episódio da semana passada, isso não atinge só a mulher do campo, a mulher da floresta, a mulher do litoral, a mulher das cidades menores. A gente viu uma grande mulher brasileira, que é um ícone para nós, sendo violentada, e não foi por alguém que não tinha formação nem estrutura. Então a violência está em todas as esferas, e com certeza – não tenho medo do que vou dizer aqui – a mulher do campo e da floresta sofre muito mais, e não precisa ser necessariamente a violência física, mas é a violência da dificuldade de acesso às políticas públicas.

E eu digo isso porque fui gestora municipal e sei – eu sou da cidade que tem o maior interior no Estado de Santa Catarina, o Município de Lages – o quanto é difícil a gente chegar, até para fazer a vacina, quando a gente não tem as estradas cascalhadas ou patroladas para garantir esse acesso.



Então me perdoem duplamente, porque eu gostaria muito de ouvir a opinião das senhoras, mas se eu não chegar à audiência, porque sou da área da saúde, e a gente está com uma grande preocupação no nosso Estado com relação aos credenciamentos de alta complexidade em especial, mas a nossa equipe está aqui e vai ouvir. E se as senhoras até discordarem dessa minha posição, eu gostaria de ouvir; mas eu precisava registrar essa minha preocupação de que a gente não se divida numa política fundamental e importantíssima para o coletivo das mulheres brasileiras, independente de raça, cor, credo e posição geográfica em que elas residam.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Obrigada, Deputada Carmen Zanotto. Deputada Carmen, permita-me fazer a seguinte observação: talvez, nós divirjamos em relação à questão de como entender esse processo político que está posto, mas penso que até as colegas da Mesa aqui também querem, como eu quero, que seja uma política de Estado sempre, que não seja uma política de um governo ou de outro. Acho que temos essa compreensão como mulheres, e isso nos une mesmo.

Mas posso atestar o compromisso da Deputada Carmen Zanotto com essa luta. Ela é extremamente presente e bastante batalhadora nessa questão. Mas, talvez, tenhamos visões e posturas diferenciadas sobre o processo político no País, pois nós consideramos o Governo ilegítimo, do ponto de vista da nossa compreensão política. Digo não necessariamente dessa política específica.

Então – e daí vem a preocupação da Deputada Maria do Rosário –, o encaminhamento desta audiência será exatamente o de procurar o Governo interino para perguntar sobre todos os desdobramentos relativos à questão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

A Senadora Regina está com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco/PT - PI) – Eu também fiz algumas anotações no sentido de ajudar. Acho que a questão da violência contra a mulher é uma pauta de todos nós e da sociedade, não só das mulheres. A gente precisa avançar para discutir isso em todos os lugares, em todos os ambientes, principalmente na educação. Pauto demais essa política, repito muito isso. O poeta Salgado Maranhão disse, na semana passada, quando eu o encontrei no Salão do Livro: “Há de se educar para não se querer violentar, para não se pensar em violentar.” Então, é a educação.

Os adultos já estão com a cabeça construída. De vez em quando, mesmo a gente se pega dizendo uma besteira ou pensando em dizer e corrige, porque isso está aqui dentro, construído. Desconstruir isso não é fácil. Agora, educar para a não violência é muito mais simples. Isso tem de ser feito no ambiente familiar e no ambiente da escola, embora o fundamentalismo esteja contra a discussão de gênero na escola. Mas isso tem de ser tratado, porque vai haver uma geração com a cabeça mais saudável.

Num dia desses, num programa de televisão, colocaram um menino para ler algumas frases olhando para uma negra. E a criança chorou e disse: “Não tenho coragem de dizer isto para ela.” Ele não tem aquilo na cabeça, não tem o racismo na cabeça. Isso se constrói, se deixar crescê-lo ouvindo essas coisas, vendo o pai bater na mulher. Ou ele mesmo pode bater na irmãzinha, porque ele pode, porque ele é maior e mais velho e tem de tomar conta da irmã. Aí ele dá algumas palmadinhas na irmã, quando ela faz qualquer coisa, porque ele acha que tem poder sobre ela.

Então, se não se educar para tirar isso, essa concepção, estaremos, daqui a 20 anos, discutindo as mesmas coisas com a nova geração. Então, é importante dizer isso.

Por exemplo, quanto ao que foi dito aqui sobre a questão da floresta, do campo e da floresta, sobre a questão do acesso à porta do SUS, é preciso que esta Comissão tome isso para si como uma tarefa, como plano de trabalho. Realmente, a mulher do campo tem de ir à cidade para marcar uma consulta para daqui a não sei quanto tempo. Às vezes, ela chega lá, e nem há vaga. Então, deve haver um jeito de fazer com que o atendimento seja feito no local, na comunidade. Os agentes de saúde, do Saúde da Família, têm de fazer isso, para que ela vá à cidade só no dia da consulta, porque é um deslocamento doloroso, às vezes. Então, essa tem de ser uma política que a gente debata, discuta e assuma, para poder ajudar lá.

Outra questão que acho que também é desta Comissão é o acompanhamento do desfecho dos processos. Tudo bem, a Lei Maria da Penha nos ampara. Então, prende-se, mas, depois, o processo se arrasta por muito tempo, por muitos anos. Já há alguns tribunais criando as Coordenadorias da Mulher. No Piauí, o Tribunal de Justiça de lá a criou. Esta é uma coisa para cobrarmos também, para que haja um setor no tribunal que cuide só disso, desses processos de violência contra a mulher.

Quanto às mulheres ameaçadas, é preciso que nós da Comissão tenhamos esse cadastro, até para darmos força também. A mulher denunciou 20 vezes e foi assassinada. Se há uma comissão de Senadores e de Senadoras que se volta para isso, que está preocupada com isso, que tenha esse cadastro, que exija a proteção, isso se reforça mais. Então, é preciso que seja tarefa desta Comissão o cuidado com essas mulheres ameaça-



das, que são muitas. O Governo não acredita, ninguém acredita, e aí acontece. Então, precisamos trazer isso também para a nossa pauta.

Não sei se foi a Ângela que falou que a Amazônia precisa de um olhar diferente por conta da dispersão da população. Se o campo, de um modo geral, já precisa desse olhar, a Amazônia precisa disso bem mais, porque as distâncias são imensas. Acho que ela tem toda a razão.

Agora, a questão da violência doméstica ocorre no campo e na cidade. No caso dos estupros, às vezes, os que os praticam não são conhecidos da pessoa, como nos últimos casos. Mas, em geral, é um familiar, o ex-namorado, o ex-marido ou alguém da relação que o pratica, tanto no campo como na cidade. No Piauí, tem acontecido isso demais. Lá já instalamos a Delegacia de Feminicídio. O que há de vantagem no Piauí é que, em todos os casos, o pessoal está preso. Não há ninguém impune. O menor foi recolhido para a Casa Abrigo.

Mas está acontecendo demais essa história de estupro. Agora, há o estupro coletivo. É como se fosse um recado para nós. Estamos nesta luta toda de combate à violência, e aí vem o recado: nós podemos mais, os homens podem mais. Isso é sério. Considero que esse é o nosso maior desafio no momento. Se não para essa onda de estupro coletivo, não sei onde é que vamos parar. Não vamos ter condição de cuidar das outras políticas, porque essa vai dominar nossas energias, vai absorver todas as nossas energias, para discutirmos isso, para debatermos isso, para acabarmos com isso.

Quanto à questão de ser uma política de governo ou de Estado... Embora fosse uma política de governo, se o outro Governo que entrou, o interino, tivesse continuado, não estávamos aqui cobrando dele. O problema é que ele dispersou, ele destruiu o Ministério dos Direitos Humanos, onde a gente se enxergava, onde o indígena se enxergava, onde o quilombola se enxergava, bem como as mulheres, a juventude, os negros. A gente não sabe a quem se dirigir. Um pedaço está no Ministério da Justiça, outro está na Presidência da República. Juro que não sei para onde é que me dirijo, para saber como anda a Casa da Mulher Brasileira lá no meu Estado. Ainda não sei a quem devo me dirigir.

Um dia desses, eu o vi transferindo o orçamento da Secretaria de Combate ao Racismo para a Presidência da República. Vai fazer o quê? Quem é que cuida disso? Então, é ele que está dando demonstração de que não gosta muito dessas coisas em que o povo se vê. Aliás, falando dessa questão de povo, lembro que, ainda agora, houve um tumulto ali, porque o Ministro da Saúde estava aqui e não aguentou as manifestações.

Todos os Ministros vinham aqui. Os Ministros da Dilma vinham aqui duas vezes na semana, recebiam desaforo nos corredores, mas nunca se negaram a vir aqui. Aí o Ministro da Saúde, na primeira vez que veio ao Senado, foi embora. Além de mandar prender o pessoal que estava se manifestando, foi embora, não falou. Arranjou uma bela desculpa para não falar.

Então, somos contra esse Governo, nós o achamos ilegítimo, mas o que for feito para o bem queremos que ele faça, porque essa não é mais do que sua obrigação. O Orçamento já previa a Casa da Mulher Brasileira, por exemplo, mas não está andando nada. A gente não sabe o que fazer.

Então, é claro que deve haver política de Estado mesmo. Mas a política de governo deve ser seguida, porque ela está prevista. Qual é o problema de continuar? Há a Secretaria de Políticas para as Mulheres, mas ela ainda não se manifestou também. A gente até a convidou para vir aqui. Nem foi convocada para vir aqui, mas ela ainda não agendou. Essa questão da relação com o povo é complicada nesse Governo, e todo mundo percebe isso.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Obrigada, Senadora Regina.

Antes de finalizarmos – há duas companheiras da Mesa que vão ter de viajar, e vamos encerrar a Mesa –, vamos dar prosseguimento a três requerimentos. Vamos encaminhar um requerimento diretamente à Presidência da República, para sabermos exatamente onde se encontram os programas de enfrentamento à violência contra a mulher. Também vamos enviar à própria Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres o mesmo requerimento.

Eu também gostaria de dizer para a Socorro que vamos pedir informações à Secretaria de Segurança Pública sobre a investigação do caso da Dora Priante. Inclusive, temos aqui o número do processo.

Também quero dizer à Ângela que vamos, a partir da Comissão, requerer informações sobre as quatro pessoas, entre elas três mulheres... Elas já estão no programa de proteção?

A SRª ÂNGELA MENDES (*Fora do microfone.*) – Não.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Não estão no programa, mas estão requerendo isso. Não é isso?

A SRª SOCORRO PRADO (*Fora do microfone.*) – É que, no Amazonas...



A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Então, vamos também pedir informações sobre o desdobramento disso e dizer que tomamos conhecimento aqui na Comissão dessa situação, para que possamos acompanhar isso de perto.

A SRª SOCORRO PRADO (*Fora do microfone.*) – Está em segredo de justiça.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – O do homicídio qualificado da Dora Priante, não é?

A SRª SOCORRO PRADO (*Fora do microfone.*) – É.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Pois bem, então, eu gostaria de agradecer a presença de vocês todas aqui. Foi uma Mesa belíssima do ponto de vista das informações, da informação que cada uma deu. Agradeço à Beatriz Cruz, à Carlene dos Santos Oliveira, à Socorro Prado, à Sonia Maria Orellana, à Ângela Mendes, a todas vocês. Nós encerramos, então, a Mesa, agradecendo-lhes.

Encerramos a nossa audiência pública.

Vamos agora para a apreciação de dois requerimentos que devem ser aprovados.

Vocês podem ficar à vontade.

Muito obrigada pela presença de todas. (*Palmas.*)

Vamos dar desdobramento e, depois, vamos dizer a vocês sobre as nossas informações.

Vou dar continuidade, pedindo um minutinho à Senadora Regina, para que possamos, Senadora, aprovar aqui um requerimento de minha autoria que solicita a aprovação do plano de trabalho da Comissão.

Item 1:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 7, DE 2016

- Não terminativo -

Requer a aprovação do Plano de Ações da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher para o ano de 2016.

Autoria: Deputada Luizianne Lins.

Esse plano já foi divulgado amplamente para a maioria das pessoas pertencentes à Comissão, para os Deputados e para as Deputadas, para os Senadores e para as Senadoras.

Basicamente, é o seguinte. São objetivos da Comissão investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil, apurando denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência; propor projeto de lei sobre a garantia dos direitos das mulheres; fomentar debates e discussões sobre o enfrentamento e o combate à violência contra a mulher.

Estas são as ações: realizar audiências públicas nos Estados que, segundo o Mapa da Violência de 2015, apresentaram maior crescimento no índice da violência contra a mulher no período de 2003 a 2013; realizar intercâmbio de experiências de enfrentamento da violência contra a mulher em nível internacional; realizar concurso de produção audiovisual com foco nas histórias de superação da violência contra a mulher; estruturar o Observatório da Violência contra a Mulher; realizar pesquisas junto as mulheres vítimas de violência sobre atendimento policial, procedimentos jurídicos e prioridade do atendimento nas varas criminais; dar continuidade às oitivas de mulheres vítimas de violência, movimentos de mulheres, autoridades públicas e instituições da sociedade civil; convidar mulheres para apresentarem relatos de suas experiências e formas de superação da violência; convidar organizações e instituições para apresentarem experiências relevantes, em âmbito nacional, no enfrentamento da violência contra a mulher; solicitar informações a Estados e autoridades sobre as recomendações realizadas no relatório final da CPMI da Violência contra a Mulher, aprovado em junho de 2013; requerer esclarecimentos e informações das autoridades sobre as políticas públicas, as criadas e as já implementadas, quanto ao enfrentamento à violência contra a mulher; fiscalizar a implementação do Programa Mulher Viver sem Violência; acompanhar a criação de juizados especiais e das equipes de atendimento multidisciplinar e levantar informações acerca do atendimento policial dos procedimentos jurídicos da prioridade prestada aos casos de violência doméstica nas varas criminais; apoiar as iniciativas e realizações de capacitações para as mulheres estimulando a discussão e a defesa de igualdade de salário entre homens e mulheres; ampliar a discussão sobre os elementos de discriminação racial no contexto da violência contra a mulher.

Metodologia.

O caminho percorrido para chegar a essas ações apresentadas se iniciou a partir do diálogo com o Plano Nacional de Ação da Comissão, construído em 2015, e as demandas surgidas no cenário de denúncias acerca da violência. As ações são fundantes para dar continuidade ao trabalho já iniciado e contam com as propostas



sugeridas e apresentadas por toda a Comissão. Utilizaremos os seguintes instrumentos: requerimentos, oitivas, solicitação de documentos, visita às autoridades, diligências, relatórios, pesquisas e estudos.

Concluindo, a Comissão realizou um trabalho importante em 2015, cujos resultados estão apresentados na revista lançada na primeira reunião do corrente ano. Em 2016, temos as ações apresentadas para construir, em que gostaríamos de ressaltar a importância do observatório como um instrumento fundamental para o mapeamento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.

É o relatório e a proposta de plano de trabalho.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Sem mais quem queira discutir, passamos à votação.

Votação na Câmara dos Deputados.

As Sras Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Votação no Senado Federal.

As Sras Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Há o segundo requerimento, também de minha autoria, que requer a realização de concurso de vídeo por celular, curta-metragem relacionado à temática da mulher e a superação da violência.

Item 2:

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 13, de 2016 - Não terminativo -

Requer a realização de concurso de vídeo por celular, curta metragem relacionado à temática da Mulher e a superação da violência.

Autoria: Deputada Luizianne Lins

Eu gostaria de explicar essa ideia, Senadora Regina. Eu gostaria que a nossa Comissão pudesse fazer uma iniciativa simples, porém, com largo alcance. Para isso, até pedi a ajuda do Presidente do Senado e do Presidente da Câmara dos Deputados no sentido de podermos utilizar a TV Câmara e a TV Senado como divulgação.

Seriam vídeos simples realizados até por celular – hoje há uma série de aplicativos que permite isso – onde, num vídeo de, por exemplo, até cinco minutos, você pudesse contar histórias de superação da violência contra a mulher. Que possamos ter como referência um concurso nacional, em que podemos movimentar a Comissão em torno desse concurso, o que seria exatamente o objeto do requerimento.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Pois não, Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco/PT - PI) – Muito boa ideia, Deputada. Parabéns! Vai ser uma coisa muito boa, inclusive para as TVs regionais, se conseguirmos que as TVs regionais nos Estados também possam utilizar esses vídeos nos seus espaços. Muito boa ideia. Parabéns!

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Obrigada, Senadora Regina.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Sem mais quem queira discutir, passamos à votação.

Votação na Câmara dos Deputados.

As Sras Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Votação no Senado Federal.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Antes de encerrarmos os trabalhos proponho a aprovação da Ata desta Reunião.

As Srs. Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado Federal.

A Ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos vocês e agradecendo também as assessoras da nossa Comissão que realizaram aqui essa reunião junto conosco.

(Iniciada às 15 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 34 minutos.)



Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



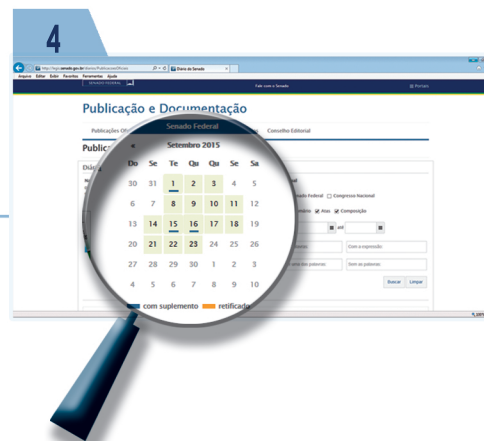
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.





Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

